

RC

Revista de Cultura
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



鸚鵡
武鳥

鸚鵡人舌能言青羽赤喙其狀如鴉舊說
後一其目下睜眨上唯鸚鵡四趾齊分兩睜俱
交州巴南盡有之又一種名秦吉了形似鸚鵡
微黃頂毛有縫如人分髮耳聰心慧舌巧人言
謂之了鸚出杜泊州唐白居易有秦吉了詞

ISSN 1682-1106



9 771682 110004

EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Heidi Ho, Marie MacLeod,
Luís Ferreira, Charles Lam,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO
Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
1500

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996322
Fax: (853) 28366806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a
Revista de Cultura
Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996322

Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 32, IIIª Série, 4.º Trimestre 2009

RC, no. 32, IIIrd Series, 4th Quarter 2009

TEXTOS

Texts

Carmen Amado Mendes
Christina Miu Bing Cheng
Gustavo Infante
Jorge de Abreu Arrimar
Roderich Ptak
Romulo Ehalt
Rui d'Ávila Lourido
Rui Manuel Loureiro
Wang Bing

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
Luís Ferreira (Português),
T. Rex Wilson (Inglês)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

Biblioteca da Universidade do Texas, Austin
Gabinete de Comunicação Social do
Governo da RAEM



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Uma série de interações mercantis, tecnológicas e sociais entre Europeus e Asiáticos nos mares do Sul da China terão criado “uma variante do modelo mediterrânico” nas cidades portuárias do Sul e Leste da China no início da era moderna, como sugere, particularmente, o estudo de Roderich Ptak sobre um tema algo descurado pelos investigadores: a circulação de animais e produtos de origem animal. A presente edição de *Revista de Cultura* oferece ainda novas leituras historiográficas sobre os jesuítas Tomás Pereira e Melchior Nunes Barreto, na China e no Japão. O mito e o culto de Guang Di, cujo templo de devoção se situa no coração histórico da cidade, o antigo bazar chinês, é também abordado nesta edição, que, de salto para a contemporaneidade, dá à estampa um estudo sobre o período da transição (1988-1999) e que tem como objecto de análise as negociações sino-portuguesas sobre o futuro de Macau. Esse futuro que é já hoje.

OUR COVER

A series of trading, technological and social exchanges between European and Asians in the South China Sea created a variant of the Mediterranean model in the port cities of south and east China in the early modern period. Such is the thesis of Roderich Ptak who writes in this issue on a topic rarely studied by researchers: the circulation of animals and animal products. This issue of *Review of Culture* also provides new findings on the work of the Jesuits Tomás Pereira and Melchior Nunes Barreto in China and Japan as well as turning its attention to the myths and worship of Guan Di, to whom Macao's Three Streets Guild Temple is dedicated. Looking forward to more recent times, an article on the Transition period (1988-1999) analyses the Sino-Portuguese negotiations on Macao's future, a future that is now being lived.

SUMÁRIO

Index

ATRIUM



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

- 7 THE CIRCULATION OF ANIMALS AND ANIMAL PRODUCTS IN THE SOUTH AND EAST CHINA SEAS (LATE MEDIEVAL AND EARLY MODERN PERIODS)
南中国海与东中国海的禽畜及禽畜产品的流通（中世纪晚期及近代早期）
Roderich Ptak
- 24 DROGAS ASIÁTICAS E PRÁTICAS MÉDICAS NAS *RELACIONES* DE PEDRO TEIXEIRA (ANTUÉRPIA, 1610)
文德泉神父之“记述”中的亚洲毒品与行医
Rui Manuel Loureiro
- 42 REVISITING THE FIRST JESUIT LIBRARY IN JAPAN: AN ANALYSIS OF THE PURPOSE OF NUNES BARRETO'S LIBRARY IN KYUSHU (1556)
回顾日本的第一间耶稣会图书馆 — 分析日本九州巴多图书馆的用途
Romulo Ehalt
- 52 O GALEÃO DE MANILA – GRANDE NAU DE MACAU. O COMÉRCIO DE MACAU COM AS FILIPINAS
马尼拉大帆船—澳门商船：澳门与菲律宾人的贸易
Rui d'Ávila Lourido

- 73 THE INSCRIPTIONS ON TOMÁS PEREIRA'S TOMBSTONE AND THE 'EDICT OF TOLERATION' FROM THE EMPEROR KANGXI
徐日升墓碑碑文与康熙皇帝“容教谕旨”
Wang Bing
- 86 SOCIEDADE E PODER POLÍTICO EM MACAU NOS SÉCULOS XVIII E XIX
十八至十九世纪澳门的社会与政治势力
Jorge de Abreu Arrimar

RELAÇÕES INTERNACIONAIS * INTERNATIONAL RELATIONS

- 107 THE 'POLICIES OF LOCALISATION' IN SINO-PORTUGUESE NEGOTIATIONS DURING THE 1988-1999 TRANSITION PERIOD: THE IMPACT FOR MACAO'S ADMINISTRATION
过渡时期 (1988-1999) 中葡谈判所涉及的“政策定位”对澳门行政的影响
Carmen Amado Mendes

ANTROPOLOGIA * ANTHROPOLOGY

- 123 MACAO'S SANJIE HUIGUAN. THE MYTH AND THE CULT OF GUAN DI
澳门三街会馆 关帝神话与崇拜
Christina Miu Bing Cheng

LITERATURA * LITERATURE

- 139 RIO DE PÉROLAS, RIO DE CONFLUÊNCIAS: MARCAS CIVILIZACIONAIS NOS *CONTOS CHINESES* DE DEOLINDA DA CONCEIÇÃO
珠江，汇合之江：黛奥琳达·贡塞绍之“中国故事”中的文明印迹
Gustavo Infante

RESUMOS

ABSTRACTS





The Circulation of Animals and Animal Products in the South and East China Seas (Late Medieval and Early Modern Periods)

RODERICH PTAK*



I

The history of maritime trade through the East and South China Seas in the early modern period, after the arrival of the Portuguese, Spanish and Dutch on the scene, has largely been analysed on the basis of Iberian and Dutch sources, which provide a wealth of data on the circulation of specific commodities, including quantities and prices. Within this context, Nagasaki, Manila, Guangzhou, Macao, Melaka, Batavia, Faifó, Fort Zeelandia, Zhangzhou and other ports took leading roles—for some decades at least—and the exchange of silk for silver has usually been perceived as a central element in the overall trade structure. Indeed, many historians have argued that Far Eastern trade in these two commodities dominated the second

half of the 16th and much of the 17th century. Certain other commodities, such as pepper, gold and copper, have received some attention as well, while the flow of such goods on which we only find random information in written European accounts, was usually ignored, or treated at the side.

Chinese and Japanese sources support the view that silk, silver, copper and other metals played a vital role in certain periods, but they do not seem to assign the same kind of weight to these commodities as European texts. This is particularly true of the 15th century, when cross-Pacific trade had not yet come into existence and when Japanese silver flows were still a 'minor affair'. During the 15th century in particular the circulation of pepper, tin, sapanwood, sulphur and horses assumed a key position in maritime exchange. This may especially be said with respect to Chinese tribute imports and government trade directed via the Ryukyu Islands.

Some 16th and 17th century works written in classical Chinese provide similar impressions.

The commodity lists in *Dongxiyang kao* 东西洋考 (prefaces 1617/18) are a well-known case in point.¹ They show that Fujianese



The populace of Naha greeting the Ryukyuan ships returning from China. Unknown artist and date (Okinawa Prefectural Museum).

* MA in Economics (University of Guelph, Canada), Dr. Phil. and Habil. degrees in Chinese Studies (both Heidelberg, Germany). Professor of Chinese Studies, first in Heidelberg, then in Mainz-Germersheim, since 1994 in Munich. In between, Heisenberg scholar, guest teacher in Paris, Lisbon and Macao. Books and articles on maritime Chinese history, Macao, and traditional Chinese literature. Co-editor of several book series.

Mestrado em Economia (Universidade de Guelph, Canada), *doutoramento e "Habilitation" em Sinologia* (Heidelberg, Alemanha). *Professor de Estudos Chineses em Heidelberg, em Germersheim e, desde 1994, em Munique. Foi bolseiro "Heisenberg", professor convidado em Paris, Lisboa e Macau. Livros e artigos sobre literatura chinesa, história marítima da China e sobre a expansão portuguesa no Oriente. Co-editor de vários livros.*

HISTORIOGRAFIA



"Official on horseback". Ink and paint by Zhao Mengfu 赵孟俯 (Yuan Dynasty).

merchants traded in various raw materials and manufactured objects. Trade between Korea and Ryukyu, as recorded in the famous *shillok* 实录 collection and the *Lidai bao'an* 历代宝案, furnishes additional data. Korea received a multitude of products originating from Southeast Asia, Japan and other areas. Ryukyu ships, manned with local merchants but certainly also with Fujianese sailors, served as major carriers in this trade. There are also various archaeological and other records pertaining to exchange across the Korea Strait.² Finally, and more generally, textual fragments related to the role of Fujianese merchants in the ports of Kyushu suggest that many other commodities – beyond silk and silver – were regularly shipped back and forth between China and southern Japan, as well as between Japan and Southeast Asia.

In sum, even a very superficial analysis of commodity flows through the East and South China Seas in the period considered here will lead to a very simple result: in regard to such flows, the turn from the 15th to the 16th century did not matter very much; there was no all-encompassing 'revolutionary' change in the composition of maritime trade baskets, at least not prior to the growth of Japanese silver exports and the opening

of trans-Pacific connections via Manila. Furthermore, when the shipment of silver gradually became more important, this did not automatically lead to a sharp decline in the flow of 'traditional' commodities, nor did that trade fall very much behind the newly emerging silk-and-silver sector. On the contrary, it is possible that the combined impact of political, institutional and other forces entailed a growth in the exchanges of traditional items, possibly complementary to the increasing demand for silver in China, and for Chinese silk in Japan. Put differently, there was a strong element of continuity – in commodity composition – that bound together two segments in time: the late medieval and the early modern eras.

II

Here we can turn to different considerations. In recent years Fernand Braudel's concept of the European Mediterranean was often applied to different sections of the Asian seas. Denys Lombard in particular has addressed this point in international conferences, and he was quite convinced that a comprehensive monograph ought to be written on the subject. However, a major

HISTORIOGRAPHY

Western book systematically transferring the conceptual dimensions of the Mediterranean model to the Asian world has not been produced, with the exception of a monograph by Gipouloux, which has a focus on more recent times. Instead we find a large number of smaller studies and several collective volumes which explore individual points or vaguely allude to the possibility of (or difficulties in) comparing the European scenario to the Asian seas. The present article falls into this same

category. It wishes to comment on some features that can be attributed to two 'sub-segments' of the Asian maritime world, namely the East and South China Seas.³

One of the assumptions generally associated with the Mediterranean model pertains to the concept of exchange within a closed or nearly closed maritime space. 'Exchange', in Braudel's understanding, refers not only to the circulation of commodities and trade more generally, but also to the flow of cultural elements

"Ladies on horseback". Detail from a silk scroll by Li Gonglin 李公麟 (Northern Song Dynasty).



HISTORIOGRAFIA

in a very broad sense. That includes ideas, religions, technical knowledge, the arts, lifestyles, and so forth. If the circulation of such elements across the sea, from coast to coast, leads to a certain degree of cultural homogeneity within a large maritime space, then the area in question may be treated as a single 'entity', with its own distinct characteristics, many of which can be derived, from cross-maritime links.

With respect to a specific port or coastal region, the above translates into the following, rather general equation: If the circulation of 'things', via the sea, was more important for a coastal location than the circulation of 'things' between that same site and its respective hinterland, then the port or littoral in question was more closely bound to a given maritime space than to its inland neighbourhood, and thus formed part of the maritime zone. Such a concept presupposes the existence of what Braudel has called *longue durée* factors, or, more simply put, it usually only works if one assumes that the 'maritime' dimensions, which exerted a decisive influence on a coastal port or area, culturally and in other ways, lasted over long periods in time. In practice, it is of course impossible to measure exactly the duration of cultural (and other) elements and their impact on a specific location, but in theory one may define different sets of variables, each with very distinct features. Natural phenomena such as currents and wind patterns, it may be assumed, usually occupied long segments in time. By contrast, the rise fall and of coastal empires, ports and networks were often short 'events'. The circulation of goods and ideas seems to range between these two extremes; in some cases they lasted for several centuries, or even longer; in others they disappeared rather quickly. Moreover, now and then one can detect cyclical movements, ups and downs, or perhaps some kind of constant (or 'linear') track—from x to y—in the gradual emergence of an individual 'factor'.

What the minimum duration for an observable phenomenon should be in order to qualify as a 'maritime constituent', or essential characteristic of a maritime area, naturally, will always remain a matter of debate. There are no mathematical definitions; the image of a hierarchically

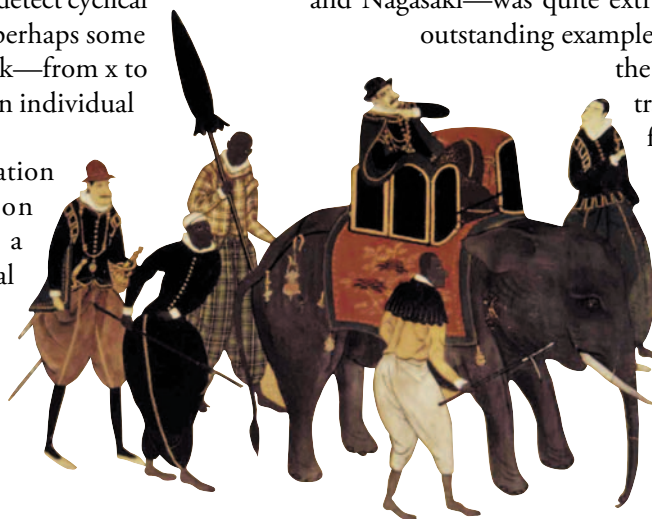
structured set of *longue durée* elements, perceived through the looking-glass of maritime history, will always be biased and incomplete. Notwithstanding—and very paradoxically—at times we seem to feel that such images do mirror the essence of 'reality', whatever that reality may have been.

III

Probably, many historians would support the view that the Mediterranean model cannot be transferred to the Asian context on a one-to-one basis. More generally, different spaces share certain things in common (these elements could be called 'maritime universals'), while they also have unique characteristics of their own. This applies to the European Mediterranean and the various Asian seas. Therefore, the above should only be understood as a rough framework that provides some ideas on the issues of space, time and 'exchange'—or, how to define a maritime zone as such, how to deal with coastal sites, and how to relate these concepts to the circulation of 'things' over longer periods. With these ideas in our mind, we can now return to the flow of commodities and maritime trade across the East and South China Seas.

While Chinese exports of silk already began at an early point in time—Chinese historical works dating from the Tang, Song, Yuan and early Ming periods, it is well-known, frequently refer to such exports—the shipment of Japanese and American silver was, by comparison, a rather recent and short-lived phenomenon. Notwithstanding, it may be argued that the momentary impact of the silk-for-silver trade on selected ports—especially Macao, Manila and Nagasaki—was quite extraordinary. Macao is an

outstanding example in that regard, because the golden years of its first trade cycle, i.e., the period from its foundation in the 1550s through to the 1630s, depended, to a large measure, on profits drawn from the buying and selling of these two products.



Detail of a Japanese namban screen.

HISTORIOGRAPHY



HISTORIOGRAFIA



Elephant. From Wang Qi 王圻, *Sancai tuihui* 三才圖會, 6 vols. (Taipei: Chengwen Chubanshe, 1970).

However, we may adopt a different perspective as well, if we focus on the flow of 'traditional' and seemingly unimportant things, which may have had a much deeper cultural and long-lasting impact on certain areas—in the Braudelian sense—than is commonly thought. Certain plant and animal products can be cited as examples. The shipment of calambac and related woods, for example, already started at an early point in time—and continued well into the Ming period. Such materials were highly valued and transported in limited quantities. They were needed in China, Korea and Japan, especially in medicine. Not infrequently, huge profits could be made on selling them, partly because demand was high, and partly because the costs of transportation were low, owing to the fact that these items would not occupy very much storage space on a sailing vessel.

The production and circulation of silver, it is true, had an impact on the mining industry in Japan (and elsewhere) and the financial sector in China, but besides filling the coffers of the well-to-do, and providing merchant networks and local government institutions with additional liquidity and increased buying power, the impact of silver coins and ingots on everyday life inside China and around the South China Sea should not be overestimated. In essence, the growth of silver supplies accelerated the flow of capital, thereby providing the background for increased investments, but silver was rarely used in Chinese, Korean and other Asian homes; in the form of dishes and art objects, it was mainly required by colonial households and the Catholic Church. In that sense, the *direct* cultural impact of silver on the majority of all coastal settlements in the areas considered was probably quite limited.

HISTORIOGRAPHY

IV

Living animals and animal products, at which this short article will look in more detail, often played a very different role from silver and other metals. Indeed, living creatures always exerted a certain fascination on the minds of Chinese, Japanese and Korean writers. They can be found in hundreds of book illustrations and paintings, and they came to be associated with poetry, stories and even religions. To northern Chinese men of letters, southern animals in particular were exotic creatures; they served as symbols, they provided raw materials for myriad products, or they were simply encountered in the streets of port towns as pets and 'objects' of admiration. As was said, their impact on local culture cannot really be measured, but I would argue that they were certainly much more 'present' in a coastal area, or in the minds of people, than silver and other such things.

Japanese biombo screens in particular, some of which illustrate the presence of Portuguese ships and merchants in Nagasaki, may serve as an example to illustrate this point. These screens show a number of animals, such as pigs, dogs, birds and even elephants, but one rarely finds objects of silver on them. Evidently, the artists who made such screens had a strong interest in 'everyday' life or were simply curious to present an 'exotic' scene. In the course of time such scenes became quite common in Japan. The interest of the Japanese public in foreign 'things', it is clear, had little to do with silver; it was, after all, a *long durée* phenomenon that had already surfaced in earlier centuries.

In China, too, animals were brought to paper by the artists, whether these were colourful birds, beautiful insects, horses and fish, the imagined phoenix, or such 'rara' as imported giraffes, which were shipped to China in the days of Zheng He 郑和. A quick review of the literature on that period reveals that, indeed, animals and animal products must have had a substantial share in the composition of Ming tribute imports from maritime Asian countries. Elsewhere I have drawn attention to the fact that horses are the most frequently mentioned tribute 'item' in early and even mid-Ming contexts. These animals were not only acquired from the Mongols, Inner Asia and Korea, via the land route, but also from Ryukyu and a number of maritime countries.⁴

Horse shipments, as part of the maritime world, the first 'animal case' to be treated here, can be traced

to even earlier times, the Song and Yuan periods in particular. Today we know, for example, that the 'flow' of horses from Yunnan to Champa and Annam, and from Guangxi and Guizhou to Central China, was an important feature, which also had an impact on the maritime economy of certain areas around the Gulf of Tonkin. Hainan is one scenario within that context. It sent horses to Guangdong and was also in touch with Champa, which would occasionally seek help from

Giraffe, taken by Zheng He to China. Painting attributed to Shen Du 沈度 (Ming Dynasty).



HISTORIOGRAFIA

the Hainanese when horse supplies via Annam were interrupted for political or other reasons.⁵ In this way, certain segments of what one may call the 'Indochina horse trading system'—which appears to have lasted for several consecutive centuries—came to form a *longue durée* constituent of trade and exchange along the western edges of the South China Sea, or the so-called *xi hang lu* 西航路 (Western trade artery), which connected Fujian and Guangdong via the Champa coast with the Gulf of Siam and the eastern shores of the Malay peninsula, and thereby also extended to western Kalimantan, Sumatra and northern Java.

Further north, between Korea and Japan, horses came to play an important role as well. When the Mongols tried to invade Japan, Yuan troops disembarked on various islands scattered in the Korea

Strait. It is believed that the horses which Kublai Khan's soldiers left on these remote locations later spread to some adjacent areas. Perhaps one can also establish a link here to the Ryukyu archipelago, which, regularly sent horses to China from the late 14th century onwards. This trade, it seems, provided Fujian's government posts with animals for regional communication and transport.

Although that trade ebbed off in the 16th century, the early Portuguese, as newcomers, were still interested in horses because for them a country that could mobilise a sizeable cavalry was a strong nation by the standards of the time. We thus find references to the presence of horses in early Portuguese descriptions of Hainan, Guangzhou and various Southeast Asian sites. In the 17th century horses continued to 'move' across the seas,

Kingfisher. From Wang Qi, *Sancai tubui*.



HISTORIOGRAPHY

in small numbers, and mostly as gifts. This also involved Japan, China, the Philippines, and so on. Generally, the raising and keeping of horses was considered an art that appears to have travelled across the seas as well. Horses, therefore, had a multiple impact on local societies.

References to the shipment of elephants are less frequently encountered in written works on the East and South China Seas. Song sources and the *Ming shilu* do mention such transports, and the trade in ivory, but in the course of time these giant animals gradually disappeared from the maritime scene—with a few exceptions only, when they were sent as (tribute) gifts. Probably this change of affairs should be related to cost considerations, a decline in animal resources, environmental factors, or it simply had to do with the fact that elephants no longer served in the military.⁶ Be this as it may, one wonders how these ‘giant’ animals were stowed on a wooden vessel in late medieval times.

The same question could be raised with respect to the transportation of giraffes. Zheng He, we know, certainly had the technology to accomplish this delicate task, but the shipment of such creatures from Africa or Bengal to Nanjing was costly and, seen from a purely commercial point of view, certainly did not pay at all. No economic purpose can be associated with these animals, or with zebras, lions and other large beasts; they were brought to China for highly symbolic reasons, or simply because the court had a certain interest in acquiring exotic ‘things’, to show its ‘grandeur’, not completely dissimilar from the courts of earlier empires, such as the Han, who kept large ‘hunting grounds’ full of rare creatures. Put differently, the acquisition of living ‘mirabilia’ could only be afforded by the state, which had enough funds to finance such endeavours.⁷

V

Other than giraffes, zebras and the like, the Ming court would also collect rare and precious birds from all over. We thus get references to the importation of ostriches, cassowaries, parrots, cockatoos, peacocks and so forth. Such animals were also brought by Zheng He. But again, the bird trade goes back to much earlier times. The ostrich, for example, was already known to



Hairpin, decorated with kingfisher feathers.
From Zhou Xun 周汛 and Gao Chunming 高春明,
Zhongguo Lidai Funü Zhuangshi 中国历代妇女妆饰
(Hong Kong: Joint Publishing Co., 1988).

China in antiquity. Its eggs were held in high esteem, on account of their size, and because—terminologically—they were related to the dragon world, as ‘dragon eggs’.⁸

Other birds, such as kingfishers (usually *feicui* 翡翠) were admired for their beautiful feathers, which were needed to decorate objects of art, such as golden hairpins. Moreover, in the course of time, all kinds of expressions with the linguistic element ‘kingfisher’ (‘blue’) had come into existence, and kingfishers were often associated with female elegance. Under the early Ming, their feathers were imported in large quantities, especially from Indochina. Between 1416 and 1424 alone, the *Ming shilu* 明实录 records eight missions from Jiaozhi 交趾, i.e., northern Vietnam, which brought a total of more than 20,000 ‘pieces’ (probably dead animals). Other sources link the production and/or shipment of such animals/feathers (probably mostly *Alcedo atthis*) to Champa, Cambodia, Siam, Java, and even Bengal. Since regular deliveries to China may have entailed temporary reductions in local resources, coloured feathers taken from other birds were probably admixed to ordinary *feicui* feathers as substitutes, although this is not reported in the documents.⁹

References to parrots and other birds capable of imitating human speech (*yingwu* 鹦鹉, etc.) are even more frequently found in texts, and occasionally on paintings. Such birds appear in hundreds of Chinese poems and stories. This would be a theme for several specialised monographs. Under the Tang, for example, ‘talking’ birds were associated with Buddhism and kept as pets in the imperial court. Evidently such birds were much beloved in coastal China as well because we frequently find them in local chronicles pertaining to Fujian, Guangdong and Hainan. In the Qing period they are even encountered in Macao, as we know from the *Guangdong xinyu* 广东新语, *Aomen jilüe* 澳门纪略 and other such works.

Most exotic birds imported to China came from Southeast Asia. This also applies to the so-called ‘upside-hanging-down’ birds (*daoguaniao* 倒挂鸟), but there were locally ‘produced’ *daogua* birds as well; therefore, their zoological identification poses certain problems.

HISTORIOGRAFIA

Parrot. From Wang Qi, *Sancai tushui*.

The latter were brought into connection with various kinds of *Nectariniidae* (sunbirds); imported *daoguaniao*, it was thought, should refer to one or two species under the *Paradisaeidae* (birds of paradise). According to early Iberian accounts, native traders in the areas now forming part of eastern Indonesia offered the feathers of paradise birds; these colourful feathers were then shipped to the ports of Java and from there to other distant regions. But there are reasons to assume that under the early Ming the term in question, when used for imported birds, probably stood for *Loriculus vernalis*—the vernal-hanging parrot—or some related candidate (and not for the birds of paradise). Later sources contain interesting descriptions of these creatures. One such example may be encountered in the *Aomen jilüe*: '[Its] body has a green shade, the forehead is deep green, and there is a vermilion dot on the breast. It has a yellow crest. When dancing,

the comb opens up. Occasionally it collects smoke beneath the wings; when it releases [the smoke], the whole room is enshrouded by it. Furthermore, it may suddenly start to rotate, with its head and feet forming a circle, which it greatly enjoys.' These lines, and a poem not quoted here, can be traced back to earlier material. By and large the description is also compatible with two paintings found in a Qing album, called *Gugong niao pu* 故宫鸟谱. All this seems to suggest that indeed *Loriculus* was meant, or a subspecies under that category, which was regularly shipped to China in the days of Zheng He, under the late Ming and even in early Manchu times.¹⁰

References to hornbills—usually called *heding* 鶴頂 in Yuan and Ming works—are a different matter. Again, they already occur in very early sources under various names. Possibly, the natural excrescence above the beak served as a substitute for tortoise-shell or

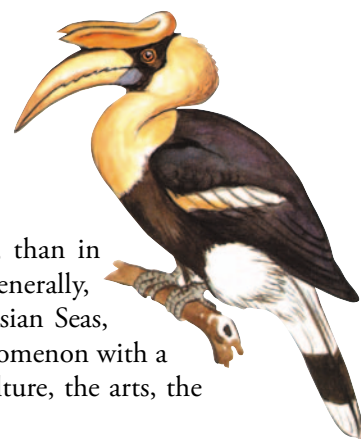
HISTORIOGRAPHY

similar raw materials. In various Southeast Asian cultures, such as inside Kalimantan, hornbills are still venerated today or seen as symbols of power and strength. In China, they are occasionally mentioned in the context of traditional medicine, one source being the *Bencao gangmu* 本草綱目 (late Ming), which summarises earlier writing.¹¹

More birds regularly imported to China in medieval and early modern times could easily be listed, and the trade in them analysed, but I shall not discuss these matters here. Be this as it may, the above should not suggest that most Ming ships, when returning to China in the wake of Zheng He's armadas, or as private carriers in later periods, were full of winged beauties. Rather, a load of parrots and cockatoos, kept in cages, was certainly only an additional 'item'—an extra gift presented to the imperial court, as tribute, or offered for sale in a local market. What matters is that such animals were traded over long periods, obviously because they were much sought after as pets or otherwise. Indeed, birds were probably more desired in the Far East, and

Hornbill, modern illustration.

From *Zhongguo Yesheng Dongwu Baohu Xiehui* 中国野生动物保护协会, Qian Yanwen 钱燕文 (ed.), *Zhongguo Niao lei Tujian* 中国鸟类图鉴 (Atlas of Birds of China) (Zhengzhou: Henan Kexue Chubanshe, 1995).



more fashionable at that time, than in contemporary Europe. More generally, the trade in birds, across the Asian Seas, was a kind of *longue durée* phenomenon with a long-lasting impact on local culture, the arts, the world of symbols, and so on.

VI

While the purely *economic* value of most imported birds was minimal, or restricted to the use of certain bird products in traditional medicine and the local cuisine (in South China, for example, *yingwu* were eaten), horses could be used for transportation and by the armed forces. Other animals and/or animal products also had a certain 'material' value. One famous case is

Bird of paradise. From Nan Huai ren 南怀仁 (Ferdinand Verbiest), *Kunyu tushuo* 坤輿圖說. Zhihai (Baibu congshu. 54.6).



HISTORIOGRAFIA



Cockatoo. From Qin Xiaoyi 秦孝仪 (Chin Hsiao-i) et al. (eds.), *Gugong Niao Pu* 故宫鸟谱 (The Manual of Birds), 4 vols. (Taipei: Guoli Gugong Bowuguan, 1997).

that of deer. Both the skins and meat of these animals were shipped through the South and East China Seas in great quantities. Japan was mostly interested in buying skins, which came from Taiwan and, during certain periods, also from Thailand. On Taiwan, Chinese settlers and Dutch colonial administrators organised a flourishing trade in deer skins. This commodity was, next to silk, one of the most important Dutch imports to Japan through much of the 17th century. The meat was locally consumed on Taiwan, but certain quantities were also sold, across the Taiwan Strait, to Fujian. Besides meat, Fujianese ships carried deer horn, which was in demand by pharmacists in China, to such ports as Zhangzhou and Xiamen. The trade in Taiwanese deer products reached its peak when the Dutch were in control of Fort Zeelandia; before that and after the conquest of Zeelandia by Zheng Chenggong 郑成功, this trade was not yet as important.¹²

Skins and horn also appear in trade between Korea and Ryukyu. During the 15th century, Ryukyu ships took shark skins, other fish skins and 'soft' skins (*yupi* 喻皮), usually of an unspecified nature, buffalo horn, ox horn and rhinoceros horn to Chōson, where these materials

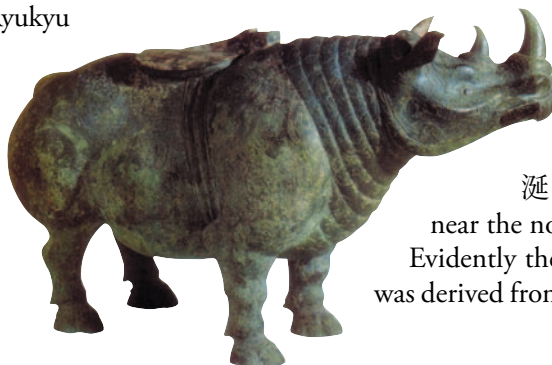
were mainly used in local medicine. Tsushima Island, it seems, was also involved in such shipments. The trade in skins and horns extended to many northern regions as well, far beyond the Korean peninsula, and would certainly deserve several major studies.

Another commodity requiring more scholarly attention is musk. This was an extremely expensive material collected in the mountainous regions of Yunnan and Tibet. From there, musk was sold—via northern Myanmar—to Pegu and other ports facing the Bay of Bengal and the Andaman Sea, and to the ports of southern China, especially Guangzhou, whence it was sent to Japan. After the arrival of the Europeans, this highly prized substance, used in medicine but also in the production of perfumes and ointments, appears in colonial sources as well, some of which are related to Macao and Nagasaki. It continues to be mentioned in the 17th century and, to this very day, has remained an extremely rare and expensive commodity.¹³

VII

Musk was a luxury item and the trade therein a typical *longue durée* phenomenon. The same applies to the circulation of certain products collected from marine animals. Ambergris is perhaps the most peculiar case in that regard because its real nature remained a mystery for centuries—which, naturally, has given birth to many strange stories of its origin. Be this as it may, ambergris is a solid and fatty substance which comes from the intestines of the sperm-whale. It was found floating on the sea or collected on the beaches of tropical countries and then sold at high prices. Normally ambergris occurs in small lumps, mostly of a greyish colour, less frequently with white or yellow elements, or black parts. Known for its pleasant odour, small amounts were widely used in the production of fragrant essences and in traditional Chinese medicine, where ambergris was usually called *longxian* 龙涎, i.e., 'dragon spittle'.

Sources related to Zheng He's voyages refer to ambergris in the context of a small island called 'Longxian xu' 龙涎屿—i.e., Pulau Rondo, near the northwestern tip of Sumatra. Evidently the Chinese name for Rondo was derived from the conventional term for



Bronze vessel for wine in shape of a rhinoceros (Warring States Period).

HISTORIOGRAPHY

that substance. Other 'producing' areas then included Sri Lanka, Hormuz, La'sa (most likely on the Arabian peninsula), Dhofar, the Maldives and Laccadive Islands, and various sites along the modern Somali coast.

In Ming China ambergris was one of the most expensive products—on account of its rarity and extraordinary properties. One remarkable story links this vitalising 'drug' to the imperial bed chambers and the foundation of Macao in the mid-17th century: The Jiajing emperor, it was argued in court circles, should have a talented son as heir; for that purpose he had to be in good health—and thus needed a regular dose of ambergris. But ambergris was very difficult to find. A long search was commissioned, but without result. Eventually this led to negotiations with the Portuguese, who were able to offer small amounts, thereby relieving the Chinese side from its worries. The imperial court was so pleased, indeed, that Portugal received the peninsula of Macao in reward for its extraordinary services; this is how Portugal's easternmost city was born in the middle of the 16th century.¹⁴

While ambergris appears on Iberian and Dutch shipping lists of the 16th and 17th centuries, the role of tortoise-shell in that period is less well understood. Elsewhere I have argued that this substance, mostly collected from the hawksbill turtle, was an important trade item under the Song dynasty and certainly also under the Mongols, while one finds fewer references to Chinese imports in the Ming period. However, tortoise-shell continues to be mentioned in early modern accounts of the Malay world, especially in colonial works related to Sulawesi as well as in various Chinese texts on Hainan and other stretches of coastal China, and there are also occasional references to shipments through the East China Sea. Therefore, once again, tortoise-shell, like ambergris and other substances, has a long history of its own: it was used in medicine, to produce small objects such as chopsticks, and to decorate furniture, boxes, and the like. To what extent it served as a substitute for other materials of a similar nature (like ox horn), or was itself substituted by these, remains an open issue. Finally, the meat and eggs

of many sea turtles were considered delicacies in Chinese cuisine, and, above all, turtles and tortoises have entered Chinese mythology and lore and thus taken a common place in popular thought and religious beliefs.¹⁵

Already in Han times we can encounter many references to red coral. This precious substance came from the Mediterranean world and reached the Far East, via Iran, by both the land and sea routes. It was traded in the form of broken pieces, beads and 'trees', and was used to make various objects, especially bracelets, amulets and figurines. Later, coral became very popular



Daoguaniao, or *Loriculus vernalis*.
From Qin Xiaoyi (Chin Hsiao-i) et al.
(eds.), *Gugong Niao Pu*.

HISTORIOGRAFIA

in Buddhism (as one of the so-called seven or eight 'treasures', next to diamonds, lapis lazuli, gold, etc.). In the Far East, it was also needed for the production of stamp paste (for seals), and again in medicine. Coral has been discovered in many burial sites and regularly appears in texts related to China's maritime trade. Under the Ming and Qing in particular, the terminology (coral is normally called *shanhu* 珊瑚 in Chinese) begins to diversify—i.e., other than references to red coral, one now also finds such expressions as 'black', 'white' and 'green or blue' *shanhu*. Works related to the period of Zheng He's voyages, for example, mention black coral in the context of the Indian Ocean. Portuguese works also list coral as a trade item, especially the red variety. This includes some scattered notes on shipments via India and Macao, but it is not clear to what extent the markets around the East China Sea became involved in the coral business during that period.¹⁶

*While Chinese exports of silk
already began at an early
point in time...the shipment
of Japanese and American silver
was, by comparison,
a rather recent and short-lived
phenomenon.*

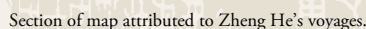
Traditional Chinese works allude to the existence of 'coral islands', however, these references remain vague, and the general impression prevails that the true nature of coral was rarely understood, i.e., in most cases coral was sold as a kind of precious or semi-precious stone. Similar problems can be detected in regard to other marine products. Giant clams (usually *chequ* 砗磲, but also other orthographs) are a case in point. This 'material' appears in the context of both maritime trade and land-based exchange and was, like coral, sometimes taken for an expensive stone. It is only in later periods that the semantic dimensions begin to emerge more clearly. From the Song and Ming onwards the expression *chequ* was mostly applied to various species (shells) under the *Tridacna* and *Hippopus* groups, and one finds a number of references to *chequ* shipments across the South China

Sea. Possibly much of the *chequ* then offered for sale came from Hainan, the Xisha Island, and the coasts of Vietnam, but giant clams are also mentioned as products of the Malay world. Moreover, archaeologists have discovered that, ages ago, such shells must have played a central role in the pre-history of Ryukyu.

Several *Tridacna* shells are white and very hard, and therefore apt to be worked into small objects of art, such as figurines, amulets and boxes. In some cases, *chequ* cups achieved high prices, and the polished material, on account of its beauty and shine, was compared to jade. Today, *Tridacna* plates and cups are still offered as expensive collector's items by special agents or in auctions. Besides using the shell to manufacture valuable objects, the meat of certain giant clams is considered a delicacy in the Far East, and various *chequ* products occur in traditional Chinese texts on medicine. In other cultures the large and unbroken shells served as containers or vessels, or were simply used as decorative items. In some parts of the ancient Orient and Greece, giant clams, and the imitation of their shells, were particularly common.¹⁷

Early Chinese texts contain many more references to other sea shells and clams. Certain terms, for example *bei* 贝, are related to the circulation of cowry shells and can be associated with monetary history. Archaeology provides additional evidence. This links, for example, to the areas of modern Myanmar and Yunnan, where cowries were still in use under the mid-Ming.¹⁸ However, in the period and regions considered here, cowry money was of no importance. All major ports around the East and South China Sea were then relying on metallic currencies. Therefore, we may ignore the 'cowry story' in the context of the present paper.

This should certainly not apply to many other animals and animal products whose circulation in late medieval and early modern Asia is well-documented but not yet fully understood.¹⁹ Shark fins and certain products derived from the whaling 'industry', various kinds of conches, bees wax, doves and other birds, special feathers, dried shrimps and fish, different types of pelts and skins from tigers, leopards, snakes, apes, etc., bezoar stones and other substances can be encountered in many locations as trade items, in medicine, as raw materials used for decorative purposes, in manufacturing, and so on. As has been mentioned, many of these items occur in traditional Chinese, Japanese and Korean sources, and later in



trade in skins tied together at least five major regions: Siam, Fujian, Taiwan, Japan and Korea. Its internal mechanics—such as possible substitution effects (deer skin and other skins and pelts)—would still need a more thorough investigation, although it is clear from the sources that the Taiwan part of this fascinating story occupied a central role in history, especially in the middle of the 17th century.

Clearly, the duration of each trade cycle differed in length, but in most cases we can certainly speak of *longue durée* phenomena, in the Braudelian sense, and in most cases, the artificial boundary between 'late medieval' and 'early modern' makes little sense, because trade cycles rarely ended at around 1500. On the contrary, there are reasons for the assumption that the circulation of certain (though not all) traditional products accelerated after the arrival of the Europeans. Furthermore, some animals and animal products were expensive trade items associated with luxurious urban life styles (birds, feathers, certain medicinal

HISTORIOGRAFIA

substances), while other products had a larger market. The extraordinary variety of imports to Zhangzhou, as indicated in *Dongxiyang kao*, and the many descriptions found in such works as Huang Zuo's 黄佐 influential *Guangdong tongzhi* 广东通志 (1561), not only show a continued interest in exotic matters, but also suggest that many Chinese ports and towns must have enjoyed a certain affluence, which was a *sine qua non* condition for the nearly uninterrupted acquisition of many expensive products. Presumably the same may be said in regard to certain ports on Kyushu and along the shores of Korea, the Philippines and other areas.

Clearly, demand for specific animal products fluctuated from one period to the next, but in all likelihood these fluctuations were somewhat different in each case. Certain basic ingredients for the preparation of medicinal substances were always required in China and Japan—presumably, demand for such items remained quite stable—while materials mostly used for manufacturing objects of art, were not as essential in daily life. Put differently, the elasticities of demand and supply varied, to some degree at least, with the nature of a product and the utility associated therewith. Cost considerations related to transportation and market risks had a definite impact on some of these fluctuations. The larger an animal, the higher the cost of stowing it on a sea-going vessel. As opposed to giraffes and horses, small and high-priced creatures posed no problems whatsoever.

Certain small expensive things could be sold virtually everywhere, at any point in time, so that, if

only a small share of them was saved in the event of shipwreck, the material losses were still manageable—or at least not as devastating as, say, in such cases where a ship fully laden with bulky silks and heavy ingots, but little else, disappeared in the middle of the sea. Presumably, sailors and merchants who managed to save a few pounds of musk or ambergris tied around their neck in a water-tight mini-container, would be able to survive, materially, for a few months at least, upon reaching the nearest port.

As was said, the exchange of animals and animal products had an impact on coastal cultures. Shipping horses required advanced transportation techniques (which, unfortunately, are not described in the sources), veterinary knowledge, and other logistic preparations. A comparison of Chinese, Japanese and other works related to traditional medicine in the Far East reveals, for example, that certain substances were used against the same (or similar) diseases in both China and Japan. We also know that, occasionally, medical doctors would travel across the East China Sea. In other words, the circulation of animals and animal products can be associated with the circulation of know-how or, more generally, techniques and scientific knowledge of various kinds—again in the Braudelien sense. These and other elements, there can be no doubt, clearly suggest that the coastal areas around the East and South Chinas shared many things in common—and may thus be compared to the Mediterranean world, or considered as variations of that model, at least in the period considered here. **RC**

NOTES

- 1 See, for example, Stephen Tseng-hsin Chang, 'Commodities Imported to the Chang-chou Region of Fukien during the Late Ming Period: A Preliminary Analysis of the Tax Lists found in *Tung-hsi-yang kao*', in R. Ptak and Dietmar Rothermund (eds.), *Emporia, Commodities and Entrepreneurs in Asian Maritime Trade, c. 1400-1750*, Ser. Beiträge zur Südasiensforschung, Südasiens-Institut, Universität Heidelberg 141 (Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991), pp. 159-94.
- 2 Recently, for example, S. M. Hong-Schunka, 'An Aspect of East Asian Maritime Trade: The Exchange of Commodities between Korea and Ryūkyū (1389-1638)', and Barbara Seyock, 'Pirates and Traders on Tsushima Island during the Late 14th to Early 16th Century as Seen from Historical and Archaeological Perspectives', both in Angela Schottenhammer (ed.), *Trade and Transfer Across the East Asian 'Mediterranean'*, Ser. East Asian Maritime History 1 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2005), pp. 91-161.

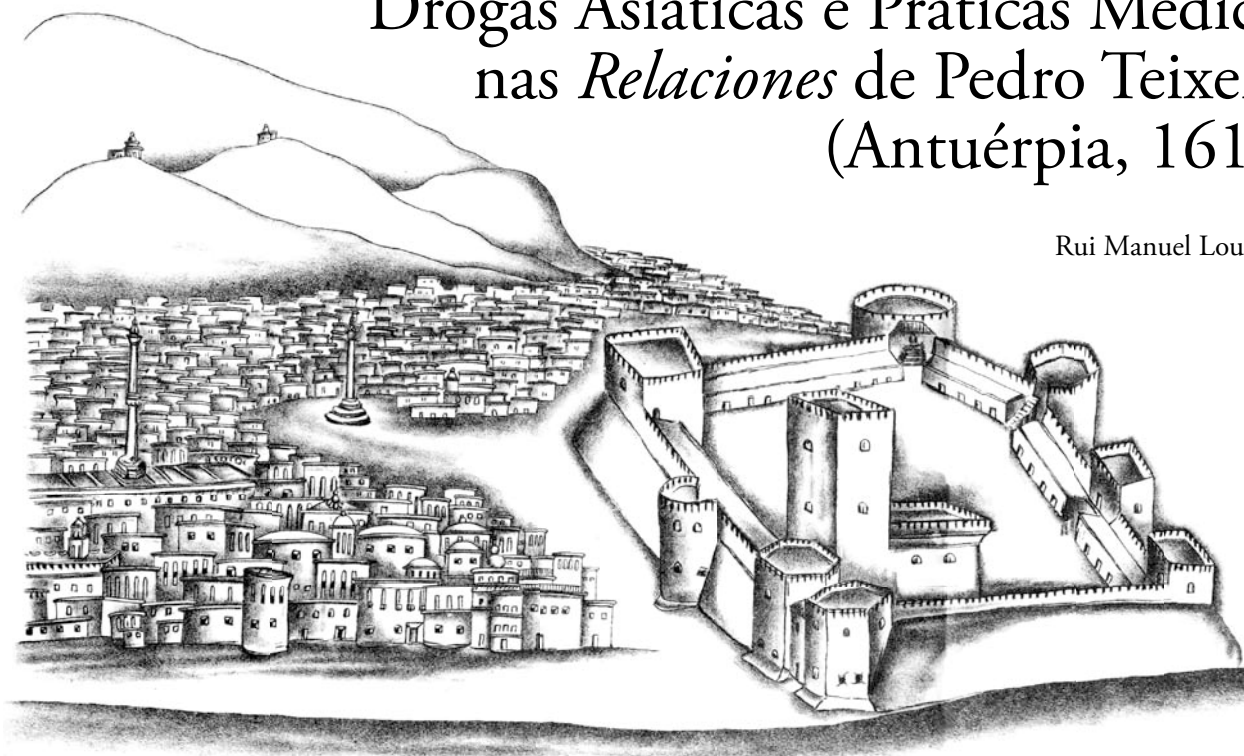
- 3 For some suggestions on the Mediterranean model in the Asian context, see R. Ptak, *Die maritime Seidenstraße. Küstenräume, Seefahrt und Handel in vorkolonialer Zeit*, Ser. Historische Bibliothek der Gerda-Henkel-Stiftung 2 (München: C. H. Beck 2007), introductory part. François Gipouloux, *La Méditerranée asiatique. Villes portuaires et réseaux marchands en Chine et en Asie du Sud-Est, XVI^e-XXI^e siècle* (Paris: CNRS, 2009) follows a different approach. For recent micro-studies, with theoretical implications, also see some of the articles in Angela Schottenhammer (ed.), *The East Asian 'Mediterranean': Maritime Crossroads of Culture, Commerce and Human Migration*, Ser. East Asian Maritime History 6 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2008). Haneda Masashi (ed.), *Asian Port Cities, 1600-1800. Local and Foreign Cultural Interactions* (Singapore: NUS Press, in association with Kyoto University Press, 2009), in the introductory section of his book, enlarges some of the conceptual

HISTORIOGRAPHY

- issues. Earlier work on Asia and Europe includes: Denys Lombard, 'Une autre "Méditerranée" dans le Sud-est asiatique', *Hérodote* 28 (1998), pp. 184-93; Peregrine Horden and Nicholas Purcell, *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History* (Oxford: Oxford University Pr. 2000); R. Ptak, 'Quanzhou: At the Northern Edge of a Southeast Asian "Mediterranean"?', in Angela Schottenhammer (ed.), *The Emporium of the World: Maritime Quanzhou, 1000-1400*, Ser. Sinica Leidensia 49 (Leiden: E. J. Brill 2001), pp. 395-427; Roy Bin Wong, 'Entre monde et nation: les régions braudeliennes en Asie', *Annales* 66.1 (2001), pp. 9-16; Heather Sutherland, 'Southeast Asian History and the Mediterranean Analogy', *Journal of Southeast Asian History* 34.1 (2003), pp. 1-17.
- 4 R. Ptak, 'Pferde auf See: ein vergessener Aspekt des maritimen chinesischen Handels im frühen 15. Jahrhundert', *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 34 (1991), pp. 199-233, and R. Ptak, 'Zheng He i la importació de productes i animals exotics cap a Xina', in Dolors Folch (ed.), *Els grans viatges de Zheng He. Les expedicions marítimes de la Xina del segle XV* (Barcelona: Angle Editorial and Museu Marítim de Barcelona, 2008), especially pp. 109-11.
 - 5 On horses in the Indochina-Guangxi-Hainan region, recently: Geoff Wade, 'The Horse in Southeast Asia prior to 1500 CE: Some Vignettes', and R. Ptak, 'Hainan and the Trade in Horses (Song to Early Ming)', in Bert G. Fagner, Ralph Kauz, R. Ptak and Angela Schottenhammer (eds.), *Pferde in Asien: Geschichte, Handel und Kultur. Horses in Asia: History, Trade and Culture*, Ser. Österreichische Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-historische Klasse, Denkschriften 378 (Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2009), pp. 161-77, 219-28. Furthermore: Li Tana, 'A View from the Sea: Perspectives on the Northern and Central Vietnamese Coasts', *Journal of Southeast Asian Studies* 37 (2006), pp. 83-102, and 'The Rise and Fall of the Jiaozhi Ocean Region', in Angela Schottenhammer and R. Ptak (eds.), *The Perception of Maritime Space in Traditional Chinese Sources*, Ser. East Asian Maritime History 2 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2006), pp. 125-39.
 - 6 Some ideas may be derived from Mark Elvin's *The Retreat of the Elephants: An Environmental History of China* (New Haven: Yale University Press, 2004).
 - 7 Chinese ethnographic accounts mention dozens of animals. For recent studies, see, for example, Zhang Zhijie 张之杰, *Yan qiao ji. Kexue yu meishu de jiaohui* 盐桥集. 科学与艺术的教会 (Taipei: Zhang Zhijie chubanshe, 2006), pp. 251-60 (and on giraffes especially pp. 244-50, 261-9), or Zhang Jian 张箭, 'Xia Xiyang suo jian suo yinjin zhi yishou kao' 下西洋所见所引进之异兽考, *Shehui kexue yanjiu* 社会科学研究 (1/2005), pp. 152-8 (also on <http://www.cnki.net>). Earlier work also includes research on the *Yiyu tuzhi* 异域图志, an anonymous text, possibly from the early Ming period. See, for example, A. C. Moule, 'An Introduction to the I Yü T'u Chih or 'Pictures and Descriptions of Strange Nations', in the Wade Collection at Cambridge', *T'oung Pao* 27 (1930), pp. 179-88, and 'Some Foreign Birds and Beasts in Chinese Books', *Journal of the Royal Asiatic Society* (1925), pp. 247-61.
 - 8 Recently on the ostrich, for example, Wang Ting 王頊: 'Tiaozhi daque - Zhongguo zhong jin gu jicai zhong de daxing zouqin' 条支大雀—中国中近古记载中的大型走禽, www.eurasianhistory.com/data/articles/a02/1555.html (December 2007).
 - 9 For kingfishers, see, for example, R. Ptak, *Exotische Vögel: Chinesische Beschreibungen und Importe*, Ser. East Asian Maritime History 3 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2006), pp. 59-90.
 - 10 For parrots and similar birds, *ibid.*, pp. 11-33. Also R. Ptak, 'Notizen zum qinjiliao oder Beo (*Gracula religiosa*) in alten chinesischen Texten (Tang- bis mittlere Ming-Zeit)', *Monumenta Serica* 54 (2007), pp. 447-69, and 'Weiße Papageien (*bai yingwu*) in frühen chinesischen Quellen bis zur Tang-Zeit', in the same (ed.), *Tiere im alten China. Studien zur Kulturgeschichte*, Ser. Maritime Asia 20 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2009), pp. 31-48.
 - 11 On the *daoguaniao* and birds of paradise, for example, R. Ptak, 'The Avifauna of Macau. A Note on the *Aomen jiliu*', *Monumenta Serica* 57 (2009), pp. 201-11; *Exotische Vögel*, pp. 91-103; Wang Ting: *Xiyu Nanhai shidi yanjiu* 西域南海史地研究, Ser. Wen shi zhe yanjiu congshu (Shanghai: Shanghai guji chubanshe, 2005), pp. 111-28; Matthias Röder, 'Vom kopfüber Hängenden oder *daoguaniao*', in R. Ptak, *Tiere im alten China*, pp. 17-30.
 - 12 On hornbills, see R. Ptak, *Exotische Vögel*, pp. 35-58. Also Yang Hezhi 杨赫之, 'Heding kao' 鹤顶考, *Zhonghua kejishi tonghaohui huikan* 中华科技史同好会会刊 6 (12/2002), pp. 9-15.
 - 13 On deer products, see, for example, Nakamura Takashi 中村孝志, 'Shiqi shiji Taiwan lupi zhi chuchan ji qi dui Ri maoyi 十七世纪台湾鹿皮之出产及其对日贸易', *Taiwan yanjiu congkan* 台湾研究丛刊 71 (1959), pp. 24-42; Thomas O. Höllman, 'Formosa and the Trade in Venison and Deer Skins', in R. Ptak and D. Rothermund (eds.), *Emporia*, pp. 263-90; Pol Heyns (Han Jiabao), 'Deer Hunting in Dutch Formosa', in Ku Wei-ying (ed.), *Missionary Approaches and Linguistics in Mainland China and Taiwan*, Ser. Louvain Chinese Studies 10 (Leuven: F. Verbiest Foundation and Leuven University Press, 2001), pp. 59-100.
 - 14 See, for example, Peter Borschberg, 'Der asiatische Moschushandel vom frühen 15. bis zum 17. Jahrhundert', in Jorge M. dos Santos Alves, Claude Guillot and R. Ptak (eds.), *Mirabilia Asiatica. Produtos Raros no Comércio Marítimo. Produits Rares dans le Commerce Maritime. Seltene Waren im Seehandel*, Ser. South China and Maritime Asia 11 (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag; Lisbon: Fundação Oriente, 2003) pp. 65-83.
 - 15 For ambergris, see, for example, Peter Borschberg, 'Der asiatische Ambra-Handel während der frühen Neuzeit (15. bis 18. Jahrhundert)', in Alves et al., *Mirabilia Asiatica...*, vol. 2 (same series and publisher as vol. 1, 2005) pp. 167-201. For Macao and ambergris, see the many studies by Jin Guoping 金国平 and Wu Zhiliang 吴志良, for example 'O significativo de 'xiang' (âmbar cinzento) 'yan' (ópio) na história de Macau', in their *Revisitar os Primórdios de Macau. Para Uma Nova Abordagem da História*, Ser. Coleção Memória do Oriente (Macao: Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente, 2007), especially pp. 457 et seq.
 - 16 See, for example, R. Ptak, 'China and the Trade in Tortoise-shell (Sung to Ming Periods)', in R. Ptak and D. Rothermund (eds.), *Emporia*, pp. 195-229.
 - 17 For corals, see, for example, R. Ptak, 'Notes on the Word 'Shanhu' and Chinese Coral Imports from Maritime Asia, c. 1250-1600', *Archipel* 39 (1990), pp. 65-80; Peter Francis, *Asia's Maritime Bead Trade 300 B.C. to the Present* (Honolulu: University of Hawai'i Press, 2002), especially pp. 154-7.
 - 18 R. Ptak, 'Notizen zu Riesenmuscheln im alten China', to appear in a collective volume, 2010.
 - 19 On cowries, see, for example, Hans Ulrich Vogel, 'Cowry Trade and Its Role in the Economy of Yünnan, the Ninth to the Middle of the Seventeenth Century', in R. Ptak and D. Rothermund (eds.), *Emporia*, pp. 231-62; also, revised and in two parts, in *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 36 (1993), pp. 211-52, 309-53; Yang Shouchuan 杨寿川 (ed.), *Beibi yanjiu* 贝币研究 (Kunming: Yunnan daxue chubanshe, 1997).
 - 20 In some cases, such as pearls, there are several learned books, but one may still encounter important Oriental sources, which have rarely been used by European specialists. One example is R. A. Donkin's voluminous monograph *Beyond Price. Pearls and Pearl Fishing: Origins to the Age of Discoveries*, Ser. Memoirs of the American Philosophical Society Held at Philadelphia for Promoting Useful Knowledge, vol. 224 (Philadelphia: American Philosophical Society, 1998), which cites many European accounts, but overlooks relevant Chinese works.

Drogas Asiáticas e Práticas Médicas nas *Relaciones* de Pedro Teixeira (Antuérpia, 1610)

Rui Manuel Loureiro*



INCERTEZAS BIOGRÁFICAS

São praticamente inexistentes as informações disponíveis sobre o viajante e escritor português Pedro Teixeira, que, como sucede com tantos outros dos seus contemporâneos, passa totalmente despercebido nas fontes da época.¹ Não o mencionam os cronistas portugueses quinhentistas, nem tão-pouco lhe fazem referência os inúmeros documentos oriundos do Estado da Índia. Apenas um cuidadoso escrutínio da obra que o tornou célebre permite desvendar, ou adivinhar, alguns traços biográficos. Assim, haverá que recorrer

forçosamente às *Relaciones* de Pedro Teixeira, impressas em Antuérpia em 1610, para traçar um hesitante esboço da vida deste infatigável andarrilho. As alusões contidas na obra, que referem o folclore de “*nuestros Portugueses de entre Duero y Miño*”,² poderiam sugerir que o seu autor era natural do norte de Portugal; mas tais referências poderão ter resultado de uma simples visita àquela região portuguesa. A cronologia das suas extensas viagens levaria a crer que nasceu por volta de 1570, já que ao largar de Lisboa em 1586, num dos cinco navios que compunham a armada da “carreira” da Índia desse ano, não deveria ter menos de 15 anos. Tal dedução não está forçosamente correcta, pois o nosso homem poderia ser consideravelmente mais idoso. Contudo, e até falta de prova em contrário, assumamos que partiu para o Oriente ainda jovem, com menos de 20 anos de idade. Entretanto, as evidências documentais disponíveis não contradizem a hipótese de Teixeira ter embarcado como homem de armas, obrigado a uma comissão de serviço de pelo menos três anos.

A fortaleza portuguesa de Ormuz. Desenho incluído em *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia (meados do século xvi).

* Doutorado em História pela Universidade de Lisboa.
Director de departamento na Câmara Municipal de Lagos, investigador do Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).

Ph.D. in History from Lisbon University. Department director at Lagos City Council (Portugal). Researcher at the Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).

As deambulações de Pedro Teixeira, a partir do momento em que embarca rumo ao mundo oriental, podem ser seguidas com algum detalhe ao longo das páginas das *Relaciones*, quando estas são complementadas com outras fontes coetâneas. Assim, é possível saber que os navios da armada de 1586, que largaram entre finais de Março e princípios de Abril sob o comando de D. Jerónimo Coutinho, atingiram o litoral indiano em Setembro, após uma viagem excepcionalmente rápida.³ É quase certo que o recém-chegado foi de imediato mobilizado para a expedição punitiva que nesse mesmo ano tinha sido organizada em Goa para seguir para a Costa Suaíli, com o objectivo de ali repor a hegemonia portuguesa. Com efeito, na sequência do assalto desencadeado pelo corsário otomano Ali Beg contra a África Oriental, soberanos de diversas cidades portuárias tinham-se rebelado contra as autoridades portuguesas.⁴ Dois indícios apontam para a participação de Pedro Teixeira nesta expedição, partida da Índia em Janeiro de 1587, e que de resto obteve total sucesso: por um lado, refere na sua obra que andou por aquela costa, visitando nomeadamente a “*tierra firme de Melinde y Monbaça*”;⁵ por outro lado, declara que em 1587 passou por Mascate numa armada que incluía galés remadas por forçados.⁶ Ora, é sabido que a expedição comandada por Martim Afonso de Melo,⁷ que entre outras embarcações incluía três galés, depois de repor a ordem no litoral africano de forma expedita, rumou precisamente àquele porto omanita, que havia sido assolado pouco tempo antes pelo mesmo Ali Beg,⁸ e onde um dos capitães da armada, Belchior Calaça, deveria ocupar-se na construção de uma fortaleza portuguesa.⁹

Em Outubro de 1587 já Pedro Teixeira estava de regresso a Goa, onde permaneceria durante alguns meses,¹⁰ até embarcar de novo em Fevereiro do ano seguinte, desta vez com destino a Ceilão. Mais uma

vez, tratava-se de uma expedição militar, que, sob o comando de Manuel de Sousa Coutinho, ia socorrer a fortaleza portuguesa de Colombo, que se encontrava ameaçada pelo Rajá Sinha I, de Sitavaka, um dos grandes inimigos da presença lusitana naquelas partes.¹¹ Poucas semanas mais tarde, cumprida a missão com sucesso, a força expedicionária voltava à Índia. Numa passagem das *Relaciones*, o autor refere que na jornada de regresso, vindo “*de la isla de Seylan para Goa*”, escalou em Barcelor em Março do “*anno de 1588*”.¹² Francisco Rodrigues da Silveira, autor de uma *Reforma da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, obra que na época permaneceu inédita, participou igualmente nas expedições à África Oriental e ao Ceilão, mas não faz qualquer referência a Pedro Teixeira, como aliás seria de esperar, tratando-se de uma figura menor na hierarquia militar do Estado da Índia.¹³

Pedro Teixeira, com toda a probabilidade, terá sido integrado na segunda expedição que, em Março de 1589, foi despachada para a África Oriental sob o comando de Tomé de Sousa Coutinho para fazer face a nova investida otomana, a qual viria a culminar

Cidade de Goa, in *Plantaforma das Fortalezas da Índia*, de Manuel Godinho de Erédia, c. 1620.



HISTORIOGRAFIA

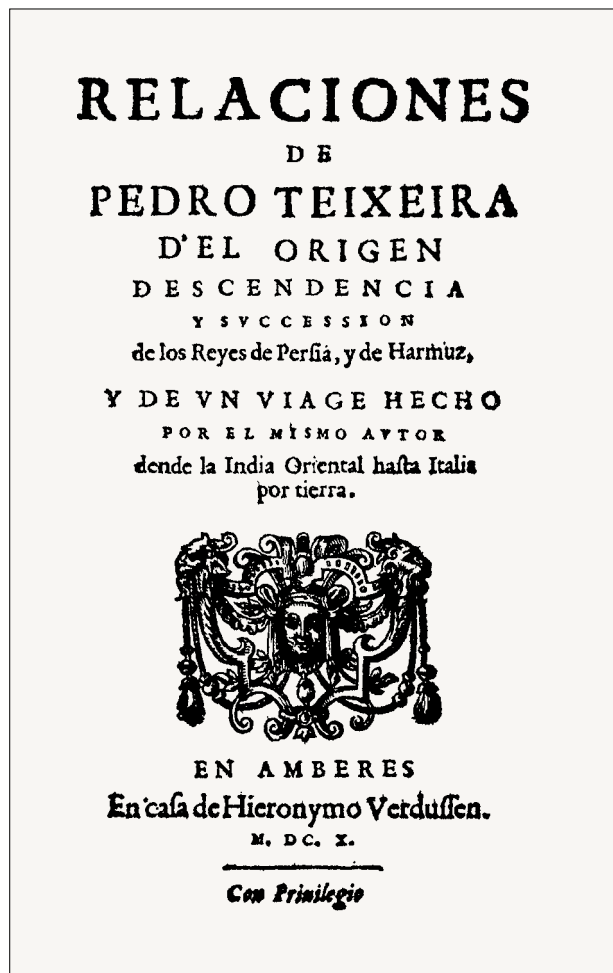
na captura do corsário Ali Beg, que foi levado para Goa, e daí para Portugal.¹⁴ A restante parte deste ano teria sido passada no litoral indiano, em Goa, onde em diversas ocasiões Teixeira afirma ter estado “prezente”,¹⁵ talvez em Diu, onde também há notícias de ter estanciado,¹⁶ ou em outros portos de influência portuguesa, eventualmente na costa do Coromandel, por onde também parece ter passado.¹⁷ Os três anos de serviço militar no Estado da Índia, entre 1587 e 1590, configuram a carreira normal de um soldado português. Embora não se consigam detectar mais indícios de actividades militares nesta fase da vida de Teixeira, talvez se tivessem prolongado por idêntico período, já que nos “*annos de 1590 y 1591*” ele está repetidamente “*en la ciudad de Cochín*”,¹⁸ o grande centro portuário do Malabar, placa giratória de todos os tráficos orientais, onde existia uma importante

fortaleza portuguesa. Por esses anos, desenvolveram-se diversas iniciativas de carácter militar, nomeadamente contra o corsário *mapila* Kunhali (o Cunhale das fontes portuguesas).¹⁹

Durante os cinco anos imediatos nada se consegue apurar sobre as suas andanças, até que emerge “*el anno de 1596 en Harmuz*”.²⁰ Muito provavelmente, Pedro Teixeira encontrava-se no empório ormuzino há já vários anos, talvez desde 1592 ou 1593. Com efeito, seria muito difícil explicar a existência das *Relaciones* sem um íntimo conhecimento da cultura e da geografia persas, só viável através de uma prolongada residência naquelas partes, que apenas poderia ter ocorrido neste período de cinco ou seis anos, que vai de 1592 a 1597. Numa passagem das *Relaciones*, o autor refere que em 1595 se ocupava com a tradução e comentário de crónicas persas, podendo deduzir-se que tal actividade teria lugar em Ormuz.²¹ Entretanto, não é impossível que o nosso autor tivesse adquirido durante a sua estada no empório ormuzino conhecimentos mais ou menos aprofundados de língua persa. Diversos indícios dispersos pela obra de Teixeira parecem confirmar esta hipótese, como quando afirma a determinado passo das *Relaciones* que a língua persa “*es facil y no dura de pronunciar*”.²² Por outro lado, ao mencionar produtos naturais existentes na Pérsia, refere amiúde as correspondentes designações utilizadas naquela língua.²³ Entretanto, um eventual conhecimento da língua árabe parece menos provável, já que durante deslocções efectuadas por regiões onde esta era utilizada o nosso viajante recorreu amiúde ao serviço de intérpretes.²⁴ Não são claras as funções que Pedro Teixeira teria desempenhado em Ormuz, cuja fortaleza, por esses anos, foi sucessivamente capitaneada por D. João Pereira e por Jerónimo de Mascarenhas.²⁵

A partir daquela ilha situada à entrada do Golfo Pérsico, controlada pelos portugueses desde as primeiras décadas de Quinhentos, Pedro Teixeira efectuou um invulgar périplo pela Pérsia safávida. Com efeito, na primeira metade de 1597 achava-se em “Mazandaron” (ou Mazandaran), região a sul do mar Cáspio, pouco frequentada por viajantes portugueses da época, que tinha acabado de ser incorporada no império em expansão de Xá ‘Abbas.²⁶ Normalmente, os poucos portugueses que por estes anos visitavam a Pérsia seguiam as rotas mais frequentadas, que, do Bandel de Comorão, em frente da ilha de Ormuz, conduziam às cidades de Lar e de Xiraz, para depois rumarem a Bagdade.²⁷ Estaria o

Frontispício das *Relaciones* de Pedro Teixeira (Antuécia, 1610).



HISTORIOGRAPHY



Pormenor de um mapa da Ásia Ocidental incluído em Jan Huygen van Linschoten, *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien*, 1596.

nosso homem integrado em alguma missão diplomática lusitana? Ou desenvolveria actividades de espionagem em prol das autoridades portuguesas de Ormuz? Ou, muito simplesmente, viajava por motivos pessoais, em demanda de mercadorias valiosas?

O governo do Estado da Índia, que desde sempre mantivera relações mais ou menos amistosas com os soberanos persas, estava particularmente atento à evolução político-militar do mundo safávida na sequência da ascensão ao poder de Xá ‘Abbas em 1587,

HISTORIOGRAFIA

já que este iniciara um processo de intensa centralização política que poderia ter, e efectivamente veio a ter, implicações para as posições portuguesas nas margens do golfo Pérsico. Entretanto, Filipe II, que desde 1581 assumira a coroa de Portugal (como Filipe I), escreveu diversas vezes aos governantes portugueses sedeados em Goa, e nomeadamente em 1594 e 1596,²⁸ no sentido de ser enviado um embaixador à Pérsia, a fim de se avaliarem as possibilidades de uma aliança ibero-safávida contra os otomanos. Talvez Teixeira estivesse nas regiões vizinhas ao mar Cáspio no cumprimento de funções diplomáticas, procurando juntar-se à corte itinerante do Xá 'Abbas. Mas nenhum documento confirma essa hipótese e, por estes anos, as missões desta natureza, quando tinham lugar no império safávida, eram normalmente confiadas a religiosos agostinhos.²⁹ Alternativamente, Teixeira poderia estar a viajar por conta própria e, neste caso, seria possível

adivinhar objectivos de natureza mercantil na base das suas deambulações. As regiões setentrionais da Pérsia eram conhecidas sobretudo pelas suas produções têxteis, de forma que o nosso viajante poderia estar envolvido no tráfico de produtos de seda ou de lã. A seda oriunda da província de Mazandaran era, de resto, conhecida pela sua elevada qualidade.³⁰

Qualquer que fosse o motivo para este inusitado périplo pelo interior da Pérsia, Teixeira já se encontrava em Goa em finais do mesmo ano de 1597. Ali efectuou uma curta escala, para logo de seguida embarcar com rumo à "*ciudad y fortaleza de Malaca*", onde permaneceria até 1600, durante a capitania de Martim Afonso de Melo.³¹ As diversas etapas da vida oriental de Pedro Teixeira dividem-se em sucessivos períodos de três anos, fazendo sugerir o desempenho de diversos cargos oficiais no âmbito do Estado da Índia, onde este era o período normal de uma comissão de serviço nos mais diversos

"Gente portuguesa de Ormuz. Estão comendo dentro d'água por ser a terra muito calmosa". Folio do Códice Português da Biblioteca Casanatense, in Luís de Matos, ed., *Imagens do Oriente no Século XVI* (Lisboa, IN-CM, 1985).



HISTORIOGRAPHY

postos: dois períodos de três anos na Índia, dois períodos de três anos em Ormuz e um período de três anos em Malaca. Não se conhecem as funções específicas que o viajante português teria desenvolvido. Contudo, ao longo das *Relaciones* multiplicam-se de forma regular as referências a produtos naturais susceptíveis de utilização terapêutica, o que levaria a supor que Teixeira estaria ligado a uma profissão na área da saúde, quer como boticário que tivesse de preparar e manusear drogas, quer como físico que tivesse de as utilizar com fins curativos.

Fosse como fosse, nos primeiros meses de 1600, dando por completo o seu período oriental, Teixeira navega para as Filipinas, com a intenção de alcançar a Europa seguindo a rota de Manila e Acapulco. Durante a União Ibérica, não foram invulgares os contactos entre Malaca portuguesa e Manila espanhola, pois um constante movimento de navios mercantis ligava as duas cidades portuárias. Poucos anos antes, um outro viajante bem conhecido, o flamengo Jacques de Coutre, viajara de Malaca para Manila sem quaisquer dificuldades.³² Conhecem-se outros casos de viajantes que, por motivos variados, escolheram este caminho para regressarem do Oriente a Portugal. Apesar de estarem então em crescimento os assaltos de outras nações europeias à navegação ibérica, sobretudo em determinadas porções do Atlântico, a carreira da Índia continuava a realizar-se com regularidade e de forma geralmente segura. Assim, no caso de Teixeira, parece provável que a opção pela rota do Pacífico se tivesse ficado a dever ao desejo de correr mundo e de tomar contacto com novas terras. A escala em Manila, onde o nosso homem já se encontrava em Maio de 1600, não foi demorada, pois embarca para Acapulco assim que obtém autorização do “*Gouernador Don Francisco Tello de menezes, para passar a Nueva España*”.³³ A viagem para o Novo Mundo, a



“Gente que se chamam Zirazes. Mouros do reino do Xiraz, de que é senhor o xequé Ismael”. Folio do Códice Português da Biblioteca Casanatense, in Luís de Matos, ed., *Imagens do Oriente no Século XVI* (Lisboa, IN-CM, 1985).

bordo de um navio espanhol, demorou cerca de sete meses, sem incidentes dignos de menção. Uma vez em Acapulco, Teixeira prossegue por terra para a contracosta mexicana, passando de caminho pela “*ciudade de los Angeles*”, e atingindo rapidamente Vera Cruz, porto que então também era conhecido pela designação da ilha que lhe ficava fronteiria, “*San Iuan de vliúa*”.³⁴ Daqui largou, em Maio de 1601, numa frota espanhola com destino a Espanha, desembarcando “*en San Lucar, en seys de Setiembre*” de 1601.³⁵ Um mês mais tarde, depois de passar por Sevilha, entrava em Lisboa, “*hauiendo vn año y medio que partiera de Malaca*”, quinze anos depois da sua viagem inaugural para a Índia.³⁶

Na capital portuguesa, contudo, aguardava-o uma notícia desagradável. Antes de partir de Malaca, entregara certa “*quantidad de dineros á amigos*”,³⁷ para que estes, pela via do cabo da Boa Esperança, lhe fizessem chegar a Lisboa o depósito, que se adivinha vultuoso. Por algum motivo, contudo, a verba esperada não chegara ainda a Portugal. Pedro Teixeira decidiu de imediato voltar à Índia, para onde embarcou novamente em Março de 1602, na armada de D. Francisco Telo de Meneses,³⁸ a fim de recuperar o seu investimento. Tudo leva a crer que a situação foi eventualmente resolvida, mas quando chegou a hora de regressar à Europa, em

HISTORIOGRAFIA

princípios de 1604, “*cansado ya de tan prolixas y largas nauegaciones por mar*”,³⁹ o nosso viajante decidiu seguir pela via terrestre, a partir de Ormuz. A extensa “*Relacion del camino que hize dende la Índia hasta Itália*”, que faz parte integrante das *Relaciones*, reconstitui em detalhe esta aventurosa jornada, que o levou sucessivamente a Mascate, Ormuz, Baçorá, Bagdade, Alepo e Veneza, onde chega a salvamento em Julho de 1605.⁴⁰

AS *RELACIONES* DE PEDRO TEIXEIRA

Após o seu regresso definitivo à Europa, Pedro Teixeira, por razões que não se conseguem apurar, ter-se-á fixado em Antuérpia, metrópole do sul dos Países Baixos. A cidade do rio Escalda, que então era controlada pela Coroa espanhola, era um grande centro financeiro, comercial e cultural, que reunia vários atractivos para alguém com o perfil do nosso viajante, um homem simultaneamente interessado em assuntos mercantis, em temas de história natural e em questões orientais. Para além de ser um espaço eminentemente cosmopolita, Antuérpia possuía outra vantagem para alguém que, como parece óbvio, teria ideia de publicar um relato de viagens: na cidade existia um elevado número de empresas tipográficas, que ao longo do século xvi tinham publicado de forma regular obras sobre o mundo oriental, algumas delas, por sinal, da responsabilidade de autores portugueses.⁴¹ Assim, em 1610 o nosso homem publicava na “casa de Hieronymo Verdussen” as *Relaciones de Pedro Teixeira d’el origen, descendência y succession de los reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viaje hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra*.⁴² Hieronymus Verdussen era um impressor experiente e a oficina Verdussiana, desde a conquista de Antuérpia pelas forças espanholas em 1585, impusera-se como uma das mais respeitáveis casas editoriais da cidade.⁴³

A utilização da língua espanhola, em detrimento do português, é justificada por Teixeira como uma estratégia deliberada para abranger um público leitor mais vasto, já que o espanhol, ou mais precisamente o castelhano, funcionava como língua franca no vasto império, de dimensões mundiais, governado a partir de Madrid por Filipe III (e II de Portugal). Num primeiro momento, começara a redigir as *Relaciones* na sua “*lengua materna Portuguesa*”. Contudo, mudara depois de ideias, a conselho de alguns amigos, traduzindo a obra para castelhano, “*iuzgando que en esta lengua*

quedaua mas comunicable”.⁴⁴ Outros escritores, antes dele, haviam seguido idêntica estratégia, fazendo imprimir as suas obras em castelhano naquela mesma cidade com o propósito de alcançarem uma audiência mais alargada. Entre autores portugueses, valerá a pena relembrar o caso de Pedro Nunes, o conhecido matemático, que, em 1567, publicou em Antuérpia um *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria*.⁴⁵

Quanto aos objectivos do autor, eles também são registados na abertura das *Relaciones*, pois Pedro Teixeira relembra o seu interesse pela história antiga da Pérsia, que o ocupara ainda antes da primeira partida para o Oriente, lendo diversos cronistas, antigos e modernos, que se haviam ocupado de história oriental, e sobretudo da cronologia dos monarcas persas, “*principalmente Procopio, Agáthio, Genebrardo, Zonaras, Tornamira, y otros no pocos*”.⁴⁶ Os autores citados eram, respectivamente, Procópio de Cesareia, historiógrafo bizantino do século vi; Agatárcides, historiador grego do século ii a. C., que escrevera diversos tratados sobre temas asiáticos; Gilbert Genebrard, um beneditino que na segunda metade do século xvi se distinguira em Paris como orientalista; Johannes Zonaras, cronista bizantino do século xii, autor de um compêndio de história universal; e Francisco Vicente de Tornamira, cosmógrafo espanhol activo no século xvi. As obras destes autores, impressas ao longo do século de Quinhentos em prelos europeus, estariam decerto disponíveis em Portugal na época de Teixeira,⁴⁷ mas não é seguro que ele as tenha manuseado em primeira mão. Poderia antes ter recorrido indirectamente a estas fontes, através de referências contidas em obras mais divulgadas, como as *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo, repetidamente impressas na época, ou o *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius, publicado pela primeira vez em Antuérpia na década de 1570 e depois sucessivamente reeditado em versões melhoradas.⁴⁸ Contudo, a alegada frequência destes autores não satisfizera o nosso homem, pois encontrara a lição de todos eles “*tan dubdoza y incierta, que son raros los lugares en que acuerdan*”.⁴⁹

Mais tarde, achando-se em Ormuz, decidira tentar esclarecer as suas dúvidas relativas “*aquellos Reyes y antiguedades*” junto de eruditos persas que encontrara naquela ilha controlada pelos portugueses. Estes remeteram Teixeira para a cronística persa, nomeadamente para uma obra de “*mas autoridad en la historia*”, a que davam o nome de “*Tarik Mirkond (que es la Crónica de Mirkond)*”.⁵⁰ Pedro Teixeira era,

HISTORIOGRAPHY

evidentemente, um homem de muitos recursos, pois conseguiu obter um manuscrito desta célebre e volumosa crónica persa, à qual, durante anos, dedicaria os seus esforços exegéticos. Parece natural concluir que, com o apoio de colaboradores locais, iniciou em Ormuz a aprendizagem da língua persa, para depois dar início à interpretação e à tradução de partes da crónica *Raudat al-safā'*, do escritor quatrocentista de língua persa Mirkhwand, ou Muhammad ibn Khavandshah (1433-1498). Esta obra, que apresentava uma circunstanciada narrativa política e militar da história persa, tinha sido anteriormente referida por outros autores portugueses. O conhecido cronista João de Barros terá sido um dos primeiros a conhecer e publicitar a existência desta fonte persa, de que, segundo parece, obteve uma cópia. Pedro Teixeira refere que Barros “*por falta de interprete no nos dio mas noticia del que el nombre*”.⁵¹ Porém, na *Ásia – Década Segunda*, publicada em Lisboa em 1553,

Barros refere-se explicitamente à “*chínica [sic] geral dos Persas que é o Tarigh, [...] que com outros volumes da história e cosmographia Persea ouuemos daquellas partes*”.⁵² Outra fonte persa compulsada e traduzida por Pedro Teixeira nas suas *Relaciones* foi uma crónica dos reis de Ormuz. Este manuscrito, originalmente intitulado *Shāhnāma* e escrito por Turan Shah (r.1347-1378), também havia sido antes assinalado por João de Barros, na sua *Ásia – Década Segunda*.⁵³ O missionário dominicano frei Gaspar da Cruz, por ocasião de uma residência de vários anos em Ormuz, entre 1561 e 1564, tivera oportunidade de dedicar alguma atenção a esta crónica. Mais tarde, de regresso a Portugal, iria incluir uma “*Relação da crónica dos reis de Ormuz*”, precisamente uma tradução resumida do *Shāhnāma*, no seu *Tratado das cousas da China*, impresso em Évora em 1570.⁵⁴ Alguns anos mais tarde, frei Agostinho de Azevedo, numa obra que ficou inédita na época, intitulada *Estado da Índia e*

“Gente que habita na Pérsia, que se chamam Turquimões. São gente muito valente de cavalo e grandes frecheiros. O seu rei é o xeque Ismael que conquista com o Turco”. Folio do Códice Português da Biblioteca Casanatense, in Luís de Matos, ed., *Imagens do Oriente no Século XVI* (Lisboa, IN-CM, 1985).



HISTORIOGRAFIA

aonde tem o seu principio, haveria de transcrever largas passagens desta mesma crónica ormuzina, à qual tivera acesso durante uma prolongada estadia na ilha de Ormuz em finais do século xvi.⁵⁵

As componentes principais das *Relaciones* apresentavam versões castelhanas relativamente livres destas duas crónicas manuscritas persas, uma deles sobre os sucessivos monarcas da Pérsia, outra sobre os soberanos do reino de Ormuz. Assim, logo depois das páginas iniciais (6 pp. não numeradas), surgia a volumosa “*Relacion, del origen, y descendência, de los Reyes de Persia*” (pp. 1-376), que seguia de perto o original de Mirkhwand. Como documentos complementares, seguiam-se uma “*Breve relacion de las provincias mas notables y que mas han dvrado en el sennorio de la Pérsia*” (pp. 377-384) e uma lista dos “*Reyes que señorearon la Persia hasta la entrada en ella de los Arabes*” (8 pp. não numeradas). Com numeração autónoma, aparecia depois a segunda crónica persa, a “*Breve relacion del principio del reyno Harmuz e de sus Reys hasta el tiempo en que los Portugueses lo ocuparon*” (1-45), traduzida do manuscrito original, entretanto perdido, de Turan Shah.⁵⁶ Como complemento destes materiais estritamente persas, de natureza historiográfica, Pedro Teixeira incluía na sua obra uma extensa “*Relacion del camino que hize dende la India hasta Itália*” (47-115 [i.e., 215]), de natureza autobiográfica. Entretanto, valerá a pena salientar que o título da primeira parte das *Relaciones* se revela assaz enganador, já que, para além das matérias propriamente cronísticas, o autor regista dezenas e dezenas de observações da mais diversa natureza, resultantes da sua vasta experiência ultramarina. Trata-se, sem dúvida, da mais surpreendente secção da obra, já que, de forma inesperada e não anunciada, o autor avança com descrições, apontamentos, referências, esclarecimentos, respeitantes a assuntos tão variados como a geografia, a botânica, a farmacologia, a linguística e a etnografia das muitas regiões que visitou durante as suas prolongadas andanças ao redor do mundo.

DROGAS ORIENTAIS NAS *RELACIONES*

As *Relaciones* de Pedro Teixeira, fazendo fé no respectivo título, não tratariam explicitamente de questões de história natural, sendo antes obra de cronística oriental, complementada por um relato de viagens. Contudo, um pouco por toda a obra, o autor

introduz informações sobre produtos naturais raros ou valiosos, sobre as utilizações terapêuticas de determinadas drogas e sobre métodos curativos praticados em certas regiões orientais. Esta circunstância parece sugerir que Teixeira teria, simultaneamente, exercido funções de boticário e de físico, e também talvez de mercador de drogas, durante grande parte ou mesmo a totalidade da sua carreira ultramarina. Tais escolhas profissionais, de resto, explicariam o espírito inquisitivo do nosso homem, as suas incessantes deambulações, a fortuna acumulada e até a relativa liberdade de movimentos de que parece ter gozado.

As notícias sobre o mundo natural acumulam-se nas *Relaciones* desde as primeiras páginas, atravessando indiferentemente as diversas secções da obra, qualquer que seja a respectiva temática dominante. A gama de produtos abordados – de origem mineral, vegetal ou animal – é vastíssima, abrangendo do ponto de vista espacial as grandes áreas geográficas que desde a abertura do século xvi estavam a ser sistematicamente exploradas pelos europeus, e sobretudo pelos viajantes ibéricos.⁵⁷ O método de introdução de informações sobre matéria médica nos capítulos das *Relaciones* é algo aleatório, pois estas podem surgir de repente, a propósito de algum detalhe das crónicas persas, ou na sequência de uma particular descrição geográfica, ou ainda numa listagem de produções mais abundantes em determinadas regiões. Não havendo espaço para uma análise exaustiva, uns quantos exemplos bastarão para dar uma ideia da riqueza da obra de Pedro Teixeira em termos de história natural. E, de passagem, talvez seja possível reunir alguns indícios que possibilitem uma clara identificação da actividade principal a que o nosso viajante se dedicava.

O hábito de mascar bétel, comum em tantas províncias orientais, é referido numa descrição do *sati*, o ritual hindu de incineração das viúvas, que surge no capítulo 2 da primeira secção das *Relaciones*:

“*viene mascando Betle, que es cierta yerua, de que adelante haré mención, que suelen mascar en áctos de honra y gusto, aunque fuera dellos, la vzan tambien muy de ordinário*”.⁵⁸

Cumprindo esta promessa, Teixeira volta a abordar o mesmo masticatório numa extensa passagem dedicada a diversas substâncias inebriantes, que surge logo de seguida no capítulo 6. Para além de identificar as diversas palavras que designam o bétel em diferentes línguas asiáticas, bem como os vários componentes que o integram (a folha de bétel, a noz de areca e a

HISTORIOGRAPHY

cal de ostras), acrescenta que “*masca ordinariamente de dia y de noche, toda suerte de persona dende el Príncipe hasta el pobre marinero*”, não se esquecendo de salientar as alegadas propriedades terapêuticas: “*es prouechosa para contra todas las passiones del estomago de causa fria; para las de los dientes y enzias fortificanndolos y preseruandolos, haziendo buen olor de boca*”.⁵⁹ Decerto que Pedro Teixeira teve oportunidade de observar repetidamente, e até de experimentar, a utilização do bétele no decurso das suas extensas peregrinações, já que este hábito social estava disseminado um pouco por toda a Ásia marítima.⁶⁰

Contudo, a sua descrição assemelha-se bastante à que figura nos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*,⁶¹ publicados em Goa em 1563, nos prelos de Joannes de Endem, sugerindo que esta obra poderia ter sido utilizada na composição das *Relaciones*.

De resto, o inovador tratado do naturalista português Garcia de Orta é repetidamente citado por Teixeira, tanto de forma implícita, através de uma utilização de numerosas informações nele contidas, como de modo explícito, através de citações directas, de resto sempre bastante críticas. Ao mencionar a dada altura os mirabolanos oriundos de Kabul, escreve que o “*dotor Garcia dorta, trató destes y de todos sufficientemente però no conociò vna suerte destes Kebulos que yo vide grandisimos*”.⁶² Os mirabolanos são efectivamente descritos por Orta,⁶³ mas este escritor não viajou tão extensamente como Pedro Teixeira, limitando-se a percorrer a faixa ocidental do Indostão e partes da ilha de Ceilão durante a sua longa permanência no Oriente,⁶⁴ circunstância que pode explicar a alegação do autor das *Relaciones* de ter visto, provavelmente na Pérsia, uma qualidade de mirabolanos que não chegavam a Goa. Como sucede relativamente a muitos outros produtos exóticos, e reforçando a

ideia de que estava profissionalmente ligado à matéria médica, Teixeira teve o cuidado de experimentar as propriedades dos mirabolanos, concluindo que a sua “*infusion o cozimiento*” era laxativa, para além de ser “*muy prouechosa contra callenturas y fluxos de sangre del vientre*”.⁶⁵

Mais adiante, no capítulo 27 da primeira parte das *Relaciones*, aparece nova referência crítica ao “*doctor Garcya Dorta, que en sus diálogos de los simples de la India dice que la Tutia se hace de la ceniza de cierto arbol y fruto dito guné*”. Aparentemente, o erudito e experiente



“Mulheres xiraoas. São do reino da Síria, cujo senhor é o xeque Ismael. São muito fermosas e grandes dançantes”. Folio do Códice Português da Biblioteca Casanatense, in Luís de Matos, ed., *Imagens do Oriente no Século XVI* (Lisboa, IN-CM, 1985).

botânico lusitano havia sido “mal informado” quanto à composição e propriedades da tutia, crendo tratar-se de um produto de origem vegetal oriundo da região persa de Kirman,⁶⁶ quando na verdade a substância usada pelos físicos orientais era um óxido impuro de zinco, produzido de facto naquela mesma região persa. Teixeira detém-se sobre as respectivas técnicas de fabrico: “*hazesse amassando la tierra de aquella sierra con agua pura, y cubriendo con ella ciertas formas de barro despues las mettem a cozer en hornos como de ollero, y siendo bien cozidas las quitan, y alimpiando las formas queda la Tutia*”.⁶⁷ O minério de zinco, aquecido a altas

HISTORIOGRAFIA

temperaturas, dava origem a um óxido relativamente impuro, que era depois exportado para Ormuz “*en Caxones*”, sendo levado a partir daquela ilha para “*todo el mundo en gran cantidad*”.⁶⁸

A terceira referência concreta a Garcia de Orta aparece no capítulo 35 da primeira secção das *Relaciones*, no contexto da descrição da canela, onde mais uma vez o autor se propõe corrigir o que “*algo confusamente escriuiu de la Canela*” o naturalista português.⁶⁹ Contudo, Pedro Teixeira apenas adianta algumas precisões de natureza linguística aos dados que tinham ficado registados nos *Colóquios dos Simples*,⁷⁰ fazendo sobretudo uso de notícias obtidas durante as suas visitas ao Ceilão e a Malaca. Entretanto, não deixa de ser curioso que todas as referências explícitas a Orta e ao seu tratado sejam negativas, chamando a atenção para lapsos ou falhas menores, dando a impressão de que Teixeira estaria a desenvolver uma estratégia de auto-promoção no campo da história natural. Ao criticar ou corrigir um autor tão conhecido como Garcia de Orta, e ainda por cima em Antuérpia, onde diversas adaptações da sua obra tinham sido impressas em décadas anteriores por Charles de l'Écluse (mais conhecido pelo nome latinizado de Carolus Clusius),⁷¹ o autor das *Relaciones* estaria a tentar afirmar-se como um eminente especialista em história natural do Oriente.

A secção dedicada à canela ilustra claramente o processo de composição textual algo aleatório utilizado pelo nosso autor. Assim, num capítulo que inicialmente seria dedicado a “Keferé Anuxiron Rey da Persia”, são sucessivamente introduzidas várias digressões, sobre Samarcanda, o grande empório mercantil da Ásia Central, sobre a história de Tamerlão, o celebrado conquistador turco-mongol,⁷² sobre a mítica ilha de Ceilão e as suas riquíssimas produções (incluindo a canela), sobre práticas médicas orientais, sobre as origens do jogo de xadrez e sobre a peregrinação islâmica a Meca.⁷³ O leitor desprevenido, olhando para os títulos da obra ou dos sucessivos capítulos, nunca adivinharia que, sob a capa de uma anunciada enumeração cronológica de sucessos políticos e militares da antiga Pérsia, se esconderia um verdadeiro tesouro de história “moral” e “natural” ultramarina, para utilizar terminologia vigente na época.⁷⁴ O que coloca uma questão importante: por que razão Pedro Teixeira se apresenta como um especialista em temas persas, e sobretudo em história persa, e não como um orientalista de âmbito mais genérico? Em diversas universidades

dos Países Baixos, e nomeadamente em Lovaina, nas proximidades de Antuérpia, existia já uma tradição de estudos orientalistas.⁷⁵ Poderia Pedro Teixeira querer impor-se como um eventual especialista em língua e cultura persas nos meios académicos flamengos? Talvez seja uma hipótese a ter em consideração, chamando entretanto a atenção para as referências que na sua obra se encontram às universidades de Paris, de Salamanca e, especificamente, de Lovaina.

Uma das passagens já referidas, onde Pedro Teixeira se debruça sobre o bétete, apresenta uma espécie de análise comparativa das substâncias inebriantes disponíveis em diferentes latitudes. O pretexto para esta curiosa digressão é uma referência ao facto de, segundo as crónicas persas, “Iambxed, Rey de Persia” ter sido o introdutor do vinho naquelas partes.⁷⁶ Em contraponto às informações fornecidas sobre “*el vzo del vino*” em terras persas,⁷⁷ o autor das *Relaciones* menciona duas bebidas comuns nas regiões ribeirinhas do Golfo Pérsico. Uma delas era destilada a partir de “*dattiles y hojas de regalis*”, e davam-lhe a designação de “*Arequy, de Areca, palabra Parcia, que quiere dezir sudor*”. Na opinião do autor, a araca, que é destilada a partir da tâmara, é a bebida “*mas fuerte y terrible de quatas se han inuentado*”. Outra bebida, também muito estimada, fabricava-se a partir da “*infusion de vuas passas en agua fria*”, processo que origina um produto fermentado e alcoólico.⁷⁸ Na sequência deste esclarecimento aparece uma verdadeira geografia comentada de produtos ingeridos em sociedade que provocam alterações dos sentidos. O vinho de palma ou “*Sura*”, que depois de fermentado pode dar origem à “*Orraca*”, usado um pouco por todo o Oriente; a “*Nipa*”, outra espécie de destilado de palmeiras, comum no Sudeste Asiático; o vinho de “*lechyas, fruta semejante al madroño aunque mayor*”, usado na China, onde lhe chamam “*vino de Mandarin*”; o vinho de milho, originário da Cafraria ou África Oriental; o vinho de arroz, que é consumido em Bengala. Aludindo a sucessivas bebidas que terá consumido em regiões visitadas, Teixeira não deixa de mencionar também a sua experiência americana, referindo-se ao “*vino Maguey*”, produzido a partir do mescal, um cacto com propriedades estupefacientes, e à “*Yuca*”, que os índios mexicanos produziam a partir de certa variedade de mandioca.⁷⁹

Como o autor das *Relaciones* reconhece, “*son casi sin numero, las bebidas y vinos diferentes que*

HISTORIOGRAPHY

varias naciones usan”; contudo, existem muitas outras substâncias inebriantes nos mundos ultramarinos, as quais Teixeira não deixa de mencionar, especificando as respectivas características ou propriedades. Em primeiro lugar, o bétele, já atrás referido. Depois, o ópio ou anfião, “*cuyo uso es mas comum a los Mahometanos*”, deduzindo-se da respectiva descrição que o autor assistiu repetidamente ao seu consumo durante as suas andanças orientais, já que especifica modos de uso, variedades utilizadas e mesmo locais de origem. Assim, explica que o anfião era originário quer do Malwa, uma região do noroeste do Indostão, quer de “*Mecere*”, isto é, do Egipto. Em terceiro lugar, o nosso viajante introduz uma bebida que fazia então a sua entrada nas fontes europeias, produzida a partir de uma semente trazida da Arábia, a que davam o nome de “*Kaoah*”. Tratava-se, evidentemente, do café, que já então era consumido “*por toda Turquia, Arábia, Pérsia, y Suria*”, depois de se ter começado a difundir paulatinamente a partir da Abissínia e do Iémen em finais do século xv. Pedro Teixeira explica que a bebida é obtida através da cozedura das sementes, sendo consumida muito quente, em pequenas escudelas de porcelana chinesa, em estabelecimentos próprios, onde os apreciadores se reúnem para o efeito. Tanto os cafés como o consumo desta bebida não tardariam a chegar à Europa, quer pela via directa de Istambul, onde numerosos europeus tomaram contacto com esta nova forma de sociabilidade, quer a partir dos territórios sob controlo otomano nos Balcãs.⁸⁰

As referências ao café, por analogia, levam o autor das *Relaciones*, logo de seguida, a debruçar-se sobre três outras substâncias semelhantes nos efeitos e nas práticas sociais que lhes andam associadas. Por um lado, Teixeira menciona “*el Cha de China*”, consumido naquele império e em muitas regiões vizinhas, “*hoja de yerua menuda, de cierta planta trahida de Tartaria*”, que teve oportunidade de observar em Malaca. O facto de ter visto as folhas de chá secas não lhe permitiu ajuizar da respectiva forma, mas conseguiu apurar que a bebida resultante da cozedura desta planta era muito digestiva, especialmente indicada contra os malefícios provocados pela “*glotoneria de los Chinas*”.⁸¹ O chá havia sido mencionado anteriormente em textos portugueses da época, e nomeadamente no já referido *Tratado das Cousas da China* de frei Gaspar da Cruz,⁸² mas a notícia de Pedro Teixeira não deixa de ser curiosa, já que, de um ponto de vista naturalista,

associa aquela infusão chinesa a outras bebidas ou substâncias com efeitos semelhantes. Por outro lado, o nosso viajante regista a existência e os efeitos do “*Chocolate de nueva España, hecho de Kakao*”, uma fruta que, segundo ele, “*se asemeja com el Kaoah*”, e que terá tido oportunidade de observar, e talvez consumir, durante a sua passagem pelo México durante a primeira viagem de regresso à Europa. O uso desta bebida estimulante, por esses anos já se difundira entre os colonizadores espanhóis do Novo Mundo, pois o padre José de Acosta escrevia na sua *História natural e moral de las Índias*, publicada em Sevilha em 1590, que “*los españoles, y más las españolas hechas a la tierra, se mueren por el negro chocolate*”.⁸³ Enfim, uma última substância é registada na lista de Pedro Teixeira, “*el Tabaco, que es yerua santa seca, cuyo humo, no falta quien alabe y aprueue*”.⁸⁴ A folha do tabaco, igualmente de origem americana, conhecera ao longo do século xvi um sucesso retumbante em muitas partes do mundo, nomeadamente, como referem as *Relaciones*, em “*santo Domingo, Peru, México, Manilla, Francia, Inglaterra, y en muchas otras partes del mundo*”.⁸⁵ Muito embora Teixeira não se refira a territórios orientais, o tabaco desde os primórdios de Quinhentos havia sido difundido pelos portugueses através da Ásia marítima, inclusivamente até à China.⁸⁶

Uma vez que grande parte das *Relaciones* é dedicada à Pérsia, o autor, muito naturalmente, presta especial atenção à matéria médica originária daquelas partes. Ao referir a cidade de Xiraz, por exemplo, menciona as “*aguas de rosas destiladas*”,⁸⁷ que eram usadas tanto com objectivos terapêuticos, como na alimentação, e o custo amargo, que os “*Parsios dicen comunmente Kostalk*”,⁸⁸ utilizado nomeadamente como anti-séptico e anti-helmíntico. Falando da antiga “*ciudad Hrey*”, localizada nas proximidades da actual Teerão, regista a abundância de maná de excelente qualidade, “*en Parcio Xir quest, que es leche del arbol quest*”, que era trazido para Ormuz.⁸⁹ Ao mesmo tempo que utiliza informações de Garcia de Orta – que escrevera “*chamase xirquest ou xircast, que quer dizer leite da arvore chamada quest*”, acrescentando “*de modo que he hum rucio que cae daquellas arvores, ou goma que nace dellas*” –, o nosso autor aproveita para corrigir opiniões erróneas que circulavam sobre este produto, divulgadas nomeadamente pelos *Colóquios dos simples*, esclarecendo “*lo que acerca della se trata del Rozio y otros cuentos, son fingimientos o falsas informaciones*”.⁹⁰

HISTORIOGRAFIA

Num capítulo dedicado às conquistas persas de Alexandre Magno, menciona diversos produtos medicinais, baseando-se liberalmente nos *Colóquios dos Simples*: o espiquenardo, “*la Spica nardi dicha en Parsio y Arabe, Sembul tib, espiga olorosa*”;⁹¹ o ruibarbo, planta semelhante a “*vn nabo echa de vn corto tallo*”, com “*vnas hojas menudas y poco lleuantadas*”, muito procurado pelos boticários;⁹² o almíscar, “*a que Arabes y Parsios dicen Mexk: Mesk: o Mosk*”, produzido por uns “*animales grandes y quasi especie de Venados*”;⁹³ as madeiras odoríferas de calambaque e de sândalo;⁹⁴ e uma madeira a que dá o nome de “*Pao de Solor*”, oriunda daquela ilha indonésia, que tem “*gran virtud cōtra muchas enfermedades*”, nomeadamente como antídoto de venenos.⁹⁵ Depois deste longo excursus, Pedro Teixeira conclui que “*de todo esto hay escrito harto, por donde no me detengo en referillo*”;⁹⁶ contudo, esquece-se de referir o autor que estava a citar, que não era outro senão Garcia de Orta.

As Relaciones de Pedro Teixeira, fazendo fé no respectivo título, não tratariam explicitamente de questões de história natural, sendo antes obra de cronística oriental, complementada por um relato de viagens.

Entretanto, o produto persa que mais destaque merece é, sem dúvida, a pedra bezoar, já que, apesar de existirem pedras similares em outras regiões ultramarinas, para Teixeira “*las de mas virtud y efficacia, son las de Persia, a las quales vide obrar marauillas en accidentes y passiones de veneno*”. Na sua opinião, trata-se de um dos melhores antídotos para combater os mais variados tipos de envenenamento, que o nosso autor parece ter utilizado repetidamente, pois não se esquece de assinalar que se aplica “*la piedra Pazar contra todo veneno interior y exterior, y por abruir contra todas las passiones com mucho prouecho*”.⁹⁷ Aliás, indica logo de seguida diversos métodos seguros para avaliar

a qualidades destas preciosas pedras medicinais. O texto das *Relaciones* esclarece a etimologia da palavra “bezoar”, já que alguma confusão se gerara com a palavra parónima “bazar”, que em diversas línguas orientais designava a praça ou mercado: “*à la piedra Bezar, llama el Parsio por excelencia Pázahar, que quiere dezir tanto como antídoto, y propriamente reparo de ponçoña o veneno, de Zahar que es nombre general de qualquier veneno, y pá, reparo*”.⁹⁸ Pedro Teixeira entrava aqui, mais uma vez, em polémica com Garcia de Orta, que nos seus *Colóquios dos Simples* afirmara que “a gente indiana mais corruptamente lhe chama *pedra de bazar*; que quer dizer pedra da praça, ou da feira; porque *bazar* quer dizer luguar donde se vendem as cousas”.⁹⁹ A referência às pedras bezoar é aproveitada pelo viajante português para introduzir um conjunto de observações sobre outros produtos terapêuticos do mesmo género, que se encontram um pouco por toda a Ásia e mesmo no Novo Mundo.

PEDRO TEIXEIRA E A MEDICINA ORIENTAL

Garcia de Orta, como foi já referido, é repetidamente citado por Pedro Teixeira ao longo das páginas da sua obra. Contudo, o célebre naturalista, que estava sedado em Goa, não é a única autoridade em questões de matéria médica convocada pelo nosso viajante. Para além de menções aos grandes clássicos da medicina ocidental, como “*Hypocras*” e “*Galieno*” (Hipócrates e Galeno),¹⁰⁰ surgem ao longo das páginas das *Relaciones* referências regulares a médicos orientais e às respectivas práticas, muitas delas exóticas do ponto de vista europeu. O viajante português, de resto, demonstra alguma familiaridade com todas estas questões, deixando assim dar forma à suspeita de que teria exercido profissão de boticário ou de físico durante a sua carreira ultramarina. Assim, numa secção da obra onde descreve diversas pedras utilizadas como contra-venenos, deixa várias notas pessoais, salientando que ele próprio ou tinha usado tais substâncias em múltiplas ocasiões, ou tinha assistido repetidamente a curas por elas obradas. A respeito da pedra de porco-espinho,¹⁰¹ por exemplo, sublinha que “*solo aquellos que la experimentaron, lo pueden creer sin escurupulo: de lo que yo puedo ser buen testigo, por lo que en varios tienpos y lugares le vide obrar*”.¹⁰²

Aparentemente, Teixeira teria mesmo compulsado obras de alguns autores orientais mencionados nas

HISTORIOGRAPHY

Relaciones, como é o caso de “*Zahhyrey Koarrazmxá, que suena en nuestro vulgar Zacharias Rey de Koarrazm, medico famoso que hizo vn libro muy semejante al de Mesue, de que en la Persia se usa*”.¹⁰³ Estava aqui a referir-se, por um lado, a Ibn Zakariya al-Razi (865-925), autor de numerosas obras médicas, conhecido na Europa como Rasis, e, por outro lado, a Ibn Masawaih (777-867), físico assírio bem conhecido dos especialistas europeus. Noutra secção da obra, destaca a figura do “*insigne medico Avicena*” (980-1037), a que os persas dão o nome de “*Xequé Reis Boaly Sina, o, Eben Sina*”, explicando que este célebre polígrafo originário do Uzbequistão escreveu muito mais livros do que os que são conhecidos na Europa, “*y en particular vn volumen que contiene veynte libros de musica, à que los Parsios llaman Musiquy Boaly: la musica de Boaly*”.¹⁰⁴ Enfim, menciona o nosso viajante o físico andaluz “*Albucazis*”, ou Abu al-Qasim (963-1013), a propósito de terapêutica à base de fogo.¹⁰⁵

O capítulo 35 da primeira parte das *Relaciones*, dedicado a mais um soberano persa, dá subitamente lugar a uma extensa e inflamada apologia dos médicos orientais, que é ao mesmo tempo uma crítica a certos médicos europeus. Começando por afirmar que “*No puedo dexar de marauillarme de aquellos, que à todos los medicos que no son Griegos o Latinos llaman Barbaros*”, Teixeira explica de seguida que “*huuo y ay aun en la Persia y Arabia, y en la Indiá, Medicos tan prestantes en su arte que pueden tener las primas en qualquiera parte*”.¹⁰⁶ E logo prossegue com um périplo oriental sobre as várias práticas médicas com que pôde tomar contacto durante as suas andanças, sempre num registo positivo. Os árabes e persas “*tienen y uzan la medicina, en la forma de los Griegos, y Latinos, con poca diferencia*”, exceptuando-se a circunstância de muito raramente recorrerem à sangria, que entre os europeus era prática corrente. A prática da medicina está tão espalhada na Pérsia, que, para além de existirem numerosíssimas boticas públicas onde os médicos se abastecem, “*todo el hombre que puede, tiene en su casa botica particular*”.¹⁰⁷ Pormenor interessante, encontravam-se na Pérsia mulheres especializadas em artes médicas, que se ocupavam de outras mulheres e de crianças. Homens e mulheres que se ocupam da saúde fazem uso “*de todos nuestros simples medicinales, que de de todos es muy abastada la Persia y Arábia, y de otros no poços de que àca carescemos*”.¹⁰⁸ Passando à Índia, nota o nosso autor a existência de numerosos médicos, e entre estes os chamados “*Pandytos*”, que são “*letrados y*

Buenos filosofos”. Estes estudam em escolas especializadas e “*tienen su sciencia y arte escrita en lengua diferente de la vulgar*”.¹⁰⁹ Para além destes letrados, existiam outros físicos “*Enpiricos*”. Tanto uns como outros recorriam a um abundante sortido de remédios e de mezinhas, “*para vários effeitos efficassimas*”.¹¹⁰ Prosseguindo a sua viagem pelas práticas médicas asiáticas, Teixeira refere de seguida os físicos chineses, alguns dos quais seguem o “*modo de curar de Albucazis todo com fuego, sino que en lugar de hyerro, cauterisan con yeruas secas encendidas*”. Estava evidentemente a referir-se à prática chinesa da moxibustão, que teria tido oportunidade de observar em Malaca ou em Manila, onde existiam largas comunidades oriundas da China.¹¹¹

Pedro Teixeira, nas suas *Relaciones*, regista um alargado conjunto de observações relativas à matéria médica oriental, fruto, simultaneamente, de vivências concretas, de informações orais e de leituras diversas. Em primeiro lugar, revela um apurado interesse pelos mais variados tipos de drogas e de simples que circulavam pelos mundos orientais. Curiosamente, não se ocupa destas matérias como um homem de negócios, pois nunca avança dados de natureza mercantil, mas antes procede como um físico profissional, do ponto de vista da prática experimental, mesmo do manuseamento, ou como um naturalista amador, com aguda curiosidade pela realidade observada. O seu conhecimento destes assuntos, pode constatar-se, é muito vasto e consideravelmente especializado. Em segundo lugar, o nosso homem tem a preocupação de observar e de descrever práticas médicas exóticas, olhando para os físicos orientais, de um modo genérico, com uma positiva valoração. Numerosas práticas orientais (árabes, persas, indianas, chinesas) são favoravelmente comparadas com a tradição médica europeia. A esta preocupação, em terceiro lugar, associa-se o cuidado de referenciar figuras destacadas da medicina, quer os clássicos bem conhecidos da Europa culta, quer a literatura médica persa, alguma da qual parece conhecer em primeira mão. Enfim, em quarto lugar, Teixeira alude repetida e criticamente à obra de García de Orta, o celebrado naturalista português. Os *Colóquios dos Simples*, de forma explícita, mas também implícita, são repetidamente citados, servindo, ao mesmo tempo, quer de ponto de partida essencial para uma deambulação pelo mundo natural oriental, quer de alavanca para o estabelecimento de uma posição crítica e inovadora.

HISTORIOGRAFIA

Pedro Teixeira, segundo parece, quis impor-se ao público leitor europeu não só como um especialista em assuntos históricos, culturais e linguísticos persas, mas também como um entendido em matéria médica.¹¹² Eis uma característica das *Relaciones* que tem sido pouco destacada pelos analistas da obra: um interesse consistente e informado pelas drogas e pelas práticas médicas orientais, uma evidente ligação ao mundo da medicina e da farmacologia. Nas entrelinhas da sua obra, Teixeira revela diversas características notáveis, desde uma alargada cultura livresca a um agudo poder de observação, passando por uma curiosidade activa e por uma disponibilidade para aprender, que fazem dele um informador de primeira qualidade sobre as realidades orientais. Tanto mais, que, ao longo de um prolongado período da sua vida, teve oportunidade de realizar extensíssimas deambulações pelos mundos extra-europeus. Eis uma

faceta menos explorada de um autor esquecido, cuja obra, de resto, continua por traduzir e/ou editar em Portugal. Após a publicação das *Relaciones* em 1610, não se consegue encontrar o mínimo rasto do seu autor, nem nos Países Baixos, nem em Portugal, desconhecendo-se a data da sua morte. A obra de Teixeira, pelo contrário, teve um enorme impacto nos meios cultos europeus, já que circulou intensamente, sendo objecto de regulares referências inter-textuais na literatura geográfica da época, para além de ter sido repetidamente traduzida, ao menos para francês e para inglês.¹¹³ No fim de contas, o viajante português aparecia como um observador extremamente bem informado sobre as coisas da Pérsia, que no tempo do Xá ‘Abbas, e de um ponto de vista das relações internacionais, começava a despertar intensa curiosidade e inusitado interesse em diversos centros políticos europeus. **RC**

NOTAS

- 1 O mais amplo e qualificado exercício biográfico sobre Pedro Teixeira deve-se a Donald Ferguson, “Introduction”, pp. i-c. Ver também Luís Graça, *A Visão do Oriente*, pp. 25-28; José Nunes Carreira, *Do Preste João*, pp. 99-111; Eduardo Barajas Sala, “Introducción”, pp. xiv-xxxix; e José Manuel García, “Pedro Teixeira e Fr. António de Gouveia”, pp. 205-208.
- 2 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RC, cap. 5, p. 111 (de facto, p. 211). A numeração da edição original, que aqui se cita, contém alguns lapsos. Para efeitos de citação, utilizam-se duas siglas: RP, que designa a primeira parte da obra, “Relacion del origen y descendencia de los reyes de Persia” (pp. 1-384), e RC, que designa a “Breve relacion del principio del reyno Harmuz” (pp. 1-45) e a “Relacion del camino que hize dende la Índia hasta Itália” (pp. 47-115 [de facto, 47-215]), as quais têm paginação autónoma.
- 3 *Relação das Nações*, pp. 89-90. Cf. Diogo do Couto, *Década 10*, liv. 8, cap. 6 (pt. 2, pp. 295-304).
- 4 Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, pp. 138-141.
- 5 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RC, cap. 1, p. 52.
- 6 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 29, p. 138.
- 7 Diogo do Couto, *Década 10*, liv. 8, cap. 10 (pt. 2, pp. 328-330); sobre o contexto desta expedição, ver Giancarlo Casale, “Global Politics in the 1580’s”, pp. 267-296.
- 8 Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, pp. 36-40.
- 9 Cf. António Bocarro, *O Livro das Plantas*, vol. 2, p. 44; ver também Willem Floor, *The Persian Gulf*, pp. 324-325.
- 10 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 33, p. 166.
- 11 Diogo do Couto, *Década 10*, *passim*.
- 12 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 104.
- 13 Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da Milícia*, pp. 49-52.
- 14 Diogo do Couto, *Década 11*, caps. 5-10, pp. 26-59; Frei João dos Santos, *Etiópia Oriental*, liv. 5, caps. 7-12, pp. 349-365. Ver Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates*, vol. 4, pp. 235-240.
- 15 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 33, p. 166.
- 16 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 95.
- 17 Cf. Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 2, p. 9.
- 18 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 33, p. 161.
- 19 Charles R. Boxer & José Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça*, pp. 21-35.
- 20 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 93.
- 21 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 21, p. 84: “en el anno de 1595. quando esto iua escriuiendo”.
- 22 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 8, p. 32.
- 23 Cf. Pedro Teixeira, *Relaciones*: alcatifas, “*el Parsio las llama Kalicheylas*” (RP, liv. 1, cap. 27, pp. 119-120); areca, “*palabra Parcia, que quiere dezir sudor*” (RP, liv. 1, cap. 6, p. 16); erva lombrigueira, “*los Parsios en lengua propia la llaman dram nah Kermomy*” (RP, liv. 1, cap. 27, p. 121); pedra bezoar, “*llama el Parsio por excelencia Pázahar, que quiere dezir tanto como antidoto*” (RP, liv. 1, cap. 33, p. 157); tutia, “*aque los Parsios en lengua propia llaman Tutyah*” (RP, liv. 1, cap. 27, p. 121).
- 24 *Ibidem*, RC, cap. 3, p. 78.
- 25 Sobre Ormuz nesta época, ver Luis Gil, “Ormuz pendant l’union dynastique”, pp. 177-190.
- 26 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 14, p. 48. Sobre as campanhas militares de ‘Abbas nesta época, ver Andrew J. Newman, *Safavid Iran*, pp. 50-72.
- 27 Luís Graça, *A Visão do Oriente*, pp. 314-315.
- 28 Cf. *Boletim da Filмотeca Ultramarina Portuguesa*, n.º 2, pp. 198-200 e n.º 3, pp. 417-418.
- 29 Roberto Gulbenkian, *L’ambassade en Perse*, pp. 29-32.

HISTORIOGRAPHY

- 30 Rudolph P. Matthee, *The Politics of Trade*, pp. 36-38.
- 31 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 29, p. 142; RC, cap. 1, p. 47. Malaca começava nesta época a enfrentar crescente concorrência dos holandeses (ver Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses, passim*).
- 32 Jacques de Coutre, *Andanzas asiáticas*, pp. 143-148.
- 33 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RC, cap. 1, p. 41 [= p. 55]. Teixeira comete um lapso, pois, na realidade, o governador das Filipinas era então D. Francisco Tello de Guzmán (cf. Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, pp. 109-195).
- 34 *Ibidem*, RC, cap. 1, p. 60.
- 35 *Ibidem*, RC, cap. 1, p. 48 [= p. 62].
- 36 *Ibidem*, RC, cap. 1, p. 48 [= p. 62].
- 37 *Ibidem*, RC, cap. 2, p. 49 [= p. 63].
- 38 *Relação das Nãos*, p. 107.
- 39 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RC, cap. 1, p. 48 [= p. 62].
- 40 *Ibidem*, RC, pp. 47-115 [i.e., pp. 47-215].
- 41 Sobre Antuérpia, ver Alistair Hamilton, *Arab Culture, passim*; e também os capítulos dedicados a esta metrópole em Patrick O'Brien (ed.), *Urban Achievement, passim*.
- 42 Para além de traduções e edições mais antigas, existe uma recente reedição fac-similada desta primeira edição (Elibron Classics, 2007); está disponível uma tradução inglesa (parcial) da Hakluyt Society (Londres, 1902): *The Travels of Pedro Teixeira with his Kings of Harmuz and extracts from his Kings of Persia*, ed. William F. Sinclair & Donald Ferguson, com recente reedição fac-similada (Kessinger Publishing, s.d.); e existe uma edição espanhola: *Relaciones de Pedro Teixeira del origen, descendência y succession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viagem hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra*, ed. Eduardo Barajas Salas (Madrid, 1994). Não existe edição ou tradução portuguesa.
- 43 Sobre Verdussen, cf. http://cvc.cervantes.es/obref/fortuna/expo/imprensa/imprensa_v.htm#verdussen
- 44 Pedro Teixeira, *Relaciones*, "Al lector", s.n.p.
- 45 Henrique Leitão (coord.), *Pedro Nunes 1502-1578*, pp. 110-111.
- 46 Pedro Teixeira, *Relaciones*, "Al lector", s.n.p.
- 47 Para uma identificação dos títulos concretos, cf. Pedro Teixeira, *The Travels*, p. ciii.
- 48 Paul Binding, *Imagined Corners*, pp. 164-229.
- 49 Pedro Teixeira, *Relaciones*, "Al lector", s.n.p.
- 50 *Ibidem*, "Al lector", s.n.p.
- 51 *Ibidem*, "Al lector", s.n.p.
- 52 João de Barros, *Ásia – Década Segunda*, liv. 5, cap. 2, p. 191. Sobre o *Tarigh* ver Georg Schurhammer, *Francisco Javier*, vol. 3, pp. 555-556.
- 53 *Ibidem*, liv. 2, cap. 2, p. 48: "O principio deste reyno Ormuz (segundo contam as chónicas dos reyes delle que nos foram jnterpretadas de Parseo)".
- 54 Frei Gaspar da Cruz, *Tratado*, pp. 267-279.
- 55 Cf. *Documentação Ultramarina*, vol. 1, pp. 201-210. O texto do missionário agostinho, por sua vez, seria reproduzido pouco depois por Diogo do Couto, na sua *Década 5* (liv. 10, cap. 1), impressa em Lisboa em 1612. Ver Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, pp. 199-203.
- 56 Ver, a propósito, Alexandra Pelúcia, "A história de Ormuz segundo Pedro Teixeira", pp. 223-238.
- 57 Para uma primeira enumeração, ver Eduardo Barajas, "Las Relaciones de Pedro Teixeira", pp. 3-31.
- 58 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 2, p. 9.
- 59 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 6, p. 18.
- 60 Para um levantamento das referências de outros autores coetâneos ao bétete (preparado a partir da folha de *Piper betel* e da noz da *Areca catechu*), ver Rui Manuel Loureiro "A verde folha da erva ardente", pp. 1-20.
- 61 Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples*, col. s.n., vol. 2, pp. 389-396.
- 62 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 18, p. 76.
- 63 Os mirabolanos referidos correspondem a diversas espécies, nomeadamente *Terminalia chebula*, *Terminalia bellerica* e *Phyllanthus emblica*. Cf. Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples*, col. 37, vol. 2, pp. 151-160.
- 64 Sobre as viagens do naturalista português, ver Rui Manuel Loureiro, "Garcia de Orta e os *Colóquios dos Simples*", pp. 135-145.
- 65 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 18, p. 76.
- 66 Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples*, col. 56, vol. 2, pp. 359-361: "fazse da cinza de hum páo que se chama goan" (p. 359).
- 67 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 27, p. 121.
- 68 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 27, p. 121. A tutia era utilizada nomeadamente como medicamento em doenças do foro oftalmológico. Ver Harold J. Cook, *Matters of Exchange*, p. 203.
- 69 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 186. A canela corresponde à casca do *Cinnamomum zeylanicum*.
- 70 Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples*, col. 15, vol. 1, pp. 201-234.
- 71 A primeira tradução em latim foi impressa em Antuérpia em 1567, numa edição preparada por Carolus Clusius (cf. *Aromatum et simplicium, passim*); em 1605, precisamente no ano da chegada de Pedro Teixeira a Antuérpia, fora publicada naquela cidade uma nova edição da tradução latina da obra de Garcia de Orta preparada por Clusius (*Exoticorum libri decem*). Poderia até dar-se o caso de Teixeira ter utilizado uma das traduções latinas dos *Colóquio dos Simples* e não o próprio original impresso em Goa.
- 72 A respeito de Tamerlão, Pedro Teixeira cita noutra secção das *Relaciones* um livro persa "de la vida y hechos de Teymur, muy particular y de no vulgar estilo" (RP, liv. 1, cap. 35, p. 173).
- 73 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 35, pp. 171-194.
- 74 Aliás, ainda hoje as *Relaciones* continuam a ser pouco frequentadas pelos especialistas de história das interações euro-asiáticas nos alvares da modernidade, muitos dos quais parecem desconhecer que Pedro Teixeira, para além de precoce tradutor de crónicas persas, é também um observador informado de muitas outras realidades do Oriente do seu tempo.
- 75 Sobre os estudos orientalistas na Europa, vd. Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 2, livs. 2-3, *passim*.
- 76 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 6, pp. 14-15.
- 77 Ver, sobre esta questão, Rudi Matthee, *The Pursuit of Pleasure*, pp. 37-68.
- 78 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 6, pp. 15-16.
- 79 Para todas estas referências a bebidas ou substâncias inebriantes ou excitantes, cf. *ibidem*, RP, liv. 1, cap. 6, pp. 16-21.
- 80 Ralph S. Hattox, *Coffee and Coffeehouses, passim*.
- 81 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 6, p. 19.
- 82 Cf. Fr. Gaspar da Cruz, *Tratado*, cap. 13, p. 64. Sobre o chá e a sua difusão, ver João Telles e Cunha, "O chá. A socialização da bebida", pp. 289-329.
- 83 José de Acosta, *Historia natural*, p. 266.
- 84 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 6, p. 20.
- 85 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 6, p. 20. Ver *Plantas viajantes*, pp. 58-60.
- 86 Ver Arlindo Caldeira, "A divulgação do tabaco", pp. 64-81.
- 87 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 6, p. 22.
- 88 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 6, p. 23. Sobre o custo (*Saussurea lappa*), cuja raiz tem largas aplicações terapêuticas, cf. Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 17, vol. 1, pp. 255-276.
- 89 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 7, pp. 29-30.
- 90 Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 33, vol. 2, p. 91; Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP I, cap. 7, p. 30. O maná corresponde ao *Cotoneaster nummularia*.
- 91 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 92. Cf. Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 50, vol. 2, pp. 291-299. O espiguenardo, usado como sedativo e como perfume, corresponde ao *Nardostachys jatamansi*.

HISTORIOGRAFIA

- 92 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 108. Cf. Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 48, vol. 2, pp. 275-279. Sobre o ruibarbo, *Rheum officinale*, que tem propriedades laxativas e adstringentes, ver Clifford M. Foust, *Rhubarb, passim*.
- 93 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 110. Sobre o almíscar, vd. Peter Borschberg, “O comércio europeu de almíscar”, pp. 90-99.
- 94 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, pp. 110-111. Cf. Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 30, vol. 2, pp. 47-67.
- 95 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 113. Cf. Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 42, vol. 2, pp. 181-193.
- 96 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 110.
- 97 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 33, p. 159.
- 98 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 33, p. 157. Cf. Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 45, vol. 2, pp. 231-239. Sobre a pedra bezoar, ver Jorge Manuel dos Santos Alves, “A pedra-bezoar”, pp. 121-134.
- 99 Garcia de Orta, *Colóquios*, col. 45, vol. 2, p. 233.
- 100 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 178.
- 101 A pedra de porco-espinho, na realidade um cálculo intestinal, era vulgar em Malaca (ver Peter Borschberg, “O comércio, uso e falsificação”, pp. 60-78).
- 102 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 33, p. 161.
- 103 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 22, p. 114.
- 104 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, pp. 176-177.
- 105 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 180.
- 106 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 175.
- 107 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 178.
- 108 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 179.
- 109 Pedro Teixeira estava a referir-se ao sânscrito, língua utilizada na literatura médica indiana. Ver, a propósito, M. N. Pearson, “Hindu Medical Practice”, pp. 100-113.
- 110 Pedro Teixeira, *Relaciones*, RP, liv. 1, cap. 35, pp. 179-180.
- 111 *Ibidem*, RP, liv. 1, cap. 35, p. 180.
- 112 Para outros exemplos de médicos viajantes nesta época, ver Françoise de Valence, *Médecins de fortune, passim*.
- 113 Cf. Donald Ferguson, “Introduction”, pp. xc-c.

BIBLIOGRAFIA

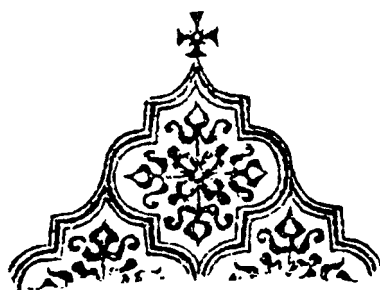
- Acosta, José de. *Historia natural y moral de las Indias*. Ed. José Alcina Franch. Madrid: Historia 16, 1986.
- Alves, Jorge Manuel dos Santos. “A pedra-bezoar. Realidade e mito em torno de um antídoto”, in Jorge Manuel dos Santos Alves, Claude Guillot e Roderick Ptak (coord.), *Mirabilia Asiática: Produtos Raros no Comércio Marítimo/ Produits rares dans le commerce maritime/ Seltene Waren im Seehandel*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag e Fundação Oriente, 2003, pp. 121-134.
- Barajas Sala, Eduardo. “Las Relaciones de Pedro Teixeira (Amberes, 1610). I. Portuguesismos lexicos: Los Fitonimos”. *Revista de Guimarães* (Guimarães), vol. 96, 1989, pp. 3-31.
- . “Introducción”, in Pedro Teixeira, *Relaciones de Pedro Teixeira del origen, descendencia y sucession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viage hecho por el mismo autor dende India Oriental hasta Italia por tierra*. Ed. Eduardo Barajas Salas. Madrid: Miraguano Ediciones e Ediciones Polifemo, 1994, pp. v-xliii.
- Barros, João de. *Ásia. Década Segunda*. Ed. António Baião e Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.
- Binding, Paul. *Imagined Corners: Exploring the World's First Atlas*. Londres: Review, 2003.
- Bocarro, António. *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Ed. Isabel Cid, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- Boletim da Filмотeca Ultramarina Portuguesa* (Lisboa), n.ºs 2 e 3, 1955.
- Borschberg, Peter. “O comércio europeu de almíscar com a Ásia no início da era moderna”. *Oriente* (Lisboa), n.º 5, 2003, pp. 90-99.
- . “O comércio, uso e falsificação dos bezoares de porco-espinho na Época Moderna”. *Oriente* (Lisboa), n.º 14, 2006, pp. 60-78.
- Boxer, Charles R. e Vasconcelos, José Frazão de. *André Furtado de Mendonça*. Macau: Fundação Oriente e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- Caldeira, Arlindo Manuel. “A divulgação do tabaco brasileiro na China: A miragem de um mercado”. *Revista de Cultural Review of Culture* (Macau), n.º 21, 2007, pp. 64-81.
- Carreira, José Nunes. *Do Preste João às ruínas da Babilónia: Viajantes portugueses na rota das civilizações orientais*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1990.
- Casale, Giancarlo. “Global Politics in the 1580s: One Canal, Twenty Thousand Cannibals, and an Ottoman Plot to Rule the World”. *Journal of World History* (Honolulu), vol. 18, 2007, pp. 267-296.
- Clusius, Carolus. *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*. Ed. Jaime Walter. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- Cook, Harold J. *Matters of Exchange: Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age*. New Haven: Yale University Press, 2007.
- Couto, Diogo do. *Da Ásia. Décadas*. Fac-símile da edição de (1778-1788). 15 vols. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975.
- Coutre, Jacques de. *Andanzas asiáticas*. Ed. Eddy Stols, Benjamin N. Teensma e Johan Verberckmoes. Madrid: Historia 16, 1991.
- Cruz, Frei Gaspar da. *Tratado das Coisas da China*. Ed. Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Edições Cotovia, 1997.
- Cunha, João Telles e. “Chá. A socialização da bebida em Portugal – Séculos XVI-XVIII”, in Luís Filipe F. R. Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana: Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2002, pp. 289-329.
- Documentação Ultramarina Portuguesa*. Ed. António da Silva Rego, 5 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967.

HISTORIOGRAPHY

- Ferguson, Donald. "Introduction". In Pedro Teixeira, *The Travels of Pedro Teixeira with his Kings of Harmuz and Extracts from his Kings of Persia*. Ed. William F. Sinclair e Donald Ferguson. Londres: Hakluyt Society, 1902, pp. i-c.
- Floor, Willem. *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1700*. Washington DC: Mage Publishers, 2006.
- Garcia, José Manuel. "Pedro Teixeira e Fr. António de Gouveia: leurs intérêts pour la Perse", in Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag e Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 205-215.
- Gil, Luis. "Ormuz pendant l'union dynastique du Portugal et de l'Espagne (1582-1622)", in Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag e Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, pp. 177-190.
- Graça, Luís. *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: Os Viajantes Portugueses e os Itinerários Terrestres (1560-1670)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- Gulbenkian, Roberto. *L'ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- Hamilton, Alistair. *Arab Culture and Ottoman Magnificence in Antwerp's Golden Age*. Londres e Oxford: The Arcadian Library e Oxford University Press, 2001.
- Hattox, Ralph S. *Coffee and Coffeehouses: The Origins of a Social Beverage in the Medieval Near East*. Seattle: University of Washington Press, 1985.
- Lach, Donald F. *Asia in the Making of Europe*, vol. II: *A Century of Wonder*. 3 vols. Chicago: University of Chicago Press, 1970-1977.
- Leitão, Henrique (coord.). *Pedro Nunes 1502-1578*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- Lobato, Manuel. *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999.
- Loureiro, Rui Manuel. *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.
- . "A verde folha da erva ardente: o consumo do bétel nas fontes europeias quinhentistas", in Jorge Manuel dos Santos Alves, Claude Guillot e Roderick Ptak (coord.), *Mirabilia Asiática: Produtos Raros no Comércio Marítimo/ Produits rares dans le commerce maritime/ Seltene Waren im Seehandel*, vol. 2. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag e Fundação Oriente, 2005, pp. 1-20.
- . "Garcia de Orta e os *Colóquios dos Simples*: Observações de um viajante sedentário", in Gabriela Fragoço e Anabela Mendes (coord.), *Garcia de Orta e Alexander van Humboldt: errâncias, investigações e diálogo entre culturas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008, pp. 135-145.
- Matthee, Rudi. *The Pursuit of Pleasure: Drugs and Stimulants in Iranian History, 1500-1900*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- Matthee, Rudolph P. *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- Monteiro, Armando da Silva Saturnino. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. 4. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1993-1994.
- Morga, Antonio de. *Sucesos de las Islas Filipinas*. Ed. W. E. Retana e Patricio Hidalgo Nucehira. Madrid: Ediciones Polifemo, 1997.
- Newman, Andrew J. *Safavid Iran: Rebirth of a Persian Empire*. Londres: I. B. Tauris, 2006.
- O'Brien, Patrick (ed.). *Urban Achievement in Early Modern Europe: Golden Ages in Antwerp, Amsterdam and London*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Orta, Garcia de. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Ed. Conde de Ficalho. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Pearson, M. N. "Hindu Medical Practice in Sixteenth-Century Western India: Evidence from Portuguese Sources". *Portuguese Studies* (Londres), vol. 17, 2001, pp. 100-113.
- Pelúcia, Alexandra. "A história de Ormuz segundo Pedro Teixeira. Uma perspectiva crítica", in Luís Filipe F. R. Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Taprobana: Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2002, pp. 223-238.
- Relação das Nãos e Armadas da Índia com os sucessos dellas que se puderam saber*. Ed. Maria Hermínia Maldonado. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1985.
- Santos, Frei João dos. *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis*. Ed. Manuel Lobato e Maria do Carmo Guerreiro Vieira. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- Schurhammer, Georg. *Francisco Javier. Su vida y su tiempo*. 4 vols. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1992.
- Silveira, Francisco Rodrigues da. *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*. Ed. Luís Filipe Barreto, George D. Winus e Benjamin N. Teensma. Lisboa: Fundação Oriente, 1996.
- Teixeira, Pedro. *Relaciones de Pedro Teixeira d'el origen, descendencia y sucession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de vn viagem hecho por el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra*. Antuérpia: Hieronymo Verdussen, 1610 (reedición fac-similada: Elibron Classics, 2007).
- . *The Travels of Pedro Teixeira with his Kings of Persia and extracts from his Kings of Persia*. Ed. William F. Sinclair e Donald Ferguson. Londres: Hakluyt Society, 1902 (reedición fac-similada: Kessinger Publishing, s.d.).
- . *Relaciones de Pedro Teixeira del origen, descendencia y sucession de los Reyes de Persia, y de Harmuz, y de vn viage hecho por el mismo autor dende India Oriental hasta Italia por tierra*. Ed. Eduardo Barajas Salas. Madrid: Miraguano Ediciones e Ediciones Polifemo, 1994.
- Valence, Françoise de. *Médecins de fortune et d'infortune: Des aventuriers français en Inde au XVII^e siècle*. Paris: Maisonneuve e Larose, 2000.



St. Francis Xavier with his Japanese interpreter, Yagiro.
Oil on canvas by André Reinoso, c. 1619.
Museu de São Roque, Lisbon.



Revisiting the First Jesuit Library in Japan An Analysis of the Purpose of Nunes Barreto's Library in Kyushu (1556)

Rómulo da Silva Ehalt*



* Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, concluiu um mestrado em Estudos Japoneses na Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio, onde pesquisa a presença portuguesa na região de Hizen e a relação dos daimios locais com os mercadores e religiosos portugueses.

Graduate in History from Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brazil). M.A. in Japanese Studies from Tokyo's University of Foreign Studies he is currently researching the Portuguese presence in Hizen and relations between the local daymios and Portuguese merchants and priests.

In 1554, three years after arriving in India, Melchior Nunes Barreto set sail for Japan. Once rector of the Goan Jesuit College, Barreto took with him a large collection of about one hundred books, and a list of all the titles included in this small library survived. In 1960, Jesuit historian Jesus López-Gay discussed for the first time the contents of these books, in the now classic article 'La Primera Biblioteca de los Jesuítas en el Japón (1556). Su Contenido y su Influencia'.¹

López-Gay's article was intended 'to check exactly the place where the texts brought by the missionaries were printed, printing year etc.' He also classified the books in seven groups according to its field and nature, i.e. 'Holy Scriptures', 'Holy Fathers and Theology', 'Morals and Canons', 'Philosophy', 'Liturgy', 'Spirituality' and 'Various'. Such classification focused on the contents of the books and their relations with some of the ideas present in Japan at the time.

This article will try to go one step further and cast some light on the objectives of Barreto's library in Japan. One main reason we can consider is the training of new clergy. For that matter, we separated the books in two major distinct groups: practical books and teaching books, as those needed to teach new priests and to be used by new members of the Order.

Practical books are all those used in the liturgy and by missionaries on an everyday basis: Bibles, confession manuals, breviaries, diurnals, psalm books and guides to herbs. Aside from these, we have a list of supplies written by Alessandro Valignano in the beginning of the 17th century which includes other books which, as Valignano says, were intended to be used by the increasing number of priests that were being ordained in Japan. Crossing the information on Nunes Barreto's list with Valignano's, it is possible to identify not only liturgical books such as Bibles, breviaries, diurnals and confession manuals, but also another two: first, the so called *Summa Silvestrina*, written by Silvestre Mazolini, which was a comprehensive commentary on Thomas Aquinas' works and the first openly public criticism to Martin Luther; second, the *Meditations*, by Saint Augustine.²

It is also interesting to note that Valignano's list points out three other works that don't appear in Nunes Barreto's. The reason may be because these titles did not exist back in the 1550's. One is referred only by the author's name, Friar Luiz de Granada, and could indicate any of his works, such as *Introducción del*

HISTORIOGRAFIA

Símbolo de la Fe (Introduction to the Symbol of Faith), or *Libro de la Oración y Meditación* (Book of Prayer and Meditation), or even the famous *Guia de Peccadores* (Sinner's Guide).³ The second work is *La Vanidad del Mundo* (World's Vanity), by Diego de Estella. A last name is also included, Montoya, but it is not yet possible to identify a single possible author.

The second category here is the teaching books, or teaching materials. Here we follow the analysis given by Jesus López-Gay in his original article, as well as his comments about them. However, unlike the practical books that were chosen for clerical work and missionary needs, it is necessary first to analyse the criteria that led the choices of Nunes Barreto when constructing his library before setting sail for Japan.

To understand how the formation of the library can relate to the education of new priests in Japan, one has to understand the general guidelines of Jesuit thought during its first years as an Order. One of the

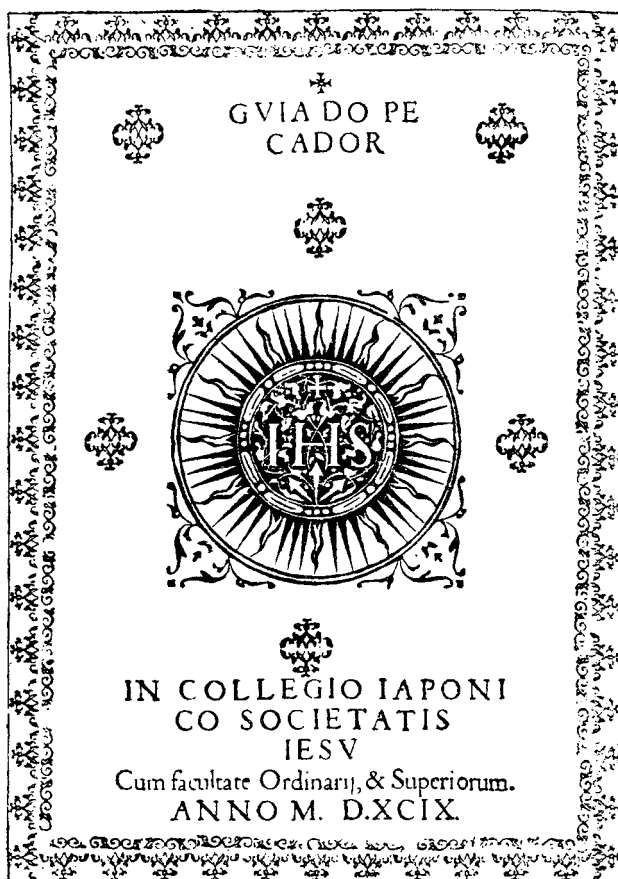
crucial principles found in Jesuit thought and speech during the mid-16th century was the exemplar model. The major exemplar model for the Society of Jesus in this time was Loyola's conversion. The strong imagery of the knight who devotes himself earnestly to God was essential for the rise of the Jesuits as a military-like order in its activities and organisation, in contrast to the medieval monastic orders.

The close connection between the founder's biography and the order's history reveals yet the central role played by books in the Jesuit culture. When the knight Íñigo de Oñez y Loyola retreated to his castle in order to recover from the wound suffered on the battlefield against the French, two books are responsible for instigating him to put the sword away and follow the steps of the saints. It is definitely not a coincidence that these two titles can be found on Barreto's list: *Vita Christi*, written by Ludolph of Saxony, and *Flos Sanctorum*, by Jacobus de Voragine. These hagiographies are the most essential books in Loyola's personal history and which inspired the basics of the Jesuit ideology.

Another work found both in Barreto's list and Loyola's biography is the *Imitatio Christi*, by Thomas a Kempis, a book to which Loyola 'remained faithful for the rest of his days'.⁴ In the list it is registered as 'the works of Thomas a Kempis', but it most certainly included the *Imitatio*. This book would affect Loyola's interpretation of Christian philosophy during the time when he started writing his Spiritual Exercises, in 1522.⁵

Loyola came to know a new form of scholasticism a few years later, when studying in the University of Salamanca, centered on Thomas Aquinas' interpretation of the bible in his *Summa Theologica*.⁶ The strength of Aquinas's exegesis inside the Society of Jesus can be identified in the list as we see books like the *Four Parts of the Summa Theologica*, the *Summa contra Gentiles* and *Opuscula Divi Thomae*. The Thomism is present also in the past biographies of many Jesuits who would take part in the Japanese mission, such as Cosme de Torres. One of Xavier's companions on the original journey to Japan, Torres studied under the guidance

Guia do Pecador (Sinner's Guide), vol. 1, by Friar Luis de Granada. Nagasaki: Society of Jesus College, 1599.



Fides no doxi to xite P. F. Luis de Granada amaretaru xo no riacu, an abbreviated Japanese version of the 5th part of *Introducción del Símbolo de la Fe* by Friar Luis de Granada. Amakusa: Society of Jesus College, 1592.

FIDES NO DÕXI
to xite P. F. Luis de Grana-
da amaretart xo no riacu.

Core uo Companhia no Superiores no go falcacu
vomotte Nippon no coroba ni valu.



IESVS NO COMPANHIA NO
Collegio Amacusa ni uoite Superiores no go men
qto toxite core uo fan ni qizamu mono nari.
Go xuxxe yari M. D. L. XXXXII.

HISTORIOGRAFIA

of the famous Dr. Calaya and Master Peris, authentic Thomists and defenders of Aquinas in the University of Valencia.⁷

Besides corresponding with Ignatius' experience, the list contains work of a purely pedagogical nature, real textbooks that were in use in European universities. Here we can detach works such as those by Franz Titelmans or Tilmans (like *Titalmano Super Cantica*, and *Philosophia de Titalmano*) for their clarity and simplicity; Jean Gagne (listed as *Guanheo in Epistolas Pauli*) for its unpretentious contents, simple language and accessibility, reasons for its popularity among Portuguese students who graduated from the College of Navarre; last but not least we have the *Concordantiae Bibliorum et Cononum*, by Hugo de Colonia, that was so used in schools during the 16th century. The great number of didactical books shows us an interesting

characteristic of this library, and as we can see from the great amount of books intimately connected to the Jesuit culture, it was more than just religious or Catholic teaching, it was Jesuit teaching.

From the many textbooks in the library, it is possible to infer that one of the main purposes of this library was exactly to help the education of native clergy in Japan. Beyond that, it is noted that the intellectual content of the library would serve to form not just clergy, but Jesuit clergy. The new priests ordained in the Far East would be offered a whole package of Jesuit philosophy from the moment of their first contacts with western books.

Until Xavier met with Japanese in Malacca, he did not believe in priests ordained in Asia and their capability. New members were not be taken in the Company in India unless to perform domestic and

Arrival of St. Francis Xavier in Japan. 18th century glazed tile panel. (Convento da Encarnação, Lisbon).



HISTORIOGRAPHY

administrative functions, as Xavier insisted that the rhythm of studies in Asia was too slow.⁸ The father-master was quick to criticise Jesuits wannabes in India, claiming that many of them knew no better than to read and write.

In Japan, however, Xavier changed his mind. He declared that the Japanese Christians seemed to be good enough to perpetuate by themselves the fruits that the Jesuits would bear in life. This opinion diverged from the one he had about Christians in other parts, where he considered that there would be no way of perpetuating the religion by them and it would last only as long as the Jesuits lasted among them.⁹ The image of Japanese Christians as better than other converts in Portuguese Asia would remain strong over centuries. Boxer noted that in 1579 the fourth Jesuit General, Everard Mercurian, firmly closed the door preventing the admission of Asians and Eurasians to the order, although an exception was soon made in favour of the Japanese, later extended to Chinese, Vietnamese and Koreans.¹⁰

It is necessary, though, to analyze the process that took Barreto to Japan in 1554 carrying a whole library. Melchior Nunes Barreto was born in Oporto in the 1520's. He arrived in India in 1551, carrying letters from Simão Rodrigues indicating him as rector of the Jesuit College in Goa. As we can see in this letter from Xavier to Gaspar Barzeo written in April 1552, the job was extremely important both within the Jesuit missions and in the Portuguese *Padroado*.

Trusting I, Xavier, of thou, Gaspar, to be the rector of this college of the Holy Faith, and of the Portuguese priests and brothers of the Company of the name of Jesus from the Cape of Good Hope until here (Goa), and of those that are in Malacca, Moluccas, Japan and every other part, and of those who come from Portugal as from any other part in Europe to these parts to follow my will.¹¹

One can notice that being the rector of the college meant much more, as the rector had the powers of a vice-provincial and superior of the missions in India. There is no doubt that the rectorship was one of the key posts in the administration of the Jesuit missions in the East.

When Nunes Barreto arrived in India as the new rector, however, he faced resistance from Jesuits of Goa. The problem was that when the former rector António



Japanese convert. Painting on wood, artist unknown, 1621. (Museu do Carmulo, Portugal).

Gomes resigned, the Jesuits had chosen a new rector, the Italian Paulo de Camerino. Gaspar Barzeo, recently arrived from Ormuz, tell us more about the deadlock in this letter from 1551:

HISTORIOGRAFIA

Coming from Ormuz, called by Father Francisco to Japan, I found Father Paulo substituting as rector of this college of Goa after Father António Gomes, who was previously rector resigned. And that by choice of all the brothers in this house, even though another one (rector) was sent from Portugal by Father Simão Rodrigues as provincial, who is called Melchior Nunes Barreto. To whom they did not want to obey until Father Francisco comes back from Japan, telling me that it was his will, to give the post to no one until he was experienced enough for some time.¹²

The Goan Jesuits refused to accept Nunes Barreto, claiming that the letters he brought were only from Simão Rodrigues, not from the general of the order, Ignatius de Loyola.

Trying to mend things up until a definitive solution arrived from Rome, Xavier appointed Gaspar Barzeo as the new rector, while Nunes Barreto was sent to be the rector of the college in Baçaim. In 1553 Barzeo passed away, and the rectorship was finally taken by Nunes Barreto, in accordance with instructions left by Xavier. The final solution to this standstill was given by a letter in 1555, when a new rector, Baltasar Dias, was appointed by Loyola from Rome.

In view of this situation, Nunes Barreto decided to go to Japan in 1554. But his journey wasn't just to follow the example of Xavier and go preach in distant lands. According to Nunes Barreto himself, beside his will to leave Goa, where he was 'having an easy life', and follow the example of the Apostle of the Indies, Xavier himself left instructions to Gaspar Barzeo for him to send Barreto to Japan, as we can see in the following excerpt from a letter written in April 1552.

I (Xavier), would be more pleased if Master Belchior (Melchior Nunes Barreto) went there (to Japan), for his education, because there it would be better used than here (Goa).¹³

Nunes Barreto also quotes Xavier in one of his own letters to Loyola in 1554, while travelling from Goa to Cochín:

(Xavier) left written to Father Gaspar Barzeo to send me to Japan, saying that there my education would be better used than it is here, being the Japanese people who in everything ask for reason.¹⁴

But what Nunes Barreto meant with 'ser gente que em todas as coisas pede razão?' [Being people who in everything ask for reason]? This seems to be one of the key sentences to understand what took Barreto to sail off to Japan taking a whole library with him.

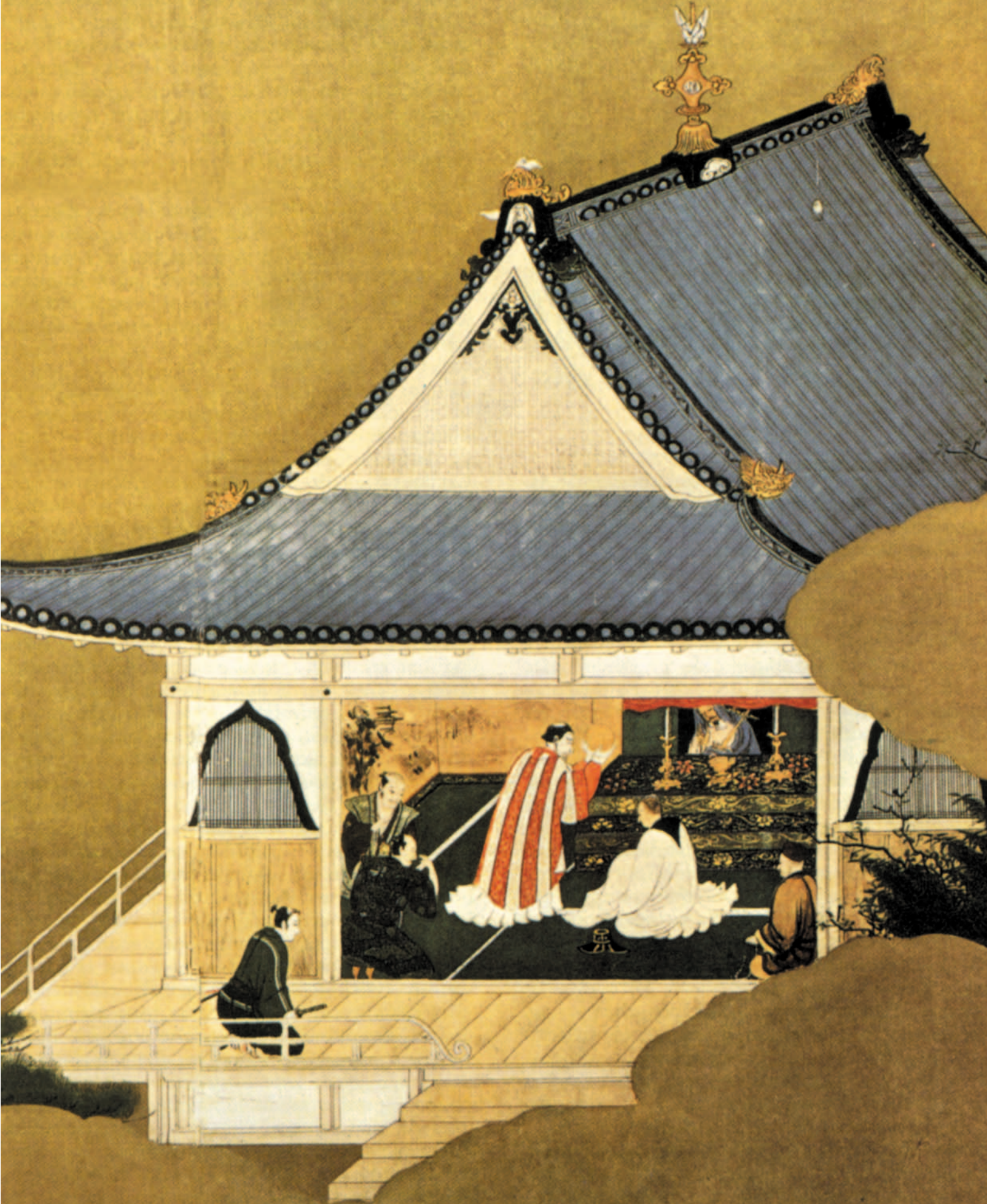
Jesus López-Gay says that this mission led by Nunes Barreto was scientific, and affirms that the 'ask for reason' part indicates that the Japanese when confronted with the Christian doctrine would be naturally curious and inquisitive, and it triggered the formation and transport of the library to Japan. In other words, the books would serve as a tool in the conversion of the Japanese people in general.

This may be not the only reason for the whole enterprise. One factor that López-Gay didn't take into consideration was one of the most resounding aspects of Xavier's experience in Japan, the philosophical disputes with Buddhist monks. As far as we can read in his letters, Xavier himself regarded the philosophical disputes as an important front in the battle for the Japanese souls, and thought Jesuits should be prepared to deal with the monks. Writing to Simão Rodrigues and Loyola in January 1552, Xavier clarified the main points to be observed when choosing and sending new missionaries to Japan.

First, the priests coming from Europe should go to the so called Japanese universities, the Buddhist schools in Japan, to engage in disputes with the monks. Second, they needed to be experienced in hard works, as they would have to deal with persecutions done by the monks. Third, these priests would face extremely harsh and cold weather conditions, and would have little to eat, so Xavier suggested Germans and Flemish from the



Christian church.
Detail of a Japanese namban screen.



HISTORIOGRAFIA



St. Francis Xavier preaching in the court of the prince of Yamaguchi. Oil on canvas by André Reinoso, c. 1619. (Museu de São Roque, Lisbon).

colleges in Spain and Italy, as they were well-built and fluent in Portuguese or Spanish. Fourth, they must not be too old, because of the physical difficulties, or too young, for the temptations in a far off land. Last, they needed to be well-trained in arts and sophistry, that is to say, Philosophy and Dialectics. For Xavier, it was crucial that these priests should be able to get the monks in contradiction, as they would be really ashamed when they didn't know how to reply to the Jesuits.

In contrast to the priests coming from Europe, priests and brothers who already were in Asia should be sent to the Jesuit house in Yamaguchi, southern Japan, where they would study the language and Buddhist philosophy. By doing so, when the priests came from Europe, these priests and brothers would be able to act as interpreters during disputes with the monks.

These philosophical arguments were an attempt to convert the monks to the Christian faith through rational convincement. This makes the Xavierian idea of mission in the monasteries perfectly consistent with Aquinas' teachings, according to which the believer must be induced to faith, not through coercion but through persuasion¹⁵.

Convincing and converting the monks to the Christian faith would have a direct impact on the missionary work in the whole archipelago according to Xavier, who believed that all monks in Japan went to the so-called universities to study. Xavier tells Loyola that the 'seculars excuse their mistakes claiming that they also have their scholars and education, and that they justify their acts'. The conversion of these monks would have a great impact on the population because, first, it would eliminate their excuses to live in sin and second, it would spread the knowledge that they live in sin throughout Japan. Buddhist monasteries would serve as centers of expansion for the Christian ideology. The work of the missionaries



HISTORIOGRAPHY

and its expansion would depend on this intellectual war. In Xavier's eyes, the Jesuits should use these pre-existing Japanese religious organisations to conquer more souls for Christianity.

In Xavier's plans, the Jesuit house in Yamaguchi would become a centre for adaptation to those who came from Europe and a training center for interpreters and new clergy. For that to happen a certain number of tools were needed to train the brothers and priests in Japan to translate faithfully everything that they were told. They would work with highly educated priests from Europe, so they should be familiar with the newest philosophical trends and all the depth that these priests would bring to discuss with the Buddhist monks. Thus the library brought by Nunes Barreto seems to have met the needs of the mission, so now we have a purpose of bringing these books to Japan.

Through these books, Japanese, European, Euro-Asian and Japanese brothers and priests would have the necessary tools to study Christian philosophy in the

midst of the Counter Reformation and the challenges found during overseas expansion. It is also possible to understand the reason behind the authentically Jesuit nature of the library:¹⁶ the missionaries coming from Europe would be none other than Jesuits. Shielded by the *unum ovile et unum pastor* ideal (i.e., one flock, one shepherd), which guided the missionary work on lands beyond the sphere of royal influence, there was no need to train interpreters and new priests in any other way than the Jesuit way.

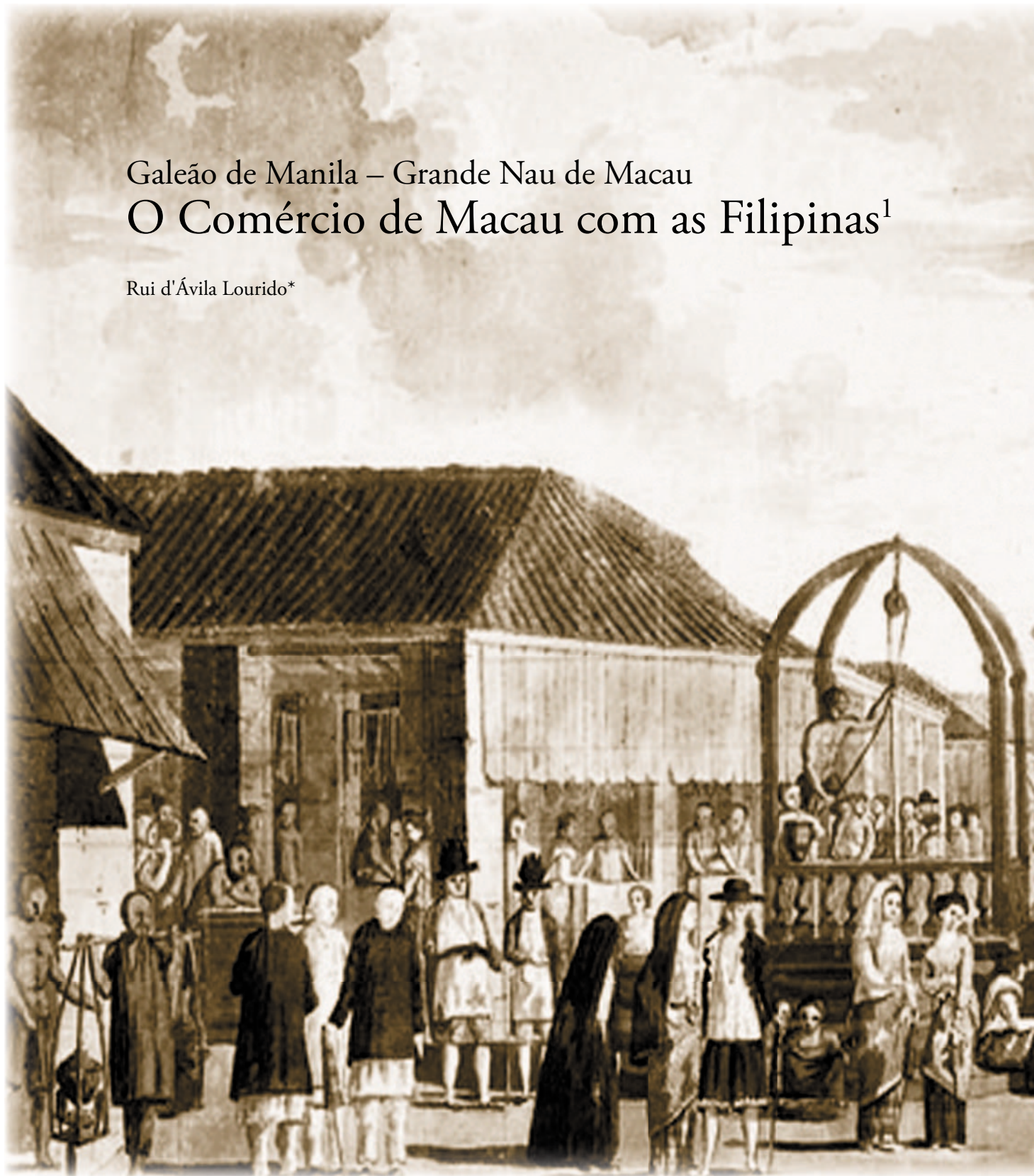
The library was then one of the main tools for the Jesuit mission to update their knowledge, train new members and new interpreters for the mission. Just as there was a great concern with language and faithful translation, there were also great concerns about the transmission of faithful ideas. The library functioned as a barometer for these isolated Jesuits, in an attempt to avoid losing their ideals and philosophies in the process of translation and transmission of Christianity to the newly-converted Japanese souls. **RC**

NOTES

- 1 Published in *Monumenta Nipponica* (Tokyo), vol. 15, no. 3/4, 1959-1960, pp. 350-79.
- 2 It is unclear if these *Meditations* are an excerpt or just an alternative name for the *Confessions* of St. Augustine.
- 3 Pedro R. Santidrián, *Breve dicionário de pensadores cristãos*. Aparecida, SP: Editorial Verbo Divino, 1991, p. 243.
- 4 John W. O'Malley, *Os primeiros jesuítas (The First Jesuits)*, 1993). São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 48.
- 5 José Eisenberg, *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 29.
- 6 Ibid., p. 30.
- 7 Jesus López-Gay, 'La Primera Biblioteca de los Jesuítas en el Japón'. In *Monumenta Nipponica*, vol. 15, no. 3/4, p. 362.
- 8 Juan Ruiz-de-Medina, S. J., *Documentos del Japón, 1547-1557*. Rome: Institutum Historicum da la Compañía de Jesús, 1990, p. 329.
- 9 Xavier to Loyola, letter written in 12 January 1549 in Cochín. In *Cartas y escritos de San Francisco Javier*, edited by Felix Zubillaga. Madrid: BAC, 1996, pp. 268-9.
- 10 Charles R. Boxer, 'The Problem of Native Clergy in the Portuguese and Spanish Empires from the Sixteenth to the Eighteenth Centuries'. In *Studies in Church History*, vol. VI: *The Mission of the Church and the Propagation of the Faith*, edited by G. J. Cuming. London: Cambridge University Press, 1970, p. 89.
- 11 'Confiando eu, Francisco [Xavier], ..., de vós, Gaspar [Barzeo], ..., que sejas reitor deste colégio de Santa Fé, assim dos padres e irmãos portugueses da Companhia do nome de Jesus que estiverem do Cabo da Boa Esperança para cá (Goa), assim dos que estão em Malaca, Molucas, Japão e em todas as outras partes, assim dos que vierem de Portugal como de outra qualquer parte de Europa a estas partes para estar à minha obediência'. Juan Ruiz-de-Medina, *Documentos del Japón*, p. 337.
- 12 'Vindo de Ormuz, chamado pelo padre mestre Francisco para o Japão, achei aqui o padre micer Paulo [de Camerino] substituído por reitor deste colégio de Goa na desistência do padre Antonio Gomes, que antes fora reitor. E isto por voz de todos os irmãos da casa, sem embargo de ser chegado outro de Portugal pelo padre mestre Simão [Rodrigues] ser provincial, que se chama o padre Melchior Nunes [Barreto]. O qual não quiseram obedecer até vir recuado de Japão o padre mestre Francisco, dizendo-me que esta era a intenção dele, não dar a ninguém cargo até ser experimentado na sua suficiência por algum tempo'. Ibid., p. 275.
- 13 'Eu [Xavier] falaria mais que fosse mestre Belchior [Melchior Nunes Barreto], por causa de suas letras, porque lá [Japão] seriam melhor empregadas do que são cá [Goa]'. Ibid., p. 341.
- 14 Xavier] deixou por escrito ao padre mestre Gaspar [Barzeo], que me enviasse ao Japão, dizendo que minhas letras mais poderiam lá [se] aproveitar [do] que cá, por ser gente que em todas as coisas pede razão'. Ibid., p. 446.
- 15 Angel Santos Hernández, S. J., *Las misiones bajo el patronato portugues (I)*. Madrid: Publicaciones de la Universidad Pontificia Comillas, 1977, pp. 105-6.
- 16 'Al fijarnos en los volúmenes de esta sección de "espiritualidad", lo primero que nos sorprende es ver lo auténticamente Jesuíticos que son muchos de ellos. Bastantes libros, estan intimamente relacionados con aquellos hombres que formaron el espíritu de la Compañía'. Jesus López-Gay, 'La Primera Biblioteca de los Jesuítas en el Japón'. In *Monumenta Nipponica*, vol. 15, no. 3/4, p. 372.

Galeão de Manila – Grande Nau de Macau O Comércio de Macau com as Filipinas¹

Rui d'Ávila Lourido*





O CELEBRE “GALEÃO DE MANILA”

Manila, com a ocupação espanhola, transformou-se num grande entreposto comercial que tentava concentrar todas as mercadorias que interessavam ao seu comércio com a América, fossem elas do Japão, China, Champa, Camboja, Sião ou Insulíndia. Ao mesmo tempo tentava concretizar o seu objectivo estratégico de penetração e estabelecimento directamente na China, o qual nunca se viria a concretizar. Assim, a rota espanhola de Manila a Nova Espanha foi complementar das rotas portuguesas e chinesas que ligavam o litoral Sul da China às Filipinas.

Esta rota era de tão grande rendimento que os espanhóis nas Filipinas não precisavam de ter qualquer outra ocupação; bastava-lhes administrar esta rota, segundo referiu o feitor espanhol nas Filipinas, Antonio de Morga:

“Esta contratacion y mercancia es tan gruesa y aprovechada, y facil de administrar que los españoles no se han aplicado, ni tratan de otra cosa”.²

O mercado de Manila (*Parian*),
por Juan Francisco de Ravenet y Bunuel, finais do século xviii.

* Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa nos séculos xv-xviii (Universidade Nova de Lisboa). Investigador do Instituto Universitário Europeu em Florença (1995-2002), prepara o seu doutoramento. Presidente do Observatório da China e, desde 2008, Director Cultural da UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

M.A. in History of the Age of Discovery and the Portuguese Expansion during the 15th-17th centuries (Lisbon's Universidade Nova). Researcher at the European University Institute in Florence (1995-2002), he is currently preparing his Ph.D. Chair of the China Observatory and, since 2008, Cultural Director of UCCLA (Union of Portuguese-Speaking Capital Cities).

HISTORIOGRAFIA



A viagem de Manila a Acapulco estendia-se em média por cerca de 6 meses. Filipe III, era informado, em 1606, que aquela viagem podia demorar entre cinco a sete meses. O respeito pelo

período certo de partida dos galeões foi alvo de várias recomendações por parte das autoridades, como a carta régia de 1620 para o governador Fajardo, onde se fixa o último dia de Junho como data propícia para largar âncora do porto de Manila (seria posteriormente, em 1773, atrasada para os primeiros dez dias de Julho), acrescentando que “o sucesso da viagem depende largamente disso”. Para a largada do porto de Acapulco estava estabelecido o dia 25 de Março como data limite. Contudo, na prática, a espera dos navios da China levou a que, em média, o período de largada de Manila se estendesse de meados de Junho a meados de Julho.³

Das diversas mercadorias exportadas por Manila⁴ para o México, pela rota de Acapulco, as principais eram os têxteis e, em particular, a seda. Grande parte da seda não trabalhada era enviada para tecelagem no México e posteriormente vendida no Peru, paralelamente ao transporte para Espanha dos tecidos mais finos e luxuosos. Entre as mercadorias exportadas por Manila para a Nova Espanha encontramos igualmente produtos manufacturados nas Filipinas, como mantas de algodão e panos fabricados com fibras vegetais – *medriñaques*⁵ – e ceras (branca e amarela).

A rota Manila-México é onerada com o pagamento de dois tipos de taxas; o primeiro consistia no pagamento à *Caja Real de Manila*, antes da partida, de 2% pelos *derechos reales de salida*⁶; o segundo, no pagamento do frete da nau (a qual era sempre propriedade da Coroa) que era pago em Acapulco na proporção de “*cuarenta ducados de castilla por tonelada*” e no pagamento dos “*derechos de diez por ciento de la entrada; y primera venda en Nueva Espana*”. Segundo Antonio de Morga, estas taxas rendiam à Fazenda Real de Manila o montante de 350 mil pesos anuais.⁷

A ocupação espanhola transformou Manila num importante entreposto da rota que ligava a China ao México, Peru e Chile, em que a seda ocupou um papel fundamental. Esta privilegiada situação permanecia ainda no século xviii.

Estas rotas sofriam a concorrência dos mercadores particulares de Macau, que procuravam nela investir e retirar os dividendos respectivos. Este esforço de participação dos mercadores de Macau no comércio com a Nova Espanha pode verifica-se pelas relações mercantis, legais ou clandestinas, que desenvolvem em Manila, directamente ou através de agentes ali instalados ou ainda através de navios chineses.

Por outro lado, a perspectiva dos mercadores portugueses de aumentarem os seus lucros ao navegarem directamente de Macau para a Nova Espanha, dispensando assim o papel de intermediário das Filipinas, levou à realização deste novo tipo de viagem. A navegação para a América era monopólio régio e exclusivamente nas mãos dos espanhóis, pelo que era declaradamente vedada aos portugueses do Estado da Índia, no âmbito da manutenção da separação dos territórios coloniais das coroas de Espanha e Portugal, confirmada nas Cortes de 1581. Contudo, os mercadores particulares de Macau não deixaram de aproveitar a oportunidade surgida com a chegada do galeão *San Martin* a Macau em 1583, após a eclosão de um motim a bordo o ter desviado da sua rota habitual.

O interesse dos mercadores portugueses, dos espanhóis e da tripulação do galeão, saído das Filipinas, em empreender o comércio directo entre Macau (de onde partiu em 1584) e a América é-nos revelado por aquela mudança de rota, que se confirma com o seu regresso directamente de Acapulco a Macau em 1587. Este facto, acrescido dos rumores de estar em preparação na Nova Espanha (o que pressupunha o apoio tácito do vice-rei) o navio *Santa Ana* com o objectivo de navegar directamente para Macau, deixa as autoridades de Manila indignadas e preocupadas, pois a comunidade espanhola das Filipinas dependia exclusivamente do rendimento do seu comércio com a América. O bispo de Manila alerta a Coroa para esta situação argumentando: “os barcos irem do México para Macau e destruir tanto esses reinos como estes, uma vez que os Chineses elevam os preços das suas mercadorias ate tal ponto que os Portugueses e os Castelhanos não podem subsistir”.⁸ O conhecimento entretanto acumulado da navegação no Pacífico enquadrava e facilitava a nova ligação.⁹ Em 1590, as autoridades portuguesas entravaram e reprimiram a ligação espanhola entre a América e o Oriente português, ao procederem ao apresamento

HISTORIOGRAPHY

de um navio espanhol aparelhado às ordens do vice-rei do Peru, marquês de Canede, que se associara a outros funcionários régios e a mercadores de Lima. O argumento invocado por este vice-rei para justificar o envio daquele navio assentava na não realização naquele ano da habitual viagem do galeão, pelo que se vira obrigado a tentar suprir a falta de mercadorias, entre as quais refere o ferro e o cobre, para o normal funcionamento das minas.¹⁰

No que diz respeito à navegação portuguesa para a América, o caso melhor documentado é o de D. João da Gama, antigo capitão de Malaca, que, em 1589, levanta ferro do porto de Macau ao comando de um navio de 600 toneladas. Nesta viagem participaram vários mercadores particulares portugueses e espanhóis. Após aportarem ao Japão (Outubro), para reparação das avarias provocadas por uma tempestade, chegam a Acapulco em 1590. D. João da Gama, considerado contrabandista, foi preso e a carga confiscada pelas autoridades espanholas. Por ordem régia, é enviado no ano seguinte a Sevilha para ser julgado pelo tribunal às ordens da *Casa de Contratación*, sob a acusação de infringir os decretos régios que proibiam a comunicação entre os territórios das duas coroas. O investimento e volume de negócios projectado pelos mercadores particulares nesta viagem ao México era significativo, como se pode verificar pela posterior avaliação feita pelas autoridades espanholas dos bens de D. João da Gama em 140 000 pesos.¹¹ Os restantes mercadores regressaram a Macau, via Filipinas, após a conclusão dos seus negócios na Nova Espanha, de onde trouxeram um carregamento de prata em barra.

A reacção das Filipinas às navegações directas entre Macau e a América não se fez esperar. As autoridades, civis e religiosas, logo congregaram esforços no sentido de a fazer abortar. A comunidade espanhola das Filipinas em geral e a mercantil em especial tinham nítida consciência da ameaça que essa nova ligação representava para a sua subsistência no arquipélago, exclusivamente dependente do comércio com a América. A ilustrar esta reacção já referimos o alerta do bispo de Malaca e podemos agora referir a carta do governador das Filipinas para Filipe II, em 1592, a denunciar aquela nova rota mercantil. Os mercadores que tinham acompanhado D. João da Gama e comerciado em Acapulco livremente, ao regressarem a Macau, encontraram nas Filipinas um ambiente hostil entre os funcionários régios, tendo a sua prata ficado

retida, sob pretexto e em represália do apresamento feito em Macau do navio espanhol autorizado pelo governador Gómez Pères Dasmariñas a comerciar com Macau produtos como a pólvora salitre e o cobre. Com o regresso deste a Manila, o governador das Filipinas devolve igualmente a prata que retivera.

A Corte ratifica a proibição da ligação Macau-América e os portugueses de Macau abandonam o projecto de ligação directa Macau-América, passando a privilegiar a participação no comércio das Filipinas com a Nova Espanha.

A ligação Filipinas-América, chamada *carrera de Filipinas*, podia estender-se por oito meses, dependendo das condições meteorológicas e do estado do mar. O rendimento da prata importada da América por Manila entre 1565 até 1820, e que na sua maioria foi exportada para a China, foi calculado em 400 milhões de pesos.¹²

A rota era percorrida pelos chamados “galeões de Manila” ou “naos da China”. Quando aportavam a Acapulco, os produtos chineses eram alvo de uma taxa alfandegária de 10%, sendo depois transportados para Sevilha. Parte da seda era trabalhada na América espanhola. O intenso comércio directo entre a China e Manila preocupava a própria Coroa espanhola, já que os interesses dos espanhóis das Filipinas (ao transportarem e abastecerem o México e o Peru das sedas chinesas e restantes mercadorias asiáticas) interferiam com os interesses centrais, da Coroa e dos mercadores de Sevilha, ao concorrerem e enfraquecerem a rota espanhola de Sevilha ao México e Peru. Na medida em que o mercado americano era abastecido mais favoravelmente pelas Filipinas, deixava de importar de Espanha essas mercadorias asiáticas nas quantidades habituais, logo, a redução do montante global do comércio espanhol era significativa. Paralelamente, os mercadores e instituições portuguesas envolvidos na rota do cabo de Boa Esperança viam decrescer em Goa as quantidades de seda embarcadas em Macau para Lisboa, de onde era redistribuída pela Europa, nomeadamente para Sevilha, de onde seria conduzida para a Nova Espanha e Peru. Assim diminuía os rendimentos directamente cobrados sobre essas mercadorias nas alfândegas de Goa e Lisboa e, logo, o lucro dos mercadores e agentes económicos envolvidos.

É esclarecedora deste choque de interesses a seguinte explicação do feitor Antonio de Morga:

HISTORIOGRAFIA



O oceano Pacífico tal como foi representado por Abraham Ortelius no seu *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1589. Cortesia da Biblioteca da Universidade do Texas, Austin.

HISTORIOGRAPHY



“Por haberse engrosado tanto este trato, que hacia daño y perjuicio à las mercadorias de Espana, que se cargaban al Perú y à la Nueva Espana, y a los derechos reales, que por razon dellas se cobran, y haberse acodiciado les hombres de negocios de Méjico y el Peru, a tratar y contratar en las Filipinas, por mano de sus encomenderas y factores; de suerte, que cesaba en la mayor parte el trato de España”.¹³

Neste contexto, a Coroa espanhola, detentora do monopólio da rota Manila-Nova Espanha, mas que aceitava a participação dos particulares no comércio realizado através do galeão régio, adoptou algumas medidas para conter o expansionismo mercantil de Manila (e de Macau), proibindo os mercadores do México e Peru de comerciarem directamente, ou através de feitores, com as Filipinas. Proibiu outros mercadores, que não os espanhóis ou vizinhos e residentes nas Filipinas, de enviarem mercadorias pela rota de Manila a Nova Espanha. Proibiu também, em 1593, que fossem levadas anualmente “à las Filipinas, mas de quinientos mil pesos”.¹⁴ No entanto, estas determinações oficiais não conseguiram evitar que as transacções entre as Filipinas e a Nova Espanha excedessem em muito aquele valor. Esta rota era na época uma das mais rendosas do globo. Só no comércio dos têxteis, comprados com prata espanhola, os lucros ascendiam de 100 a 300%. De 1596 a 1634 foram importados pelas Filipinas mais de 26 milhões de duros de prata.¹⁵ Cerca de 76% desta era absorvida pela China através de Macau e da província de Fujian, representando por sua vez cerca de 80% do global das importações de prata feitas pelo litoral sul da China, equivalendo a cerca de 25 milhões de duros espanhóis.¹⁶

Uma das consequências secundárias da rota Filipinas-Nova Espanha foi a de ter contribuído para a integração da Califórnia no espaço do domínio económico europeu e do espanhol em particular. A viagem de regresso das Filipinas ao continente americano, atravessando o oceano Pacífico, apresentava-se extremamente difícil, pelas dificuldades naturais de baixios, correntes e ventos adversos. A primeira torna-viagem bem sucedida foi a do patacho *San Luis*, pilotado por Lope Martín e capitaneado por Alonso de Arellano. Tendo abandonado a expedição de Legazpi, largaram das Filipinas em Abril de 1565, encontraram a costa da Califórnia a 16 de Julho e aportaram a Natividad em Agosto do ano seguinte.¹⁷

HISTORIOGRAFIA

O projecto de estabelecer um entreposto espanhol na Califórnia, que servisse de porto de abrigo e reabastecimento dos galeões na sua torna-viagem de Manila a Acapulco, fora acalentado pelo vice-rei espanhol Monterey em 1604. Fr. António de la Ascension sugeriu ao rei, em Junho de 1609, a fundação de um estabelecimento na baía de San Bernabé no cabo de San Lucas, onde os galeões se poderiam reabastecer. A mudança de vice-rei e de prioridades políticas fariam com que só em 1769 se fundassem estabelecimentos espanhóis com carácter definitivo na Califórnia do Norte.¹⁸

TRÁFEGO MARÍTIMO DE MACAU
E DA COSTA SUL DA CHINA PARA MANILA

Na tentativa de analisar o tráfego marítimo de Macau para Manila, que totalizou 77 navios entre 1580 e 1642, devemos registar, como primeira nota, a sua irregularidade e para a qual os condicionalismos político-militares e económicos foram determinantes. Deve-se ao zelo dos funcionários espanhóis do *Almojarifazgo*¹⁹ de Manila a possibilidade de ainda hoje se poder consultar uma fonte de registos alfandegários de grande valor, constituindo dificuldades da sua utilização o impressionante número de códices e a apresentação dos dados ser feita de forma dispersas. Como refere Pierre Chaunu,²⁰ o corpo documental dos fundos da *Contaduría* para o período anterior a 1580 não nos fornece dados seguros e utilizáveis numa perspectiva sistemática, comparativa e homogénea. Assim vamos analisar, neste capítulo, o tráfego (após 1580) em três períodos distintos, de 20 anos cada:

- O primeiro estende-se de 1580 a 1600 e é caracterizado por um movimento de entradas titubeantes e descontínuas de um a dois navios por ano, podendo definir-se como um período de arranque. Só em cinco destes 20 anos se realizaram viagens de Macau para Manila, num total de oito barcos: dois em 1580, apenas um em 1582 e 1583, dois em 1584 e 1588.
- No segundo, de 1601 a 1621, o movimento marítimo é um pouco mais consistente, totalizando 23 navios, o que representa um aumento de quase três vezes em relação ao período anterior. Podemos considerar este como um período florescente ou de desenvolvimento. Após 11 anos sem navios de Macau, no ano de

1601 foi recenseado um navio a que se seguem dois anos sem qualquer embarcação de Macau. Nos anos de 1604 a 1606, dão entrada em Manila, respectivamente, cinco, dois e um navio. Após três anos de intervalo, seguem-se 1609 e 1610 com um navio cada. No ano de 1612 é difícil determinar a repartição dos sete navios portugueses registados na alfândega Manila, no entanto, supomos serem seis de Macau e um de Goa.²¹ Em 1620, voltam a ser registados cinco navios de Macau e, no ano imediato, um único.

- O terceiro período prolonga-se de 1622 a 1642 e apresenta uma certa homogeneidade e continuidade. Entre 1627 e 1642 verifica-se uma média de três navios em cada ano. Só no ano de 1634 não foi registado qualquer navio de Macau. O número de navios participantes elevou-se a 46, o que representa um aumento de mais de 500% em relação ao primeiro período. Assim, podemos definir este período como de expansão e de apogeu desta rota mercantil (mesmo considerando o movimento desde o século xvi ao século xviii), que termina abruptamente com o reconhecimento oficial em Macau, em 1642, do novo rei português, D. João IV. Em 1627 e 1630 chegam a Manila, vindas de Macau, seis embarcações em cada ano. Estes dois anos serão os únicos em que se atingiu este número de navios por ano (seis), até finais do século xviii (pelo menos até 1787). Nos anos intermédios de 1628, 1629 e 1641 aportam a Manila dois navios em cada ano. O número de barcos volta a crescer para três em 1631, 1633 e de 1637 a 1640. Cresce ainda para quatro navios em 1632 e 1635. O ano de 1642 encerra este terceiro período com um único e último navio.

Passar-se-ão 30 anos até que a alfândega de Manila, em 1672, volte a registar a chegada de uma embarcação (patacho) de Macau. O número de navios referidos é baseado (mas não exclusivamente) em Pierre Chaunu e na documentação que identifiquei para o meu estudo *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila desde as Origens a 1640*.²²

Antes da invenção dos navios a vapor, como é o caso do período em análise, a navegação entre a China e Manila obedecia a um determinismo geo-climático representado pelo regime de monções. Deste modo,

De 1631 a 1635 contabilizámos 171 navios, com Maio a ser o mês que recebe o maior número (cerca de 20), seguido do de Janeiro.

Puerto de Acapulco en el Reino de la Nueva España en el Mar del sur.

Acapulco
Fuera de San Diego
que el largado 122 varas, de
altitud 30 varas.
Boca grande.
El grifo.
Boca chica
Puerto del Marques.

Escala de tres varas desde el puerto
1000 2000 3000

A. D. C. de T. G. de S. J.

HISTORIOGRAFIA

De 1636 a 1640 é no mês de Maio, logo seguido de Junho, que se verifica o maior número dos 154 navios que entraram em Manila.

Entre 1641 a 1644 registámos 86 navios, tendo a maioria aportado a Manila a partir da segunda quinzena de Janeiro e até Março, mas continuando a chegar com certa continuidade nos meses seguintes até a sua interrupção de Julho.

Assim, podemos referir que o comércio marítimo Macau-Manila se realizava em viagens anuais de periodicidade intermitente, visto que algumas vezes a ligação não se realizava, pelo menos sob organização oficial, embora clandestinamente se processasse com maior ou menor intensidade, mas nem sempre respeitando o regime das monções. Quando oficializado, as autoridades de Goa, após 1629, para regular em seu proveito e assegurar que a navegação se realizasse de forma segura, estipularam orientações claras quanto às datas convenientes à navegação para Manila: “E porque o bom sucesso das viagens de Jappão e Manila consiste ordinariamente das embarcações com que se fazer partirem da China para aquellas partes nos principios das monções com que se para aquellas navega...”²⁵

Sabemos que os juncos cantonenses da viagem ao Japão e os utilizados na viagem Macau-Manila, possuíam em geral tripulação e oficiais chineses, mas os seus pilotos eram normalmente portugueses.²⁶ Esta era uma situação frequente nos mares asiáticos, o que não

deixa de ser interessante, pois reflecte a interpenetração do conhecimento náutico ocidental com o asiático. Assim, seria interessante verificar em trabalho futuro a frequência desta situação, mas é de notar que, na rota Macau-Manila, tal estudo é decerto dificultado pelas condições de clandestinidade em que frequentemente se desenvolvia este comércio.

O COMÉRCIO CLANDESTINO NOS MARES DA CHINA

O comércio marítimo chinês poder-se-ia resumir a dois tipos: o governamental, comércio tributário designado igualmente de oficial, *gong mao* 公貿, e o comércio particular ou privado, *si mao* 私貿. Este último poderia ser legal ou clandestino. Até 1567 o comércio marítimo particular fora geralmente encarado pelas autoridades imperiais chinesas como contrabando, sendo nessa data legalizado.²⁷

No que se refere à rota que ligava a China ao Japão e à rota da China às Filipinas e restante Ásia de Sueste constatamos a existência de um intenso comércio – clandestino, sempre que as autoridades eram mais intransigentes na sua proibição – nas mãos de chineses (com destaque para os “chinchéus” e chineses estabelecidos na ilha de Lução) e japoneses, muitas vezes a extravasar do comércio e contrabando para a pirataria e pilhagem. As relações mercantis de chineses e

Representação da cidade de Manila no interior de uma arca de madeira, cerca de 1640-50. (Museo de Arte Jose Luis Bello, Puebla, México).



HISTORIOGRAPHY

japoneses na segunda metade do século xvi igualmente incluíam a Formosa, a Coreia, o arquipélago de Ryukyu, o Camboja e o Sião. Os participantes no comércio ilegal marítimo ficaram conhecidos pelo nome de *wako*²⁸ (piratas japoneses), utilizado pelas autoridades chinesas devido a muitos deles, japoneses ou não, terem os seus abrigos no litoral japonês.

Na rota de Macau-Manila temos de ter em conta que, por ser um comércio que do ponto de vista das autoridades portuguesas era frequentemente interdito, a sua continuidade assumia uma forma clandestina ou encapotada. Utilizavam-se, assim, outras rotas que, consoante o período e as circunstâncias políticas, permitissem a comunicação com Manila, nomeadamente através da Ásia do Sueste, da Índia (especialmente Malaca, até à conquista holandesa, e de Goa) ou do Japão. Dos portos indianos de Goa, Malabar e Coromandel e de Malaca chegaram cerca de 50 navios portugueses a Manila entre 1577 e 1644. Os mercadores particulares fretaram igualmente barcos de outras nações, como os registados na alfândega de Manila como provenientes do Japão em 1591, 1599, 1600 e 1601 com portugueses a bordo. Depois da expulsão dos portugueses do Japão e do corte de relações com Manila, os mercadores particulares de Macau socorreram-se igualmente de rotas intermediárias como Macaçar e o arquipélago de Banda para obter a prata de Manila. Claude Guillot considera que o período mais próspero da história de Macassar e de Banda, até finais do século xvii, corresponde ao período em que estas zonas desenvolvem relações mercantis com Manila. Relações estas que Guillot supõe terem sido instigadas e utilizadas pelos mercadores portugueses, em especial os mercadores particulares de Macau, principalmente na segunda metade do século xvii.²⁹

Pensamos, no entanto, que era através de embarcações chinesas que a maioria do comércio clandestino de Macau era encaminhado para Manila, com os mercadores independentes de Macau viajando em barcos da província de Cantão ou através de agentes chineses (“respondentes”).³⁰ As minuciosas informações dos *Legajos* e códices da *Contaduría* ilustram esta situação, nomeadamente quando referem a presença, em 1633 e 1634, de chineses cristãos, o facto de ser cristão o capitão chinês de uma das 39 embarcações de 1608, ou ainda de o proprietário ser um chinês cristão (como cinco dos 33 navios chineses de 1631). Os portugueses poderiam utilizar alguns

dos navios registados sem proveniência determinada bem como algumas das embarcações registadas como de cabotagem.

O COMÉRCIO CHINÊS EM MANILA

Vejamos agora como se processa a recepção em Manila dos navios de comércio vindos da China. À sua chegada à baía saía-lhes ao encontro um navio espanhol; após o reconhecimento, enviava-lhes três soldados que o acompanhavam até ao porto. Os oficiais da Fazenda Real de Manila faziam a bordo a avaliação e registo das mercadorias que carregavam, as quais, depois da cobrança de 3% do seu valor global, eram transportadas em sampanas para o *Parian* (bairro chinês, mercado)³¹ ou para outros armazéns, podendo ser vendidas livremente. Entre as principais mercadorias incluíam-se, como já referimos, sedas cruas e outros tecidos, sendo a prata e os *reales* a única moeda de troca (“*es plata y reales, que no quierem oro, ni otras algunos rescates, ni los llevan a la China*”³²).

Em Manila, estas mercadorias, vindas na monção do sul (Março e Abril), eram carregadas nos galeões que largavam para a Nova Espanha em Junho. No entanto, os mercadores mais poderosos, quer *sangleys*³³ (chineses) quer espanhóis, mantinham-se em Manila a vender o restante das suas mercadorias, procurando o melhor preço para a sua venda.³⁴ Residiam permanentemente em Manila cerca de seis a sete mil *sangleyes*, sendo que no *Parian* viviam três a quatro mil. O número de chineses que navegava nesta rota era calculado, anualmente, em mais de dois mil.³⁵

Nos finais do século xvi em média chegavam a Manila 40 juncos provenientes de Guangzhou, Quanzhou e Fuzhou, transportando principalmente sedas, mas também outros produtos. Sebastião Soares Paes refere-nos que, em 1633, paralelamente à passagem a monopólio particular da viagem Macau-Manila,³⁶ o comércio directo entre a China e Manila se intensificou:



HISTORIOGRAFIA

“forão da provincia de Chincheo quorenta embarcações que chamaõ Somas pera Manila carregadas de fazendas”.³⁷

A situação de venda do direito exclusivo de realização das viagens de Macau-Manila, pela Fazenda Régia, obrigava os outros particulares interessados a nela participar ao pagamento de fretes, o que provavelmente levou muitos mercadores particulares de Macau a camuflarem o seu comércio em barcos chineses. A ilustrar a navegação chinesa para Manila, Pedro de Baeza refere-nos uma média anual, no final da primeira década do século xvii, de 30 a 40 juncos provenientes da província de Fujian que vinham vender seda trabalhada e não trabalhada em troca da ambicionada prata. Baeza calculava-a, possivelmente com exagero, em 2,5 a 3 milhões de reais de prata anuais.³⁸ Mais realista se nos afigura a estimativa que assinalava, em 1591, a absorção por esse comércio chinês de 300 mil pesos anualmente em troca de seda e outras mercadorias chinesas. A moeda habitual de troca era o peso de prata de oito reais.³⁹

O volume de mercadorias transportado pelos chineses pagava à alfândega de Manila 40 mil pesos anuais de direitos aduaneiros à taxa de 3%. A venda destas mercadorias permitia à China absorver anualmente um milhão e meio de ouro, segundo a “Relação escrita pelo almirante D. Jerónimo de Bânueles y Camillo”.⁴⁰

Podemos verificar a ascendência do comércio chinês, protagonizado principalmente pelos “chinchéus” no último quartel do século xvi, na rota que ligava directamente o Sul da China a Manila, atingindo frequentemente mais de 50% dos rendimentos das taxas aduaneiras. No início do século xvii continuava a aumentar o fluxo mercantil chinês que de 80% se elevou, em 1641-1642, a mais de 90% dos direitos pagos em Manila comparativamente com a totalidade dos navios colectados.⁴¹

Os mais prejudicados pelo intenso comércio estabelecido directamente pelos chineses das províncias do Fujian e de Guangdong com Manila eram os mercadores portugueses de Macau. Na verdade, sentiam enfraquecida a sua posição de intermediários entre o imenso mercado de produção e consumo chinês, por um lado, e o mundo exterior, nomeadamente as Filipinas, por outro, o que motivou o aparecimento de vários documentos alertando as autoridades para a necessidade de medidas que inviabilizassem aquele comércio do Fujian:

“não levarem os Chincheos a Manila o que levão para tirar o ganho aos de Machao, nem ao olandez da ilha Fermoza nem Jappão...”⁴²

MERCADORES CHINESES EM MANILA

A ocupação espanhola das Filipinas com a correspondente concentração da prata em Manila levou igualmente à progressiva atracção de comerciantes asiáticos, especialmente chineses. Grande parte desta florescente comunidade, cerca de 2000 e geralmente provenientes da cidade de Zhangzhou no Fujian, ocupava-se directamente no comércio. Estabeleciam-se, por vezes, por um longo período (conhecido por “passar o inverno”), de forma a venderem os seus produtos por um preço mais vantajoso.

Mas a Manila chegavam igualmente muitos chineses com a perspectiva de ali ficarem a trabalhar em permanência, vindo deste modo a engrossar a comunidade chinesa aí residente temporariamente. Residiam em espaços pré-demarcados, sem poderem habitar outros. O bairro onde residiam era designado pelos espanhóis de *alcaiceria*, em chinês era chamado de *jia nei*, mas a expressão local mais utilizada, e pela qual era conhecida este bairro, era *Parian* (que significa mercado da seda), o que nos revela claramente a sua actividade característica: o comércio da seda. Os comerciantes que se dedicavam a este trato constituíam o grupo chinês mais importante de Manila.

A comunidade chinesa contava com um grande número de trabalhadores indiferenciados, mas era essencialmente conhecida, segundo as fontes da altura, pela sua extraordinária versatilidade e elevada especialização, possuindo os mais diversos tipos de artesãos e de suas respectivas artes. Esta comunidade era considerada indispensável (“*si no hubiera chinos en estas Islas era Manila una mis'rria, porque con los chinos ganan los castillas*”⁴³) para a vida quotidiana de Manila e das Filipinas, devido ao exercício dos seus ofícios com esmero e habilidade, genericamente reconhecida.

No início, os chineses chegados a Manila provinham de camadas sociais desfavorecidas que procuravam na cidade a sua sobrevivência. Frei Juan Colbo assinala a sua baixa origem social, dizendo que constituíam “*la escoria de la tierra*”, mas de entre eles salientavam-se os mercadores que enriqueciam com o trato Macau-Manila. Este comércio era corporizado por grandes mercadores, quer pessoalmente, quer

HISTORIOGRAPHY

por feitores ou agentes, concorrendo com eles alguns mercadores de menores posses. Era um comércio legalizado através das respectivas autorizações dos mandarins chineses. Alguns mercadores eram hábeis financiadores que praticavam a venda a crédito

“Es gente muy práctica, e inteligente en la mercancia... y saben fiar, y hacer comodidad liberalmente à quien saben les trata verdad, y no les ha de hacer falta en la paga”.⁴⁴

*Na rota de Macau-Manila
temos de ter em conta que,
por ser um comércio que do
ponto de vista das autoridades
portuguesas era frequentemente
interdito, a sua continuidade
assumia uma forma clandestina
ou encapotada.*

O predomínio do comércio chinês em Manila no período em análise resultou de um conjunto de factores, quer internos – o desenvolvimento económico e social chinês do final da dinastia Ming –, quer externos, determinados pelo controlo do comércio da seda com a China, pela rivalidade entre as potências europeias, pela sua longa experiência de comércio com a Ásia do Sueste e pela numerosa frota mercantil de que dispunham, aliada à retracção compulsiva dos comerciantes japoneses nas Filipinas.

Um outro factor a avolumar as preocupações dos mercadores de Macau era constituído pela concorrência exercida pelo comércio directo de Manila com o Japão, apesar de todas as proibições oficiais. Assim, são inúmeros os despachos das autoridades portuguesas, nomeadamente do capitão-geral de Macau, a tentar impedir e proibir o comércio de “fazendas dos chinas pera Manilha e Japão por conta e risco dos ditos chinos”. Estabeleceram-se multas e penas para os infractores: 500 pardaús de *reales* e o confisco das mercadorias a favor da Fazenda Real. Por outro lado, premiavam-se os denunciadores deste comércio com 100 pardaús, a serem pagos pelo infractor. Estas normas foram afixadas

nos lugares costumeiros com a respectiva transcrição em chinês.⁴⁵

A abertura ao comércio marítimo, que se registou sob dinastia Ming nos finais do século xv, incentivou o florescimento do comércio chinês com a Ásia de Sueste, o que se pode verificar através da documentação chinesa e portuguesa da época. Ilustram esse comércio, entre outras, as cartas régias dos Filipes tentando proteger os interesses do império ibérico na Ásia de Sueste. Era objectivo desta legislação impedir a navegação directa dos mercadores chineses (“chinchéus”) para as regiões de “Sunda, Patane, Andregir, Jambiz e Solor” de forma a evitar que se abastecessem directamente de pimenta e sândalo, protegendo assim as rotas e mercados na dependência dos mercadores e Fazenda Real de Malaca.⁴⁶

Esta abertura do Império do Meio ao comércio com o exterior facilitava as tentativas dos espanhóis das Filipinas de comerciarem directamente com a China, sob o intenso protesto dos mercadores de Macau. Recordemos a carta do vice-rei e bispo D. Pedro de Castilho dirigida ao rei, na qual veicula esses interesses macaenses:

“sobre a pretensão que se entende das felepinas tem de V. M. de lhe dar licença pera que possam ter comércio na China, e no Japão em que ha, os grandes inconvenientes que nella se apontão”.⁴⁷

ANÁLISE COMPARATIVA DO COMÉRCIO (DA CHINA, DO JAPÃO E DA ÍNDIA) EM MANILA

Não querendo aqui repetir a análise comparativa das taxas cobradas na alfândega de Manila,⁴⁸ parecem-nos, contudo, importante recordar os seus traços fundamentais.

No que diz respeito ao comércio vindo dos portos da China (essencialmente das províncias de Fujian, Cantão, Zhejiang e da Formosa), podemos constatar que o período de auge da rota Macau-Manila não coincide com o período de auge da rota China-Manila. Entre 1580 e 1645, o comércio marítimo chinês dirigido a Manila protagoniza permanentemente o papel de contribuinte principal do *Almojarifazgo* (aquele cujo montante total das taxas cobradas é maior do que o das taxas cobradas aos navios de outra proveniência, com excepção do período de 1586-1590, única vez em que o comércio de Nova Espanha ultrapassa os 40%, atingindo 61% das receitas alfandegárias).

HISTORIOGRAFIA

O período inicial é um período de arranque para o comércio proveniente quer da China quer de Macau. O comércio chinês passa de forma decidida de 28,02% (3750 pesos de média anual, em 1586-1590) para 56,04% (24 155,5 pesos de média anual) em 1596-1600, período em que não foram registados na alfândega de Manila quaisquer barcos de Macau pelo que é provável a colocação de carga dos mercadores de Macau em alguns destes barcos chineses.

O período seguinte (1601-1620) não é um período de florescimento, como se verifica com o de Macau, mas sim o período de grande expansão e apogeu do comércio chinês para Manila. A ascensão relâmpago de 70,03% (30 104,20 pesos) da média anual do *Almojarifazgo* em 1601-1605 para os 91,4% (64 432 pesos) em 1611-1615, depois de atingir os 78,52 % em 1606-1610. É interessante verificar que este período, que representa o ponto culminante do comércio chinês, corresponde aos anos de menor valor global do comércio português de Macau em Manila, com as médias anuais mais baixas: 1606-1610 com 8,6 pesos, representando 0,01% dos direitos alfandegários cobrados em Manila, e em 1611-1615 com 50 pesos representando 0,1% do *Almojarifazgo*.

A partir de 1615 o comércio chinês em Manila entra em decréscimo, que se acentuará no período de recessão de 1626 a 1645, e que se estenderá até 1670-80, data do início de uma nova longa fase de expansão. No entanto, o período 1636-1640 assinalou uma recuperação esporádica, atingindo a percentagem de 77,14%. O comércio proveniente de Macau apresenta sempre números mais modestos nestas percentagens do *Almojarifazgo* ao longo dos seus três períodos de desenvolvimento de 1586 a 1645. Contudo, a importância relativa de cada um desses períodos desenvolve-se, como vimos, de forma diversa do ritmo do comércio vindo da China a Manila. Este último período representa o apogeu do comércio vindo de Macau, atingindo, em 1641-1642, 50,8% do total do rendimento da Alfândega de Manila, ultrapassando, assim, o peso relativo do comércio vindo da China.

No que se refere ao comércio do Japão para Manila, constatamos que se mantém invariavelmente num nível pouco intenso de actividade. O seu período inicial, os anos de 1591-1595 (295 pesos correspondendo a 0,80% do *Almojarifazgo*) e 1596-1600 (258,5 pesos correspondendo a 0,60% do *Almojarifazgo*), coincide com os dez anos estes em que não dá entrada em Manila

qualquer embarcação de Macau, pelo que é possível que os mercadores de Macau tenham utilizado algum destes barcos. No período seguinte (1601-1605) assiste-se a um grande aumento para 572,20 pesos de média anual, correspondendo a 1,33% do valor global do *Almojarifazgo*. O período seguinte e final (1606-1635) é de recessão e concretiza uma descida vertiginosa: 46 pesos em 1606-1610, uma recuperação pontual em 1616-1620 com 353 pesos, a que se segue a queda até ao seu nível mais baixo em 1631-1635 com a média anual de 17,4 pesos.

No que se refere ao comércio proveniente da Índia, os anos de 1626-1630 foram, em termos percentuais, aqueles que mais contribuíram para o *Almojarifazgo* de Manila: 7,05%, correspondendo a 1 813,25 pesos. No entanto, foi no ano de 1620 que a carga dos nove navios portugueses idos da Índia foi mais valiosa. De tal forma que, apesar de não terem sido registados navios nos anos de 1616 a 1620, o valor da taxa alfandegária paga em 1620, dividida pelo respectivo quinquénio (1616-1620), corresponde à média anual mais elevada, 2 463 pesos. Os anos em que a carga registada foi menos valiosa foram 1611-1615 e 1641-1645, nos quais se registou o pagamento de uma média anual de 396,5 pesos e 507,2 pesos respectivamente. Em períodos em que os mercadores de Macau não conseguiam enviar os seus navios directamente a Manila, o comércio português em Manila desenvolveu-se a partir de outros portos do Estado Português da Índia, como o de Malaca que enviou, em 1597, pelo menos um navio cuja carga avaliada nas contas do *Almojarifazgo* regista uma taxa de 1,99%, com 861 pesos de média anual de 1596-1600.⁴⁹

No entanto, deveremos ser muito cuidadosos na interpretação de todos estes dados, visto que não revelam toda a realidade deste tráfico marítimo na rota de Macau-Manila. Temos de ter em conta que por ser um comércio que, do ponto de vista oficial, era frequentemente interdito, a sua continuidade assumia uma forma clandestina ou encapotada.

REGIMENTO PARA A NAVEGAÇÃO PORTUGUESA ENTRE MACAU E MANILA

A abertura e a intensificação do comércio chinês para além-mar, na segunda metade do século xvi, coloca em posição desfavorável a comunidade mercantil de Macau, reduzindo-lhe a importância como

HISTORIOGRAPHY



Galeão do século xvi, por Pieter Brueghel, o Velho.

intermediária entre a China, Japão, Manila e a restante Ásia do Sueste.

Esta nova situação foi um desafio para o comércio de Macau com Manila e os mercadores reagiram, esforçando-se por não perder o mercado chinês e os seus respectivos rendimentos, através de duas atitudes essenciais: por um lado, continuar com as suas viagens clandestinas para Manila, quer através de barcos e agentes chineses que navegavam directamente para o arquipélago, quer por rotas indirectas (Japão, ou regiões da Ásia de Sueste), por outro, intensificar a pressão para a abertura e legalização da rota Macau-Manila.

A intensificação do comércio nas rotas que de Macau levavam a “Solor, Timor, Macassar, Cochimchina e outras partes daquela costa”⁵⁰ debilitava a fazenda de Malaca por lhe retirar esses rendimentos que tradicionalmente lhe eram devidos:

“o que hé em grande perjuiso do rendimento da dita alfandega, a que convem acodir pella grande

despeza que de ordinário faz a fazenda real com as armadas que tras naquelles mares”.⁵¹

O comércio clandestino que ligava Macau a Manila prejudicava os interesses dos mercadores e do grupo de pressão espanhol ligado à rota de Sevilha a Nova Espanha.⁵² Na medida em que os mercadores particulares de Macau, ao fornecerem directamente as Filipinas de sedas e outros produtos chineses (produtos estes que por sua vez eram enviados para a Nova Espanha), faziam diminuir o volume do comércio desses produtos conduzidos pela rota do Cabo, em direcção a Lisboa e posteriormente a Sevilha e daqui para a Nova Espanha. Por outro lado, os mercadores de Macau agravavam a drenagem de prata ao aumentarem a sua procura nas Filipinas, estimulando o aumento da prata encaminhada de Nova Espanha para o arquipélago, o que contrariava as tentativas de controlo pela coroa espanhola e os limites, por esta estabelecidos, à exportação de prata para as Filipinas e logo absorvida

HISTORIOGRAFIA

pela insaciável procura chinesa. Por sua vez, um aumento do volume de prata disponível nas Filipinas conduzia à inflação nos preços das sedas aqui vendidas directamente pelos mercadores particulares de Macau e pelos chineses. A própria Fazenda régia de Goa era afectada, visto que a diminuição do volume de sedas, cerâmicas e outras mercadorias chinesas transportadas pela rota do Cabo significava automaticamente uma redução nas taxas alfandegárias e fretes cobrados.

Assim, todos estes factores concorreram para que as autoridades regionais da Índia decidissem favorecer a legalização da rota Macau-Manila e oficializá-la, como única forma de a fiscalizar, regulando o seu comércio através da concessão de um regimento de monopólio real. A ilustrar a oficialização e legalização da viagem Macau-Manila, ainda que a título temporário, podemos referir a carta autógrafa do vice-rei, conde almirante D. Francisco da Gama (em 14-V-1623), ordenando que a viagem Macau-Manila se levasse a conta e proveito da Fazenda Real.⁵³ Assim o explica o vice-rei, conde de Linhares:

“Os chós que vossa carta me dizeis que vão da China pera Manilla escondidos foraão a causa porque mando fazer essa viage em hum patacho e se este lá achar outras embarcações que vão das Ilhas de Macao com fazendas tomarseão por perdidas por a Viagem ser de S. Mag.^o”,

e acrescenta que esta legalização, em seu entender, eliminaria a concorrência que Macau igualmente vinha fazendo a Malaca, ao percorrer as suas rotas da Ásia do Sueste com o objectivo de atingir Manila.⁵⁴

Surge assim um corpo de orientações administrativas de carácter normativo e vinculativo, cartas de lei e alvarás, contratos e regimentos, a regulamentar a navegação entre Macau e Manila. Ao Conselho da Fazenda competia elaborar os regimentos das viagens e determinar o seu modelo de exploração (nomeadamente em regime de monopólio da Fazenda Real ou particular), de acordo com os princípios gerais tratados nas cartas régias. Quando, em 16 de Novembro de 1629, este Conselho decidiu a passagem a um sistema de concessões à exploração particular, justifica-se, referindo “que seria de muito mais proveito venderesse por este modo e preço as ditas viagens, que fazeremse por conta de sua Magestade”.⁵⁵

Sevilha por Joris Hoefnagel, in George Braun e Franz Hogenbag, *Civitas Orbis Terrarum*, vol. 4, Colónia, 1572-1618.



HISTORIOGRAPHY



HISTORIOGRAFIA

O Conselho da Fazenda (constituído pelo vice-rei, ministros e deputados de Estado Português da Índia), após anúncio público (“andando de pregão”) de venda e de ter sido respeitado o prazo legal estipulado pelo regimento de candidaturas de compra, podia vender o direito de viagem de Macau a Manila isoladamente por um ou três anos sucessivos (sendo avaliada nos anos 20/30 do século xvii em 30 mil xerafins/ano), ou em conjunto com a viagem Macau-Japão (avaliada em 70 mil xerafins).

O regimento, ao conceder os benefícios do comércio Macau-Manila, estipulava igualmente um conjunto de obrigações e, em particular, exigia a realização de um número mínimo de viagens e de embarcações a serem utilizadas durante o período de concessão, visto ser dos seus proventos que a Fazenda Real e os particulares iriam poder subsistir e financiar os seus projectos. Assim, no contrato estabelecido em 1629 com o proprietário de três anos de viagens de Macau a Manila e de Macau ao Japão, estipulava-se um mínimo de nove embarcações para Manila (três por ano) e de 13 para o Japão. Outras obrigações eram o transporte em cada viagem do Japão de 1200 picos de cobre, que era monopólio real, a entrega de um sinal de 50 mil xerafins em moeda ao tesoureiro em Goa, a total responsabilização dos fiadores, o pagamento aos providos de 30 mil patacas, submissão dos registos e livros ao provedor-mor dos Contos de Goa para fiscalização de contas e respeitar o regimento de acondicionamento da carga (ou seja, sujeitar-se à identificação da bagagem, preservação em armazéns próprios e o seu transporte unicamente nos locais a tal destinados).

Entre os principais benefícios do regimento, na perspectiva do detentor da viagens, conta-se o monopólio das viagens:

“nenhua pessoa poderá mandar nem hir, e embarcação nem mandar a Jappaõ, nem Manilla durante o tempo deste contrato sem licença do dito Lopo Sarmiento de Carvalho”.⁵⁶

Ligada ao direito de exclusividade está a cobrança de fretes aos mercadores que quisessem enviar mercadorias e a venda de licenças aos que quisessem enviar os seus próprios navios; a possibilidade de vir a ser indemnizado caso algum navio naufragasse, desde que tivesse cumprido rigorosamente o estabelecido no regimento em relação às monções e ao acondicionamento da carga; a possibilidade de realizar estas viagens pessoalmente ou através de agentes; e, por fim, a

possibilidade de guardar e usufruir todo o lucro obtido das viagens e do número de embarcações que quisesse armar, para além daquilo a que ficara obrigado a pagar previamente no contrato.

O regimento nomeou ainda um administrador das viagens do Japão e Manila como agente da Fazenda. O administrador Manoel Ramos recebia em 1629 menos 500 taéis de salário do que o capitão-mor (este auferia 2 mil taéis de “reales de ordenado”⁵⁷ de prata).

Com a passagem a monopólio régio, em 1637, estabeleceu-se novo regimento para a viagem em favor da Fazenda Régia (todo o comércio particular fora, entretanto, formalmente proibido), estipulando-se a viagem de um único patacho, a fim de se não concorrer com o comércio de Sevilha.

O capitão-mor da viagem Macau-Manila, então nomeado, era Lourenço Liz Velho, casado e morador na China, que acumulava com o cargo de feitor. Estabeleceu-se que receberia mil patacas de ordenado e mais duas patacas diárias de mantimentos a partir do dia da partida até ao seu regresso da China. Receberia ainda o pagamento das despesas o arrendamento das casas em Manila, ficando obrigado a nelas guardar as mercadorias transportadas no navio, mesmo as enviadas pelos vários mercadores particulares. O escrivão receberia 400 patacas.⁵⁸

Os regimentos estipulavam qual a utilização a dar ao rendimento das viagens que era dirigido à Fazenda Real – “Aplicando tudo o que ellas montare aos gastos da ribeira de Goa apresto das Armadas e fabrica dos navios”.⁵⁹ Segundo o Diário do 3.º conde de Linhares,⁶⁰ no Conselho da Fazenda reunido em 1629 para a venda das viagens do Japão e Manila foi dado o direito de preferência e prioridade à cidade de Macau, mas o seu representante recusou a compra por não concordar com as suas condições, sendo então vendida a um rico fidalgo e armador residente em Macau, Lopo Sarmiento Carvalho.

Uma outra característica podemos assinalar no corpo normativo (regimentos, etc.), que enquadra igualmente a rota Macau-Manila: o seu espírito de reduzida abertura e inovação mercantil para uma época em que a Holanda e a Inglaterra avançavam num sistema económico capitalista, que ultrapassava o debilitado sistema económico colonial português e espanhol.

Elucidativo neste contexto é o facto de cada mercador ser encarado pela administração central e local como um soldado a menos, pelo que a coroa,

HISTORIOGRAPHY

por motivos militares, tentava evitar ou dificultar a participação dos funcionários públicos no comércio particular. Eram orientações destinadas ao fracasso. A própria documentação reflecte esse corrupção de portugueses que desembarcavam nos portos e tentavam rentabilizar a sua presença no Extremo Oriente através do comércio marítimo. Quando não o podiam fazer legalmente, recorriam ao comércio clandestino, além de utilizarem os chineses como seus agentes.

REGULAMENTO PORTUGUÊS DA FORMA DE EMBARQUE DAS MERCADORIAS

A necessidade de regulamentar oficialmente a forma de embarque das mercadorias advém do uso excessivo de espaços não previstos inicialmente para o seu transporte, sobrecarregando o navio, e da inconsciência de alguns armadores que, na mira de aumentar rapidamente os seus lucros, reduziam o número de tripulantes, utilizando as suas cabinas para carregar mais mercadorias, o que dificultava as manobras e punha em risco a segurança do navio em caso de más condições atmosféricas e marítimas.

Por isso, em 4 de Maio de 1635, o vice-rei, conde de Linhares, escreveu de Goa ao administrador das viagens do Japão e Manila, as seguintes directrizes,⁶¹ reafirmando a necessidade de aplicação do regimento de segurança: primeiro, que não poupasse na contratação de marinheiros, devendo levar “muitos marinheiros”; segundo, ordena que “não vá nenhuma couza no conves, nem os camarotes leve mais q a matalataje e os gasalhados de dormir vão lestes sem q hum fio de seda nem huá piçaria fora das escutilhas”.

A concluir estas orientações, o vice-rei alerta para o facto de a experiência dramática dos navios naufragados ou acidentados no decurso desta rota estar directamente relacionada com o excesso de carga e sua deficiente arrumação:

“Os desastres q ouve nos navios dessas viages [Macau-Manila] foraõ cauzados das fazendas q levavaõ por cima”.⁶²

Mas os lucros eram tão aliciantes e o desrespeito ao regimento tão generalizado que as autoridades, preocupadas com a segurança dos navios, sentem a necessidade de, em 1637, reforçar esta proibição e definir os espaços dentro do navio passíveis de serem ocupados com mercadorias. Foi este o caso do regimento dado a Romão de Lemos, em que se especifica que

“Nos contratos dos fretamentos que se fizerem com os donos e senhorios dos navios que ouverem hir assy a Jappão como a Manila, se lhes não darão arcas de bomba nem payões nem outros gasalhados libertos para nelles levarem fazendas, nem nos que se lhes derem para as velas e sobresselentes nos mesmos navios poderão embarcar nenhuma sorte de fazenda, assy elles como os mestres pilotos e mães officiaes, excepto os caixões da liberdade que lhes custuma dar que não excederão da medida que sempre foi costume”.

O regimento estipula ainda o pagamento de uma compensação monetária (50 patacas)

“em lugar dos camarotes que se davão nos altos aos ditos officiaes, se lhes darão mães a cada hum sincoenta patacas; e levando algumas fazendas fora da dita liberdade fareis que com effeito paguem os fretes della a fazenda real como se fora debaixo da cuberta sem lhes admitir resão em contrario”.⁶³

Estas orientações concretas confirmam que nas viagens de Macau a Manila, a cargo da Fazenda Real, também se cometiam os abusos habituais das outras rotas marítimas, chegando alguns proprietários a modificar os compartimentos internos do navio e a encher o convés de mercadorias, o que ameaçava a estabilidade da embarcação e dificultava os movimentos da tripulação.

Para sua segurança os navios deviam zarpar de cada porto nas monções convenientes; caso o não fizessem perdiam o direito a qualquer compensação por possíveis danos ou perdas:

“As embarcações que assy partirem de Macao fora dito tempo posto que se percão, ou aribem não entrarão no numero das de que se lhe ade fazer o abatimento por rota porquanto o dito abatimento se lhe não faz mais que aquellas que partirem dentro do dito mez. de Julho”.⁶⁴

NOTAS FINAIS

Gostaria de destacar alguns aspectos comuns ao desenvolvimento de Macau e Manila.

Quanto à sua situação geo-estratégica, quer Macau, quer Manila se fundaram e desenvolveram com o objectivo fundamental de participar do lucrativo comércio da China. Manila, aproveitando-se da sua

HISTORIOGRAFIA

proximidade da costa Sul da China e em especial das províncias de Fujian e de Cantão. Macau, localizado, ainda mais vantajosamente, junto do importante e antigo *terminus* da rota da seda: a cidade de Cantão. Por outro lado, ambas se integram e desenvolvem uma rede triangular de comércio. Um dos vértices assente no Extremo Oriente (China-Japão), o segundo, mergulhado no Pacífico Oriental (Filipinas e América espanhola) e o terceiro mergulhado no Índico (Índia e Ásia de Sudeste). Estes dois últimos, América e Índia, garantiam a ligação posterior à Europa.

No séculos xvi e xvii, do ponto de vista socioeconómico, ambas as comunidades europeias (de Macau e de Manila) dependiam das rotas mercantis marítimas e floresceram com base na redistribuição da seda chinesa em troca da prata (japonesa e americana). Os especialistas têm vindo a considerar a rota Macau-Manila como uma das mais rentáveis, senão a mais rentável da época. Constatamos igualmente que o comércio regional ou inter-asiático em que Macau

se inseriu absorveu e desempenhou frequentemente o papel fundamental e predominante, se comparado com o comércio para a Europa pela via do cabo de Boa Esperança. Podemos constatar que os interesses económicos contraditórios, decorrentes do domínio das rotas e malhas mercantis diferentes, não se compadeciam com solidariedades ditadas por critérios de pertença a uma mesma nacionalidade. Assim se explica a oposição dos interessados nas rotas Nova Espanha-Sevilha e da rota do Cabo, ambos contra a rota Macau-Manila.

Por outro lado, ambas as cidades foram um pólo de atracção ao estabelecimento de comunidades multiétnicas (europeus, asiáticos, americanos, africanos), sendo exemplo de um grande cosmopolitismo. As elites das comunidades europeias estabelecidas em ambas as cidades preservaram, no essencial, a sua estrutura social, política e ideológica (apesar da profunda miscigenação). A própria estrutura urbana de Macau e de Manila preservou os traços essenciais europeus ao longo dos séculos. **RC**

NOTAS

- 1 O leitor mais interessado pode completar a sua informação sobre este tema com dois outros meus artigos: "The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao's Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty", in *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 2, 2002, Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, no qual pode encontrar gráficos e quadros com dados estatísticos sobre a periodicidade e taxas mercantis na rota Macau-Manila e "Portugueses e Espanhóis em Macau e Manila com os olhos na China", *Revista de Cultura* (Edição Internacional), n.º 7, 2003. O nosso estudo mais desenvolvido sobre este tema é *A Rota Marítima da Seda e da Prata: Macau-Manila desde as Origens a 1640*, tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996. Pode ainda encontrar uma pequena síntese desta, "The Impact of the Silk Trade: Macau-Manila, from the Beginning to 1640", in Vadime Elisseeff (ed.), *The Silk Roads Highways of Culture and Commerce*. Paris/Nova Iorque: UNESCO/Berghahn Books, 2000.
- 2 Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, anotada por José Rizal, Paris, Librería de Garnier Hermanos, 1890; W. E. Retana, ed., *Sucesos de las Islas Filipinas*, Madrid, Fortanet, 1909, pp. 357-358.
- 3 William Lytle Schurz, *The Manila Galleon* (1938). Manila: Historical Conservation Society, 1985, p. 204.
- 4 Para uma ideia global das mercadorias exportadas por Manila para a América Espanhola, consultar quadros 1 e 2 incluídos no nosso *A Rota Marítima da Seda e da Prata...*
- 5 *Medriñaque* era um tecido filipino fabricado com fibras de certas plantas (*abacá, buri...*), usado na Europa e América para forrar os vestidos das senhoras.
- 6 Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 361.
- 7 *Ibidem*, p. 357. Para calcular a taxa paga em Acapulco, José Rizal avalia o ducado de Castela em 2 pesos.
- 8 E. H. e J. A. Robertson (ed. e trad.), *The Philippine Islands, 1493-1898*, 55 vols. Cleveland, Ohio: A. H. Clark Company, 1903-1905, vol. VII, pp. 64-76.
- 9 Para uma informação mais detalhada veja-se o roteiro da viagem de Macau à Califórnia e Santiago do Chile em 1584 intitulado "Viagem que se fez de Amaquo porto da China onde estão os Portugueses pêra a nova Espanha", Biblioteca Nacional de Lisboa [BN], Códice 637, fl. 140-141. Está incluído numa miscelânea do Fundo Geral, "Memorial de várias couzas importantes,..." com 164 folhas. Inclui ainda: Notas históricas, assumptos de guerra e marinha; papeis do reinado de Phelipe II; contas da "invencível armada", negócios do ultramar, viagens, etc.).
- 10 W. W. Borah, *Early Colonial Trade and Navigation Between Mexico and Peru*. Berkeley: University of California Press, 1954, p. 118.
- 11 Archivo General de Indias [AGI], México, Legajo 71 (18/2/1592 e 4/3/ 1592, Leg. 121, 9/1601; Filipinas, Leg. 18-b, 31/5/1592; secção Indiferente General, Leg. 614, 22/1/1609; "Carta régia de 6 de Fevereiro de 1589, dirigida ao vice-rei D. Duarte de Meneses", in Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez-Oriental*. Nova Deli: Asian Educational Services, 1992, vol. III, pp. 168-170; "Carta régia para o vice-rei Matias de Albuquerque", Lisboa, 12 de janeiro de 1591, *ibidem*, pp. 276-277; Francisco Colín, *Labor Evangélica de los obreros de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas, por el P. Francisco Colín de la misma Compañía*, editado por Pablo Pastells S. J., 3 vols. Barcelona: Imprenta y Litografía de Henrich

HISTORIOGRAPHY

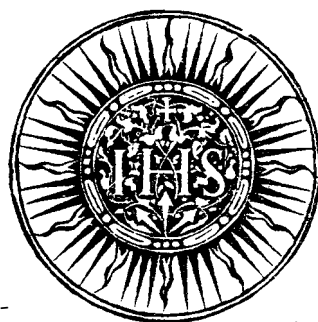
- y Compañía, 1900-1901 (o título da 1.^a ed. é *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la compañía de Jesús, fundación y progresos de su provinda en las Islas Filipinas... Parte primeira sacada de los manuscritos del Padre Pedro Chirino, el primeiro de la compañía que passo de los reynos de España a estas Islas*, (Joseph Fernandez de Buendia, Madrid, MDCLXIII, II, pp. 202-204); C. R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770*, trad. Teresa e Manuel Bairrão Oleiro. Macau: Fundação Oriente/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990, pp. 43-44; idem, *The Great Ship from Amacon*. Macau: Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, pp. 52-53; George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império. Os Portugueses na China (1640-1754)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991, p. 89.
- 12 Victor W. W. S. Purcell, "The Chinese in the Philippines", in W. W. S. Purcell, ed., *The Chinese in Southeast Asia*, 2.^a ed. Oxford: Oxford University Press, 1965, pp. 493-564, 614.
 - 13 Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 350.
 - 14 Na "Cédula de 11 de Enero de 1593", in Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 351.
 - 15 Historical documents on the Philippines Islands, rolo 6, 8, 10, 12 e 27.
 - 16 Wang Shine, The Development of Trade Between China, Manila and México in the Late Ming Dynasty. 1954, p. 54; C. R. Boxer, "Descrição da Cidade do Nome de Deus da China", in *Macau na Época da Restauração (Macau Three Hundred Years Ago)*. Macau: Imprensa Nacional, 1942, p. 40.
 - 17 As condições adversas surpreendiam ainda navios modernos no século xx, como foi o caso do navio inglês *Silverhazel*, de 5300 toneladas, que, em 1935, naufragou no *Embocadero* (estreito de São Bernardino). Várias foram as tentativas falhadas de encontrar a rota favorável para a *vuelta* ou torna-viagem directa das Filipinas às costas da América. A primeira realizada logo pela *Trinidad* da armada de Fernão de Magalhães, em 1522. Álvaro de Saavedra enviado por Cortez em 1527, em socorro da expedição de Loaysa às Molucas, realizou duas tentativas infrutíferas. Ruy López de Villalobos navegou para as Índias Orientais em 1542 com instruções de enviar navios para encontrar a *vuelta*, o que não conseguiu. No entanto, estas várias expedições foram acumulando conhecimentos que se tornariam úteis para a posterior realização da viagem de regresso directo das Filipinas à América. Para uma informação pormenorizada desta rota, consultar William Lytle Schurz, *The Manila Galleon*, cap. 6, "The Route", pp. 178-203.
 - 18 *Ibidem*, pp. 198-199.
 - 19 *Almojarifazgo* é a designação utilizada no império espanhol para um conjunto de direitos cobrados sobre o comércio marítimo (grosseiramente calculados sobre o valor das mercadorias – *ad valorem*). Como é lógico, há uma relação directa entre o grau de desenvolvimento mercantil (marítimo) e o rendimento total dos impostos (do *Almojarifazgo*) de Manila
 - 20 Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVI^e, XVII^e, XVIII^e siècles)*, 2 vols. Paris: SEVPEN, 1960-1966, vol. 1, *Introduction méthodologique et indices d'activité*, pp. 28-30. No AGI, o código 1200 (documentação de 1575 a 1590) não indica a proveniência de numerosas embarcações.
 - 21 AGI, Filipinas, cod. 1209.
 - 22 Ver Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques...*; AGI, Filipinas, Leg. 20 e E. H. Blair e J. A. Robertson, *The Philippine Islands...*, vols. 11 e 18.
 - 23 Em especial os *Legajos* dos Fundos de la *Contaduría* del Arquivo de las Indias de Sevilha que analisámos juntamente com outra documentação em *A Rota Marítima da Seda e da Prata...* e os registos das contas do *Almojarifazgo* (de 1577 a 1645), estudados e publicados por Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques...*; E. H. Blair e J. A. Robertson *The Philippine Islands...*, vols. 11 e 18.
 - 24 O leitor pode consultar os gráficos referentes às chegadas destes navios, segundo os seus portos de origem nas páginas 31 a 38 do nosso artigo
 - "The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao's Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty", in *Revista de Cultura*, Edição Internacional, n.º 2.
 - 25 "Regimento que se deu a Romão de Lemos que vay por administrador das viagens de Jappão e das mais anexas a ellas que se fazem por conta da fazenda de sua magestade (24 de Abril de 1637), in Arquivo Histórico de Goa (AHG), "Livro do regimento e instruções", III, fls. 38v-51 e publicado por C. R. Boxer em *The Great Ship...*, pp. 286-306.
 - 26 Colín-Fastells, *Labor Evangélica...*, vol. 1, 300 n. Em 1615, um junco português ao regressar da sua viagem a Champá (Indochina) foi capturado pelos holandeses, que referem ser a sua tripulação constituída por marinheiros chineses e japoneses. C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 87.
 - 27 Chang Pin-Tsun, "Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth Century Fuchien", tese de doutoramento apresentada na Princeton University, Princeton, New Jersey, 1983, p. 165.
 - 28 *Wako* designava assim, em períodos de encerramento da China ao comércio com o exterior, quer os mercadores envolvidos na ligação marítima e mercantil às comunidades chinesas que durante a dinastia Ming se estabeleceram na Ásia de Sueste quer os elementos ligados às actividades de pirataria desenvolvidas no litoral meridional da China, comumente atribuídas aos japoneses, mas frequentemente praticadas por chineses. Ver So Kwan-wai, *Japanese Piracy in Ming China During the Sixteenth Century*. East Lansing: Michigan State University Press, 1975
 - 29 Claude Guillot, "Les Portugais et Banten (1511-1682)", in *Revista de Cultura*, 2.^a Série, n.º 13-14, 1991, pp. 80-95, ver p. 93.
 - 30 A ilustrar o tipo de títulos de Respondência, vejamos o de Tristão Tavares (1637) e o de Pêro Fernandes de Carvalho (1638), publicados por C. R. Boxer em *The Great Ship...*, pp. 284-287. Da inúmera documentação que atesta a existência do contrabando referido podemos destacar dois exemplos: a carta do desembargador Sebastião Soares Paes para a princesa Margarida, duquesa de Mantua, Goa, 19 Janeiro de 1637, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Lisboa, "Livros das Monções" ou "Documentos remetidos da Índia", Livro XXXVIII, fls. 468 e ss. (Esta carta é a resposta a uma outra da princesa Margarida de 7 de Março de 1636. Boxer publicou um resumo desta carta, em inglês, no artigo "Portuguese commercial voyages to Japan 300 years ago", in *Transactions of the Japanese Society of London*, XXXI (1933-34) pp. 65-75 e o texto completo, em português, em *The Great Ship...*, pp. 278-286); ver o mandado do capitão-geral D. Francisco de Mascarenhas acerca do comércio de Macau com Manila e Japão, cujo original se encontra na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (BPADE), Fundo Geral de Manuscritos, código CXVI/12-5, f. 270.
 - 31 Para uma descrição pormenorizada do *Parian*, ver, do primeiro bispo de Manila, Fr. Domingo de Salazar, O. P., *Carta Relacion de las cosas de la China del Parian de Manila enviada al Rey Felipe II*, de 24 de Junho de 1590, publicada por Carlos Sang, *Primitivas relaciones de España com Asia y Oceania*. Madrid: Libreria General, 1958, pp. 309-326, e *El Parian de los Sangleyes*, *ibidem*, pp. 151-174.
 - 32 Temos estado a seguir Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 353.
 - 33 *Sangleyes* é o termo pelo qual as fontes espanholas do início da ocupação das Filipinas, designavam todos os chineses. Com o século xvii o termo passou a ser aplicado exclusivamente aos chineses residentes nas Filipinas. Para uma informação mais detalhada, consultar as descrições e explicações do P.^e Juan Cobo, do primeiro bispo de Manila e de Carlos Sanz na sua obra, *Primitivas relaciones de España com Asia y Oceania*, pp. 151-174, 309-326. Ver igualmente C. R. Boxer, *South China in Sixteenth Century*. Londres: Hakluyt Society, 1953, p. 260.
 - 34 Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 354.

HISTORIOGRAFIA

- 35 Carlos Sanz, *Primitivas relaciones de España con Asia y Oceania*, p. 321.
- 36 Em 1629 foi aprovado em Conselho da Fazenda e Governo o sistema de venda em exclusividade ou monopólio das viagens de Macau-Manila a particulares, venda esta realizada pela coroa em proveito da Fazenda Régia segundo os contratos lavrados para o efeito. ANTT, “Livros das Monções”, Livro XXXVIII, fl. 351; referência às instruções secretas referentes à realização daquelas viagens em *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, Lisboa, BN, tomo I, pp. 51-52; publicação dos contratos em C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 245-252.
- 37 “Carta de desembargador Sebastião Soares Paes para a Princesa Margarida, Duquesa de Mantua”, Goa, 19 de Janeiro de 1637, in ANTT, “Livros das Monções”, XXXVIII, fls. 468.
- 38 Pedro de Baeza, *Esta relación y discurso, me mando V. Excelência que hiziesse... para que en el satisfizese las dudas que me pusieron cerca de la grande costa que la armada avia de hazer*, Madrid, 1608, fls. 11v. 13. In C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 74.
- 39 *Peso de ocho reales, peso de plata, el duro*, segundo C. R. Boxer esta era a moeda europeia mais frequente em circulação no Extremo Oriente. O seu valor oficial em Goa era, em 1584, de um cruzado (ou 400 réis ou seis tangas e dois terços). Circulava igualmente o peso em moeda de ouro, ou *peso de oro* que equivalia a 16 reais espanhóis. Para uma informação mais minuciosa sobre o numerário em circulação no Extremo Oriente, ver C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 336-337.
- 40 *Guangdong Hai Fang Hui Lan* 广东海防汇览 (Coleção sobre a Defesa Marítima de Guangdong), rolo 37, coligido por Lu Kun, tradução de Lu Yanbin. Antonio de Morga na sua obra *Sucesos de las Islas Filipinas* diz expressamente: “*Los derechos del três por ciento de las mercaderias que traen de la China los navios sangleyes, valen un año con otro, cuarenta mil pesos*” (p. 360). Ainda nesta obra refere-se à “Relação escrita pelo almirante D. Jerónimo de Bânuels y Camillo” na qual informava o rei de “*que entra cada año um millón y médio en oro en la China*.” (p. 350).
- 41 Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques...*, pp. 199-219.
- 42 Citação do Cod. ms. da Biblioteca da Ajuda [BA] 54-XI-21º, “Advertencias de muita importancia ha magestosa coroa del Rey nosso Senhor Dom João o 4.º do nome offerecidas, e apresentadas ao dito Senhor no seu conselho do Estado da India, em mão do Senhor Vice Rey Dom Phelipe Mascarenhas, por Jorge Pinto de Azevedo morador na China em Março de 1646, f. 20v.
- 43 Cf. “La carta que el Dominico P. Fr. Juan Cobo, dirigió a sus hermanos de religión de la provincia de Guatemala y España”, inserta no Livro XI da *Historia de la provincia de S. Vicente de Chyaga y Guatemala, de la orden de nuestro glorioso Padre Sancto Domingo* por Fr. Antonio de Remesal, Madrid, 1619, e publicada por Carlos Sanz em *Primitivas relaciones de España con Asia y Oceania*, pp. 277-278. Consultar igualmente a carta do primeiro bispo de Manila, *Carta Relacion de las cosas de la China del Parian de Manila...*, *ibidem*, pp. 281, 283, 315.
- 44 Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, p. 354. A actividade destes mercadores usuários é igualmente referida num documento que nos revela que três quartos do montante geral das mercadorias dos vizinhos de Manila vendidas no México “*fiadas por los Sangleyes*”, Fr. José de Jesus Maria, *Asia Sínica y Japónica*, ed. de C. R. Boxer. Macau: Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, vol. I, pp. 225-227.
- 45 “Mandado do capitão Geral D. Francisco de Mascarenhas, acerca do comércio com Manilla e Japão”, BPADE, Fundo Geral de Manuscritos, códice CXVII/2-5, fl. 270.
- 46 Poderíamos citar a carta de Filipe I em Janeiro de 1591 para o vice-rei Martins de Albuquerque (AHG, “Livro das Monções”, n.º 3 fl. 430 (2.ª via) e fl. 438 (4.ª via), publicada no *Archivo Português-Oriental*, fasc. 3, parte 1, doc. 78, pp. 286-299, ou ainda no *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa [BFUP]*, n.º 2 pp. 309-312, referência: 13, 20-23/4-4; ou outra carta régia, quatro anos mais tarde (28/2/1595), “Livro das Monções” n.º 3-B fls. 589-590, em que se ordena ao mesmo vice-rei para evitar, por todos os meios, que os “chincheos” fossem às ilhas de Solor buscar sândalo, não só pelo prejuízo sofrido pela Fazenda Real, mas também pela desordem que causavam. In *BFUP*, n.º 2, pp. 332-333, referência 44, 70-71/5-3. BA, Cod. 51-VIII-18, n.º 243, fs. 112-113 v.
- 47 O leitor interessado pode consultá-las, com os respectivos gráficos, no nosso estudo “The Portuguese, the Maritime Silk Road and Macao’s Connection with the Philippines in the Late Ming Dynasty”.
- 48 AGI, Filipinas, cod. 1204. Ver Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques...*, pp. 200-201.
- 49 “Regimento que se deu a Romão de Lemos...”, in C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 286-306, na p. 289.
- 50 “Regimento que se deu a Romão de Lemos...”, *ibidem*, p. 290.
- 51 “Regimento que se deu a Romão de Lemos...”, *ibidem*, p. 293.
- 52 No códice CXVII/2-5, esta carta ocupa o folio 44 e encontra-se entre os papéis do primeiro capitão-geral de Macau, D. Francisco de Mascarenhas, do Fundo Geral de Manuscritos da BPADE.
- 53 “Carta do conde de Linhares a Manoel Ramos administrador das viagens de Jappão e Manila”, Goa, 4 de Maio de 1635, in ANTT, “Livros das Monções”, Livro XXXIV, fls. 63-66, publicado integralmente por C. R. Boxer em *The Great Ship...*, pp. 269-273.
- 54 In ANTT, “Livros das Monções”, Livro XXXVIII, fls. 349-355. Sobre este assunto ver nomeadamente carta do vice-rei D. Fernando da Gama, em nome de el-rei, que manda fazer a viagem de Macau a Manila à conta e proveito da fazenda, in BPADE, códice CXVII/2-5, f. 44; “Papéis à cerca da controvérsia entre o capitão Geral de Macau, D. Francisco Mascarenhas, e a cidade, sobre a justiça e conveniência da viagem de Manilha”, BPADE, códice CXVII/2-5 fls. 78-165. O “Treslado de assento que se tomou em Conselho da fazenda sobre a composição que se fez com Lopo Sarmento de Carvalho, por via da transacção”, BPADE, fl. 99, está publicado por C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 253-256, e igualmente restante documentação a páginas 245-306; “Papéis sobre a viagem a Manila”, *ibidem*, códice CXVII/2-5, fl. 253; “Mandado do Capitão Geral D. Francisco Mascarenhas, acerca do comércio co Manilha e Japão”, BPADE, códice CXVII/2-5; fl. 270.
- 55 “Treslado da arrematação e venda de tres viagens da China pera Jappão juntamente outra três da China pera Manilla, a Lopo Sarm.^{to} de Carv.^{to} p. preço e contia de trez.^{tos} e seis mil x.^{tos} p.^{ta} manr.^a abaixo”, ANTT, Livros das Monções”, Livro XXXVIII, fl. 352, publicado integralmente por C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 246-252.
- 56 “Carta do Desembargador Sebastião Soares Paes para a Princesa Margarida, Duquesa de Mantua”, Janeiro, 1637, in Boxer, *The Great Ship...*, p. 280.
- 57 AHG, “Livro de Regimentos e Instruções”, III, fls. 38v.-51; publicado por Boxer, *ibidem*, pp. 286-306.
- 58 ANTT, “Livro das Monções”, Livro XXXVIII, fl. 353.
- 59 *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, tomo I, p. 52. Esta publicação engloba o período de 6 de Fevereiro de 1634 a 16 de Fevereiro de 1635.
- 60 “Carta do conde de Linhares a Manoel Ramos...”, in C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 269-273.
- 61 “Carta do conde de Linhares a Manoel Ramos...”, in *ibidem*, p. 271.
- 62 “Regimento que se deu a Romão de Lemos...”, in *ibidem*, pp. 286-306. Citação esta na p. 291.
- 63 “Treslado da arrematação e venda de tres viagens da China pera Jappão juntamente outra três da China pera Manilla, a Lopo Sarm.^{to} de Carv.^{to} ...”, in *ibidem*, pp. 246-252.

The Inscriptions on Tomás Pereira's Tombstone and the 'Edict of Toleration' from the Emperor Kangxi

Wang Bing*



The Rare Book Section of the Chinese National Library in Beijing contains three rubbings of inscriptions that relate to the activities, in China, of the Portuguese Jesuit Tomás Pereira (1645-1708), whose Chinese name was Xu Risheng 徐日升.

The First Rubbing of the inscriptions has been named 'The Stele of Xu Risheng Requesting the Safeguard of Catholicity' on the relevant catalogue card.¹ This card shows that the inscription was in regular Chinese script, the size of the stele was 184×82cm, and the stele originally stood in the Maweigou Church outside the Fuchengmen Gate of Beijing. In addition, the catalogue card gives the following information: 'See the back of the tombstone "The Tombstone of Xu Risheng", the date of the 14th day of the 11th month of the 47th year of the Emperor Kangxi's reign. Note: This stele has the same inscription as "The Stele of Xu Risheng Requesting the Defence of Catholic Churches" on the 2nd day of the 2nd month of the 31st year of the Emperor Kangxi's reign.'

The Second Rubbing of the inscriptions has been named 'The Tombstone of Xu Risheng, Thomas Pereyra' on the relevant catalogue card.² This card shows that the inscription was in regular Chinese script, as well as in Latin, the size of the stele was 184×82cm, and the stele originally stood in the Maweigou Church outside the Fuchengmen Gate of Beijing. In addition, the catalogue card gives the following information: 'This stele has the inscription of "Tomb of the Jesuit, the honourable Xu" in the middle, and an imperial edict and a brief biography on both sides separately. Note: These are inscribed on the back of "The Stele of Xu Risheng Requesting the Safeguard of Catholicity" of the 31st year of the Emperor Kangxi's reign.'

The Third Rubbing of the inscriptions has been named 'The Stele of Xu Risheng Defending Catholicity' on the relevant catalogue card.³ This card shows that the inscription was in regular Chinese script, the size of the stele was 192×76cm, and the stele originally stood in the Nantang Church at the Xuanwumen Gate of Beijing. In addition, this card gives the following information: 'Note: This stele has the same inscription as "The Stele of Xu Risheng Requesting the Defence of Catholicity" in the 31st year of the Emperor Kangxi's reign. It has suffered from serious weathering, so the date attributed was the same as the other stele.'

We are able to conclude, from the catalogue cards, that there were two steles in Beijing. Both of them were

* 王冰 Licenciada pela Faculdade de Engenharia Física da Universidade de Qinghua (1968) e pós-graduação no Instituto de Estudos de Pós-Graduação (1981). Mestre em Ciências Naturais e investigadora do Instituto de História das Ciências Naturais da Academia de Ciências da China.

Graduated in Physical Engineering from Qinghua University (1968); post-graduate studies at the Institute for Graduate Studies (1981). Master's degree in Natural Sciences and researcher at the Institute for the History of Natural Sciences, Chinese Academy of Sciences.

DOM

PHOMAS PE
REYRA LUSI
TAN, INVOKA
PROFESS, VI
XIT IN SOCI
SU ANN XLVI
IN SINENSIS
SIONE XXX
VI OBIT PE
KIN XXIV
DEC. MDCC.
VIII ANNOS
NAT LXIV

耶穌會士徐公之墓

徐先生諱日昇號賓公泰西游
耳多阿里亞國人自幼入會真
修於康熙十二年歲次癸丑入
中國傳教卒於康熙四十七年
歲次戊子十一月十四日壽六
十四歲在會四十六年

上諭

朕念徐日昇齋誠遠來効力歲久洲通律曆制造咸宜扈從
惟勤任使盡職秉性貞樸無間始終夙夜殫心忠恤日著
朕嘉許久矣忽聞抱病猶望醫治痊可遽爾溘逝朕悼深
為軫惻特賜銀二百兩大緞十端以示優卹遠臣之意特
諭

HISTORIOGRAPHY

inscribed with the petition requesting the safeguard of Catholicity, as submitted by Tomás Pereira, and the imperial edict issued by the Emperor Kangxi. The petition was submitted and the edict issued in 1692. The inscription consisting of the petition and edict was on the back of one stele and on the front of the other. One stele must be Tomás Pereira's tombstone; the two rubbings, made from the front and back inscriptions are, respectively, the Second Rubbing and the First Rubbing above. Obviously, these two rubbings were made from the inscriptions after 1900, given that the stele had been broken in two, although the date of the rubbing itself is not recorded. Another stele was erected in the Nantang Church at the Xuanwumen Gate; the rubbing of its inscription is the Third Rubbing above. It is unknown when this rubbing was made. All the characters on this rubbing are too indistinct to be deciphered. It is obvious that the stele was seriously weathered when the rubbing was made.

The intention of this article is to discuss the petition submitted by Tomás Pereira, the imperial edict issued by the Emperor Kangxi, and also the circumstances surrounding the tomb and tombstone of Tomás Pereira. The author would like to offer some general remarks by way of introduction so that other researchers may respond appropriately. First, the inscriptions on Tomás Pereira's tombstone will be considered.

THE INSCRIPTIONS ON TOMÁS PEREIRA'S TOMBSTONE

On the front of Tomás Pereira's tombstone eight large, regular Chinese characters '耶穌會士徐公之墓' (Tomb of the Jesuit, The Honourable Xu) were inscribed in the centre.

A special imperial decree, from the Emperor Kangxi, was inscribed on the right-hand side. At the top were two large characters '上諭' (The Imperial Decree); followed by the full text of the decree:

We think of you Xu Risheng [Tomás Pereira], who came from afar with sincerity and worked here for many years. You were proficient in music and the calendar, and the instruments you constructed were all very useful. You were diligent in your work, and you exerted yourself to fulfil every task. By nature upright and straightforward, you were devoted from the beginning to the end,

and spared no effort from morning to night. As your loyalty and single-heartedness became daily more renowned, We have, for a long time, already expressed Our appreciation [of you]. When We heard of your illness, We still had the hope that you would recover. Unexpectedly, however, you passed away and We were extremely saddened to hear of it. We grant you 200 taels of silver and 10 bolts of satin in order to express Our sympathy and compassion for a subject who came from afar. This is Our special decree.⁴

All Chinese characters were in regular script.

A brief biography of Tomás Pereira was inscribed on the left-hand side. At the top were the large, Latin letters 'D. O. M.'; followed by thirteen lines: 'P Thomas Pereyra Lusitan, IV Vota Profess, Vixit in Soc Jesu Ann XLUI In Sinensi Missione XXXVI Obiit Pekin XXIV Dec, MDCC, VIII Annos Nat LXIV'. Below this was Chinese and in regular script:

Master Xu was called Risheng and had another name, Yin'gong. He was a native of the country of Portugal in the Great West. In his youth he entered the Society in order to cultivate perfection [of virtue]. In the 12th year, *guichou* 癸丑, of the Emperor Kangxi's reign (1673) he arrived in China to propagate the [holy] teachings. On the 14th day of the 11th month of the 47th year, *wu zi* 戊子, of the Emperor Kangxi's reign (24 December, 1708) he died at the age of 64 years, of which 46 were spent in the Society.⁵

On the back of the tombstone, there was a long inscription in Chinese regular characters. The following is an English translation of the full text:

Here the Rites Section [of the Ministry of Rites] makes a verbatim transcription of a petition submitted by Tomás Pereira and Antoine Tomás, the administrators of the calendar in the Imperial Bureau of Astronomy. In the petition they respectfully recounted the full story. They begged the Emperor to arbitrate urgently, wisely and with farsightedness. The matters are as follows.

In September this year, Prospero Intorcetta, a resident of the Catholic Church in Hangzhou, sent a messenger here and told us about an incident. We heard that the Governor (*xunfu* 巡抚) of Zhejiang Province had given orders to local officers there to go and demolish the Catholic Church, destroy any printing blocks

HISTORIOGRAFIA

for books, regard Catholicism as an evil heresy, expel Catholicism from China, etc.

We Westerners consider that, if we do not complain now to the Emperor of the pain and embarrassment, which we suffered in our journey to China over several tens of thousand miles, we feel that it would be hard for us to avoid actions of revenge and unjust accusation at some later date.

We, in prostration, see that the Emperor, who governs ten thousand countries and dominates the world, treats domestic and foreign affairs as one and makes no distinction between the suburbs of the capital and far off places, and does not want anybody wronged. None of these things were achieved by the ancient rulers. So many myriads of things, even though not related to orthodox religion, are magnanimously contained between heaven and earth. It is well known that the Emperor kindly gives us instructions, and tells us what to do or not to do, when the Emperor meets the Westerners during his royal tours of inspection to South China. How can the Governor have the heart to regard Catholicism as an evil heresy?

In the past Johann Adam Schall von Bell received strong favour and deep understanding from the Late Emperor. He put his heart and soul into the revision of the old calendar, and made the new calendar correspond well with the astronomical phenomena. Only in this way could he repay the Late Emperor for his profound kindness. It was unexpected that after that he was to suffer from vilification. He was accused of the crime of being unfaithful to the Late Emperor, by those who cherished outdated ideas and were led by Yang Guangxian. Fortunately, the Emperor sees everything clearly. The Emperor ordered the Princes of the Deliberative Council, Dukes (*beile* 贝勒), Ministers, Nine Supervising Secretaries and many other officers to make a clear distinction between the rights and wrongs of the case. The unjust verdict was eventually reversed.

Afterwards Ferdinand Verbiest received orders to continue the calendar revision, because Johann Adam Schall von Bell had died. He was offered high official posts and ranks, and was in the Emperor's very good graces. As a result,

we recount all we know and recount it without reserve. We have translated and compiled a number of books on Western astronomy and calendar, mathematics, music, natural science and so on for more than twenty years in the Imperial Palace. These jobs are not yet finished. The Emperor knows all the above-mentioned matters, so we do not need to go into details.

If Catholicism was regarded as an evil heresy and it was not worthy of belief, it might well be asked why, from the early years of the Late Emperor Shunzhi's reign up to now, the late Westerners were ordered to make weaponry; Philippe Marie Grimaldi, holding the official dispatch of the Ministry of Military Affairs, was sent to Russia by sea; and Tomás Pereira and Jean-François Gerbillon, having been granted the post and rank of Counsellor (*canling* 参领) were assigned to Russia twice. Thus it can be seen that those who gave offence to us do not render services to the imperial court, but, rather, retain their selfish and unfaithful ideas. If someone is faithful and unselfish, all persons, without exception, are sincerely convinced. Otherwise, if someone demonstrates selfishness and unfaithfulness, undoubtedly others are not sincerely convinced; moreover numerous things related to this person are considered unreasonable.

The late Westerners trudged across several tens of thousands of miles to reach China; they were not attracted by fame and gain, wealth and rank. They merely wished to expound their religion when they met persons who knew them well. Since coming to China, they have won the respect and care of the Imperial Courts. The Late Emperor had ordered Johann Adam Schall von Bell to revise the calendar in the 10th year of the Emperor Shunzhi's reign (1653), and then granted land for church construction and stele erection in the 14th year (1657). The Emperor bestowed on Ferdinand Verbiest a title of honour, permitted his funeral to be held with the rank of Vice-Minister (*shilang* 侍郎), and praised him in the imperial edict, after his death from illness in the 27th year of the Emperor Kangxi's reign (1688). These matters are on record. Besides, we were instructed to learn the Manchu language, because it is believed that our Western pronunciation allows us to learn it

HISTORIOGRAPHY

easily. In addition, in the Council of Ministers we translate diplomatic documents from Russia and other Western countries. Enjoying the trust and undertaking the tasks of the Emperor, how fortunate we are!

A few people do not know how to choose the right persons for the right jobs; they think of us as foreigners, even as alien enemies. Why is there no place to shelter Prospero Intorcetta himself in such a great country? He cannot, indeed, but weep all alone in a corner! All of us are persons of solitude and helplessness. We cannot argue against others

On the 2nd day of the 2nd month of the 31st year of the Emperor Kangxi's reign (19 March, 1692), Yi [Sang'a] 伊桑阿 and another, both heads of the Council of Ministers, receive an imperial edict as follows: 'The resolution previously discussed by the Ministry of Rites, that the Catholic Churches in the provinces should be preserved as before and could be enshrined and worshipped only by the Westerners, had been permitted and carried out. Now the Westerners are revising and formulating the calendar. Before this, they made weaponry at the time of the



Emperor Kangxi. From J. B. du Halde, *Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise*, vol. 1, Paris, 1735.

about matters of right or wrong. We only hope that the Emperor shall take into consideration our unselfishness and pitiableness. Also we humbly request the Emperor to construct a farsighted resolution and to bring it into force.

For this purpose we submit this petition to the Emperor with extreme tremulousness and eager expectation. It is presented on the 16th day of the 12th month of the 30th year of the Emperor Kangxi's reign (2 February, 1692).

The imperial order received on the 18th day of this month (4 February) is: 'The Ministry (of Rites) discusses the matters and then presents a memorial.'⁶

military operations. Moreover, they were diligent in their work. Recently, they have also showed meritorious deeds in accompanying (the Chinese officers) during the expeditions to Russia. They have no wicked or unprincipled activities. Their religion, which a few people regard as an evil heresy and want to forbid, is truly innocent. You, the Council of Ministers, jointly with the Ministry of Rites, discuss these matters and present a memorial.'⁷

The Ministry of Rites, other government offices (*yamen* 衙门), and Gu Badai 顾八代, the Minister of Rites, hereby present a

HISTORIOGRAFIA

memorial after having respectfully received an imperial edict. We have discussed the matters and reached a resolution as follows. We have ascertained that the Westerners admired sacred morals and manners, so they sailed to China for several tens of thousand miles. Now they are revising and formulating the calendar. At the time of the military operations they did their best to make weaponry and cannons. When they were assigned to Russia, they rendered the Emperor a service wholeheartedly, exerted themselves to fulfil the task, and performed a lot of meritorious deeds. The Westerners who reside in the provinces carry out no wicked or unprincipled activities. Also they are not a heretical sect to mislead people, or practising heterodoxy to make trouble. As people are even admitted to the Lamaseries, the Buddhist monasteries and the Taoist temples to look around and to burn joss sticks, it seems inadvisable that worshipping by the Westerners is placed under a ban, given that they perform no illegal activities. Accordingly, the Catholic Churches in the provinces should all remain as before. People are permitted to burn joss sticks and to worship in the churches. There is no need to prohibit people from entering or looking around inside. The imperial edict will be carried out in Zhili and other provinces once it is decreed. This memorial is jointly presented on the 3rd day of the 2nd month of the 31st year of the Emperor Kangxi's reign (20 March, 1692).

The imperial order, received on the 5th day of this month (22 March), is: 'Act accordingly.'⁸

It can be seen that the long inscription on the back of the tombstone of Tomás Pereira consisted of three important documents. They were: a petition to the throne submitted by Tomás Pereira and Antoine Thomas (1644-1709) on 2 February, 1692, that occupied two thirds of the length of the whole inscription; an imperial edict from the Emperor Kangxi on 19 March; and a memorial to the throne presented by Minister Gu Badaï of the Ministry of Rites and others on 20 March.

There is an old saying in China that final judgment can only be passed on a person when the lid is laid on his coffin. It means that all merits and demerits, rights

and wrongs, of a person come to a conclusion when he passes away. And according to Chinese tradition, the inscriptions which were engraved on the tombstone of Tomás Pereira express a very high level of formal or official appreciation of the deceased.

THE 'EDICT OF TOLERATION' FROM THE EMPEROR KANGXI IN 1692

A well-known decree, which Westerners have always known as the 'Edict of Toleration', was issued by the Emperor Kangxi in 1692. It is a famous event in both the history of cultural communication between the East and the West, and in the history of Western religion.

The origin of the Edict is traceable back to the previous year. It has been stated (see above) that in the autumn of 1691, Zhang Penghe 张鹏翮, the Governor of Zhejiang Province,⁹ gave orders to local officers there to demolish the church, destroy any printing blocks for books and forbid Catholicism to be propagated.¹⁰ The Italian Jesuit Prospero Intorcetta (1625-1696) residing in Hangzhou, sent a messenger to Beijing to tell Tomás Pereira and Antoine Thomas about this incident. Later Tomás Pereira and Antoine Thomas submitted a petition to the Emperor Kangxi on 2 February, 1692. The imperial order received on 4 February was: 'The Ministry of Rites should discuss the matters and then present a memorial.'

On 7 March, after discussion, the Ministry of Rites presented a memorial to the Emperor in which it was stated that only Westerners could follow the Catholic faith. The memorial presented by the Ministry of Rites is as follows:

The Ministry of Rites respectfully presents this memorial on the causes and effects of the matters in question, and begs the Emperor to arbitrate urgently wisely and with farsightedness. The matters are as follows.

The Rites Section (of the Ministry of Rites) has made a verbatim transcription of a petition submitted by Tomás Pereira and one other, these being the administrators of the calendar in the Imperial Bureau of Astronomy. It was presented on the 16th day of the 12th month of the 30th year of the Emperor Kangxi's reign (2 February, 1692). The imperial order was received on the 18th day of this month (4 February), and

HISTORIOGRAPHY

it was: 'The Ministry (of Rites) should discuss the matters and then present a memorial.' This order has been respectfully followed.

On the 19th day of this month (5 February) the verbatim transcription and the order were sent to the Ministry (of Rites). The Ministry discussed these. It was known that Tomás Pereira and Antoine Thomas, the administrators of the calendar in the Imperial Bureau of Astronomy, had submitted a petition. The petition said that Prospero Intorcetta, a resident of the Catholic Church in Hangzhou, sent a messenger here and told us about an incident. The Governor of Zhejiang Province had given orders to local officers there to demolish the church, destroy any printing blocks for books, regard Catholicism as an evil heresy and expel Catholicism from China. We Westerners are persons of solitude and helplessness, and we cannot argue against others about matters of right or wrong. We only hope that the Emperor shall take into consideration our unselfishness and pitiableness, also we humbly request the Emperor to construct a farsighted resolution, and so on.

It has been established that in the 8th year of the Emperor Kangxi's reign (1669) a conference was held by the Princes of the Deliberative Council, Dukes, Ministers, Nine Supervising Secretaries and many other officers. They presented a memorial that 'Catholicism has no wicked or unprincipled activities. However, Catholics congregating, distributing the booklet *Tian Xue Chuan Gai* 天学传概, bronze statues and others, should all still be forbidden. Their *Tianzhu* 天主 (God) could be enshrined and worshipped only by the Westerners.' The imperial order was 'Catholicism can be believed in by Ferdinand Verbiest and others as usual. Because it is feared that churches might be rebuilt and people might become Catholics in Zhili and other provinces, Catholicism should be still strictly forbidden. This must be known to all. Others act accordingly.' The order should be respectfully followed.

Again it is a matter of record that in the 26th year of the Emperor Kangxi's reign (1687) Ferdinand Verbiest, the administrator of the calendar and the Right Vice-Minister (*youshilang* 右侍郎) of

the Ministry of Works, submitted a petition. The petition said that Westerners, who believe in Catholicism, earnestly wish that people should be able to follow that faith as they like, and that they should not be kept away from that religion, as had happened before when the Westerners had suffered from malicious prosecution in the early years of the Emperor Kangxi's reign, all this in the hope that rash criticism and defamation would disappear.

The Ministry (of Rites) and the Ministry of Works discussed these matters, based on the petition submitted by Louis Buglio, Gabriel de Magalhães and Ferdinand Verbiest in the 8th year of the Emperor Kangxi's reign (1669). Then a conference was held by the Princes of the Deliberative Council, Dukes, Ministers, Nine Supervising Secretaries and other many officers. They presented a memorial that 'Catholics congregating in churches should be forbidden forever. Their congregating, distributing the booklet *Tian Xue Chuan Gai*, bronze statues and others, should all still be forbidden. Because Catholicism has only ever been enshrined and worshipped by the Westerners, it should continue to be so only by them.' An imperial order was issued declaring that 'What Ferdinand Verbiest has petitioned does not need to be discussed.' Afterwards the Ministry (of Rites) presented its memorial. As a result the imperial order is 'Act accordingly. Among local officers some measures are taken in which Catholicism is considered to be a plot and as rebellious as the White Lotus Sect. Such words should be deleted. This is so decreed by the Emperor himself.' The order should be respectfully followed.

The Ministry (of Rites) sent an official communication to Zhejiang and other provinces. It ordered that the Catholic Church in Hangzhou should remain as before, and be enshrined and worshipped by Westerners only. When the imperial order comes into force, an official communication will be sent to the Governor of Zhejiang Province. This is petitioned on the 20th day of the 1st month of 31st year of the Emperor Kangxi's reign (7 March, 1692).

On 10 March, the imperial order was issued: 'Act accordingly.'¹¹

HISTORIOGRAFIA

Later, the Emperor Kangxi ordered a reconsideration of the issues relating to the spread of Catholicism. On 17 March, Yisang'a and Alantai 阿兰泰, two chief members of the Council of Ministers, received an imperial decree from the Emperor, which was as follows:

Westerners are revising and formulating the calendar. They constructed weaponry at the time of the military operations. They are diligent in their work. Besides, Catholicism involves no wicked or unprincipled activities. People should be permitted to go and present joss sticks. The memorial presented by the Ministry (of Rites) before, should be withdrawn and destroyed by burning. You, jointly with the Manchu officers (*tangguan* 堂官) and scholars (*xueshi* 学士) of the Ministry of Rites, should discuss these matters and present a memorial.¹²

On 19 March, Yisang'a and others, chief members of the Council of Ministers, received another imperial decree from the Emperor, which was as follows:

The resolution previously discussed by the Ministry of Rites, that the Catholic Churches in the provinces should be preserved as before and could be enshrined and worshipped only by the Westerners, had been permitted and carried out. Now the Westerners are revising and formulating the calendar. Before this, they made weaponry at the time of the military operations. Moreover, they were diligent in their work. Recently, they have also showed meritorious deeds in accompanying (the Chinese officers) during the expeditions to Russia. They have no wicked or unprincipled activities. Their religion, which a few people regard as an evil heresy and want to forbid, is truly innocent. You, the Council of Ministers, jointly with the Ministry of Rites, discuss these matters and present a memorial.

So the Emperor Kangxi issued two decrees on Catholicism in two days, and the second one was the well-known Edict of Toleration. The inscription on the back of Tomás Pereira's tombstone cited precisely this edict, following the petition made by Tomás Pereira and Antoine Thomas.

On 20 March, after discussion, the Ministry of Rites decided that the spread of Catholicism in provinces was to be permitted. A memorial was presented to the Emperor by 17 officers of high rank,

the name of Gu Badai, the Minister of Rites, was at the top of the signature list.¹³ The inscription on the back of Tomás Pereira's tombstone cited this memorial from the Ministry of Rites, which followed the imperial edict.

This was, then, the well-known historical event of 1692. The original documents we can read now are precisely the five mentioned above. These documents brought to light the origin, development, cause and effect of the event. The five original documents comprised one petition by Tomás Pereira and Antoine Thomas, two memorials by the Ministry of Rites, and two imperial decrees by the Emperor Kangxi. These two imperial decrees summarised the contributions of the 'Westerners', that is, the activities of the Jesuit missionaries in China permitted the Catholic churches in the provinces to remain as before, and to be enshrined and worshipped as usual.

THE HISTORICAL BACKGROUND OF THE 'EDICT OF TOLERATION' AND THE ROLE OF TOMÁS PEREIRA

It is well known that after the European missionaries went to the East several events took place which exhibited hatred of, and opposition to, Catholicism in China. In 1669, two years after the Emperor Kangxi took control of the affairs of state, a grievance was redressed: the well-known and unjust charge against some missionaries working on the Chinese calendar was dismissed. As a result, the Jesuit Johann Adam Schall von Bell (1592-1666) was rehabilitated, and Ferdinand Verbiest (1623-1688) was entrusted with an important task in the Imperial Bureau of Astronomy. From this time on a Golden Age for Catholicism started in China.¹⁴

The Jesuits, unlike other European missionaries, played an important role in the communication of science, technology and culture between the West and the East. The activities of Jesuits in China mainly took place in the fields of science, technology, diplomacy and religion. Their contributions, or their activities in these fields, as stated above, were summarised in the imperial decrees.

The first important contribution made by the Jesuits was 'to revise and formulate the calendar', that is, the work related to astronomical observations and calendar calculations. They disseminated European

HISTORIOGRAPHY

astronomical knowledge in China by translating books into Chinese, drawing up mathematical tables and manufacturing observation instruments. In this aspect, Johann Adam Schall von Bell and his successor Ferdinand Verbiest, in particular, made great contributions. After the death of the former, and owing to the strong recommendations of the latter, some of the Jesuits went to Beijing following imperial orders. They were Christian Wolfgang Herdtrich (1625-1684) and Philippe Marie Grimaldi (1638-1712) in 1671, Tomás Pereira in 1673, Simon Rodrigues (1645-1704) in 1679 and Antoine Thomas in 1685. All of them were well versed in matters relating to astronomy and the calendar, so that they were able to join the Imperial Bureau of Astronomy and assist the astronomical and calendar work going on there. After the death of Ferdinand Verbiest in 1688 (KX 27), Philippe Marie Grimaldi, Tomás Pereira and Antoine Thomas continued in the Bureau as 'the administrators of the calendar'.

The second important contribution of the Jesuits was 'to make weaponry at the time of the military operations'. In the early period of the Qing Dynasty, Johann Adam Schall von Bell set up a foundry to cast cannons, and instructed and taught the manufacture and use, of firearms, all in accordance with imperial orders. Later, a large number of cannons were made during the Emperor Kangxi's reign, in order to help put down rebellions, fight enemies and unify the country. According to Chinese historical records,¹⁵ from 1675 to 1721, a total of 905 of cannons, of several types, were made by orders of the Qing government. However, from 1670 to 1681, during the period of the 'Rebellion of the Three Vassals', Ferdinand Verbiest made at least 566 cannons by imperial orders. Whether it was a matter of scale, amount and type, or of technique and performance, the manufacture of cannons reached a peak during the Qing Dynasty. Ferdinand Verbiest made a great contribution to this.

Next, it was obvious that the Jesuits were 'diligent in their work'. A number visited the imperial palace, at different times and over a period of years, to give lectures on 'Western Learning' to the Emperor Kangxi. The first of these was Ferdinand Verbiest, followed by Christian Wolfgang Herdtrich, Philippe Marie Grimaldi, Tomás Pereira, Antoine Thomas, Jean-François Gerbillon (1654-1707) and Joach Bouvet (1656-1730). These lectures were not suspended, even when the Emperor was making

his inspection tours outside the capital. 'Western Learning' referred to subjects such as mathematics, astronomy, medicine, cannon making, the use of instruments, music, painting and so on. Consequently the Jesuits were frequently praised and rewarded by the Emperor.

In addition, Jesuits played an important role in the diplomatic affairs of the Qing government. Johann Adam Schall von Bell and Ferdinand Verbiest were the pioneers of Jesuit diplomacy in China. They were often interpreters, usually when the Qing government received foreign envoys. Later the Jesuits were also invited to be interpreters, or advisers in diplomatic affairs, to the Qing government. In 1686 Philippe Marie Grimaldi was sent to Europe as a diplomatic envoy. In 1688 and 1689 Tomás Pereira and Jean-François Gerbillon went to the northern frontier twice as interpreters for the Chinese negotiating mission. They participated in the whole process of negotiating the Sino-Russia Treaty of Nerchinsk (1689). Indeed, 'they rendered the Emperor a service wholeheartedly, exerted themselves to fulfil the task, and performed a lot of meritorious deeds.'

All these aspects constitute a historical background to, as well as a solid foundation for, the 'Edict of Toleration', in which Tomás Pereira played an important part. His role is briefly analysed here from three perspectives.

The first is to view it from the angle of the mission undertaken by the Jesuits. Tomás Pereira was a faithful Jesuit missionary who made unremitting efforts to ensure legal status for Catholicism in China, just as his predecessors Matteo Ricci (1552-1610), Johann Adam Schall von Bell, Ferdinand Verbiest and all other missionaries had done. Tomás Pereira carried forward the tradition, started by Matteo Ricci, that scientific knowledge was to be used as a means to help the spread of religion. He was actively and enthusiastically engaged in transmitting 'Western Learning' in the fields of science, technology, diplomacy, religion, and even culture (music). He did his best to form favourable conditions for this missionary work.

The second perspective relates to the situation of the missionaries. In the early 1690s, there were few Jesuits in Beijing. Gabriel de Magalhães (1610-1677), Louis Buglio (1606-1682) and Ferdinand Verbiest had all died of illness, one after another. Christian Wolfgang Herdtrich and Simon Rodrigues had left the capital to

HISTORIOGRAFIA

travel to other provinces to do their missionary work. Philippe Marie Grimaldi had been sent to Europe as a diplomatic envoy in 1686. In 1688, five French Jesuits, headed by Jean de Fontaney (1643-1710) arrived in Beijing. However, only 'Joach Bouvet and Jean-François Gerbillon may stay in the capital to be used'.¹⁶ At the time, the Imperial Bureau of Astronomy was short of staff. By imperial order, and in the same year, José Soares (1656-1736) came to Beijing to work there. Therefore, in fact, only five Jesuits were in the capital at the time; they were Tomás Pereira, Antoine Thomas, Jean-François Gerbillon, Joach Bouvet and José Soares.

The third perspective considers the position of Tomás Pereira himself. In 1692, he was the Vice-Provincial (1692-1695) and Visitor (1691-1695) to the Vice-Province of China. So he had a high position, seniority and a good reputation among the five Jesuits in Beijing. Tomás Pereira did his duty in submitting the petition, together with Antoine Thomas, his signature being the first.

It is evident that Tomás Pereira made a great contribution to the decree of the 'Edict

of Toleration'. This conclusion follows logically from the three perspectives considered above.

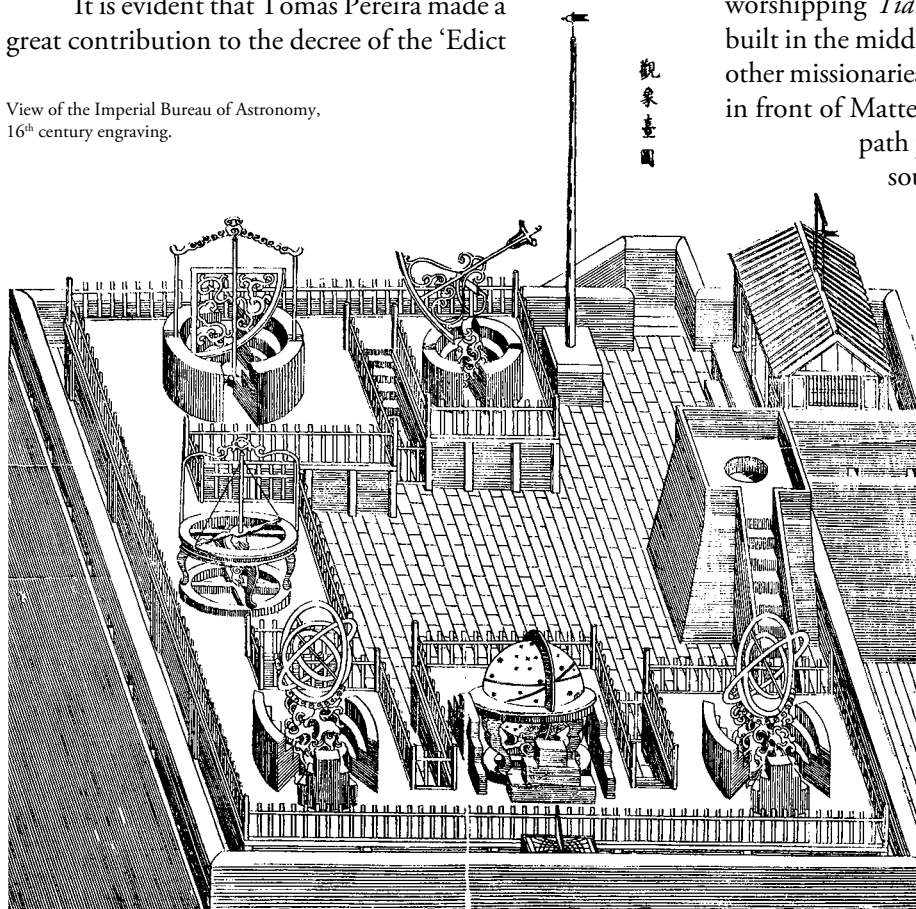
MATTERS RELATED TO THE TOMB AND TOMBSTONE OF TOMÁS PEREIRA

It is known that Tenggong Zhalan, a cemetery for missionaries who came to China from foreign countries, was near Erligou (another name for Maweigou) and outside the Fuchengmen Gate of Beijing. When Matteo Ricci died in Beijing in 1610 (the 38th year of the Emperor Wanli's reign in the Ming Dynasty), the Western missionaries in the capital submitted a memorial to the imperial court in which they asked the Emperor to bestow a graveyard for them to bury their dead. The Emperor granted them the land and buildings in Tenggong Zhalan, outside the Fuchengmen Gate (its original name was Pingzemen Gate): 'These could be accepted and inherited forever. The land is for the construction of a cemetery, and the buildings of a church, and as a place for enshrining and worshipping *Tianzhu*.'¹⁷ Matteo Ricci's tomb was built in the middle of the cemetery. Later, tombs of other missionaries who died in the capital were built in front of Matteo Ricci's tomb, on both sides of a path paved with stones, and in a north-south direction leading to the tomb.

The cemetery was allowed to expand in 1655 (the 12th year of the Emperor Shunzhi's reign in the Qing Dynasty), after a memorial was submitted by Johann Adam Schall von Bell. After the unjust case against Schall von Bell was resolved, whereby he was fully exonerated and the grievance redressed, the imperial court granted 524 *liang* 两 of silver to rebuild his tomb, as if it were for a first-ranking official. His graveyard was located to the west of Matteo Ricci's and separated from it by a wall.

After Tomás Pereira died, the wall between the two graveyards was demolished,

View of the Imperial Bureau of Astronomy,
16th century engraving.



HISTORIOGRAPHY

and replaced by a road paved with stones. An altar made of stone was set at the northern end of the road. Ferdinand Verbiest's tomb, which lay on the west side of the original path in front of Matteo Ricci's tomb, came to lie on the east side of the road and to the south of the altar. Tomás Pereira's tomb was built on the west side of the road and to the south of the altar, opposite Ferdinand Verbiest's. Later, other missionaries were buried on both sides of the road, their tombs forming a regular pattern.

In the 1730s, the Society of Jesus repaired and rebuilt the whole Zhalan cemetery in commemoration of the 150th anniversary of its arrival in Beijing. A stele was erected in 1739 (the 4th year of the Emperor Qianlong's reign) to commemorate the event. At that time the cemetery had 88 graves; of which about 70 were those of foreign missionaries. From then on the general pattern of the Zhalan cemetery remained the same until 1900.

In 1900 the Boxer Rebellion broke out. Their watchword was 'Support the Qing Dynasty and Destroy the Foreign Powers'. The foreign missionaries' cemetery was immediately attacked: many tombs were opened, all tombstones were knocked down, and the whole cemetery was destroyed. The tomb of Tomás Pereira did not escape this violence: it was destroyed, and the tombstone was broken in two. When the rebellion ended, the Qing government expressed its intention to develop friendly relations with the foreign powers and show its sympathy for the missionaries from abroad. In 1903 the government set aside 10,000 *liang* of silver for the restoration of the Zhalan cemetery, and set up a stele to record the event. However, due to a lack of historical records, little is known about Tomás Pereira's tomb and the tombstone.

Time brings great changes to the world. From then on, and over the next hundred years, the Zhalan cemetery went through further earthshaking changes. In the 1950s, the Party School of the Beijing Municipal Committee of the Chinese Communist Party was built on the original site of the Zhalan cemetery. The so-called 'Great Cultural Revolution of the Proletariat', which started in 1966, once again brought serious destruction to the area. The cemetery was not restored and the steles were not set upright until the end of the 1970s. In 1984, 'The Cemetery of Matteo Ricci and the Foreign Missionaries of the Ming and Qing Dynasties' was established as a site of cultural preservation by the

municipality of Beijing. However, facts about Tomás Pereira's tomb and his tombstone were still hard to come by. In any case, nothing remains of the tomb or the tombstone.

We are fortunate that the two rubbings of the inscriptions from the front and back of Tomás Pereira's tombstone have been preserved in the Rare Book Section of the Chinese National Library in Beijing, even if the tombstone itself was broken in two. A special decree of the Emperor Kangxi was inscribed on the front, and another edict of the Emperor on the back. According to Chinese tradition, such a stele, with the inscriptions of the imperial decree and the edict, should have a top part and a base. Only thus would it be complete. It may be inferable that the top and the base would be similar to the corresponding parts of Ferdinand Verbiest's tombstone.

CONCLUDING REMARKS

The author would like to make the following remarks and comments.

1. As regards the information on the catalogue cards referring to rubbings of inscriptions of ancient bronzes and stone tablets preserved in Chinese National Library in Beijing:

- It is necessary to correctly distinguish *yang* 阳 and *yin* 阴, that is, the front and the back of a tombstone. According to Chinese tradition, the face with inscription 'Tomb of XXX' should be the *yang*, i.e., the front of the tombstone.
- The dates given on the catalogue cards are not exact. The compilers of the cards quoted some dates in the inscriptions so carelessly that the information has caused a certain degree of confusion and has been somewhat misleading. In fact, several dates given on the cards do not have any precise meaning. These include, for instance, the date on which Tomás Pereira submitted a petition, the date when an edict was decreed by the Emperor Kangxi, the date when Tomás Pereira died, and the date when the stele was erected.
- As to the First Rubbing, on its catalogue card, '... Note: ... "The Stele of Xu Risheng Requesting the Defence of Catholic Churches" ...', should be '... Note: ... "The Stele of Xu Risheng Requesting the Safeguard of Catholicity" ...'

HISTORIOGRAFIA

As to the Third Rubbing, on its catalogue card, 'Note: This stele has the same inscription as "The Stele of Xu Risheng Requesting the Defence of Catholicity" ...', should be 'Note: This stele has the same inscription as "The Stele of Xu Risheng Requesting the Safeguard of Catholicity" ...' In this way, the information on the catalogue cards of the two rubbings is not only consistent with that of the Second Rubbing, but they also have exact meanings.

2. The records relating to Tomás Pereira's Tombstone

- The contents of the inscriptions of Tomás Pereira's tombstone, that is, his petition and the imperial decree, can be read in the books *Xi Chao Ding An* 熙朝定案 and *Zheng Jiao Feng Bao* 正教奉褒. In fact, these two books recorded in detail the original documents relating to the important events for Catholicity in China.
- There are not many works in Western languages on Tomás Pereira's Tombstone. The book¹⁸ *Le cimetière et les oeuvres catholiques de Chala 1610-1927* (Peking, 1928) by Jean-Marie Vincent Planchet (1870-?), was an important and detailed early study. The inscriptions both on the front and back of Tomás Pereira's tombstone were reproduced on pages 227-8 of this book. However, these were typeset and printed according to the original inscriptions, instead of being photographs of the inscriptions.

The inscription on the front of the tombstone was reproduced on page 227 of the book. The inscription on the back was reproduced on page 228, together with a footnote 'Cf. *Zheng Jiao Feng Bao*, pages 165 et 166'. The inscription on the back was arranged into 26 vertical lines in total. As the tombstone had been broken in two, only 5 short lines were complete. As for the other 21 lines, each was lacking one to three Chinese characters. However these lost characters were not supplied in this book.

In the back inscription, which was typeset and printed, there were some misprinted characters. They are as follows:

- Where the text reads '加思赐予官爵' it should be '加恩赐予官爵'.
- Where the text reads '谕奈之处' it should be '谕祭之处'.
- Where the text reads '臣等孤子无可倚之人' it should be '臣等孤子无可倚之人'.

d. Where the text reads '力造军器木炮' it should be '力造军器火炮'.

e. Where the text reads '友行禁止' it should be '反行禁止'.

- The German scholar, Dr Gerlinde Gild, wrote a paper on the subject in the 1990s: 'The Introduction of European Musical Theory during the Early Qing Dynasty: The Achievements of Thomas Pereira and Theodorico Pedrini'.¹⁹ Attached to this paper, there was a page showing the front inscription of Tomás Pereira's tombstone. It was typeset and printed according to the original inscriptions, just as in Jean-Marie Vincent Planchet's book.
- Another important work on the Zhalan cemetery has been published in recent years. It was *Departed, Yet Present: Zhalan, the Oldest Christian Cemetery in Beijing* (Macao, San Francisco, 1995) edited by Edward J. Malatesta (1932-98), and published in three versions of English, Chinese and Portuguese. In Chapter I of this book, a detailed description of the history and changes of the Zhalan cemetery is given.

A photograph of the rubbing of the front inscription of Tomás Pereira's tombstone is reproduced on page 272 of this book. The original texts of the front inscription in Chinese and Latin, as well as their English translations, are reproduced on page 273. However, this book does not reproduce the inscription from the back of the tombstone.

On page 273, however, there are some mistakes both in the quoted Chinese original text and in the English translations. The following are some examples of obvious mistakes:

- The Chinese character '士' was lost, so '耶稣会士徐公之墓' was wrongly understood as '耶稣会徐公之墓'.
- In '上谕' ('The Imperial Decree'), on the right side of the front of the tombstone, '赍诚远来' was wrongly understood as '斋诚远来'. This was probably caused by the similarity between the two Chinese characters '齎' and '齋' in the original complex characters. While their simplified forms '赍' and '斋', differ from one other.
- In the brief Chinese biography, '自幼入会贞修' was mistaken for '自幼入会真修'.
- The Chinese sentence '上谕: 朕念徐日昇赍诚远来...' was unsuitably translated as 'The

HISTORIOGRAPHY

Imperial edict says: “We remind Us, in fasting and abstinence, of you, Xu Risheng ...” There are obviously two mistakes here. Firstly, the character ‘念’ not only has the meaning of ‘想念’ (miss, remember), but also has the extended meaning of ‘想法’ (opinion) and ‘认为’ (think of). Secondly, because ‘赍诚远来’ was mistaken for ‘斋诚远来’ it was translated as ‘in fasting and abstinence’. In fact, the original text did not have this meaning at all. The meaning of the character ‘赍’ is ‘cherish’ or ‘keep in mind’. This sentence did praise Tomás Pereira for coming from afar full of sincerity. So, it could be correctly translated as ‘THE IMPERIAL EDICT We think of you Tomás Pereira, who came from afar with sincerity...’

- In the brief Chinese brief biography, the sentence ‘徐先生，讳日昇，号寅公...’ was unsuitably translated as ‘Master Xu was called Risheng and had the sobriquet Yingong’. Here, ‘sobriquet’ has the meaning of ‘绰号、浑名’ (nickname). However, in ancient China, the use of another

name, particularly in addressing scholars or literati, always carried overtones of respect and reverence. Therefore, the sentence should be translated as ‘Master Xu was called Risheng and had another name Yin’gong’.

The author of this article hopes that other researchers will focus on collecting and studying the original materials, so that further and more extensive research on the life and contributions of Tomás Pereira can be carried out in all the fields in which he had an influence: including science, technology, culture, diplomacy and religion. **RC**

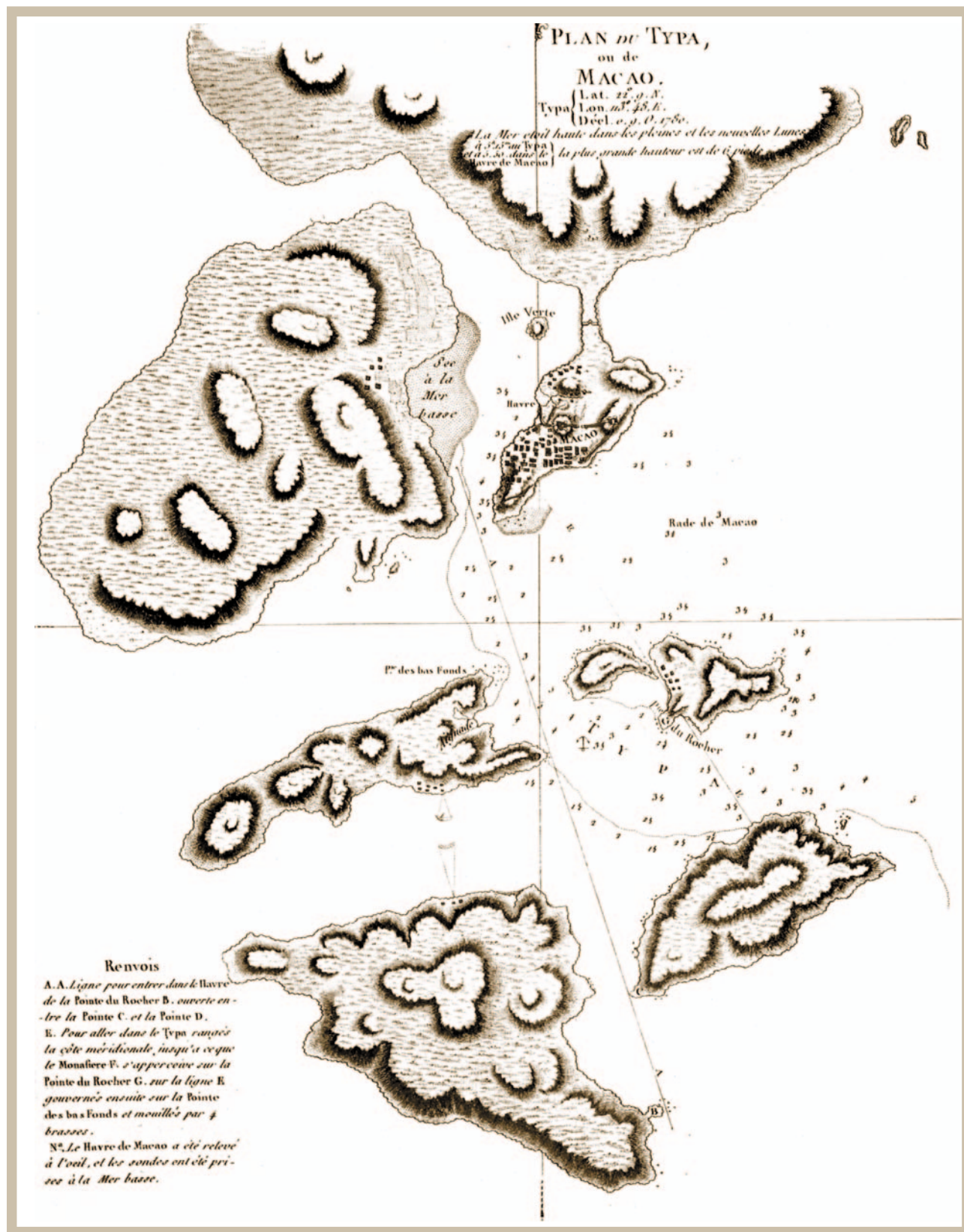
Author’s Note: This research was carried out in the Centre for Asian Studies, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, University of Aveiro, and was supported by the Orient Foundation, Portugal, to which many thanks are due.

The author is grateful to Prof. Manuel Serrano Pinto, the Director of the Centre for Asian Studies, for his concern and help, and to the Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, University of Aveiro and the library of the University of Coimbra for their facilities.

And many thanks to Dr. Tim Oswald for his help in correcting and polishing the English text.

NOTES

- 1 The Reading Room of the Rare Book Section, Chinese National Library in Beijing, Catalogue cards of rubbings of inscriptions of ancient bronzes and stone tablets, no. 1914 / 1915, Beijing.
- 2 Ibid, no. 1916 / 1917, Beijing.
- 3 Ibid, no. 4554 / 4553, Beijing.
- 4 朕念徐日昇赍诚远来，效力岁久，渊通律历，制造咸宜，扈从惟勤，任使尽职，秉性贞朴，无间始终，夙夜殚心，忠悃日著，朕嘉许久矣。忽闻抱病，犹望医治痊可，遽而溘逝，朕怀深为軫侧。特赐银二百两、大缎十端，以示优恤远臣之意。特谕。For the original Chinese text, cf. Pierre Huang 黄伯禄 ed., *Zheng Jiao Feng Bao* 正教奉褒 (Shanghai, Cimu Tang, 1904), fl. 128. For the English translation, cf. *Departed, Yet Present: Zhalan, the Oldest Christian Cemetery in Beijing* edited by Edward J. Malatesta. Macao/San Francisco: Instituto Cultural de Macao/The Ricci Institute, University of San Francisco, 1995, p. 273. Some changes are made.
- 5 For the English translation, cf. *Departed, Yet Present: Zhalan, the Oldest Christian Cemetery in Beijing*, p. 273. Some changes are made.
- 6 徐先生，讳日昇，号寅公，泰西波耳多阿里亚国人。自幼入会贞修，于康熙十二年岁次癸丑入中国传教。卒于康熙四十七年岁次戊子十一月十四日，寿六十四岁，在会四十六年。For the original Chinese text, cf. *Xi Chao Ding An* 熙朝定案, a transcription, stored in the library of the Institute for the History of Natural Science, Chinese Academy of Sciences. Again, cf. *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 113-114.
- 7 *Xi Chao Ding An*. Again, cf. *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 115.
- 8 *Xi Chao Ding An*. Again, cf. *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 115-16.
- 9 Zhang Penghe 张鹏翮 (1649-1725). He was Governor of Zhejiang Province 1689-1694 (KX 28-33).
- 10 *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 113.
- 11 *Xi Chao Ding An*. Again, cf. *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 114-15.
- 12 *Xi Chao Ding An*. Again, cf. *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 115.
- 13 This memorial was signed by 17 officers of high rank, led by Gu Baidai, the Minister of Rites. Others were Xiong Cili 熊赐履, Xi'erda 席尔达, Wang Yangchang 王颺昌, Duoqi 多奇, Wang Zehong 王泽弘, Yisang'a 伊桑阿, Alantai 阿兰泰, Wang Xi 王熙, Zhang Yushu 张玉书, Manpi 满丕, Tunaha 图纳哈, Sigeze 思格则, Wang Guochang 王国昌, Wang Yinfang 王尹方, Wang Ji 王机 and Li Nan 李柎.
- 14 Cf. Noel Golvers, *The 'Astronomia Europaea' of Ferdinand Verbiest, S. J. (Dillingen, 1687)*. Text Translation, Notes and Commentaries (Nettetal: Steyler Verlag, 1993).
- 15 See: Qing Shilu 清实录; Qingchao Wenxian Tongkao 清朝文献通考, vol. 194; Qinding Da Qing Huidian Shili, Gongbu, Junhuo, Zhu Pao 钦定大清会典事例·工部·军火·铸炮, vol. 894; Da Qing Huidian Tu, Wubei 大清会典图·武备, vol. 100; *Xi Chao Ding An*; etc.
- 16 *Xi Chao Ding An; Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 93.
- 17 *Zheng Jiao Feng Bao*, fl. 6.
- 18 Cf. Jean-Marie Vincent Planchet, *Le cimetière et les oeuvres catholiques de Chala 1610-1927* (Pékin, 1928).
- 19 Cf. Gerlinde Gild, ‘The Introduction of European Musical Theory during the Early Qing Dynasty: The Achievements of Thomas Pereira and Theodorico Pedrini’. In *Western Learning and Christianity in China: The Contribution and Impact of Johann Adam Schall von Bell, S. J. (1592-1666)*, edited by Roman Malek. Sankt Augustin: China-Zentrum und Monumenta Serica Institute, 1998, pp. 1189-1200.



Sociedade e Poder Político em Macau nos Séculos XVIII e XIX

Jorge de Abreu Arrimar*



É em *Ou-Mun Kei-Leok*, relato Setecentista sobre Macau, de autoria de dois magistrados chineses do antigo distrito de Heong-Sán [Xiangshan] que se encontram algumas das referências de “maior crédito”¹ de estrangeiros sobre a sociedade macaense. Os magistrados observaram que em Macau “vivem misturados bárbaros de diversas raças, e existem maus chineses que entraram na sua religião”, passando a viver “à mistura, chineses com os bárbaros”.² Os *fât-lóng-kei* (portugueses) são de “raça branca, de alto nariz, os olhos verde-escuros, mas sem brilho. [...] Os que possuem escravos julgam-se importantes. O corpo destes é inteiramente negro como a laca, o seu lábio vermelho e os dentes brancos, sendo bastante parecidos com seres humanos. São os chamados *kuài-nou* (escravos dos diabos)”. Quanto às mulheres, havia-as também de “duas espécies, brancas e negras, distinguindo-se em senhoras e escravas”.³

Há nestes relatos sobre a mistura de raças em Macau a constatação de que já incluía chineses. É curioso ver como apresentam várias classes de chineses convertidos:

“Uns que mudam de traje para entrar na sua religião; outros que entraram na sua religião mas sem mudarem de traje; outros que casaram com mulheres estrangeiras (*kuài-nui*, isto é filhas dos diabos), e que criam os seus filhos e netos; outros que empregam os seus capitais em negócios; outros que são operários, e outros que são soldados e guardas.

Há ainda os que frequentam as casas dos bárbaros e os que usam penteado à moda estrangeira, dizendo que são católicos”.⁴

Segundo alguns autores, foi antes da perda do comércio com o Japão (1639-1640) e da tomada de Malaca pelos holandeses (1641), que as mulheres indianas, malaias e japonesas contribuíram para o aparecimento das primeiras gerações de macaenses. Esta foi uma versão muito defendida em Macau e veiculada, sobretudo, pelas chamadas famílias tradicionais, que consideravam a influência fenotípica chinesa como recente e secundária. Deste modo reforçavam a identificação dos macaenses como “portugueses do Oriente”, negando assim a sua equidistância em relação às etnias portuguesa e chinesa. Se outros garantem que, com o passar do tempo, “o sangue e a influência social dos chineses (e das chinesas ainda mais), se foi tornando mais marcada e óbvia nas famílias macaenses”,⁵ outros ainda asseveravam que a ligação dos portugueses com mulheres chinesas de baixa condição marcou profundamente o património genético macaense.⁶

* Licenciado em História, pós-graduado em Ciências Documentais e doutorado em História Moderna. Encontra-se a ultimar o doutoramento em Ciências Documentais, tendo obtido, em 2009, o diploma de Estudos Avançados na Universidade Complutense de Madrid.

History degree, Post-Graduate degree in Document Sciences and Ph.D. in Modern History. Currently completing his Ph.D. in Document Sciences. In June 2009 was awarded a Diploma in Advanced Studies by Complutense University of Madrid.

HISTORIOGRAFIA

E as opiniões não se ficam por aqui, matizadas por diferentes interpretações: que o que importa reter é que, “seja remota ou recente, a miscigenação luso-chinesa é certa e a identidade étnica e cultural macaense foi-se definindo (por identificação e por demarcação) em relação às duas culturas dominantes [a portuguesa e a chinesa]”,⁷ ou que os macaenses foram e são “hábeis artesãos no reconhecimento em paralelo dos mistérios das duas culturas. Não apenas falam o chinês e o português como manipulam e manipularam habilmente dois universos culturais marcados mais pelas diferenças do que pelas semelhanças.” Para concluir, de forma curiosa, que, essa habilidade macaense “concebida pela presença, por exemplo, de uma mãe chinesa e um pai português não os tornou fundadores de uma sociedade mestiça mas, sim, hábeis tradutores da cultura ocidental para o Oriente. Neste sentido, os macaenses também são estrangeiros, estranhos aos chineses, apesar das origens”.⁸

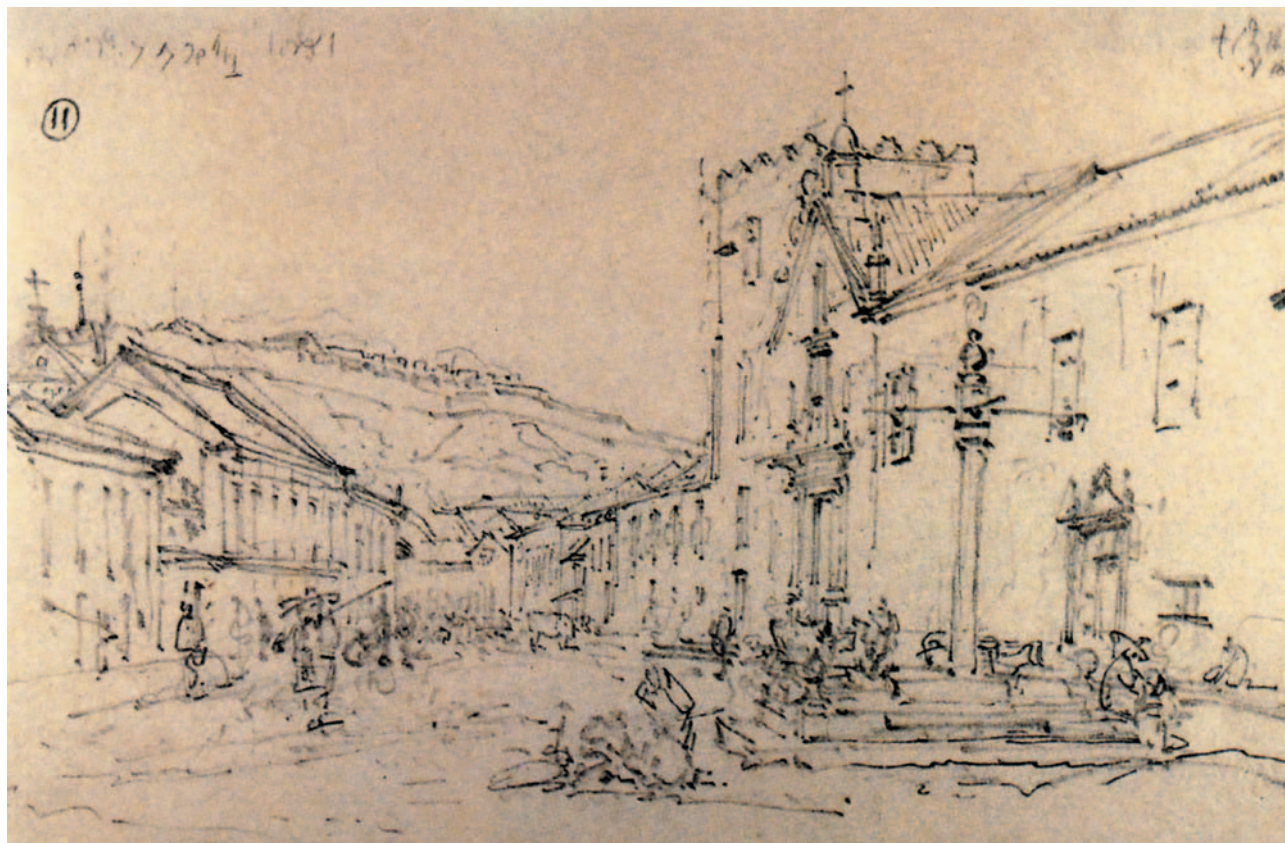
Mas a versão que nós seguimos é a que resulta do estudo comparativo das teses “tradicionalista” e

“luso-chinesa”, que concluiu que “ambas as versões das origens macaenses têm algo de verídico e [...] não são contraditórias”.⁹ Como exemplo, comprova-se a mestiçagem luso-chinesa, desde o século xvii, nas freguesias da Sé e de S. Lourenço (1802 a 1831):

- Sé: foram baptizadas 70 crianças, sendo 12 netas maternas de chineses e paternas de portugueses ou de chineses convertidos, famílias que, já desde o século xvii que eram miscigenadas, como as famílias Remédios, Rosário, Xavier e Noronha;¹⁰

- S. Lourenço: aqui residiam as famílias de nível social mais elevado, sendo muito raros os casamentos das “filhas da terra” fora do seu grupo. Os casamentos começaram a registar-se em número cada vez maior com mulheres de ascendência chinesa, “algumas porventura crioulas, mestiças não perfilhadas, ou chinesas adquiridas por compra”,¹¹ mas invariavelmente limitados aos estratos mais baixos da sociedade macaense, na medida em que eram “menosprezados e objecto de crítica na circumscripção sociedade de Macau”.¹²

George Chinnery, “Santa Casa da Misericórdia”. Lápis sobre papel, 1833. (Sociedade de Geografia de Lisboa).



HISTORIOGRAPHY

Quadro I

ESTRATOS POPULACIONAIS	FREGUESIAS				
	S. LOURENÇO	SÉ	STO. ANTÓNIO	CONVENTOS	TOTAL
Portugueses (Reinóis)	41	49	19		109
Filhos de Portugueses	38	138	24		200
Naturais e Nhons	208	323	138		669
Chineses Cristãos	10		2		12
Clérigos seculares	6	14	3		23
Minoristas e tonsurados		5			5
Religiosos				19	19
Religiosas				30	30
Mulheres casadas	262	175	90		527
Mulheres viúvas	140	112	69		321
Mulheres solteiras	728	437	189		1354
Crianças	122	338	167		627
Índios			6		6
Escravos	238	523	299		1060
Libertos			9		9
Espanhóis			1		1
Franceses			1		1
Total	1793	2114	1017	49	4973

INTERESSES E FORMAS DE PODER. A CONSOLIDAÇÃO DAS ELITES

Macau era uma “república mercantil” (António Hespanha) ou a “primeira república democrática do Oriente” (Almerindo Lessa), dominada por uma oligarquia mercantil ou por uma elite local civil, organizada em torno do Leal Senado e da Santa Casa da Misericórdia, cujo poder era partilhado com a China, pois não só os mandarins vizinhos tinham alfândega em Macau como exercitavam a jurisdição criminal sobre os Chineses, quando não a reclamavam sobre os europeus que tivessem ofendido os súbditos do Celeste Império.¹³ Na segunda metade de Setecentos, nomeadamente até à década de 70, a estratificação social

de Macau assentava nos laços sanguíneos que ligavam o indivíduo ao Reino.¹⁴

No Quadro I pode ver-se como se encontrava distribuída a população portuguesa de Macau à referida década do século xviii. Em primeiro lugar estavam os reinóis, depois os filhos que, pese embora terem nascido em Macau, eram de “sangue puro” e, em terceiro lugar, os mestiços ou *nhon(s)* [de *senhor(es)*, em patuá].¹⁵ O quarto escalão era já o dos chineses, dos quais se encontrava ausente o sangue português. Concluindo, era de facto a maior ou menor ligação do indivíduo ao Reino que determinava a sua localização nos diversos patamares que formavam a estratificação social de Macau. A esta realidade acrescia a maior ou menor fortuna que o morador pudesse granjear na sua actividade comercial.

HISTORIOGRAFIA

Entretanto, começam a fazer-se sentir no Estabelecimento as transformações que as reformas pombalinas de 1761 e 1774 determinaram. Foram publicadas leis que conduziram à abolição das diferenças que era habitual fazer-se entre os súbditos nascidos no Reino e os nascidos nos domínios asiáticos, desde que estes fossem baptizados.¹⁶ Em cerca de vinte anos a situação muda – pensamos nós que mais do ponto de vista formal do que real – fruto da reforma administrativa implementada em 1783, da qual advém uma hierarquização social em que ao estatuto político se acrescentou a situação económica do indivíduo: no primeiro escalão aparecem os portugueses divididos em três classes, a primeira com 6, a segunda com 21 e a terceira com 100 moradores, cuja riqueza se distribuía, de cima para baixo, em 150 a 200 mil taéis, 4 e 40 mil taéis e “Oficiais de Navios”; no segundo escalão apareciam os filhos dos portugueses ou mestiços, também divididos em três classes, a primeira com 11, a segunda com 14 e a terceira com 1300 moradores, cuja riqueza se distribuía de cima para baixo, em 10 a 60 mil taéis, entre mil e 2 mil taéis e “Marinheiros e Soldados”.¹⁷ O último escalão era o dos escravos, que se contavam por 1100. O total de moradores era de 3560.

Quase dez anos depois, em 1791, já essas designações estavam fora de uso, não subsistindo o critério dos laços sanguíneos que ligavam o indivíduo ao Reino, mas sim o sexo e o estado civil.¹⁸ Mas, de facto, o requerimento que alguns moradores naturais de Macau levam à consideração superior, a 20 de Maio de 1810, através do qual solicitam ao rei a “verificação, execução, e observância das Benéficas Leis, que [foram] compiladas no Alvará de 2 de Abril de 1761 [que foi] mandado executar e cumprir pela Carta Régia de 15 de Janeiro de 1774”, é a demonstração cabal do tempo que, por vezes, as leis levavam a ser postas em prática.

Passadas quase quatro décadas da publicação das referidas leis, ainda se escrevia para o rei evocando o seu incumprimento “porque não obstante os requerimentos que fizeram os Sup.^{es} [naturais da cidade de Macau] ao Senado da Câmara [...] e os Despachos do Ministro Sindicante [...], não tiveram a sua devida execução até agora aquellas sabias providencias [em] que foi servido ordenar que os *Vassallos nascidos na Índia Oriental e Azia Portuguesa, sendo Christãos baptizados, gozem das mesmas honras, proeminências, Prerrogativas e Privilegios de que gozão os Naturaes do Reino de Portugal*” [ital.

nosso].¹⁹ Queixavam-se, assim, os naturais de Macau de não terem ainda podido gozar das mercês e honras que as referidas leis lhes concediam, apesar de já ter passado tanto tempo da sua publicação.

Ainda em Março de 1811, o ouvidor Arriaga voltava a referir-se ao mesmo assunto, a propósito do apoio em dinheiro “estabelecido em giro a credito” que Agostinho de Sá, Félix da Conceição, António José Gonçalves, Hipólito de Sousa, António dos Remédios, José Vieira Ribeiro, Joaquim Pedro, José da Silva e Vicente José Pereira, “todos naturaes de Macao”, haviam colocado à disposição dos responsáveis pela expedição contra os piratas, de 1804 a 1810. Chamando a atenção para a sua generosa actuação, o ouvidor diz que ainda que tivesse sido declarado ao Senado que “não devem em geral ser excluídos da governança os filhos da Terra”, estes continuavam a ser vítimas da sua pouca aplicação na prática.²⁰

Do quadro acima apresentado ressalta a extraordinária diferença entre os quantitativos de homens e de mulheres. Essa realidade pode ser explicada pela facilidade que havia em levar mulheres solteiras da Índia e de Timor para servirem em casas macaenses, a que se juntavam chinesas resgatadas e filhas de escravos.²¹

Na primeira década de Oitocentos, faziam ainda parte da elite social dos moradores da cidade que davam corpo ao Senado alguns moradores que, embora já não fossem os de maior solidez económica, eram ainda activos e importantes comerciantes. De qualquer forma, épocas houve em que os membros do Senado detinham, praticamente, o monopólio do comércio estrangeiro na região, quer directamente quer como intermediários. A nova realidade levava-os a fugir ao controlo do negócio lícito, oficial e organizado em companhias que passavam a assentar arraiais em Cantão, ao mesmo tempo que iam chegando cada vez mais mercadores livres que tanto se dedicavam ao tráfico lícito como ao contrabando.²²

Para além de Januário Agostinho de Almeida, Manuel Pereira e Francisco José de Paiva, claramente os moradores mais poderosos neste período, é de referir Manuel Homem de Carvalho, filho homónimo de um dos maiores mercadores de Macau dos finais do século anterior. Ao prestígio que lhe advinha do seu próprio

Gruta de Camões. Gravura publicada do livro *Journal de la navigation autour du globe de la frégate La Thétis et de la corvette L'Espérance pendant les années 1824, 1825 et 1826*, de Hyacinthe de Bougainville. Paris: Arthus Bertrand, 1837.



HISTORIOGRAFIA

nome, somava-se o da família de sua mulher, D. Rita Cortela, de uma família antiga e muito considerada em Macau,²³ sobretudo pela influência que tinha junto do Senado. Uma das actividades a que este morador se dedicava era a dos leilões. Era dele a única Casa de Leilões de Macau, tendo mesmo pretendido que lhe fosse passada uma competente autorização de exclusividade, o que não foi aceite por se considerar incompatível com as melhores regras de mercado.²⁴

Francisco António Pereira Tovar, rico comerciante dos finais do século anterior e da primeira década do século XIX, somava os proventos resultantes dessa actividade aos auferidos como administrador do Contrato do Tabaco. Encontramo-lo também como vereador do Senado nos primeiros anos de Oitocentos,²⁵ juntamente com Félix José Coimbra,²⁶ os quais emprestaram grandes somas ao Senado, por influência do ouvidor Arriaga, para que se conseguisse apetrechar os navios que se “armariam em guerra” contra os piratas que, a partir de 1804, começaram a ameaçar a tranquilidade e a estabilidade de Macau.

António Joaquim de Oliveira Matos, outro grande comerciante da última década do século anterior e “hum dos mais antigos na ordem de Governança e actual Senador [1809]”,²⁷ é uma presença constante como vereador do Senado da Câmara entre 1800 e 1810.²⁸ Oliveira Matos, cujo prestígio social e importância política lhe vinha do século anterior, continuou assim durante a primeira década do século XIX, tendo sido o morador escolhido para se deslocar à corte portuguesa no Rio de Janeiro com o objectivo de cumprimentar a família real e apresentar ao príncipe regente “os assumptos desta Cidade por que sem duvida será hum fiel relator das suas circunstancias”.²⁹ Apresentamos de seguida, ordenados por apelidos e com a indicação do número de vezes em foram identificados como vereadores, os protagonistas das relações de poder que fizeram parte da elite camarária durante o primeiro quartel de Oitocentos:³⁰

- Abreu, José António de (3)
- Almeida, Januário Agostinho de (2)
- Almeida, Luís João de (4)
- Araújo, José Mendes de (1)
- Barbosa, Paulino da Silva (2)
- Barradas, Manuel Joaquim (5)
- Barros, José Joaquim, escrivão da Câmara (10)
- Barros Júnior, José Joaquim (4)
- Barros, Vicente de Paulo (3)

- Basto, António Joaquim da Costa (1)
- Belo, Paulo Vicente, juiz (2)
- Botado de Almeida, Rafael (4)
- Cabral, Caetano José (4)
- Campos, Caetano António de (3)
- Castro, João de Deus de (10)
- Coimbra, Félix José (8)
- Coimbra, Félix Vicente (7)
- Conceição, Félix (1)
- Cortela, António Joaquim (3)
- Cortela, Vicente Baptista (2)
- Eça, D. António de (10)
- Franco, José (1)
- Gomes, Domingos José (1)
- Gonçalves, Pereira António José (2)
- Homem de Carvalho, Manuel (2)
- Huet, José (1)
- Lemos, Bernardo Gomes de (5)
- Liger, António Sebastião Barradas de Azevedo de (1)
- Liger, Filipe Correia de (2)
- Lima, José Baptista de Miranda e (5)
- Maher, Jerónimo Lourenço (1)
- Marques, Domingos Pio, comendador, administrador da Alfândega (5)
- Marques, Gabriel (3)
- Matos, António Joaquim de Oliveira (8)
- Matos, Manuel Joaquim de Oliveira (1)
- Mendonça, Diogo José de (1)
- Milner, Joaquim António (1)
- Miranda, Agostinho José de (2)
- Paiva, Francisco José de (4)
- Pereira, António (1)
- Pereira, Carlos José, cavaleiro da Ordem de Cristo, alferes-mor e escrivão da Câmara e Fazenda (25)
- Pereira, Manuel (10)
- Pina, Nicolau Tolentino de, Port.º da Alfândega (1)
- Rangel, Félix (6)
- Rangel, Floriano António (2)
- Rego, João Marcos do (7)
- Rego, Manuel Martins do (9)
- Remédios, António dos (2)
- Ribeiro, Joaquim Vieira, escrivão do Peso (1)
- Rodrigues, Joaquim da Rocha (1)
- Rosa, António Vicente (3)
- Rosa, Miguel de Araújo (9)

HISTORIOGRAPHY

- Rosa, Simão de Araújo (2)
- Rosa, Simão Vicente (11)
- Sá, Agostinho de (1)
- Santos, Faustino Coelho dos (1)
- Santos, Joaquim José dos (1)
- Silva, António Fernandes da (1)
- Silva, Joaquim António da (5)
- Silveira, Francisco António Pereira da, comendador (2)
- Silveira, Gonçalo Pereira da (6)
- Simão, José, sargento-mor das Milícias
- Sousa, João José da Silva e (1)
- Spada, Agostinho António (4)
- Teles, José Severo da Silva (2)
- Tovar, Francisco António Pereira (1)
- Vasconcelos, António José de (4)
- Vieira, Raimundo Nicolau (5)

O número de vezes em que cada um dos moradores foi identificado como vereador é apresentado pelo mínimo. Não tendo aqui, portanto, uma importância absoluta, este número dá-nos, contudo, uma amostragem aproximada do número de vezes em que, minimamente, determinado morador exerceu o cargo de vereador no período considerado e, em termos comparativos, permite-nos aferir da maior ou menor ligação que cada um dos moradores teve com o Senado.

É interessante perceber que nem sempre os mais ricos comerciantes tiveram uma ligação directa e repetida com o Senado (excepção feita para Manuel Pereira, como já referimos), nomeadamente, Francisco José de Paiva e, sobretudo, Januário Agostinho de Almeida. Esta sua ausência justificava-se não somente pelo facto de se encontrar muito ocupado com os seus negócios, como por se encontrar “representado” na edilidade pelos seu genro, o ouvidor Arriaga, pelo seu filho, Luís João de Almeida e pelo sogro deste, Manuel Pereira. O seu peso na sociedade macaense pode ser demonstrado pelo caso que, de seguida, se relata: quando aquele morador pretendeu deslocar-se a Portugal, em Julho de 1806, foi feito um requerimento ao secretário de estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, João Rodrigues de Sá e Melo, solicitando “hum Passaporte” a favor dele, “hum dos principais Negociantes” de Macau, para que pudesse, conjuntamente com a sua família, viajar em navio próprio até Lisboa. Sobre o solicitado respondia quem

de direito que a Junta do Comércio sempre negara “estas Licenças”, sustentando-se que não se devia permitir que fossem a Lisboa navios portugueses da Índia ou da China, cujas “negoceações principiêm naquelles Portos”, pois só era permitida a navegação dos navios que tivessem Lisboa como porto de saída.³¹

Pese embora tal informação, o requerimento foi despachado favoravelmente, o que prova as boas graças em que este negociante de Macau tinha caído, não só em Macau como até na corte. Mais, num dos documentos anexos a este requerimento, António Pereira dos Santos, desembargador da Casa da Suplicação e procurador ajudante da Real Fazenda do Reino, atestava que “servindo o lugar de Desembargador e Ouvidor de Macau, na China, [tem] naquella Cidade perfeito conhecimento de Januario Agostinho de Almeida” o qual por mérito pessoal e público é merecedor de ser condecorado com a mercê do Hábito da Ordem de Cristo.³²

Em 1809 o ouvidor Arriaga envidaria esforços no sentido de obter, junto do rei de Portugal, distinções e louvores para os moradores João de Deus de Castro e Bernardo Gomes de Lemos, os quais, segundo ele, avançaram gratuitamente com os seus navios *Angélica* e *N.ª S.ª da Conceição*, e para Manuel Pereira e Caetano António de Campos, com a galera *S. Miguel* e o navio *Belisário*, dado que o primeiro emprestara dinheiro, sem juros, à Fazenda Real, e o segundo havia deixado de fazer uma viagem de negócios só para ceder o seu navio “a tão público fim”.³³

João de Deus de Castro, proprietário de navios, almotacé eleito em 1794, vereador e procurador do Senado, procurador da Santa Casa, ligado por casamento à família Cortela,³⁴ é motivo de apoio e elogios da parte do ouvidor Arriaga pela sua participação numa causa comum como fora o combate aos piratas.³⁵

Estes moradores destacavam-se pelo seu peso económico e, pelo facto de se terem “distinguido no originario armamento, trabalhando huns com suas próprias pessoas, dando outras seus Navios, petrechos, e Escravos, e alguns fazendo empréstimos gratuitos”³⁶ para o bem comum, foram agraciados pelo poder político, o que os levou a ter no seu meio um maior prestígio e a ganhar um lugar mais visível no seio da oligarquia macaense.

Ao longo da segunda metade do século xviii, Martins do Vale identificou 25 grandes comerciantes em Macau,³⁷ dos quais a maior percentagem era oriunda

HISTORIOGRAFIA

do Reino – reinóis, portanto – e “só excepcionalmente, os naturais, conseguiam manter-se entre os elementos que pertenciam ao grupo de mais elevado estatuto socioeconómico”.³⁸

A questão que se nos levantou foi a de saber quantos destes grandes comerciantes de Macau conseguiram manter essa posição predominante (deles ou de seus descendentes) durante o primeiro quartel do século seguinte. Confirmámos que, ao longo deste período, os grandes vultos que se foram impondo no panorama comercial macaense eram na sua maioria reinóis, mas, no entanto, quase todos eles ligados pelo casamento às mais importantes famílias de Macau. Estas continuavam a privilegiar o envio dos filhos varões para a Europa (também para Manila e Goa) a fim de ali prosseguirem os seus estudos, tendo em vista que, no seu regresso, manteriam uma ligação importante à administração pública. O Senado da Câmara era, tradicionalmente, uma instituição querida da comunidade macaense.

As meninas casavam-se com reinóis sempre que tal se afigurava uma boa aposta, e eram esses “genros reinóis”³⁹ que continuavam os negócios das mais importantes famílias macaenses. Se eram na sua maioria oriundos do Reino os mais importantes comerciantes de Macau da segunda metade de Setecentos, assim continuou a ser no primeiro quartel do século seguinte.

De acordo com a “Relação de Negociantes e Embarcações da Praça de Macau” e outros documentos, podemos destacar, em três diferentes patamares, por ordem de importância decrescente, os seguintes comerciantes (em itálico, os emergentes):

1 – Januário Agostinho de Almeida (reinol), Manuel Pereira (reinol), Francisco José de Paiva (reinol);

2 – *Manuel Homem de Carvalho* (filho homónimo do grande negociante do século anterior, n. Macau), Bernardo Gomes de Lemos (reinol), cunhado do anterior, Francisco António Pereira Tovar (reinol), mercador e administrador do Contrato do Tabaco, *Félix José Coimbra* (macaense), *Simão Vicente Rosa* (reinol), António Joaquim de Oliveira Matos (?);

3 – *Caetano António de Campos* (?), D. António d’Eça (reinol), *Domingos Pio Marques* (macaense), José António de Abreu (reinol), *Agostinho António Spada* (reinol), Joaquim Rodrigues de Lima (?), António Botelho Homem Bernardo Pessoa (macaense), *João de*

Deus de Castro (macaense), *Agostinho de Sá* (macaense), *José Joaquim de Barros* (reinol), *Nicolau Tolentino de Pina* (?), Inácio Gonçalves Lapa (?), José Mendes Araújo (?), *Inácio Baptista Cortela* (mac.).

Da “Relação de Donativos”⁴⁰ que os moradores de Macau enviaram à Coroa, em 1806, poderemos aferir alguns resultados quanto ao peso económico, e também social que cada um dos que aparecem na lista representava. Da lista constavam os elementos mais relevantes da sociedade macaense, podendo nós, pelos valores ali referidos, ter uma ideia das suas disponibilidades financeiras. Percebe-se que, uma lista deste tipo, dirigida à Coroa, era uma forma de promoção social, mais do que política, dos moradores que dela fazem parte. Os donativos vão das 10 mil às 20 patacas, o que mostra bem a desproporção. À cabeça encontramos Januário Agostinho de Almeida, com um donativo de 10 mil patacas. Assim sendo, podemos criar patamares, em sentido decrescente da importância do donativo (ver Quadro II).

Esta Relação é demonstrativa de que havia, de facto, um grupo muito restrito de comerciantes que se encontravam no topo da hierarquia socioeconómica de Macau. No topo da pirâmide temos os grandes comerciantes e proprietários de navios, uma oligarquia mercantil que detinha o poder económico e controlava a vida político-administrativa da cidade. A seguir o grupo de moradores menos ricos mas ainda assim com posses para investir nos navios da praça. Neste segundo grupo encontravam-se os oficiais militares. Depois, os tripulantes de navios, pequenos funcionários da Administração e soldados. Na base da pirâmide encontravam-se os desfavorecidos que viviam da caridade e do apoio da Misericórdia, e os que serviam em casas dos mais favorecidos. De fora da pirâmide encontravam-se os escravos.

Vejamos então, ao longo de 75 anos (1750-1825), como variou o número de grandes comerciantes em Macau:⁴³

• Década de 50 – Cinco grandes comerciantes: Manuel Vicente Rosa (fal. 1751), Simão Vicente Rosa, sobrinho do anterior, Luís Coelho, António José da Costa e Apolinário da Costa, sócios.

• Década de 60 – Onze grandes comerciantes: Simão Vicente Rosa, Luís Coelho, António José da Costa e Apolinário da Costa, sócios. Aparecem Luís Coelho e Manuel Pereira da Fonseca, genro, João Ribeiro Guimarães, Nicolau Pires Viana e José de Sousa,

HISTORIOGRAPHY

sócios, João Fernandes da Silva, e Joaquim Lopes da Silva, sócios.

- Década de 70 – Entram em cena Manuel Homem de Carvalho, Joaquim Carneiro Machado e Simão Araújo Rosa.

- Década de 80 – Afirmam-se na cena mercantil José António de Abreu, António José de Gambôa e António Botelho Homem Bernardes Pessoa.

- Década de 90 – Entram em cena Joaquim Rodrigues Lima, José Mendes Araújo, Januário Agostinho de Almeida, Inácio Gonçalves Lapa, Manuel Pereira, António Joaquim de Oliveira Matos, Francisco José de Paiva, Bernardo Gomes de Lemos, Francisco António Pereira Tovar e D. António d'Eça.

- Década de 20 (século xix) – Treze grandes comerciantes. Dos que atrás são indicados por Martins do Vale como grandes comerciantes da última década de Setecentos, por razões que se explicam a seguir, não tiveram o mesmo sucesso na primeira década do século seguinte os comerciantes D. António d'Eça, José Mendes de Araújo, Inácio Gonçalves Lapa e António Joaquim de Oliveira Matos, José António de Abreu, António José de Gambôa e António Botelho Homem Bernardes Pessoa.

Continuam como grandes comerciantes nesta década, Januário Agostinho de Almeida, proprietário dos navios *N.ª Sr.ª do Carmo*, *Ana Feliz* e *Activo*, Manuel Pereira, proprietário dos navios *N.ª Sr.ª da*

Quadro II

10 000 Patacas	Januário Agostinho de Almeida
1 500 Patacas	Manuel Pereira
1 000 Patacas	Francisco José de Paiva, procurador do Senado; Francisco António Pereira Tovar; Marta da Silva Mierop ⁴¹
500 Patacas	Caetano António de Campos, vereador; Agostinho de Sá; João de Deus de Castro
de 200 e 300 Patacas	Joaquim Francisco Braga, 300 patacas; Félix Rangel, 200 taéis (equivalente a 260 patacas); Félix José Coimbra, idem; Manuel Homem de Carvalho, vereador, 200 patacas
de 100 a 130 Patacas	Ana Josefa da Purificação Baptista, 100 taéis (= a 130 patacas); Félix da Conceição, 120; D. António de Eça, 100; António dos Remédios, idem; António da Silva, idem; Inácio Batista Cortela, idem; António Freire de Andrade, idem; Jerónimo Lourenço Maher, idem; Gabriel Marques, idem; Pedro Huet, ⁴² idem
de 20 a 60 Patacas	Paulo Vicente Belo, 60; António José de Vasconcelos, juiz ordinário, 50; Pe. Francisco António de Miranda, vigário geral, idem; P.º Gerardo do Espírito Santo, prior de Sto. Agostinho, idem; Faustino Coelho dos Santos, idem; Máximo José da Silva, idem; José Ventura Pereira, idem; José do Rego, idem; Agostinho António Spada, idem; Manuel António da Silva Rangel, idem; António Ventura da Silva, idem; Julino da Costa, idem; Hipólito de Sousa, idem; Floriano António Rangel, idem; Joaquim de Sousa, idem; Dr. Domingos José Gomes, cirurgião, idem; Manuel Martins do Rego, idem; Francisco José da Silva, idem; Joana Rodrigues, idem; Constantino José Lopes, idem; José António de Abreu, 30 taéis (equivalente a 39 patacas); P.º Joaquim José Leite, superior do Seminário de S. José, 20

HISTORIOGRAFIA

Luz e Andrómeda, Francisco José de Paiva, Francisco António Pereira Tovar, Joaquim Rodrigues Lima, proprietário do navio *S. Simão*.

Um novo grupo de comerciantes inicia a sua actividade, salientando-se entre eles Caetano António de Campos, proprietário dos navios *Princesa de Portugal*, *Belisário* e *Conde de Sarzedas*, João de Deus de Castro, proprietário dos navios *Soberbo* e *Angélica*, Manuel Homem de Carvalho, filho homónimo do grande comerciante da década de 1770, proprietário do navio *Bons Amigos*, António José de Vasconcelos, proprietário dos navios *Indiano* e *Lacónia*, Floriano António Rangel, proprietário do navio *Diana*, Bernardo Gomes de Lemos, proprietário dos navios *N.ª Sr.ª da Conceição* e *Mercúrio* e Caetano José Cabral (em sociedade com João Nepomuceno), proprietário do navio *Boa União*.

São assim um total de 12 grandes comerciantes (sendo que sete se afirmam na cena mercantil na primeira década de oitocentos), destacando-se deste conjunto os três mais ricos, Januário Agostinho de Almeida, Manuel Pereira e Francisco José de Paiva, seguidos de perto por Francisco António Pereira Tovar.

Importa aqui destacar, como já referimos, que desses três ricos comerciantes só Manuel Pereira se encontra integrado na elite camarária, aparecendo frequentemente como vereador do Senado de 1800 a 1815.⁴⁴ Dos outros, apenas pontualmente os encontramos nas mesas de vereação.

A fundação da Casa de Seguros de Macau, em 1810, contou com os principais homens de negócio da praça no seu primeiro corpo de dirigentes, o que vem a confirmar o forte ascendente deste mesmo grupo de moradores: Januário Agostinho de Almeida, barão de S. José de Porto Alegre, presidente; Francisco José de Paiva e João de Deus de Castro,⁴⁵ vogais; Manuel Pereira, vice-presidente e tesoureiro; Bernardo Gomes de Lemos, secretário.⁴⁶

A organização dos poderes e as hierarquias sociais são influenciadas pelo relativo desenvolvimento económico que caracteriza a segunda década de oitocentos. O tráfico do ópio cresce rapidamente, tornando-se na mais importante fonte de receita e no motor do desenvolvimento económico de Macau. Esta situação dará origem às condições favoráveis que se encontram na base do fortalecimento da elite macaense, constituída, como já dissemos, pelo pequeno grupo de grandes comerciantes e proprietários de navios que

temos vindo a referir, que eram senhores de um domínio social e político⁴⁷ organizado e fundamentado, que lhes dava a prerrogativa do controlo da cidade.

Por finais de 1809, através da “Pauta”⁴⁸ das viagens a Timor e Goa, podemos ver quais eram os comerciantes proprietários dos navios que tinham esse “giro” e a grandeza dos seus navios (Quadro III):

Nas duas primeiras décadas de Oitocentos, mostraram-se relevantes os serviços de alguns moradores, nomeadamente Manuel Pereira, que exerceu a direcção da comissão encarregada das viagens do navio *Ulisses* para os portos do Brasil, depois de Março de 1811, e efectuou um empréstimo de 10 mil patacas “e outras mais quantias” ao Senado;⁴⁹ de Januário Agostinho de Almeida; de Bernardo Gomes de Lemos; de Francisco António Pereira Tovar, administrador do Contrato do Tabaco.⁵⁰

Através da Declaração dos Portos, de Dezembro de 1811, que a seguir apresentamos, podemos apontar como donos de navios os seguintes moradores, constatando-se haver uma mudança de proprietário de alguns dos navios:

DECLARAÇÃO DOS PORTOS ⁵¹

Goa

– *Angélica* de João de Deus de Castro

Timor

– *Diana* de Floriano António Rangel

Bengala

– *Carmo* de Januário Agostinho de Almeida

– *Luz* de Manuel Pereira

– *Andrómeda* do mesmo

Manila e Bengala

– *Mercúrio* de Bernardo Gomes de Lemos

– *Belisário* de Caetano António de Campos

Manila

– *Conde de Sarzedas* de Caetano António de Campos

Maurícias

– *Lacónia* de António José de Vasconcelos

Pegú e Bengala

– *Conceição* de Bernardo Gomes de Lemos

Macau cristão encontrava-se organizado sob uma forma mercantil, na qual perdurava uma mentalidade “adscriton”,⁵² em que o indivíduo valia pelo círculo em que se integrava, pelo enquadramento social em que vivia e pela proximidade que as pessoas de quem

Quadro III

Proprietários	Navios	Arqueamento
José António de Abreu	<i>São Simão</i>	8000 picos ⁵³
João de Deus de Castro	<i>Angélica</i> <i>Júlia Feliz</i> ⁵⁴	6500 picos 4000 picos
Januário Agostinho de Almeida	<i>N.ª Sr.ª do Carmo</i> <i>Activo</i>	6000 picos 6500 picos
Manuel Pereira	<i>N.ª Sr.ª da Luz</i> <i>S. Miguel</i>	
Inácio Baptista Cortela	<i>Princesa de Gales</i>	5000 picos
António José de Vasconcelos	<i>Indiano</i>	6500 picos
Joaquim José dos Santos	<i>Andrómeda</i> <i>Diana</i>	7000 picos 7000 picos
Joaquim José da Silva	<i>Conde de Sarzedas</i>	
Manuel Homem de Carvalho	<i>Bons Amigos</i>	8000 picos
Agostinho de Sá	<i>Ouvidor Pereira</i>	
Bernardo Gomes de Lemos	<i>N.ª S.ª da Conceição</i>	6500 picos

se rodeava estavam em relação ao poder. A pessoa era reconhecida no círculo em que se movia pela proximidade que tinha em relação ao poder, logo uma mentalidade mais permeável à corrupção, ao nepotismo e ao compadrio. De uma forma muito precisa, o Pe. António José da Costa,⁵⁵ em 1811, referia-se à sociedade macaense e à teia de interesses mercantis e familiares que ligavam alguns dos seus mais importantes elementos, nos seguintes termos:

“Hé sabido, que todas as pessoas, q. costumão servir os Cargos do Senado são de qualidade, q. o mais entendido não passa de ser o melhor negociante, p.^m q.^e nad.^a Cid.^e não há Aula onde se aprenda sciencias, nem consta estar na d.^a incorporação individuo algum q. tenha estudado as sciencias mayores. Entre estes moradores, não se achão, sendo som.^{te} tres q. se tem em conta de Ricos, os q. restão, alguns são reputados, p.^m mais bem remediados, e outros entrão na clace de pobres. Igualmente entre elles poucos são os instruidos, todos porem dados ao Commercio, e navegação, p. ser esse o hunico meyo q. ahi há

p.^a a subsistencia. Dos três mais Ricos, os dois são inteiram.^{te} do partido do Dez.^{or} e Ouv.^{or} [Miguel de Arriaga], p.^m q. Januario Agostinho de Almeida, hé o seo sogro, e Manuel Pr.^a hé sogro do seo cunhado. Os mais bem remed.^{os} tbm a mayor parte hé da sua facção, p.^m se servir delles p.^a assinar negociaçoens, assim como elles precizão delle [Ouvidor] p.^a o giro do seo Commercio”.⁵⁶

António José da Costa teve em João Nepomuceno Maher um defensor tão declarado que chegou a ser objecto de queixa da parte do ouvidor à Corte, resultando daí que fosse enviado, em 1816, um “Avizo” às autoridades de Macau contra ele. Maher diria que a admoestação que lhe fora dirigida tinham tido origem em queixas sem fundamento do ouvidor Arriaga, apenas por ele ter tido “a generosidade de deffender ao Deffunto Padre António Jozé da Costa, de cujos legados elle pertendia [o ouvidor] com falços pretextos extorquir oito mil Taeis.”⁵⁷

Alguns anos depois, quando a situação política em Macau se tornou pouco favorável a Miguel Arriaga,⁵⁸ foi

HISTORIOGRAFIA

a vez de outro morador, que antes havia colhido os seus favores, de o voltar a acusar. Tratou-se do comerciante e proprietário de navios, António José de Vasconcelos,⁵⁹ que o acusava de não ter saldado uma dívida para com ele. O ouvidor respondeu, então, ao seu conterrâneo, “não sem grande magoa”, fazendo-lhe recordar que em 1808 quando ele o havia procurado e apresentado “o seu estado pouco feliz, com balanço contra si por mais de 18.000 Patacas”, fora ele, Arriaga, a prestar-lhe auxílio “sempre em seus negócios, como me foi possível, e elle parecia reconhecer então”.⁶⁰

A pequenez de Macau, a proximidade dos cidadãos ao poder, os laços que facilmente se criavam entre as pessoas, acrescido de um clima “católico conservador e o sentido de ilha de um burgo de inspiração ocidental que durante quase trezentos anos desenvolveu uma noção lata de família”,⁶¹ propiciava situações como as que foram descritas.

Poderemos apresentar agora um exemplo acabado de uma ligação familiar (referida no testemunho do Pe. Costa) que proporcionava, na certa, vantajosos dividendos de cariz económico, social e político: trata-se da ligação entre dois dos três moradores mais ricos e o poderoso ouvidor-geral de Macau: Januário Agostinho de Almeida (reinol, n. 1759), barão de S. José de Porto Alegre, tinha um filho casado com uma filha de Manuel Pereira (reinol, n. 1757), e uma filha casada com Miguel de Arriaga (reinol, n. 1776).

Esta situação também é confirmada por outra testemunha presencial, André Gomes Torres, que nessa época vivia em Macau. Em carta dirigida a José Joaquim da Silva Freitas, datada de 22 de Março de 1811, dizia Gomes Torres que apenas existiam em Macau três casas de negociantes de crédito: de Januário Agostinho de Almeida, Manuel Pereira e Francisco José de Paiva, todos reinóis, pois “o resto negoceião sim para viver, e deste resto, alguns sempre miseráveis”.⁶²

Como sabemos, por esta altura já o comércio do ópio cru, o anfião, ocupava uma importante fatia da economia local, pelo que não deixava de motivar desinteligências e rivalidades entre os negociantes de Macau. Um exemplo desses intrincados e nem sempre claros caminhos do tráfico de então é patente na situação criada entre José António Soares Cid, que acusava Joaquim Maior Rodrigues Gonçalves da falsa venda de seis caixotes de ópio. Chamado a dar resposta a uns despachos do ouvidor Arriaga sobre o caso, Soares Cid enviou uma carta ao ouvidor explicando as razões

por que não dera resposta: “por não querer que V.S.^a seja Juiz em uma cauza em que não deve nem pode ser; já por ser também parte; já por ser defensor e protetor de uma das partes, e parente das outras; e já finalmente por principiar a julgar dela chamando matéria calunioza, e contraria à boa fé a documentos que V.S.^a sabe mui bem serem de uma verdade incontestável....”⁶³

De facto, naquele microcosmos social de Macau, os parentescos eram comuns a muita gente. Este era o caso do ouvidor Arriaga que tinha por sogro Januário Agostinho de Almeida, que, por sua vez, era cunhado de Joaquim Rodrigues Gonçalves, sobre quem o autor da exposição tinha tantas queixas. Para além das rivalidades e desinteligências que por vezes aconteciam por causa do comércio, era também por causa desta actividade, que a sociedade macaense sobrevivía. Só que o comércio marítimo era um meio muito frágil, devido aos frequentes naufrágios e às suas terríveis consequências, não só para os donos dos navios como para quem era proprietário das mercadorias que eles transportavam, como ainda para os seus tripulantes. Podemos dizer que nos navios estavam representados todos os grupos sociais macaenses.

Da “Memória”⁶⁴ que nos ficou sobre as cerimónias e festejos de aclamação do rei D. João VI, em Macau, que tiveram lugar no dia 26 de Dezembro de 1818, ressaltam algumas figuras gradas da cidade, não só as que se distinguiam pela riqueza material, mas também as que ocupavam lugares importantes no Senado e tinham prestígio social: ouvidor-geral, Miguel de Arriaga; alferes-mor Carlos José Pereira; conselheiro Manuel Pereira; juiz mais velho Manuel Martins do Rego; comendador e deputado Domingos Pio Marques; professor José Baptista de Miranda e Lima; capitão-mor do Campo, José Joaquim Barros; barão de S. José de Porto Alegre, Januário Agostinho de Almeida; comandante do Batalhão, coronel Francisco de Melo de Araújo Gama; procurador do Senado, José Joaquim Barros Júnior; mestre de Campo, Simão de Araújo Rosa.

Foram depois objecto de “Regios Diplomas emanados a favor dos mesmos naturaes”, pela sua participação nas cerimónias referidas, os seguintes moradores: António dos Remédios, Vicente Caetano da Rocha, Miguel António de Sousa, José Vieira Ribeiro, Joaquim Pedro José da Silva, José Félix dos Remédios, Joaquim Vieira Ribeiro, José Caetano Favacho, Clemente de Noronha, Vicente Francisco Baptista.

HISTORIOGRAPHY

Entre 1821 e 1823, o conde do Rio Pardo, vice-rei e capitão-general do Estado da Índia, fazia saber ao Senado da Câmara de Macau a pauta dos que iriam servir nesta edilidade durante o ano de 1823:⁶⁵ António Joaquim da Silva Matos e Miguel de Araújo Rosa, juizes; Floriano António Rangel, Inácio Baptista Cortela e Joaquim António da Silva, vereadores; José Joaquim de Barros Júnior, procurador; Manuel Pereira, tesoureiro. No caso de faltas ou impedimento, deviam ser substituídos pelos moradores seguintes: José Baptista de Lima e José Baptista de Miranda, juizes; Manuel Vicente Pereira, Januário Agostinho da Silva e Luís João de Almeida, vereadores; Vicente Baptista Cortela e Joaquim Manuel Milner, procurador; Félix José Coimbra e Francisco José de Paiva, tesoureiro.

A obtenção de condecorações e comendas era uma forma sempre desejada de ascender socialmente, pois emprestava aos condecorados o prestígio que lhes era inerente. Por 1810, o grande comerciante de Macau, António Joaquim de Oliveira e Matos, escrevia ao príncipe regente a solicitar uma comenda, pois achava que os apoios que dera à causa pública, sempre com prejuízos para a sua bolsa, o faziam merecedor de uma distinção.⁶⁶

Era o combate aos piratas motivo para que os moradores de Macau que comandavam os navios “armados em guerra” fossem agraciados com vários tipos de distinções: Joaquim António Milner foi promovido a capitão-tenente e recebeu a mercê do Hábito da Ordem de Cristo (1808),⁶⁷ por ter estado ao comando do navio *Transtagana*, propriedade de António Joaquim de O. Matos; António Botelho, por se encontrar ao comando do brigue *Princesa Carlota*, foi nomeado governador de Timor;⁶⁸ José Joaquim de Barros, que fora nomeado capitão-mor do Estado da Índia, por carta patente de 27.06.1801,⁶⁹ recebeu a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, em 1808;⁷⁰ Francisco Vitória Viana foi promovido a capitão-tenente efectivo e posteriormente agraciado com a patente de capitão-de-fragata.⁷¹

Por serem deputados pelo Senado, Francisco V. Viana e António Joaquim de O. Matos⁷² receberam o Hábito da Ordem de Cristo, à semelhança do que tinha acontecido aos seus colegas senadores da Baía (Brasil), que haviam conseguido tal distinção apenas por terem pegado “no Pálio com que [S.] A. R. fo[ra] naquella Cidade recebido”.⁷³

O rico morador de Macau, Manuel Pereira, veio também a receber a mercê da insígnia da Ordem de

Cristo em reconhecimento pelos inúmeros apoios que foi prestando à causa pública. O seu empenhamento ao serviço da expedição ao Brasil do navio *Ulisses*, em 1811, foi objecto de um pedido de igual mercê para o seu “filho primeiro António Pereira” e para Januário Agostinho de Almeida, “pelos contínuos empréstimos gratuitos” que foi fazendo, comprometendo-se, inclusivamente, a dar trinta mil patacas para o “giro”.⁷⁴

Manuel Homem de Carvalho, filho homónimo de um dos homens mais ricos de Macau da última década de Setecentos, obteve do ouvidor Arriaga o apoio para solicitar ao príncipe regente que fosse agraciado com uma condecoração como já o haviam sido seu pai e seus cunhados, por ter avançado, de forma gratuita, com o seu brigue *Príncipe Regente*, aquando do encontro do brigue *Princesa Carlota* com os piratas. Para além disso, demonstrava a sua importância social com o facto de se encontrarem na magistratura seus irmãos, os “únicos filhos de Macao nesta vida.”⁷⁵

José Joaquim de Barros, eleito almotacé da Câmara em 1784, fora nomeado capitão-mor do Estado da Índia em Junho de 1801, cargo que exerceu até morrer. Foi proprietário duma galera, vereador e procurador do Senado, provedor da Santa Casa, agraciado com o Hábito da Ordem de Cristo, mereceu elogios do ouvidor Arriaga, por tê-lo ajudado com “zello incançável e com desembolços” durante a expedição contra os piratas.⁷⁶

O próprio ouvidor Arriaga, que solicitou superiormente para tantos moradores mercês e comendas, vem solicitar para si próprio a mercê real da comenda honorária da Ordem de Cristo, a recondução no cargo de ouvidor e a graduação em conselheiro da Fazenda, invocando os serviços prestados à causa pública e à prosperidade de Macau “applicando com a maior energia não só as providencias economico-politicas, mas as Civiz, e Militarez, para fazer florescer o Comércio, Agricultura, e Navegação”.⁷⁷ São, sobretudo, as ajudas financeiras à administração de Macau (elas por si só reveladoras de uma situação económica dasafogada) que levam os moradores mais abastados a obterem distinções e privilégios junto da Corte.

A Santa Casa da Misericórdia era uma instituição que, pela sua importância e dignidade, se tornava apetecida pelos macaenses, sobretudo pelo *status* social que conferia aos seus elementos. Como se pode ler num documento da época, “para que os Officiaes não

HISTORIOGRAFIA

sejão chamados de qualquer classe parece satisfazer-se d'algum modo ao Compromisso na parte que declara as qualidades destes não uzuaes aqui pela sua mui acanhada origem, mandando-se que só possa entrar nos três Empregos de Provedor, Escrivão e Thezoureiro, e mesmo no d'Irmão da Capella, e Bolsa daquelles que costumão entrar na Governança da Cidade, que são os chamados Nobres do Paiz".⁷⁸

Quanto à nobreza propriamente dita, era uma classe social muito pouco representativa numa sociedade essencialmente mercantil como era a de Macau. Constata-se, assim, que o uso do título honorífico de "Dom" a anteceder o nome – que era uma prerrogativa dos fidalgos de antiga linhagem – apenas aparece em um indivíduo, Dom António d'Eça, que justificou a sua nobreza em 1797, pelo que lhe foi passada carta de brasão de armas para si e seus descendentes, a 31.03.1797.⁷⁹ Contudo, não tendo possibilidade de sobreviver sem ser como homem de negócios, Dom António d'Eça ver-se-ia confrontado, no final da primeira década de Oitocentos, com uma situação muito complicada do ponto de vista económico.⁸⁰

De extracção mais recente mas com a grandeza de titular, encontramos Januário Agostinho de Almeida, comendador da Ordem de Cristo (1806), fidalgo cavaleiro da Casa Real por alvará de 1815 e comendador da Ordem de N.^a Sr.^a da Conceição de Vila Viçosa por decreto de 1825, agraciado com o título de barão de S. José de Porto Alegre por influência não só da sua fortuna, uma das principais de Macau, como pela sua ligação familiar ao ouvidor Arriaga (uma sua filha casou-se com Arriaga), cuja família tinha influência na corte.

Dos escalões mais baixos da nobreza encontramos Rafael Botado de Almeida, fidalgo cavaleiro da Casa Real, por alvará de 31.03.1781; Manuel Pereira, um dos mais importantes e ricos comerciantes de Macau, ligado por laços familiares ao barão de S. José de Porto Alegre (uma filha sua casa com um filho deste), é nobilitado, em 1816, como fidalgo cavaleiro da Casa Real; Domingos Pio Marques obteve brasão de armas em 1817; Inácio Baptista Cortela justificou a sua nobreza em 1822, foi cavaleiro da Ordem da N.^a S.^a da Conceição de Vila Viçosa, em 1825, e cavaleiro da Ordem de Cristo.⁸¹

Deste modo, a nobreza de Macau será composta apenas por seis nomes de família, o que a torna

muito pouco representativa como grupo na sociedade macaense.

Neste capítulo pretendemos evidenciar a importância de que se revestem as relações de parentesco e pseudo-parentesco na estruturação das redes de poder macaense no primeiro quartel de Oitocentos. As genealogias foram usadas essencialmente como um auxiliar deste estudo, com especial destaque para a monumental obra sobre as famílias macaenses da autoria de Jorge Forjaz. Esta foi de uma grande utilidade porque faz uma abordagem exaustiva das famílias luso-descendentes de Macau e as ligações que, ao longo dos séculos, foram criando entre si. Na publicação *Arquivos de Macau* e nos fundos documentais do Arquivo de Macau e Arquivo Histórico Ultramarino, pudemos fazer o levantamento de nomes, a sua importância e ligações ao poder local. Chegámos à conclusão que, de facto, o poder na cidade se restringia a um número limitado de famílias, cuja actividade era essencialmente comercial, como já foi referido.

Mas se, *grosso modo*, podemos apontar cerca de 50 famílias⁸² em que um ou mais elementos tiveram destaque na sociedade macaense, quer através do comércio quer através das posições que tinham no Leal Senado e na Santa Casa da Misericórdia, dois houve que se projectaram através da importância do cargo de administrador do Contrato do tabaco e rapé de Macau. Foram eles, Francisco António Pereira Tovar e António Joaquim da Costa Basto, este último para o período de 1818-1820.

De uma forma evidente, três vultos ligados, sobretudo, ao comércio do anfião se destacaram no primeiro quartel do século XIX: Januário Agostinho de Almeida, Manuel Pereira e Francisco José de Paiva.

Já António José da Costa devia a sua condição de rico morador à herança que recebera de seus pais. Morador numa "propriedade de Cazas Nobres"⁸³ que herdara de sua mãe, Antónia Correia, enriquecida ela também com a herança que lhe chegara através do seu primeiro casamento com o grande comerciante, Nicolau de Fiúmes.

Quanto aos Cortela, Barradas e Liger, tinham um forte prestígio social que lhes vinha da tradicional ligação ao Senado (almotacés, alferes-mores, juizes ordinários, vereadores), à Santa Casa da Misericórdia (irmãos e procuradores), dos títulos e comendas (cavaleiros da Ordem de N.^a Sr.^a da Conceição de Vila Viçosa, cavaleiros da Ordem de Cristo) e justificação de

HISTORIOGRAPHY

nobreza no caso dos Cortela. Aos Liger encontravam-se ligados pelo casamento o comerciante e proprietário de navios, José António de Abreu,⁸⁴ Simão de Araújo Rosa,⁸⁵ cavaleiro da Ordem de Cristo, vereador e escrivão da Santa Casa, e Raimundo Nicolau Vieira,⁸⁶ almotacé, vereador e provedor da Santa Casa.⁸⁷ Pode-se dizer que se assistiu a uma tomada de consciência sobre a importância destes lugares, levando a um reforço das posições de um pequeno número de personalidades que, pelos benefícios que daí decorriam, serviam quase sempre em alternância, quer como mesários da Santa Casa quer como vereadores municipais.

A HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA E AS ELITES URBANAS

A historiografia portuguesa contemporânea (e também a europeia, com excepção para a alemã) tem, de uma forma geral, descurado o estudo das elites urbanas, ressalva feita para o estudo que Pedro de Brito fez sobre as principais famílias da cidade do Porto,⁸⁸ depois de ter feito o mesmo para com o “patriciado urbano” na historiografia alemã.⁸⁹ Será igualmente de ressaltar o de Miguel Jasmins Rodrigues, sobre a organização dos poderes e a estrutura social na Madeira nos séculos xv/xvi;⁹⁰ o de José Damião Rodrigues sobre as elites e o poder nos Açores em finais do Antigo Regime;⁹¹ o de Paulo Silveira e Sousa sobre os meios burgueses e negócios no Distrito de Angra do Heroísmo, em 1860-1910;⁹² e o de Carlos Pacheco para a sociedade urbana luandense da segunda metade de Setecentos e primeira do século seguinte.⁹³

Para Macau da segunda metade de Setecentos temos o estudo de Martins do Vale,⁹⁴ que faz referência à oligarquia macaense, constituída por um pequeno número de grandes comerciantes e proprietários de navios que dominavam a economia e controlavam a vida político-administrativa da cidade. Este autor inclui este grupo dominante no Terceiro Estado logo após o Clero, dada a constatação pelo próprio da inexistência do Primeiro Estado, pois a nobreza “não estava, efectivamente, representada na sociedade macaense que, por esta mesma deficiência, se afastava do modelo social característico do Antigo Regime”.⁹⁵

Recentemente encontrámos um extracto de um texto, eventualmente da autoria de um investigador da Universidade de Macau (sem qualquer referência explícita ao respectivo autor) no qual pela primeira

vez vem expresso o conceito de patriciado urbano para Macau: “na formação de um *patriciado urbano colonial* [ital. nosso] que, na longa duração, haveria de dominar tanto como financiar a vida, os equipamentos e as actividades assistenciais da Misericórdia de Macau”.⁹⁶

Sabemos, contudo, que das famílias mais poderosas do primeiro quartel de Oitocentos, nomeadamente Almeida, Pereira e Arriaga, os seus principais elementos possuíam nobilitação, que era nova no caso dos dois primeiros casos, e mais antiga (nobreza insular) no caso do último. Estas três famílias encontravam-se unidas pelo casamento de alguns dos seus componentes e, se as duas primeiras tinham um peso económico importante, já a última tinha a sua maior expressão na área política e jurídica. Pese embora o facto de já termos feito referência à ligação familiar entre Januário Agostinho de Almeida, valerá a pena aqui repetir que este grande comerciante de anfião tinha uma filha casada com o ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga e um filho casado com uma filha de Manuel Pereira, outro grande comerciante de Macau e figura pública de muita projecção. Por sua vez os Pereira encontravam-se bastante ligados aos Cortela, família macaense muito antiga e de profundas ligações ao poder autárquico e que tinha fortes ligações aos Maher, esta também uma família antiga e com fortes ligações ao poder local. Consta-se assim a existência de uma elite mercantil que controlava o poder local através do Senado.

OS ESTRANGEIROS

Ao certo, não nos foi possível determinar quantos estrangeiros teriam passado por Macau no decurso do primeiro quartel do século xix, mas conseguimos identificar quantos, aproximadamente, acabariam por se integrar na sociedade macaense. Contam-se por 17 os apelidos de estrangeiros a residirem em Macau nessa época, e que acabariam por transmitir o seu apelido a diversas famílias macaenses. Pese embora o facto de se levantarem problemas quanto à sua actividade, dado que era proibido admitirem-se no porto desta cidade “Navios de Nações Estrangeiras a fazerem Comercio, e permitir-se aos mesmos Estrangeiros estabelecerem domicílio nessa Cidade”,⁹⁷ tal não deixou de acontecer, como se pode verificar. Gerindo com muita dificuldade a concorrência oferecida pelos estrangeiros nos portos do Oriente,

HISTORIOGRAFIA

os macaenses tentaram evitar os resultados nocivos para a sua economia dessa circunstância, solicitando a promulgação de medidas que obstassem à sua residência na cidade.⁹⁸ Nessa época puderam contar com o apoio de Goa, que confirmaria inclusivamente as proibições anteriores, excepção aceite apenas quando aqueles solicitassem qualquer medida de auxílio.⁹⁹

Mas o tempo encarregou-se de demonstrar a impraticabilidade de tais desejos e acabaram por se ir radicando estrangeiros em Macau. Entre 1799 e 1800 são referenciados os seguintes residentes europeus:

- ingleses – seis sobrecargas, quatro contabilistas “writers”, um médico, dois serviçais, David Reid, capitão ao serviço do rei da Dinamarca, Thomas Beale,

Óleo representando Marta da Silva van Mierop.
(Santa Casa da Misericórdia de Macau).



cônsul da Prússia; James Lindley, mecânico empregado de Thomas Beale, Alex Shark, comerciante privado, Robert Berry, comerciante privado;

- holandeses – dez sobrecargas, contabilistas, médico e despenseiro;
- suecos – dois sobrecargas;
- espanhóis – três sobrecargas;
- americanos – Samuel Snow, cônsul, Olivier, mercador.¹⁰⁰

Reportando-nos ao primeiro quartel de Oitocentos, encontravam-se estabelecidos em Macau indivíduos de várias proveniências:

- Inglaterra, a família Baduel, que se ligaria à família Milner;¹⁰¹ Carliton, à família Sousa; Hyndman, à família Gamboa; Marckwick, à família Vidal; Robarts, à família Remédios; Thomas Beale, natural de Londres, que chegou a Macau em 1791 e ali viveu até 1841, data do seu falecimento.¹⁰²

- França, a família Bourgogne,¹⁰³ que se ligaria à família Paiva; Grandpré, à família Proença (reinol?); Placé, à família Sousa.

- Espanha (via Filipinas?), a família Carion, que se ligaria à família Sá; Gutierrez, à família Viana. Da Itália, a família Corveth, que se ligaria à família Espírito Santo (reinol).

- Dalmácia, a família Salatwichy, que se ligaria à família Favacho; Yvanovich, à família Sousa.

- Holanda, também, e apesar de serem estrangeiros “q.e nada de contemplação merecem, como os Holandeses”,¹⁰⁴ alguns houve que até acabariam por ser aceites na sociedade macaense, como os Steyn, que se aliariam à família Homem de Carvalho, e os Vandenberg, à família Remédios. Um exemplo de sucesso na integração destes estrangeiros na sociedade macaense é o do holandês Henrique Caetano Danenberg, médico, que fixou residência em Java, de onde passou a Macau nos primeiros anos de Oitocentos. Nesta cidade viveu maritalmente com Isabel de Sá, da qual teve dois filhos, António Carlos Danenberg, nascido em Macau, em 1805, e Ana Joaquina Danenberg. O primeiro viria a fazer parte do conjunto de comerciantes macaenses do segundo quartel de Oitocentos, sendo proprietário do brigue *S. Francisco Xavier*, que viajava para o Sião.¹⁰⁵ Seria holandês Kuyck van Mierop, que casou com Marta da Silva, conhecida pela “grande benfeitora” da Santa Casa da Misericórdia e dos Conventos?¹⁰⁶

O número de estrangeiros que residiam em Macau, onde moravam e a que actividade se dedicavam,

HISTORIOGRAPHY

não passava despercebido às autoridades chinesas, levando o mandarim de Hianxang, (Xiangshang) a 8 de Maio de 1809, a dirigir por determinação do Suntó uma chapa ao procurador da cidade, no sentido deste lhe enviar “hum rol das famílias [estrangeiras] declarando o numero assim de grandes, como piquenos.”¹⁰⁷ A isso respondeu o procurador da cidade, em chapa datada de 10 de Maio de 1809, dizendo que, devido à mobilidade dos estrangeiros, pois que “muitos vão a costa da Índia em quanto os Navios da [...] Europa, vão, e vem, outros ficam em Cantão [...]”, apenas poderia enviar “huma relação aproximada do seu numero.” Assim, ingleses da Companhia presentes na cidade eram treze, fora encontravam-se quatro, mais dois servidores particulares, num total de dezanove pessoas; espanhóis da Companhia, três; holandeses

da Companhia, quatro mais um servidor, num total de cinco; suecos, três, sendo um deles o historiador Anders Ljungstedt, residente em Macau de 1813 até 10 de Novembro de 1835, data do seu falecimento, nomeado cônsul-geral da Suécia na China em 1816;¹⁰⁸ americanos, três.

Quanto aos locais de morada, observa-se o seguinte: dos ingleses da Companhia das Índias, dois moravam em duas propriedades em Santo António e os restantes em sete propriedades sitas na Praia Grande, encontrando-se os particulares em duas propriedades em S. Lourenço; os espanhóis numa propriedade na Praia Grande; os holandeses numa propriedade em Santo António; quanto aos suecos, um na Praia Grande e outro em S. Paulo; dois americanos residiam na Praia Grande e um em S. Paulo.¹⁰⁹ **RC**

NOTAS

- 1 Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 71.
- 2 Tcheong-Ü-Lâm, Ian-Kuong-lâm. *Ou-Mun Kei-Leok. Monografia de Macau*. Tradução de Luís Gonzaga Gomes. Lisboa: Edição da Quinzena de Macau, 1979, pp. 124 e 127.
- 3 *Ibidem*, pp. 207-208.
- 4 *Ibidem*, pp. 127-128.
- 5 C. R. Boxer, *Estudos para a História de Macau*. Lisboa: Fundação Oriente, 1991, p. 178.
- 6 Manuel Teixeira, *Os Macaenses*. Macau: Imprensa Nacional, 1965.
- 7 Vanessa Cunha, *Sobre a Identidade e a Morte: Histórias Macaenses*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998, pp. 23-32.
- 8 Janice Theodoro, *Mestiçagens: Ocidente e Oriente: Os Macaenses entre Dois Mundos*. Disponível em: http://msmartins.com/textos/macaenses_entre_dois_mundos1.htm. Consultado em 5 de Fevereiro de 2006.
- 9 João de Pina Cabral, Nelson Lourenço, *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993, p. 61.
- 10 Cf. Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*, p. 27.
- 11 *Ibidem*, p. 28. No século anterior, entre 1782 e 1787, verificou-se em S. Lourenço, um total de 13 casamentos de “filhas da terra” com europeus, e um só casamento de europeu com uma mulher chinesa.
- 12 *Ibidem*, pp. 28 e 30.
- 13 Cf. António Manuel Hespanha, Maria Catarina Santos, “Os poderes num império oceânico”. In José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. iv, pp. 395-413.
- 14 Cf. A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800)*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 130-136. Este autor diz que esta “hierarquização social coincidia globalmente” com aquela que se verificara cerca de 30 anos antes (c. 1744). O quadro apresentado foi adaptado cf. os dados constantes do Anexo ao Relatório do bispo D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, de 8 de Jan. de 1775, em Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], *Macau*, cx. 8, doc. n.º 6.
- 15 Sobre a problemática que se levanta quanto à aplicação do termo *nhon*, ver A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 132-133.
- 16 Cf. Cópia das ordens régias de 2 de Abril de 1761 e de 15 de Janeiro de 1774, AHU, *Macau*, cx. 12, doc. n.º 9; cx. 30, doc. n.º 23.
- 17 Em 1773 existiam “20 Chinas mercadores q. poderão ter maes de 150.000 taeis cada hum”, havendo apenas três “Portuguezes Simão Vicente Roza, António Jozé da Costa e Manuel Pereira da Fonseca [que] possuem maes de 150.000.” (Cf. AHU, *Macau*, cx. 6, doc. n.º 47, “Notícia e Reflexões sobre a Cidade de Macao”, 1773).
- 18 Cf. “Relação das cazas ricas de Macão...”, AHU, *Macau*, cx. 6, doc. n.º 47. *Apud* em *ibid*.
- 19 AHU, *Macau*, cx. 30, doc. n.º 23, 1810, Maio 20.
- 20 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 34, 1811, Mar. 22.
- 21 Cf. A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 167-169.
- 22 Cf. Ângela Guimarães, *Uma Relação Especial. Macau e as Relações Luso-Chinesas (1780-1844)*. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1996, p. 53.
- 23 Um seu membro, Inácio B. Cortela, n. em Macau em 1750, obteve justificação de nobreza em 1822. (Cf. Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*. Macau: Fundação Macau/Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1996, em título de Cortela).
- 24 AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 53 [Ofício do ouvidor-geral de Macau sobre a Casa de Leilões da Cidade, 1811, Dez. 31]
- 25 Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, 2007, polic. Apêndices: “Os protagonistas das relações de poder. A elite camarária (1800-

HISTORIOGRAFIA

- 1825)". Em 1804 vamos encontrar Francisco Pereira Tovar a enviar importantes encomendas no navio *Bom Jesus de Além* para a princesa Maria Francisca Benedita, filha de D. José. (Biblioteca da Ajuda [BA], Ms. Av. 54.X.18, n.ºs 206 e 215).
- 26 Grande comerciante de Macau, foi provedor da Sta. Casa da Misericórdia. Um dos mais inteligentes negociantes de Macau, segundo a Mesa da Consciência e Ordens de Lisboa que examinou as contas da Sta. Casa de Macau, em 1805. (Beatriz Basto da Silva, *Cronologia de Macau*, vol. 3, *Século XIX*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1995, p. 19)
- 27 AHU, *Macau*, cx. 28, doc. n.º 32 [Ofício do ouvidor-geral de Macau para o Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, 1809, Mar. 4].
- 28 Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: "Os protagonistas das relações de poder..."
- 29 AHU, *Macau*, cx. 28, doc. n.º 32 [Ofício do ouvidor-geral de Macau para o Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, 1809, Mar. 4].
- 30 Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: "Os protagonistas das relações de poder..."
- 31 AHU, *Macau*, cx. 26, doc. n.º 27 [Requerimento de Joaquim Brusco ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos sobre o pedido de passaporte para Januário Agostinho de Almeida, 1806, Jul. 30; anexos 3 requerimentos, 1 atestado e 3 lembretes].
- 32 AHU, *Macau*, cx. 26, doc. n.º 27 [Requerimento de Joaquim Brusco ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos sobre o pedido de passaporte para Januário Agostinho de Almeida, 1806, Jul. 30; anexos 3 requerimentos, 1 atestado e 3 lembretes].
- 33 AHU, *Macau*, cx. 29, doc. n.º 36 [Ofício do ouvidor Miguel de Arriaga ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos sobre a recompensa para alguns moradores por empréstimos em dinheiro e navios para combate aos piratas, 1809, 15 Novembro].
- 34 Casou-se em S. Lourenço, a 21.11.1797, com D. Antónia Maria Baptista Cortela (Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 1, p. 826).
- 35 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 34, 1811, Mar. 22.
- 36 AHU, *Macau*, cx. 29, doc. n.º 36 [Ofício do ouvidor Miguel de Arriaga ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos sobre a recompensa para alguns moradores por empréstimos em dinheiro e navios para combate aos piratas, 1809, 15 Novembro].
- 37 Cf. A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 150 e 151. Simão Vicente Rosa – sobrinho e herdeiro do rico comerciante Manuel Vicente Rosa, falecido em 1751 – e a sociedade composta por Luís Coelho, António José da Costa, fal. 1781, e Apolinário da Costa. Seguem-se Manuel Pereira da Fonseca, genro e sócio de Luís Coelho, a partir de 1758, e depois de 1760 aparecem João Ribeiro Guimarães, Nicolau Pires Viana em sociedade com José de Sousa, João Fernandes da Silva, fal. 1776, e Joaquim Lopes da Silva que se associa a Simão Vicente Rosa, por num período de seis anos a partir de 1769. Seguem-se, na década seguinte, Manuel Homem de Carvalho, fal. c. de 1800, Joaquim Carneiro Machado, fal. em 1799, e Simão Araújo Rosa. Na década de 1780 firmam-se no meio mercantil, José António de Abreu, António José de Gamboa, fal. em 1796, e António Botelho Homem Bernardes Pessoa, seguindo-se, na última década de Setecentos, Joaquim Rodrigues Lima, José Mendes Araújo, Januário Agostinho de Almeida, Inácio Gonçalves Lapa, Manuel Pereira, António Joaquim de Oliveira Matos, Francisco José de Paiva e D. António d'Eça.
- 38 Cf. A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, p. 153.
- 39 É curioso o papel que também os "genros" assumiram na ilha da Madeira (1460-1521), na passagem do cargo de contador (para além dos capitães do donatário, havia outros dois cargos importantes, o de almoxarife e o de contador, sendo este responsável pela fazenda do donatário e depois juiz das alfândegas), que assumia "o carácter hereditário, de sogro a genro". (Miguel Jasmins Rodrigues, *Organização dos Poderes e Estrutura Social. A Madeira: 1460-1521*. Cascais: Ed. Patrimonia, 1996, p. 52.
- 40 "Relação do Donativo oferecido a Real Coroa pelos Moradores da Cidade do Nome de Deos de Macao na China", 7 Jan. 1806. *Arquivos de Macau*, vol. xvii, n.º 5 (Maio 1972), pp. 277-278.
- 41 Os dados referentes aos grandes comerciantes da segunda metade do século XVIII foram retirados de A. M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, pp. 150-151. Para o 1.º quartel do século XIX, foram obtidos por nós a partir das fontes seguintes: AHU, *Macau*, cx. 27, doc. n.º 39 [Relações 1, 2 e 3, anexas ao ofício do governador de Macau, 1807]; *Arquivos de Macau*, vol. xvii, n.º 5 (Maio 1972), pp. 277-278.
- 42 Marta da Silva Mierop era viúva de Kuyck van Mierop, do qual herdou 10 000 libras. Foi uma grande benfeitora da Sta. Casa da Misericórdia e dos conventos. Deixou um legado de 20 000 patacas "para sustento das meninas, que forem para se educar na Recolhida". Este capital foi depositado a juros no Senado e foi com ele que as órfãs puderam ter melhor alojamento. (P. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997, vol. 1., pp. 19, 117, 284, 285).
- 43 Negociante de Manila com interesses em Macau e com ligações comerciais a Manuel Pereira. (Cf. A. H. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, p. 159).
- 44 Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: "Os protagonistas das relações de poder..."
- 45 Após o falecimento de Francisco Paiva, a sua viúva e filhos constituíram uma sociedade com João de Deus de Castro. Esta sociedade tinha o único navio da praça de Macau no negócio do anfião "em franquia". Cf. *Arquivos de Macau*, vol. xix, 1 (Jan. 1973) [Ofício n.º 15, 31 Dez. 1823], p. 66.
- 46 Cf. "Of. do Conde de Rio Pardo, V.R. da Índia, para o Leal Senado de Macau [1818, 12 Maio]. *Arquivos de Macau*, vol. xii, 3 (Set. 1969), p. 137.
- 47 Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: "Os protagonistas das relações de poder..."
- 48 "Relação que acompanha a d.ª Carta [Ofício n.º 11, Sobre a Pauta dos Navios para as Viagens de Timor, e Goa, 16 Nov. 1809]. *Arquivos de Macau*, vol. xvii, n.º 6 (Jun. 1972), pp. 355-356.
- 49 Primeiro havia sido aventada a hipótese de ser constituída "huma associação [de moradores para] a especulação tentada com o Navio Ulisses para a Bahia", e depois foi extendido por mais conveniente que "ficasse pertencendo ao Senado só com a admissão das acções do Morador Manuel Pereira no valor de dez mil Patt. como encarregado da mesma Negociação". (AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 27, 1811, Dez. 28).
- 50 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 25 [Ofício do ouvidor Arriaga sobre o plano de viagem do navio Ulisses para os portos do Brasil, 1811, Mar. 21].
- 51 AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 28, 1811, Dez. 28. Anexos: doc. A, de 23 Dez. 1811.
- 52 Ao contrário da mentalidade "*adscition*", a mentalidade "*achievement*" (que o autor dá como exemplo Hong Kong, cidade com uma classe dominante favorável à poupança e ao investimento) significa que as pessoas são avaliadas socialmente pelos seus méritos, fundamentalmente pela sua capacidade de realização que justifica a sua ascensão social, característica de sociedades desenvolvidas e de grande mobilidade social. (Cf. Carlos Lipari Pinto, *Macau Oitocentista e o Impacto da Fundação de Hong Kong*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau, 1994, p. 59). É afinal o debate de Max Weber sobre as origens do capitalismo.
- 53 Um pico equivale a 60,453 Kg.
- 54 Em doc. n.º 11, a p. 355, diz-se que o navio *Julia Feliz* era propriedade de Vicente Baptista Cortela. Terá sido vendido a João de Deus de

HISTORIOGRAPHY

- Castro? Não conseguimos chegar a nenhuma conclusão definitiva. Fazia-se, igualmente, referência ao navio *Belisário* de Caetano António de Campos.
- 55 Natural de Macau, 1 de Junho de 1746, foi seu padrinho o governador Cosme Damião Pereira. Em 1778 era juiz da Alfândega. Foi irmão e provedor da Sta. Casa da Misericórdia e administrador do Cofre das Missões. Depois de enviuvar, recebeu as ordens menores, em 1792, e o presbiterado, em 1794. Era filho homónimo de António José da Costa, n. Moura (Alentejo), um dos mais proeminentes e prósperos cidadãos no seu tempo, governador interino de Macau, de 5 de Janeiro de 1780 até ao seu falecimento, verificado a 3 de Fevereiro de 1781. (Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 1, p. 842).
- 56 AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 25, 1811, Dez. 28. Anexos: doc. F, declaração do P.º António José da Costa.
- 57 “Correspondências”. *A Abelha da China*. Macau, n.º xxvi (13 Mar. 1823), p. 104.
- 58 Situação vivida em Macau a meados de 1822, quando aqui chegaram os ecos do movimento liberal em Portugal e os membros da Administração, tidos por anti-liberais, como o caso de Miguel de Arriaga, foram presos. O ouvidor de Macau foi mandado recolher à Fortaleza do Monte, no dia 15 de Setembro de 1822, após decisão do Senado do dia anterior.
- 59 António José de Vasconcelos, comerciante e proprietário de navios, era nat. dos Açores (freguesia da Bretanha, ilha de S. Miguel), n. 7. Jan. 1761- m. Macau, 14. Dez. 1824, no dia seguinte ao do falecimento do ouvidor Miguel de Arriaga. Em 1822 era vereador do Senado da Câmara de Macau.
- 60 “Carta a Ant.º J.º de Vasc.º em que lhe faz sabedor da resposta que o Conselhr.º Arriaga tem dado à sua representação q. fez ao L. Senado [30 Set. 1822]”. *Arquivos de Macau*, vol. xviii, n.º 6 (Dez. 1972), p. 336.
- 61 Carlos Lipari G. Pinto, *Macau Oitocentista...*, p. 60.
- 62 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 35, 1811, Mar. 22.
- 63 AHU, *Macau*, cx. 28, doc. n.º 3 [Carta de José António Soares Cid para o ouvidor Arriaga, Cantão, 1809, Jan. 20]
- 64 Cf. “Memoria circunstanciada da Solemne Acclamação, de S. Mag.º o Muito Alto e Muito Poderoso Rey o Snr. D. João VI, celebrado em Macão [...] no dia 26 de Dezembro de 1818”. *Arquivos de Macau*, vol. xviii, n.º 5 (Nov. 72), pp. 264-269.
- 65 Cf. “Via de Successão do Governo da Cidade de Macão”. *Arquivos de Macau*, vol. xii, n.º 5 (Nov. 69), pp. 241-242.
- 66 AHU, *Macau*, cx. 30, doc. n.º 73 [Carta do morador e vereador do Senado, António J. de O. Matos, ao príncipe regente a solicitar benesses pelo facto de ter apoiado gratuitamente o combate aos piratas, c. 1810].
- 67 AHU, *Macau*, cx. 29, doc. n.º 24.
- 68 AHU, *Macau*, cx. 30, doc. n.º 73.
- 69 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses* vol. 1, p. 451.
- 70 AHU, *Macau*, cx. 29, doc. n.º 24.
- 71 AHU, *Macau*, cx. 30, doc. n.º 73.
- 72 António Joaquim de O. Matos reclamou junto do príncipe regente pelo facto de não ter sido contemplado como administrador da Fazenda de Macau, apesar de ter assumido esse encargo durante “vinte annos gratuitamente e com responsabilidades”. (AHU, *Macau*, cx. 30, doc. n.º 73)
- 73 AHU, *Macau*, cx. 30, doc. n.º 73 [Carta do morador e vereador do Senado, António J. de O. Matos, ao príncipe regente a solicitar benesses pelo facto de ter apoiado gratuitamente o combate aos piratas, c. 1810].
- 74 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 29 [Ofício do ouvidor Arriaga a solicitar a mercê do Hábito de Cristo para António Pereira e Januário Agostinho de Almeida, 1811, Mar. 21]
- 75 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 34.
- 76 AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 34, 1811, Mar. 22.
- 77 AHU, *Macau*, cx. 29, doc. n.º 8, 1809, Março [Requerimento do ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga].
- 78 AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 34, 1811, Dez. 28.
- 79 Jorge Forjaz publicou um interessante artigo sobre esta família, intitulado “Uma varonia real (capetingia) em Macau”. *Revista de Cultura*, n.º 23 (Abr.-Jun. 1995), pp. 35-46. D. António de Eça Lobo de Almada e Castro n. em S. Vicente de Fora, Lisboa, a 2 de Março de 1770, tendo falecido em Macau depois de 1823. Foi para Macau cerca de 1790 e ali casou (S. Lourenço), a 17 de Novembro de 1793, com D. Ana Joaquina Carneiro, n. em Macau. Sabe-se que, em 1806, era proprietário do navio *Flor de Macau*, com o qual fazia comércio no Oriente. Faleceu em Macau depois de 1823. (Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*).
- 80 Em 1811, o ouvidor Arriaga solicitava superiormente que D. António d’Eça, capitão-de-mar-e-guerra agregado à Marinha de Goa, condecorado com a insígnia da Ordem de Cristo, viúvo e com cinco filhos, fosse agraciado com “algum emprego que o remisse [...] dos efeitos da miséria a que ficou reduzido apezar do casamento, que fez com dor por infelices”. A sua situação era fruto dos naufrágios e outros acidentes que havia sofrido no comércio marítimo, sua principal actividade, que o haviam deixado “como alheio da sua educação”. (AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 34, 1811, Mar. 22).
- 81 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses* vol. 1, p. 1023.
- 82 Ver Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: “Vultos marcantes do 1.º quartel de Oitocentos”.
- 83 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, em título de Costa.
- 84 Casado com Josefa Correia de Liger. Dono do navio *S. Simão*, de 8 000 picos (1 pico=60,453 Kg) de arqueação. Ver Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: “Vultos marcantes do 1.º quartel de Oitocentos”.
- 85 Casado (1.ª mulher) com Maria Ana de Liger. Ver *ibidem*.
- 86 Casado (2.ª mulher) com Clara Correia de Liger. Ver *ibidem*.
- 87 Alguns membros da família Liger sofreram de um mal que era comum na época: a viuvez. Carecidas dos proventos que o chefe de família garantia em vida, as famílias menos prósperas economicamente (mesmo quando pertencentes à elite social) entravam em convulsão e só conseguiam subsistir graças ao apoio da Santa Casa da Misericórdia. É exemplo disso a situação vivida por Agostinha Correia de Liger quando enviuvou, e da qual encontramos referências ao apoio que a Santa Casa lhe prestou (e aos órfãos) durante os anos de 1810 a 1812. Outro exemplo é o de Isabel Machado de Mendonça, órfã do Capitão de Artilharia e Comandante da Fortaleza da Guia, Joaquim Machado de Mendonça, a qual, após o falecimento de seu pai, passou a ser apoiada pela Santa Casa, pelo menos entre 1810 e 1812 (Jorge de Abreu Arrimar, *Macau no Primeiro Quartel de Oitocentos*. Apêndices: “Relação dos oficiais da guarnição da cidade...”, 1806; AHU, *Macau*, cx. 33, doc. n.º 34, 1811, Dez. 28. Ver também *ibidem*, Anexos: doc. F, “Relação das viúvas e órfãs que recebem apoio da Sta. Casa”.
- 88 Pedro de Brito, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1997.
- 89 Pedro de Brito, “O patriciado urbano na recente historiografia alemã”. *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto: Universidade do Porto, vol. ix, 1992. “Patriciado urbano” é o conceito usado por este investigador para designar a mesma realidade social em que outros utilizam “oligarquia”. Pese embora a diferença cronológica e geográfica, as elites essencialmente burguesas colocam a par o tema central dos trabalhos de A. M. do Vale sobre Macau e de Pedro de Brito sobre o Porto, embora o primeiro use o classificativo “oligarquia” e o segundo “patriciado”. Para Macau, um investigador da Universidade de Macau (?) utilizou “patriciado urbano colonial”, Jorge Flores designa por “magnatas” ou “oligarquia local” e Isabel dos Guimarães Sá por “elite mercantil”. Para os Açores, José Damião

HISTORIOGRAFIA

- Rodrigues (S. Miguel) usa “oligarquia urbana” e Paulo Silveira e Sousa (distrito de Angra) usa “patriciado urbano de antigas famílias de negociantes, de dinheiro velho”. Para a Madeira, Miguel Jasmins Rodrigues prefere “elite social” quando trata a organização dos poderes e a estrutura social da Madeira quinhentista, a qual “se representa a si própria como *fidalgos, cavaleiros, escudeiros*” (p. 63). Para Angola, Carlos Pacheco, no seu trabalho pioneiro sobre a sociedade luandense da segunda metade de Setecentos à primeira do século seguinte, designa por “oligarquia da terra” ao grupo de grandes proprietários e comerciantes da época. (Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira: O Homem e a Sua Época*. Luanda: UEA, 1990, p. 54).
- 90 Miguel Jasmins Rodrigues, *Organização dos Poderes...*
- 91 José Damião Rodrigues, *São Miguel no Século XVIII: Casa, Elites e Poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003; idem, *As Elites Locais nos Açores em Finais do Antigo Regime*. Disponível em: <http://www.ICS.UL.pt/seminarioshistoricos>; idem, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.
- 92 Paulo Silveira e Sousa, *Meios Burgueses e Negócios em Territórios Periféricos: O Distrito de Angra do Heroísmo, 1860-1910*. Disponível em http://historia-empresarial.fe.unl.pt/textos/acores_2004.pdf. [Consultado em 25 de Fevereiro de 2007].
- 93 Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira...*
- 94 A. H. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau...*, 1997.
- 95 *Ibidem*, p. 136.
- 96 Disponível em: www.umac.mo/pc/doc/description_70.pdf. [Consul. 28 Nov. 2005].
- 97 AHU, *Macau*, cx. 28, doc. n.º 11 [Anexo ao ofício do governador de Macau ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos: Carta Régia de D. João V de Portugal, ao governador de Macau, Cosme Damião Pereira Pinto, sobre a interdição de os estrangeiros estabelecerem domicílio naquela cidade e de ali fazerem comércio, 1746, Mar. 9]. Mais de meio século depois o vice-rei de Cantão, Bai Ling, informava o imperador de que a regulamentação aplicada aos “bárbaros”, com o correr dos tempos fora sendo quebrada. Daí que fosse necessário introduzir algumas modificações, nomeadamente, que os navios de guerra dos “bárbaros” teriam que fundear em águas exteriores, a fim de “permanecer intocado o nosso *bianfang* [sistema de defesa fronteiriça]”. [...] Aos comerciantes “bárbaros” só seria permitida uma residência temporária, pois, uma vez liquidadas as suas contas, teriam que regressar aos seus países de origem. António Vasconcelos de Saldanha e Jin Guo Ping (eds.), *Para a Vista do Imperador: Memórias da Dinastia Qing. Sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1808-1887)*. Macau, Instituto Português do Oriente, 2000, p. 42).
- 98 Cf. *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. xvii, n.º 4 (Abr. 1972), p. 96.
- 99 Cf. “Cópia do termo sobre as condições exigidas para o estabelecimento de estrangeiros em Macau”, em *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. iv, n.º 2 (Ago. 1965), p. 71; “Termo de 9 Fev. 1757, sobre a admissão de estrangeiros em Macau, por hospitalidade”, em *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. iii, n.º 5 (Maio 1965), p. 298; afirmações do bispo D. Alexandre Guimarães, em 1777, em *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. xv, n.º 4 (Out. 1971), p. 132.
- 100 Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company Trading to China 1635-1834*, vol. 2. Oxford, Clarendon Press, 1926, pp. 322-323. No original: “*The census of European residents at Macao on March 6th [1799], between seasons*”.
- 101 A família Milner encontrava-se em Macau desde 1785 e era orig. de ingleses já nascidos em Portugal. O mesmo se passava com a família Maher, que se encontrava em Macau desde c. 1770. Apesar do apelido estrangeiro que mantinham, eram portugueses (Cf. Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*).
- 102 Thomas Beale, natural de Londres, foi viver para Macau em 1791, tendo-se dedicado ao negócio do ópio. Assim como enriqueceu rapidamente assim se arruinou, tendo-se suicidado em 1841. Não consta que tivesse deixado família em Macau. (P.º Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 1, p. 284).
- 103 Do primeiro desta família faz referência o ouvidor Arriaga, em ofício datado de 22 de Março de 1811: “entre diversas obras feitas de novo houve huma Casa, situada defronte da Casa de Rezidencia do Governo, principiada e acabada pelos mesmos Soldados Pedreiros vindos de Goa por conta de Bourgogne, primeiro Sobrecarga da antiga Companhia Franceza; que aqui foi cazado [...] com huma filha de Macao cujas filhas gozam a mesma propriedade.” (AHU, *Macau*, cx. 32, doc. n.º 30, fl. 3v).
- 104 AHU, *Macau*, cx. 28, doc. n.º 11 [Ofício do governador de Macau ao secretário de estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, 1809, Jan. 30].
- 105 Cf. Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, em título de Danenberg, p. 995. Na correspondência trocada entre as autoridades chinesas e o procurador da cidade, faz-se referência a um morador de apelido Bagman, sobre o qual nada encontrámos em outras obras, nomeadamente em Jorge Forjaz, B. B. Silva e A. M. Martins do Vale. Ver: doc. n.º 37 “Chapa do Mandarim de Hanção sobre a Orta de Bagman”, in Jin Guo Ping 金国平 e Wu Zhiliang 吴志良 (eds.), *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado: Fundo das Chapas Sínicas em Português (1749-1847)*. Macau: Fundação Macau, 2000, vol. v, pp. 67-68. *Ibidem*, doc. n.º 48, p. 85, “Chapa do Procurador da Cid.ª respondendo a Mandarim de Hyançan sobre a Orta do Bagman”.
- 106 Marta da Silva Mierop era viúva de Kuyck van Mierop, do qual herdou dez mil libras. Foi uma grande benfeitora da Sta. Casa da Misericórdia e dos conventos. Deixou um legado de 20.000 patacas “para sustento das meninas, que forem para se educar na Recolhida”. Este capital foi depositado a juros no Senado e foi com ele que as órfãs puderam ter melhor alojamento. (P.º Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. 1, pp. 19, 117, 284-285).
- 107 Doc. n.º 114 “Chapa de Mandarim de Hian-xam p.ª o Procurador da Cidade sobre numero dos Estrangeiros, que existem em Macáo e rol dos habitantes Portuguezes &c”, in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. iv, p. 232.
- 108 Cf. P.º Manuel Teixeira, “Foreword to the 1992 edition”. In Anders Ljungstedt, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China; and of the Roman Catholic Church and Mission in China*. Hong Kong: Viking Publications, 1992, p. xi.
- 109 Cf. Doc. n.º 116 “Chapa do Pro.^{dot} da Cidade sobre o dito em resposta a da do Mandarim de Hi-an-xan sobre os Europeos habitantes”, in Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (eds.), *Correspondência Oficial Trocada...*, vol. iv, pp. 235-237. Nota breve: Há uma diferença na contagem dos Suecos, que primeiro são apresentados como sendo três pessoas e depois como sendo duas.

The 'Policies of Localisation' in Sino-Portuguese Negotiations during the 1988-1999 Transition Period

The Impact for Macao's Administration

Carmen Amado Mendes*

INTRODUCTION

The transfer of the Macao administration from Portugal to the People's Republic of China (PRC) was prepared during the so-called transition period, which started on 15 January 1988, when the 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Republic of Portugal on the Question of Macao' came into force, and ended on 19 December 1999, the last day of the Portuguese administration in Macao. During this period, the Portuguese government remained solely responsible for the administration of Macao, and its powers remained unchanged, with the exception of some land issues. Although the Joint Declaration

clearly defined Portuguese responsibility for the administration of the territory until the handover, it also obliged the Chinese government to cooperate in the promotion of Macao's economic development and social stability. The agreement stipulated that the transfer of administration should be done within a framework of continuity, so the Portuguese and Chinese governments had to work in close cooperation to guarantee Macao's political, economic and social stability during the transition.

The transition was a very complex period for Macao and for Sino-Portuguese bilateral relations. It required the articulation of positions not only between the Portuguese and Chinese governments but also between Portugal's central authorities and the Portuguese administration in Macao. The Portuguese side feared that the process would not be conducted smoothly and without crisis. For Portugal it was essential to strive for consensus with China: it was the only guarantee that the measures adopted by the Macao administration would be respected in the long term.

The Joint Declaration defined the framework and institutional devices within which talks on the transition issues took place: the Sino-Portuguese Joint Liaison Group (JLG) and the Sino-Portuguese Land Group (LG). However, if these joint commissions failed to settle a particular issue it would be tackled directly by the Portuguese and the Chinese governments. As the

* Professor and head of the International Relations Group at the School of Economics, University of Coimbra, and member of the Boards of the European Association for Chinese Studies and of the Portuguese Political Science Association. She received her Ph.D. from the School of Oriental and African Studies, University of London, and her Master degree from the Institut des Hautes Études Européennes, Université Robert Schuman, Strasbourg. Her fields of research focus on China's foreign policy, EU-China relations and Macao. She was a Visiting Professor of the University of Macau and a founder of the consulting company ChinaLink and of the Observatory of China in Portugal.

Professora Auxiliar e Coordenadora da Licenciatura, do Mestrado e do Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; vogal da direcção da Associação Portuguesa de Ciência Política e membro da direcção da European Association for Chinese Studies. É doutorada em estudos políticos pela School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres e Mestre pelo Institut des Hautes Études Européennes, Universidade Robert Schuman de Estrasburgo. Foi professora visitante na Universidade de Macau e co-fundadora da empresa ChinaLink Consultores Lda e do Observatório da China em Portugal.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JLG and the LG were the formal mechanisms chosen by the Joint Declaration for the implementation of the agreement, both the Portuguese and the Chinese sides respected the decisions of these joint commissions, and the proceedings of the meetings had legal force. Nevertheless, the two countries often held different interpretations of the power and functions of the two groups, leading to some conflicting views during the meetings.

The Sino-Portuguese Joint Liaison Group was established on 15 January 1988, when the Sino-Portuguese Joint Declaration entered into force, and continued its work until 1 January 2000. According to the Joint Declaration, it was 'an organ of liaison, consultation and exchange of information between the two governments' and had four functions:

1) to conduct consultations on the implementation of the Joint Declaration and its Annexes; 2) to exchange information and conduct consultations on matters relating to the transfer of government of Macao in 1999; 3) to conduct consultations on actions to be taken by the two governments to enable the Macao Special Administrative Region to maintain and develop external economic, cultural and other relations, and 4) to exchange information and conduct consultations on other subjects as may be agreed by the two sides.¹

The Chinese side tended to use the JLG to subject to her approval all the issues with a possible impact on the future Special Administrative Region (SAR), arguing that all the issues that would have an impact after 1999 should be subject to previous consultations, otherwise they would not be recognised by China. The Portuguese side did not accept this principle, arguing that, according to the Joint Declaration the JLG 'shall not interfere in the administration of Macao nor shall it have any supervisory role over that administration.'² Portugal was responsible for the Macao administration until 1999 and China had no right to interfere. The Portuguese side used the JLG for various purposes: to clarify specific issues; to inform the Chinese delegation of the progress achieved in different areas; and to reach agreement or find an acceptable solution for both sides regarding specific problems.

The Joint Liaison Group's meetings during the first year of the transition period took place alternatively in Lisbon, Beijing and Macao. Afterwards, the meetings in Lisbon and in Beijing were always

followed by a meeting in Macao. The rotating meetings opened doors for the use of bilateral diplomacy when negotiations stalled within the JLG: while in Beijing, the Portuguese side would try to resolve issues directly with representatives of the Chinese government, while the Chinese side used the meetings in Lisbon and Macao to put pressure on the Portuguese authorities. As mentioned above, although the Joint Declaration aimed at eliminating from the scope of Sino-Portuguese bilateral relations all the problems related to the administration and transfer of sovereignty of Macao, it stipulated that matters in which there was disagreement in the JLG or in the LG should be referred to the two governments for solution through consultations.³

The Portuguese and Chinese delegations of the JLG had five members each, the leader being of ambassadorial rank, and experts and supporting staff were designated when required. The Portuguese delegation had three diplomats: the head, the deputy head, and the counsellor of the Portuguese embassy in Beijing. The other two Portuguese members were personal choices of the President and the Prime Minister, although this was not officially stipulated. The head of the Portuguese delegation was based in Lisbon: the only Portuguese member of the JLG that resided in Macao was the deputy head, who was also the head of the Portuguese delegation in the Land Group and chief of the principal base in Macao. In contrast, all the members of the Chinese delegation were based in Macao, with the exception of the counsellor of the Chinese embassy in Lisbon. Although the Chinese side often insisted on a stronger Portuguese presence in the principal base in Macao to solve pending issues in between the JLG meetings, Portugal feared that this would lead the Chinese side to put even more pressure on the Macao administration.

This article analyses Sino-Portuguese negotiations on the three inter-related issues that were permanently discussed in the JLG until the end of the transition period: the localisation of the civil service, the localisation of the language and the localisation of the law. For their importance, the three localisations were called 'the three big issues' and were put on the agenda of every JLG meeting. The Chinese side tended to reduce these three issues into one because progress in one localisation implied and depended on progress on the other two.⁴ Despite the different points of view,

INTERNATIONAL RELATIONS



Chinese President Li Xiannian during an official visit to Portugal (November 1984). All photos Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM.

Portugal and China were both strongly committed to achieve progress on those questions. A joint working group was created and divided into three sub-groups to deal with the three questions.

THE LOCALISATION OF THE CIVIL SERVICE

The localisation of the civil service was closely related to the two other 'big issues' of the transition period, and both Portugal and China agreed that it was the basis of the politics of localisation. For the Chinese side, the localisation of the civil service was the most important of all three localisations because once the Chinese occupied the higher ranks in the Macao administration the Chinese language would immediately be used, and the replacement of Portuguese for Chinese juridical staff would promote the localisation of the law.⁵ The Portuguese side aimed

at using the localisation of the civil service to reduce Chinese interference in post-1999 Macao.⁶

The localisation of the civil service included two main aspects: the increase of local civil servants in the Macao administration and the reintegration of the Portuguese expatriates in the Portuguese Republic. The increase of local civil servants was related to three issues: 1) the planning of the localisation of the civil service until 1999, namely of the chief and director ranks; 2) the nationality issue; and 3) the recognition of educational qualifications.

The localisation of the civil service was differently perceived by the Chinese and the Portuguese sides. The Chinese authorities (and Macao's Chinese population) tended to interpret localisation as 'Sinification': 'the promotion and recruitment of local Chinese residents to higher positions in the civil service,' arguing that the 'localisation should accurately reflect the ethnic composition of Macao's citizens.' Some Macanese,

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Portuguese-Chinese or Portuguese-Asian mixed-blood, wanted to be promoted after the withdrawal of Portuguese expatriates, and they identified localisation as ‘Macanisation’: ‘promotion priority should be given to bilingual Macanese.’⁷ Portugal was mainly concerned with the preservation of its cultural heritage in Macao after 1999 and was eager to integrate the Macanese, the best guardians of the Portuguese culture, in Macao’s civil service. Unlike the local Chinese, the Macanese could choose between Chinese and Portuguese nationality after 1999, but should they choose to remain Portuguese citizens they would be excluded from leadership posts in Macao.⁸ Nevertheless, the Portuguese administration tended to adopt a mixed interpretation of ‘Sinification’ and ‘Macanisation’: ‘recruitment and promotion of civil servants should be based on qualification and merit only, regardless of race and nationality.’⁹ Due to these different interpretations, the localisation of the Macao civil service became a diplomatic issue between the two sides.¹⁰

The Chinese side wanted a gradual increase in the number of Chinese functionaries in the middle and high posts of the Macao administration; Portugal did not want this ethnic discrimination of the other locals, namely the Macanese. This was related to the nationality question and to the issue of the Resident Identity Cards: the citizens who did not choose Chinese nationality had the status of permanent resident, being discriminated and banned access from principal public posts. China favoured a general plan of localisation, especially of the middle and high rank civil servants, and wanted the Portuguese to elaborate



Portuguese President General Ramalho Eanes on his official visit to China (May 1985).

a list of the civil servants. The Chinese delegates in the JLG frequently asked for details of the civil servants of director and chief ranks—namely their distribution by service, place of birth, nationality, educational qualifications, posts, and knowledge of Portuguese and Chinese—and criticised Portugal for the slow pace of the localisation and for taking too long to promote local Chinese to higher ranks.¹¹ The Chinese delegation in the JLG insisted that the local inhabitants should correspond in the same percentage to the middle and high rank civil servants. They argued that, because 97 per cent of the Macao population was Chinese, they had necessarily to occupy an equal or similar percentage of middle and high positions in the future Macao administration.¹² This Chinese negotiating strategy aimed at obtaining at the very least a more representative bureaucracy and accelerating the pace of localisation in Macao.¹³

The Portuguese position was that the Chinese discrimination based on race or nationality to the public positions would lead not to a true localisation but to a pure ‘Sinification’ of three quarters of or all civil servants.¹⁴ The Sino-Portuguese Joint Declaration dismissed the Chinese theory of percentage and proportionality to nominate Chinese nationals to middle and high rank posts: After the establishment of the Macao Special Administrative Region, ‘public servants, (including police) of Chinese nationality and Portuguese and other foreign nationalities previously serving in Macao may all remain in employment ...’ ‘The Macao Special Administrative Region may appoint Portuguese and other foreign nationals previously serving in the public service in Macao or currently

Portuguese President General Ramalho Eanes with Deng Xiaoping, during his official visit to China (May 1985).



INTERNATIONAL RELATIONS

holding Permanent Identity Cards of the Macao Special Administrative Region to public posts (except certain principal official posts). ... The appointment and promotion of public servants shall be on the basis of qualifications, experience and ability.¹⁵

For the Portuguese delegates, the Chinese criterion of localisation was based on racial, ethnic, linguistic or nationality discrimination that had nothing to do with the experience and qualifications of Macao's civil service.¹⁶ They argued that the local Chinese usually had low educational levels and language proficiency¹⁷ and that promotion of local staff to chief and director ranks should follow the criteria of qualification.

As happened with the other leadership positions of the Macao administration, such as the governor and the under-secretaries, the upper ranks of Macao's civil service were usually filled through political appointments. The temporary and commissioned appointments favoured the Portuguese expatriates and led to few openings at the director level for the local Chinese or Macanese and to the absence of leadership training programmes for local civil servants. The recruitment for permanent staff set written examinations only in

Portuguese, excluding the majority of local Chinese. Besides, prior to 1989 the Portuguese administration did not recognise degrees from universities from non-Portuguese language regions, stopping much young local talent from entering the civil service.¹⁸

During the early years of the transition, the Chinese delegation in the JLG constantly criticised the increase in numbers of the civil servants in the administration, namely Portuguese expatriates, regardless of the needs of Macao's bureaucracy.¹⁹ According to them, this resulted in the creation of new positions to accommodate friends, to the overlapping of services and to the drastic inflation of governmental posts, which affected efficiency, increased the financial expenses of the administration and delayed localisation. The Portuguese delegates argued that the rapid increase of staff in the administration was rather a consequence of the integration of new local civil servants and would be compensated by the re-integration of some of the staff in Portugal's bureaucracy. The contracted local civil servants would progressively replace the vacant positions left by the Portuguese expatriates, reducing the number of temporary appointments.

The Sino-Portuguese Joint Declaration on the Question of Macao was signed in Beijing on 13 April 1987.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Portuguese Prime Minister Cavaco Silva delivers a speech at the signing ceremony of the Sino-Portuguese Joint Declaration on the Question of Macao (13 April 1987).

The Chinese delegates wanted a clear definition of the civil servants who would remain in the Macao administration: only after the Portuguese expatriates left could the local Chinese and Macanese aspire to fill vacant positions in the upper administrative ranks.²⁰ Willing to accelerate the pace of localisation, the Chinese side pressed for the recognition of academic qualifications of local people who did not have a Portuguese education and the reduction of educational requirements for the local bureaucrats, namely the proficiency in Portuguese language.²¹ Agreeing with the importance of training local civil servants, in 1988 the Macao administration transformed the University of Macau (previously called University of East Asia) into a public university and implemented reforms to avoid the brain drain of local talent.²² In 1993, the Macao administration established a new regime of recognition of educational qualifications obtained outside Macao and in the unofficial education systems existing in

Macao.²³ Despite these efforts, the Portuguese side implemented Macao's localisation policies at a much slower rhythm than Hong Kong, and by the end of the transition period Macao was left with a young and inexperienced team of civil servants and a mediocre bureaucracy.²⁴

Portugal wanted to guarantee a place in the Republic's civil service to those Portuguese functionaries who opted to stay in Macao after 1999 in case they decided to be reintegrated in Portugal. However, the Chinese delegates in the Joint Liaison Group did not accept the double-binding system: civil servants could under no circumstance have a double juridical statute and could not be responsible to two different governments. The civil servants could choose between retirement, continuing to exercise functions in Macao as predicted in the Joint Declaration, or returning to Portugal. The Chinese position on this issue was that the Portuguese civil servants who opted to stay in Macao

INTERNATIONAL RELATIONS

after the handover could not remain civil servants of the Portuguese Republic; the civil servants integrated in Portugal's civil service would be dismissed by the government of the future Special Administrative Region in 1999. The government of the future SAR would not accept that Portugal attributed a dual status.

The integration of Macao civil servants in the Portuguese Republic was related to the issue of the pension fund for Macao's civil servants. The Portuguese side wanted the Macao Special Administrative Region to pay the pensions of all Macao civil servants, except for those who were reintegrated in Lisbon before 1999. The issue was a cause of great dissension in the Joint Liaison Group. There were three types of situations: 1) the civil servants who stayed in Macao after the handover; 2) the civil servants who were integrated into Portugal's bureaucracy before the handover; and 3) the civil servants who retired before the end of the Portuguese administration. Consensus was reached in the first two situations. The future Macao Special Administrative Region was responsible to pay the pensions to the civil servants that stayed in Macao, while the pensions of the civil servants reintegrated in Portugal were transferred to Portugal's Retirement Fund (*Caixa Geral de Aposentações—CGA*).

The dissensions referred to the civil servants who retired before the handover: according to one member of the Portuguese delegation of the JLG, Portugal argued that these pensions should be paid by the Macao Special Administrative Region, but China did not accept this. The Chinese position was that the pensions of the functionaries who retired before the



Meeting of the Sino-Portuguese Joint Liaison Group.

end of the Portuguese administration were Portugal's responsibility. The Portuguese position was that, because they were Macao's civil servants, their pensions should be paid by Macao. Portugal did not manage to push the Chinese delegation to accept the total payment of the pensions for Macao, as said another Portuguese delegate. The responsibilities of the pension fund of the Macao SAR were divided, and Portugal was bound to contribute. The Portuguese government agreed with the transfer to Portugal's CGA of the responsibility for the payment of the pensions of the civil servants who retired before 19 December 1999.²⁵

In February 1994, the Macao Government issued a decree authorising civil servants to take early retirement or to leave the civil service with financial compensation, with the transfer of responsibilities to the CGA. Macao civil servants could opt before 24 May 1994 between: joining Portugal's civil service after 1999; retiring, with the transfer of responsibilities to the CGA; leaving the civil service under pecuniary compensation; or remaining in Macao's civil service.²⁶ This was a huge burden for Portugal's pension fund, and the Portuguese negotiators could have negotiated the issue more carefully: Portugal should have created a fund with the money of Macao to pay those civil servants.

THE LOCALISATION OF THE LANGUAGE

The global plan for the localisation of the civil service was directly related to the generalisation of bilingualism within the Macao administration. The Chinese side expected that the official status of the

Portuguese Prime Minister Cavaco Silva with Deng Xiaoping during an official visit to China (April 1987).



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Chinese language would increase the number of Chinese in Macao's bureaucracy and that the translation of Portuguese laws would put an end to the Portuguese and Macanese control of Macao's judiciary.²⁷ In Macao there coexisted a language spoken by the majority of the population and a language of reference used in the civil service, in the legislative process and in the courts. This was typical of colonial situations in which the lawmakers and law enforcers did not know the language used by the majority of the addressees of the norms. During more than four centuries of occupation, Portugal had not succeeded in generalising the use of the Portuguese language in Macao.

The Chinese side claimed that the Chinese language should be of equal status to Portuguese during the transition period. After long delaying the issue, the Portuguese side realised that the officialisation of the Chinese language during the transition period was the best way to safeguard and valorise the Portuguese language and culture in Macao after 1999. Portugal saw the attribution of official status to the Portuguese language as an assurance of the stability of Macao's juridical system beyond 1999. It also safeguarded the possibility of Portugal-Macao juridical cooperation and allowed the Macao courts and administration to appeal to Portuguese jurisprudence and doctrine. The Portuguese side even expected that the structures and methodologies for juridical translation developed to

translate into Chinese the Portuguese law would be the base for a system of bilingual juridical production, or at least for the translation into Portuguese of normative acts originally produced in Chinese.²⁸

By April 1991, Portugal and China finally reached agreement and signed a memorandum of talks on the statute of the Portuguese and Chinese languages in Macao. The Portuguese side agreed to publish, before the end of 1991, legislation conferring on the Chinese language an official status identical to and with the same legal force as the Portuguese language. That legislation should include information on the conditions to implement the Chinese language in the Macao administrative, legislative and judicial sectors as rapidly and gradually as possible. In exchange, the Portuguese side obtained the guarantee in Macao Basic Law that the Portuguese language would remain official after 1999: 'Besides the Chinese language, the Portuguese language can be used in the administrative, legislative and judicial bodies of the Macao Special Administrative Region. The Portuguese language is also an official language.'²⁹

Portugal assumed a two-level engagement: 1) one regarding the political principle, related to the exercise of sovereignty; 2) and the other regarding the implementation in the field. At the political level, the Portuguese government decreed that: 'In Macao the Chinese language has official status and has the

Meeting of the Sino-Portuguese Joint Liaison Group.



INTERNATIONAL RELATIONS



Portuguese President Jorge Sampaio met Chinese President Jiang Zemin during his official visit to China (February 1997).

same legal force as the Portuguese language.³⁰ At the implementation level, it was up to Macao's governmental bodies to assure that, 'in conformity with the local reality, the official status of the Chinese language was gradually and progressively implemented in the administrative, legislative and judicial domains.'³¹

The Macao administration wanted to show the Chinese side 'the political will to create all the necessary conditions for the effective implementation of the agreement on the official statute of the Chinese language,' and gradually adopted measures to extend the official use of the Chinese language.³² These measures were intended to improve the quality of the training of interpreters and translators by creating courses of a higher academic level, to intensify the diffusion of the Chinese language through the existence of more modular courses of different levels and lengths, and to support Sino-Portuguese education. The administration also adopted specific measures to train local bilingual staff in order to achieve a wider use of both languages: the creation of a team to assess the plans for the generalisation of bilingualism and linguistic training in the administration;³³

Portuguese President Jorge Sampaio with Chinese Premier Li Peng (February 1997).



the assessment of the linguistic situation of the civil service and the presentation of linguistic training plans according to the needs of every civil service; the creation of special scholarships for training and professional improvement of the civil servants.³⁴

From 1987 to 1995 the number of Macao's civil servants that had a good or fair command of written Portuguese decreased 4.6 per cent, as a result of the departure of several hundred Macanese who chose early retirement or to leave the civil service as part of the integration plan, and of the Chinese lack of interest in learning Portuguese. On the other hand, those who had a good or fair command of Mandarin increased 15.5 percent, and the bilingual civil servants (those who had a good or fair command of written Portuguese and Chinese) increased 5.8 per cent.³⁵

Despite all these measures, the official recognition of the Chinese language had little practical influence on the status of Portuguese as the working language of the Macao administration for two reasons. First, all official and legal documents were in Portuguese and, due to the shortage of translators, only important policy announcements and decrees were translated into Chinese. Second, the Portuguese and the Macanese, who could not read nor write Chinese, occupied the chief positions in the administration.³⁶

Although the official recognition of the Chinese language had repercussions over all the Macao

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

administration, the more delicate issues centred on the legislative and judicial levels. The achievement of a situation of legislative bilingualism was a complex process in Macao due to some adverse starting points. First, the lack of bilingual jurists: the majority of the judicial community did not command written Chinese; only a minority commanded spoken Chinese (Cantonese); and just a few technical staff of Chinese origin commanded Portuguese. The population also had a very poor command of the juridical organisation in force. Second, the need to attribute official value to the translation of legal texts made imperative the clarification of the translator's competence; the number of interpreters and translators was insufficient, and they usually had a deficient training base and lack of specialised training. Third, the translations were made by different entities with no guarantee of terminological and stylistic uniformity in technical-juridical terms and were usually made without juridical support. Fourth, legislative bilingualism required the establishment of criteria for the solution of possible divergences of sense or interpretation between the Portuguese and Chinese versions of the texts.

The process of legislative bilingualism in Macao evolved through three different phases. Before the Organic Statute of Macao entered into force, the majority of Macao legislation was produced in Portugal, and only the laws that directly affected the Chinese community were translated. From 1976 to 1989, the legislation produced in Portugal decreased and the legislation produced in Macao increased, but there were still a limited number of legislative translations. With the signing of the Sino-Portuguese Joint Declaration in 1987, predicting an autonomous judicial system for Macao that was characterised by legislative and judicial bilingualism, the translation of the laws became one of the priority tasks of the transition period.

In 1989 a decree declared obligatory the publishing of a Chinese translation of all legislative or legal diplomas, but 'in case of doubt, the text in the Portuguese language prevails upon the translation of the text in the Chinese language.'³⁷ The Chinese version had thus a merely informative character. The lack of centralisation in the elaboration of the Chinese version of the laws facilitated the increase in the number of translated texts but impeded the Portuguese and Chinese versions from having equal value. Due to the

diversity of editing styles of the texts in Chinese and the lack of uniformity in the translation of technical terms, the versions in the Chinese language could not be invoked with identical authenticity to the Portuguese versions.

The implementation of the official statute of the Chinese language involved the attribution of identical legal value to the Portuguese and the Chinese versions of the diplomas edited by the Macao administration. The authenticity of both versions required the settlement of a fixed Chinese version for the technical-juridical terms of the Portuguese law, a Chinese linguistic and stylistic pattern to give coherence to the legislative texts, and the provision of rules in case of divergence between the interpretations of the sense of law resulting from the two versions. The Office for Juridical Translation (*Gabinete para a Tradução Jurídica—GTJ*) aimed at 'creating conditions for the existence of official versions in the Chinese language of the normative acts in force invoked with the same rigour and juridical security of the versions in Portuguese language.' In 1991 the GTJ had seven translation teams, each composed of a jurist of Portuguese training, a jurist of Chinese training, an interpreter-translator and a scholar.

Although the localisation of the Chinese language in Macao's legislation was a rather consensual issue in the Joint Liaison Group meetings, it consisted of a slow process that demanded much Sino-Portuguese cooperation. The slowest and more complex dimension of the implementation of the official status of the Chinese language was at the judicial level. Priority was given to the training of bilingual jurists, to the translation of the laws and to the gradual use of Chinese in the courts, both orally and in documents. Macao had to be governed by its own people also in the legal sector, so the magistrates were gradually localised to work in synchrony with the community that they served.³⁸ The legislative and judicial autonomy of the territory depended on the existence of professionals of law and of a local juridical culture. The strategy of the GTJ was to train translators who held a great knowledge of the law in force in Macao. Priority was thus given to the recruitment of local personnel with university training or attending law courses.

The political, economic and social autonomy of Macao presumed that its population knew the diplomas that were the base of the juridical system in

INTERNATIONAL RELATIONS

force. The translation of the laws into Chinese had to follow criteria of technical and juridical quality and of terminological uniformity to assure the invocation of the Portuguese and Chinese versions of the legal texts with the same juridical security. Priority was given to the translation of the structural norms and diplomas of the Macao juridical system: the Constitution of the Portuguese Republic, the Organic Statute of Macao, the Law of the Bases of the Judicial Organisation of Macao, and the five 'major codes'.

THE LOCALISATION OF THE LAW

The localisation of the law was a complex process that included different aspects such as: 1) the transformation of laws of Portuguese origin into local laws; 2) the classification of the laws in force by subjects (penal law, commercial law, civil law, procedural penal law, procedural civil law and administrative law) and by types of diplomas; and 3) the law reform, which consisted in revising, updating and adapting the Macao legislation to the local situation. Other aspects of the localisation of the law, analysed in the previous section, were the translation into Chinese of all the existing laws and the training of bilingual jurists.

The need to update the Macao judicial system during the transition period was a consequence of the demands of the Joint Declaration and of the inertia that had characterised the life of the Territory. In 1988 the Macao judicial organisation was mainly the original one from Portugal and only accessible in Portuguese: Macao had a District Court with appeal to the High Court of Justice in Lisbon; there was an insignificant number of local people working in the civil service; Portuguese was the only official language, and few laws had Chinese versions.³⁹ There were two major sources of Macao's laws: Portuguese laws and local laws. The Portuguese laws emanated from the Portuguese Republic (Parliament and Government) and were either laws specifically made for Macao or national laws extended to Macao through publication in the Official Bulletin of Macao. The local laws were the ones created by Macao's bodies with legislative competence, i.e., the legislature and the Governor.⁴⁰ After 1976, with the entrance into force of the Macao Organic Statute, the production of local legislation increased, balancing the amount of laws created by the Republic. The interrelated use of both the Portuguese

and the local laws made it difficult to determine the origins of the laws in force in Macao.

As the Sino-Portuguese Joint Declaration stated that 'the laws currently in force in Macao will remain basically unchanged',⁴¹ the Portuguese authorities in Macao were of the opinion that those laws would remain 'basically unchanged' during the fifty years after the transition, regardless of their origin. But by 1989-1990 the Chinese authorities made clear to the Macao government that only the local laws would be respected. Members of the juridical department of Xinhua News Agency privately repeated to the coordinator of the Macao Legislative Office that the Chinese interpretation of 'laws in force in Macao' only referred to the legal laws which emanated from the bodies of the territory. In the JLG the Chinese side also insisted on the need to localise the laws, suggesting that all the 'colonial' legislation would become void after 1999. If the Portuguese side wanted the Macao Special Administrative Region to adopt those laws, they had to pass through a process of localisation to become Macao laws. Initially, the Portuguese side interpreted the Chinese version as a mere negotiating strategy or as a tactic to accelerate Macao's legal reforms and to intervene in the legislative process. But the perseverance of the Chinese authorities led the Macao administration to consider the possible existence of similar procedures regarding Hong Kong.

The administration concluded that China had a similar approach to Hong Kong and that the British and Hong Kong authorities had created a negative precedent. Both the Sino-Portuguese Joint Declaration on Macao and the Sino-British Joint Declaration on Hong Kong stipulated the permanence of the laws in force in the enclaves after the handover, but the two agreements used different techniques to define the nature and origin of the laws that would remain in force. The Sino-British Joint Declaration limited the acts to remain in force and the non-localised laws would not be automatically maintained. In the Sino-Portuguese Joint Declaration there was not a restrictive enumeration of the normative acts—all the normative acts were generically considered—thus the norms to remain in force did not need localisation. According to the Sino-British Joint Declaration:

'After the establishment of the Hong Kong Special Administrative Region, the laws previously in force in Hong Kong (i.e., the common law, rules

RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Handover ceremony (19 December 1999).

of equity, ordinances, subordinate legislation and customary law) shall be maintained, save for any that contravene the Basic Law and subject to any amendment by the Hong Kong Special Administrative Region legislature.⁴²

There was no reference to the British Acts of Parliament extended to Hong Kong, such as the Letters Patent, Royal Instructions and the Orders in Council, and there was not a residual category for non-localised normative acts. Thus, the laws originated in the United Kingdom would not remain in force in Hong Kong. In the Sino-British Joint Declaration Britain accepted the principle of the localisation of the laws emanating from British legislative bodies. The British side was thus obliged to localise several laws, leading to a vast programme of localisation, for which Britain engaged with China in informal talks. On the other hand, the Sino-Portuguese Joint Declaration stipulated that:

‘After the establishment of the Macao Special Administrative Region, the laws, decrees,

administrative regulations and other normative acts previously in force in Macao shall be maintained save for whatever therein may contravene the Basic Law or subject to any amendment by the Macao Special Administrative Region legislature.’⁴³

The Portuguese interpretation of this statement was that all normative acts existing in Macao before the transfer of the Administration would remain in force, including both the acts originating in Macao and the acts emanating from the Portuguese Republic and extended to Macao. As an international treaty, the Sino-Portuguese Joint Declaration did not stipulate the obligation of localising the laws in Macao’s legal structure. In juridical terms, the Portuguese side could thus claim that the Joint Declaration was clear enough on the needlessness of localising the laws and that there was no ground for further discussion. However, the risk of prevalence of the Chinese version could result in the loss of the most significant part of

INTERNATIONAL RELATIONS

Macao's legal structure, damaging the interests and rights of Macao's citizens, the security of the legal traffic, and ending any possibilities of preserving a legal structure of Portuguese origin in the Far East. And for the Portuguese authorities and the Portuguese administration in Macao this was an objective of 'the highest priority.'

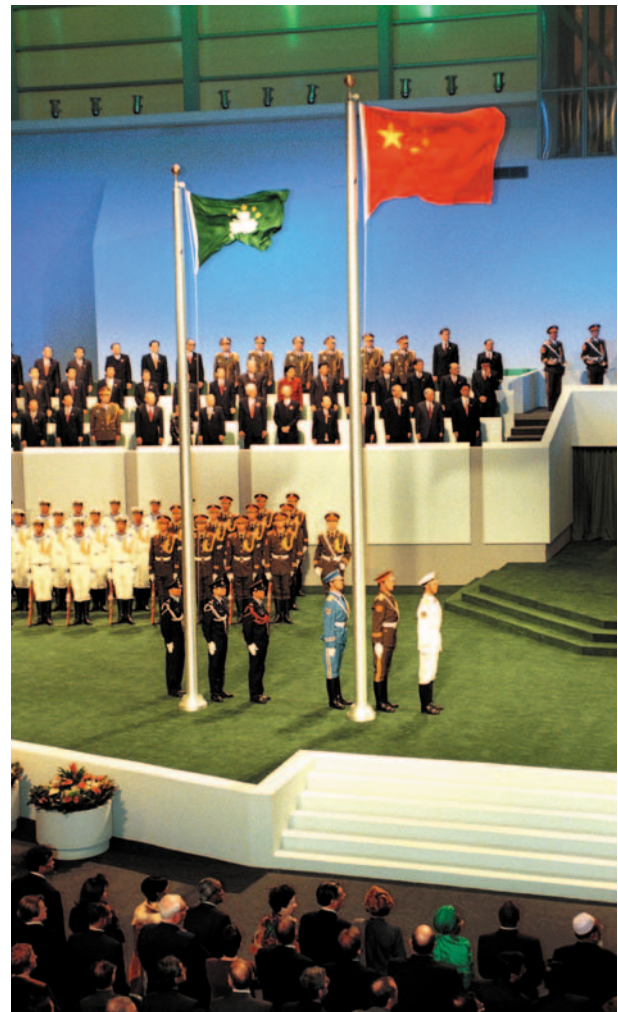
Portugal wanted to keep the juridical system of Portuguese origin as an effective social system in the Chinese language, confirming Macao's autonomy, namely towards Zhuhai and Hong Kong. The Portuguese side perceived the localisation of the law as the main legacy that Portugal could leave in Macao. Macao's market economy and social stability were meaningless if not translated into local laws that safeguarded the rights, liberties and guarantees of the residents after 1999.⁴⁴ It was absolutely necessary to translate into local laws the rights, liberties and guarantees recognised in the Organic Statute of Macao.⁴⁵ Thus, for political reasons the Portuguese side opted to establish with the Chinese side the terms in which Macao's legal structure would effectively be preserved, through the localisation of the most relevant laws of the enclave. The Portuguese position was that although the Joint Declaration did not require the localisation of Macao laws of Portuguese origin, this would benefit Macao's legal modernisation and adaptation, and therefore Portugal was willing to hold private talks with China on the plans of localisation and adaptation of the laws in force. According to this position, the talks should always include experts from the Macao government and follow the Hong Kong model.

The Chinese side expected to be consulted in advance or at least informed by the Portuguese side on the elaboration of new laws affecting the long-term interests of Macao citizens, to avoid the compulsory revision in case they contravene the Basic Law, and wanted the Portuguese side to submit drafts on the localisation of the laws and reach consensus within the JLG before publishing them in the Macao government bulletin.⁴⁶ The Chinese side insisted on the principle of previous consultation: Portugal should submit to the Joint Liaison Group all the legislation for approval, so that it remained binding after the handover; but the Portuguese side did not accept this principle.

The Portuguese laws that were in force in Macao and that did not contravene the Basic Law

could be legally transformed into local laws through a process of localisation, thus constituting the legal system of the Macao Special Administrative Region, ensuring a smooth and stable transition. The urge for discarding the laws with colonial features forced the Portuguese side to rapidly alter less acceptable codes and laws.⁴⁷ The law reform consisted of re-approving the obsolete legal codes and adapting them to local needs. The most relevant legislation was inserted into specific legal codes, namely the 'major codes'. Priority was given to the major codes that regulated the main aspects of the lives of Macao's inhabitants: the criminal code, the civil code, and the commercial code. Some of these codes were made in the late 19th century or early 20th century. They were obsolete in content, did not reflect Macao's social reality, and had lost validity

Handover ceremony.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

with the revision of the Organic Statute of Macao.⁴⁸ For example, while in Portugal the criminal code of 1982 had already been revised several times, in Macao the criminal code in force dated from 1886, and its limitations had been surpassed by the production of detached legislation since the 1970s.⁴⁹ Another priority was to revise the code of criminal procedure and the code of civil procedure in order to guarantee the good functioning of the courts. This would leave Macao with an autonomous judicial organisation and an efficient justice.

The Portuguese strategy for updating Macao's legal system was to keep untouched the Portuguese source of the Macao law while adapting it to the local and regional realities. There was permanent collaboration with the Chinese side, namely within the JLG, to guarantee that the judicial structure would remain unchanged in the following fifty years.⁵⁰ According to a member of the Portuguese delegation, the Chinese delegates were also very interested in this collaboration and rushed Portugal to finish the codes so that they had time to make suggestions. Before producing a new law, the Portuguese side showed the Chinese translation to their counterpart and negotiated the points of disagreement. A previous member of the Portuguese Administration in Macao revealed that the aim of the Portuguese negotiators was that the laws would remain in force after the handover, contrary to what happened in Hong Kong.

The Portuguese side also aimed at leaving Macao with an autonomous judicial system. They considered that only with an independent judicial power and autonomous institutions could Macao maintain its lifestyle, as predicted in the Joint Declaration. Portugal wanted to leave in Macao an independent judicial power that guaranteed the primacy of the law, and so it created conditions for the effective independence of the magistrates, who should enjoy a status of total independence and should not be susceptible to any illegitimate interference.⁵¹

In 1990 the Portuguese parliament, by proposal of Macao's Legislature, consigned in the Organic Statute of Macao the judicial autonomy of the territory, and the Law of Bases of the Macao Judicial Organisation ensured Macao's singularity and established the contents and limits of that autonomy.⁵² The majority of the Macao legislative powers that still remained in the Portuguese Parliament were transferred to the local

government bodies—the Governor and the Legislative Assembly—which were given the authority to legislate in terms of judicial order and to establish the regime of the courts.⁵³ The High Court of Justice was established, and the local instances were given specific functioning rules and exclusive jurisdiction in the majority of the matters on trial, granting Macao a high degree of judicial autonomy.⁵⁴

CONCLUSION

The localisation of the civil service, the localisation of the language and the localisation of the law were a direct consequence of the transfer of the Macao administration from Portugal to the People's Republic of China. As the good functioning of the administration after the handover depended on the solutions found for these localisations, they were known as 'the three big issues'. Thus, they dominated the agenda of Sino-Portuguese consultations during the so-called transition period, until the transfer of the Macao administration in 1999. The problems resulting from the localisation process were discussed in all Joint Liaison Group plenary meetings, and the Chinese side clearly wanted the process to evolve at a faster pace.

Some failures in the Macao Joint Declaration would have repercussions in the negotiations during the transition period—the Portuguese side tried to compensate for the omissions in the agreement during the JLG talks.⁵⁵ For example, while the Hong Kong Joint Declaration states that the Hong Kong SAR is responsible for paying the pensions of its inhabitants, regardless of whether the retirement took place before or after the handover, the Macao Declaration merely mentions that the pensions paid to the civil servants who retire after 1999 cannot be lower than the amount paid before. The Portuguese delegation in the JLG then had to negotiate the issue of the pension fund, which was quite contentious.⁵⁶ In fact, the localisation of the civil service was the most controversial issue, as Portugal strongly rejected China's ethnic criterion for the high posts of the administration. The Chinese side constantly claimed the need for a plan of the localisation of Macao's civil service during the transition period, and that the localisation should be representative: the majority of the population was Chinese and should be represented in the right proportion in the middle

INTERNATIONAL RELATIONS

and high ranks of the civil service. For the Portuguese side, the official objectives of the localisation were the continued promotion of Macao's economic and social development, stability and security, and 'the existence in 19 December 1999 of one administration that would work fully and without disruption on 20 December 1999.'

Another issue that was overlooked during the Sino-Portuguese negotiations of the Joint Declaration was the official status of the Portuguese language after 1999, which was also negotiated in the JLG and included in Macao's Basic Law. While negotiating the localisation of the Chinese language, Portugal secured the official status of the Portuguese language after 1999, which arguably should have been negotiated before the signature of the Joint Declaration; it was a tactical mistake to overlook the issue and accept the vague Chinese declaration: 'In addition to Chinese, Portuguese may also be used in organs of government and in the legislature and the courts in the Macao Special Administrative Region.'⁵⁷ The status of the Portuguese language was one of the major Portuguese objectives for the transition period as Portugal was mostly interested in the visibility of the Portuguese presence and culture in Macao after the transfer of the administration to China.⁵⁸

This paper also argued that the outdated situation of Macao's juridical system in the beginning of the transition led the localisation of the law to absorb much of the efforts of the Portuguese delegation in the JLG, which resulted in neglecting other areas that could safeguard Portugal's presence in Macao after 1999. The Portuguese side aimed at establishing an autonomous judicial order defined by the local government bodies, to give Macao competence in terms of judicial organisation.⁵⁹ Portugal considered the law to be the best guarantee for the maintenance of Macao's identity and aimed to consolidate Macao's politico-administrative autonomy and judicial system. Fearing that China would discard after 1999 the legislation that she did not approve, Portugal consulted the Chinese delegation in the JLG while editing, in Portuguese and Chinese, Macao's disciplinary codes. Although not formally accepting the principle of preliminary consultation of the Chinese side, the Portuguese side was subordinated to the diplomatic consensus: 'one went as far as the consensus allowed. To go beyond it, in a unilateral way, would be of no use.'⁶⁰

The Macao administration was aware that the transition period was too short to cover the inactivity that had characterised the Portuguese rule for the previous twenty years. There was no social structure on which to build the transition policies. It was hard to get short-term results from the investment in higher education and in the training of local functionaries. Besides, the last years of the transitional period were considered 'lost' in psychological terms: after 1997 the evolution of the Hong Kong transition would have a bigger impact on Macao than any policies of the Portuguese administration. Moreover, the Macao administration faced strong pressure made through the Chinese press in the Territory, persistently criticising the Portuguese administration and reiterating the positions of the Chinese delegation in the JLG. China also used intermediaries to influence the Governor. In the JLG, the Chinese side constantly pushed the negotiations of the 'three big issues' to a more radical and accelerated rhythm, and forced the introduction of new points in the agenda, insisting on their treatment during the talks.⁶¹

In conclusion, from 1999 to 2049 the success of this model of 'negotiated transition' is being tested in the Macao Special Administrative Region.⁶² Portugal aimed at leaving Macao with consolidated institutions, a modern administration and a consistent juridical framework. As predicted in the Joint Declaration, the rights, liberties and guarantees of the Macao people were codified in internal laws and by the application to Macao of the main international covenants of rights, confirmed in the Joint Liaison Group meetings.⁶³ However, the Portuguese strategy of remaining a strong presence in the territory until the handover delayed the localisation of Chinese civil servants and the use of the Chinese language in Macao's bureaucracy. As a result, by 1999, Macao was arguably left with a mediocre bureaucracy, vulnerable to China's influence and unlikely to maintain the Portuguese cultural presence after the handover.⁶⁴ The bureaucracy was left with few qualified people related to the Portuguese system, and the places were filled with civil servants trained by Beijing; the Macanese should have been more supported and should have been attributed high posts in the administration; very few Portuguese chose to stay in the territory after 1999; the Portuguese school was a weak solution; the Portuguese language was a lost cause. **RC**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NOTES

- 1 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Republic of Portugal on the Question of Macau,' Beijing, 13 April 1987, Annex II, Section I.
- 2 Ibid.
- 3 Ibid., Sections I and II.
- 4 Herbert Yee, *Macau in Transition: From Colony to Autonomous Region*. London: Palgrave, 2001, p. 41.
- 5 Ibid.
- 6 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*. Hong Kong: The Chinese University Press, 1995, p. 166.
- 7 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 42.
- 8 Ibid., pp. 55 and 49.
- 9 Ibid., p. 42.
- 10 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*, p. 166.
- 11 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 42.
- 12 *Tribuna de Macau*, 14 December 1991.
- 13 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*, p. 156.
- 14 *Tribuna de Macau*, 14 December 1991.
- 15 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Republic of Portugal on the Question of Macau,' Beijing, 13 April 1987, Annex I, paragraphs V and VI.
- 16 *Tribuna de Macau*, 14 December 1991.
- 17 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 42.
- 18 Ibid., pp. 42-6 and 52 for the all paragraph.
- 19 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*, p. 164.
- 20 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 47.
- 21 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*, pp. 156 and 158.
- 22 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 52.
- 23 Decree no. 39/93/M, *Diário da República*, Lisbon, 26 July 1993.
- 24 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*, p. 161; Richard L. Edmonds, and Herbert S. Yee, 'Macau: From Portuguese Autonomous Territory to Chinese Special Administrative Region.' *The China Quarterly*, no. 160, December 1999, p. 813.
- 25 Decree no. 357/93, *Diário da República*. Lisbon, 14 October 1993.
- 26 Decree no. 14/94/M, *Diário da República*. Lisbon, 23 February 1994.
- 27 Lo Shiu Hing, *Political Development in Macau*, p. 156.
- 28 The difference between the juridical translation and the bilingual juridical production is that the bilingual production consists in a dynamic process aiming at making impossible the distinction between the original text and the translation.
- 29 In July 1991 the draft of the Macau Basic Law included this paragraph in chapter I, article 9.
- 30 Decree no. 455/91, *Diário da República*, I Série A, n.º 301, 2.º suplemento. Lisbon, 31 December 1991.
- 31 Ibid.
- 32 In February 1992, the Governor created a Linguistics Commission (*Comissão de Acompanhamento da Situação Linguística de Macau*), an organ of direct support to the Governor, presided by the Governor and composed by other twenty-three elements from within and outside the Administration, to monitor the official use of the Chinese language and to discuss the problems resulting of the linguistic situation of Macao. Despatch no. 16/GM/92, *Boletim Oficial de Macau*, no. 8, 24 February 1992. The Governor also asked the department of Chinese affairs (*Direcção dos Serviços de Assuntos Chineses*) to propose measures to the enlargement of the use of the Chinese language in the public services of the administration, facilitating the access of the majority of the population to the administrative system. Despatch no. 106/GM/91, *Boletim Oficial de Macau*, 27 May 1991.
- 33 Despatch 30/GM/94, *Boletim Oficial de Macau – Série I*, 30 May 1994.
- 34 Despatches no. 46/GM/94 and 47/GM/94, *Boletim Oficial de Macau – Série I*, 25 July 1994, and Decree no. 174/94/M, *Boletim Oficial de Macau – Série I*, 8 August 1994.
- 35 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 58.
- 36 Ibid., p. 57.
- 37 Decree no. 11/89/M, *Diário da República*. Lisbon, 20 February 1989.
- 38 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. I. Lisbon: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997, pp. 359-62.
- 39 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. IV. Lisbon: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 404.
- 40 Herbert Yee, *Macau in Transition*, p. 59.
- 41 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Republic of Portugal on the Question of Macau,' Beijing, 13 April 1987, no. 2 (4).
- 42 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland on the Question of Hong Kong,' Beijing, 19 December 1984, Annex I, Paragraph II.
- 43 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Republic of Portugal on the Question of Macau' Beijing, 13 April 1987, Annex I, Paragraph III.
- 44 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. I, pp. 352-3.
- 45 Ibid., pp. 359-62.
- 46 *China Daily*, 28 December 1994.
- 47 *O Comércio de Macau*, 31 August 1991.
- 48 *Ou Mun*, 30 September 1991.
- 49 *O Comércio de Macau*, 31 August 1991.
- 50 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. IV, pp. 405 and 427-8.
- 51 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. I, pp. 359-62.
- 52 Law no. 112/91, Lisbon, 29 August 1991.
- 53 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. I, pp. 359-62.
- 54 Ibid., p. 351.
- 55 António Santana Carlos, 'Macau: O Modelo da Transição.' In *A Presença Portuguesa no Pacífico—Forum Macau*. Lisbon: ISCSIP, 1999, p. 171.
- 56 Ibid., p. 165.
- 57 'Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and the Government of the Republic of Portugal on the Question of Macau,' Beijing, 13 April 1987, paragraph 2 (5).
- 58 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. IV..., p. 435.
- 59 Ibid., vol. I, p. 351.
- 60 Ibid., vol. IV, pp. 443, 405 and 427-8.
- 61 Ibid.
- 62 António Santana Carlos, 'Macau: O Modelo da Transição,' p. 174.
- 63 Jorge Sampaio, *Portugueses*, vol. IV, p. 434.
- 64 L. Edmonds, and Herbert S. Yee, 'Macau: From Portuguese Autonomous Territory to Chinese Special Administrative Region', p. 813.

Macao's Sanjie Huiguan The Myth and the Cult of Guan Di

Christina Miu Bing Cheng*

At history's crossroads during more than four hundred years of Portuguese settlement (1557-1999), Macao was once a gateway for Westerners entering China and a window through which the Chinese perceived the world outside. Trade contacts and cultural encounters over the centuries have enabled Macao to take pride in itself as a remarkable example of the rendezvous of East and West in Asia. This East-West co-existence has helped shape Macao's distinct identity, which is evident in both tangible and intangible forms.

On the threshold of the 21st century, Macao's cultural significance was given a boost. On 15 July 2005, a mélange of characteristic Western and Chinese landmarks, comprising twenty-two architectural sites and eight public squares, was inscribed on the World Heritage List by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO). This

historic zone was given a distinguished appellation—'The Historic Centre of Macao'. Macao thus became the thirty-first World Heritage site in China.¹

The 'Historic Centre of Macao' includes the most comprehensive array of European architecture standing intact on Chinese territory. This group of buildings is located in the heart of the area where Westerners settled, which was known historically as the 'Christian City.' The unique legacies are woven into the original urban fabric, forming a walking trail in the historic zone. Once a sleepy backwater, this former Portuguese enclave has been put in the limelight on the world stage for its Sino-Lusitanian legacies. By now, Macao is crowned with a halo being a 'World Heritage City,' alongside its identity as Asia's foremost modern 'City of Gambling' (as of September 2009, Macao had thirty-three casinos).

Almost hidden among the grandiose and magnificent Western edifices in the historic zone, there is a humble Chinese architectural structure—Sanjie Huiguan 三街会馆, literally, the Guildhall of Three Streets. In the English version of the 'Description of the Historic Centre of Macao',² it appears with alternative spellings and different designations as Sam Kai Vui Kun Temple. One may feel baffled and somewhat confused by the name of this architecture: is it a guildhall or a temple?

* 郑妙冰 Received a Ph.D. in Comparative Literature, an M.A. in Literary Studies, and a B.A. (Hons) from the University of Hong Kong. Honorary Research Fellow at the Centre of Asian Studies. Author of *Macao: A Cultural Janus* (1999) and *In Search of Folk Humour: The Rebellious Cult of Nezha* (2009).

Doutoramento em Literatura Comparada, Mestrado em Estudos Literários e Bacharelato em Artes (Hon.) pela Universidade de Hong Kong. Membro Honorário de Pesquisa no Centro de Estudos Asiáticos, também em Hong Kong. Autora de *Macao: A Cultural Janus* (1999) e de *In Search of Folk Humour: The Rebellious Cult of Nezha* (2009).

ANTROPOLOGIA

Sanjie Huiguan bears another name—Guan Di Gumiao 关帝古庙 (the Old Temple of Guan Di 关帝)—which is a temple dedicated mainly to the historical figure Guan Yu 关羽 (variant spelling: Kuan Yu).³ He is commonly known by different names: Guan Erye 关二爷 (Guan the Second Master); Meiran Gong 美髯公 (Lord of the Magnificent Beard); Guan Gong 关公 (Lord Guan); and Guan Di (Emperor Guan). The questions to be asked are: why did a trading guildhall become a ‘sacred space’ where Guan Yu is honoured by merchants as their ‘guild god’? Why is Guan Yu also revered as the ‘god of wealth’ in a culture that already has many deified givers of wealth? This paper traces the crucial relationship between a guildhall and a temple, as well as Guan Yu’s upward mobility to godhood. He has come to represent one of the most popular folk deities in the Chinese polytheistic tradition and a symbol of Chinese national culture *par excellence*.

In broader exegesis, this paper examines how Guan Yu is portrayed in the historical novel *Sanguo Yanyi* 三国演义 (*Three Kingdoms*).⁴ How was he dramatised and magnified in ways that allowed him to transcend his own biography as presented in the official history? Why was this mortal incessantly ritualised and glorified by the Chinese imperial authorities through the ages? Why has the cult of Guan Di endured for over a thousand years, untarnished by the passage of time?

SANJIE HUIGUAN / GUAN DI GUMIAO

Sanjie Huiguan is the guild headquarters for trade and commerce. It was built by the local Chinese community residing on three nearby streets, namely, Rua dos Ervanários, Rua das Estalagens, and Rua dos Mercadores. These three streets were once the centre of the old Chinese commercial district. Sanjie Huiguan is located in the vicinity of Senado Square, and near the renowned Leal Senado Building, the Holy House of Mercy, and the Spanish

St. Dominic’s Church. Its urban location is also adjacent to the Chinese bazaar area, today known as St. Dominic’s Market, at the heart of the city.

According to Wong Tak Hong 黄德鸿, Sanjie Huiguan originated simply as a meeting place for Chinese traders and merchants. More than two hundred years ago, Macao’s business activities were expanded to the neighbourhood of these three comparatively small streets. A building was soon constructed for the sake of liaising with one another, promoting transactions, and solving problems arising from business dealings. Gradually, the building became the guild headquarters, as well as a favourite rendezvous for local businessmen. It was also the only institution through which the Portuguese could communicate with the Chinese regarding commercial and business matters.⁵

As the guildhall for these three streets, it was not originally open to the general public for worship.⁶ In the ebb and flow of time, however, it attracted worshippers who came to ask for blessings, even though there was already a plethora of temples offering various divine services in Macao. Sanjie Huiguan was once associated with long-standing Chinese business organisations, which were the precursors to the Chinese Chamber of Commerce in Macao, established in 1912. This guildhall is now only a reminder of the active participation of the local Chinese community in general civic affairs inside the ‘Christian City’.

The exact year in which this guildhall came into existence is difficult to trace, but it certainly has a history of more than two hundred years. It is believed that the structure was built in the 1750s, and the oldest extant stone stele inside the building, which commemorated its first renovation, bears the date of the 57th year of the Qing Dynasty Emperor Qianlong (reigned 1736–95), that is, 1792. A major expansion and renovations were carried out a few decades



The Door Gods of Sanjie Huiguan.

The façade of Sanjie Huiguan.



ANTROPOLOGIA



Guan Di, flanked by Liu Bei and Zhang Fei.

later, which were again commemorated by another stone stele dating the 15th year of Emperor Daoguang (reigned 1821-50), that is, from 1835.

On the lintel of the entrance there are four Chinese characters in stucco, which read horizontally: Sanjie Huiguan; a subordinate name, Guan Di Gumiao, is superimposed just above the original name. This suggests that the patron deity of the guild is the historical personage Guan Yu. In addition, the names of two other deities are inscribed vertically. They are Cai Bo Xingjun 财帛星君 (the God of Wealth) and Tai Sui Xingjun 太岁星君 (the Minister of Time). In this way, the temple was integrated into the guildhall, and this architectural structure emerged as a guildhall-temple dedicated to a trio of Daoist divinities.

In discussing the functions of occupational guilds, C. K. Yang 杨庆堃 has pointed out that the guild headquarters played a prominent religious role. The religious rites and the solidarity of the guild were inseparable. The annual meeting of a guild was an occasion on which all the guild members were brought together. They would first register and pay their dues,

and then go straight to the altar, either singly or in groups, where they knelt and bowed to the patron god. The guildhall was an important spot where the sacred altar for the guild god was placed. It was also a meeting place, where group business was discussed and transacted under the divine surveillance of the guild god. In front of the image, standard sacrificial rites were performed, such as burning incense and candles and offering food and drink.⁷

In the guildhall, trials and punishments for guild members who had committed transgressions were also conducted before the altar. Fines were announced and the names of offenders were read aloud. Those who had violated the rules were summoned for trial in the presence of the guild god. The offenders were required to kneel before the image as a sign of contrition for their wrong-doings. Such procedure was, in effect, intended to call for supernatural intervention in order to mete out justice and punish the guilty, whose actions threatened the guild's solidarity.⁸ Individualistic interests were often a leading cause of interpersonal disputes, and thus became a potentially dysfunctional factor in group unity. In this respect, C. K. Yang has put it thus:

The difficult task of constraining aggressive individualist tendencies in competitive occupational fields called for the use of sacred symbols of awe and respect for the collective interest of the group as a means of elevating the members' views above the level of immediate individual advantage.⁹

Religious rites (including processions and pageantry) were occasionally performed as a means of seeking supernatural blessings, on which occupational guilds intrinsically depended. Guild members would pray for divine supervision to govern the reliability and justice of contractual relationships. Based on the integration of religious forces and secular functions, these occupational headquarters emerged as guildhall-temples.

The integrating functions of the guildhall-temple were especially important to the cohesion of the group members' materialistic interests. Again, C. K. Yang maintains that the guildhall-temple and the religious pageantry were sacred collective symbols of the group, which served to enhance the solidarity of the organisation and to impress upon the community their distinctive group existence, thus strengthening the pride and loyalty of the members toward the group.¹⁰

ANTHROPOLOGY

The cult of Guan Di, in this context, is an occupational cult of trade and commerce. Guan Di is appropriated as the guardian deity of traders and merchants, apart from his other numerous divine roles. By adopting Guan Di as the patron god of the Guild of Three Streets, members were conscious of the vital religious nature of the guild.

Throughout the ages, the historical mortal Guan Yu has been promoted as the incarnation of 'yi' 义. The concept *yi* comprises the virtues of honour, righteousness, loyalty, faithfulness, honesty, and friendship. Hence, the cult did not simply serve as an integrating force for traders and merchants; it also helped to bolster their 'yi' in business dealings. As such, the occupational cult of Guan Di displayed crucial sacred elements to justify the purely utilitarian activities of secular businessmen.

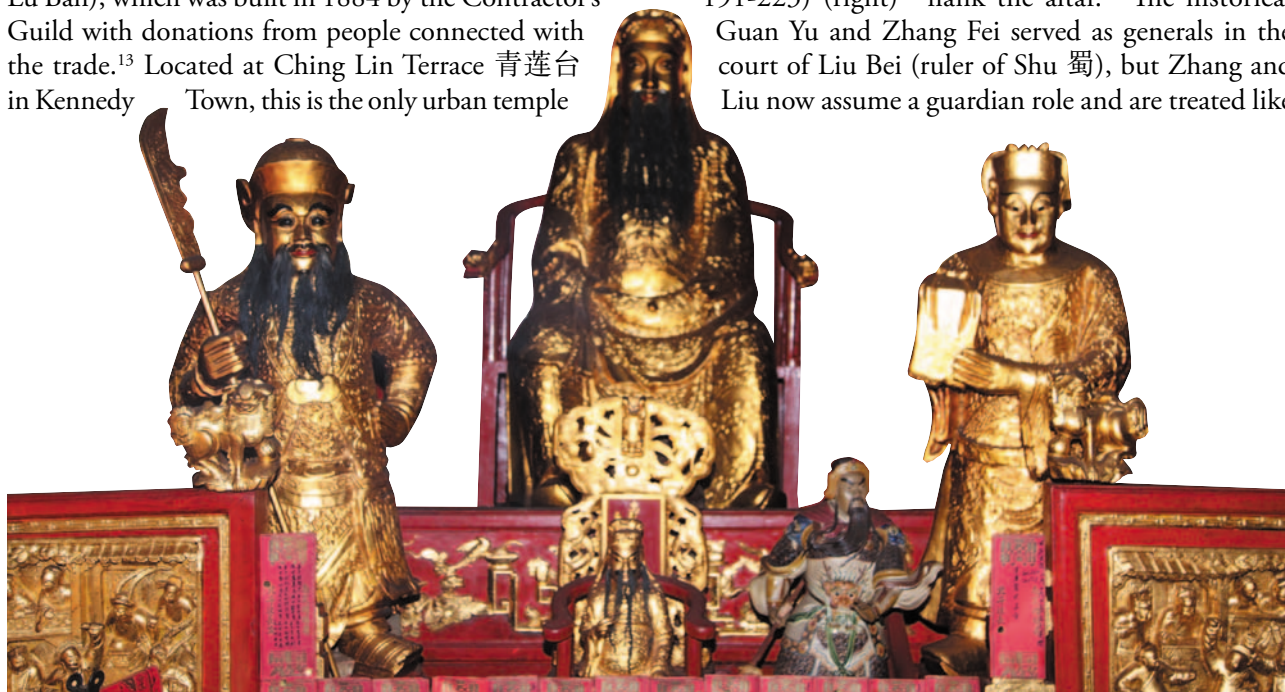
On the special relationship between a guildhall and a temple, C. K. Yang has cited an example. On the outskirts of Shanghai, the guild headquarters of masons and carpenters was called the Lu Ban Miao 鲁班庙 (the Temple of Lu Ban), where the patron Lu Ban 鲁班 (507 B.C.-440 B.C.)¹¹ was honoured.¹² The integrating functions of the guildhall-temple are also exemplified in Hong Kong, where Lu Ban is revered as the patron of builders and contractors in the Lu Ban Xianshi Miao 鲁班先师庙 (the Temple of the Master Lu Ban), which was built in 1884 by the Contractor's Guild with donations from people connected with the trade.¹³ Located at Ching Lin Terrace 青莲台 in Kennedy Town, this is the only urban temple

dedicated to the occupational cult of Lu Ban in Hong Kong. The inseparable link between a guildhall and a temple may well explain why the Guild of Three Streets was integrated with the Old Temple of Guan Di in Macao.

THREE PATRON DEITIES

The layout of Sanjie Huiguan/Guan Di Gumiao, which enshrines the three deities Guan Di, Tai Sui 太岁 and Cai Shen 财神, is simple and symmetrical. It consists of only one building, with a small courtyard inside (for receiving natural light). The structure is divided into three halls. The main hall is called Guan Di Shengjun Baodian 关帝圣君宝殿 (the Precious Hall of Guan the Saintly Emperor), which is dedicated to the patron deity—Guan Yu (A.D. 162-220), a historical warrior of the Three Kingdoms era (A.D. 220-265). He is also known as Guan Yunchang 关云长 (another courtesy name, Changsheng 长生). In general worship, Guan Yu is widely referred to as Guan Di, an abbreviated version of his noble title Guansheng Dijun 关圣帝君 (Saintly Emperor Guan).

A large golden statue represents Guan Yu seated on the throne inside an exquisitely carved altar, while two smaller statues of his sworn brothers—Liu Bei 刘备 (A.D. 162-223) (left) and Zhang Fei 张飞 (A.D. 191-223) (right)¹⁴ flank the altar.¹⁵ The historical Guan Yu and Zhang Fei served as generals in the court of Liu Bei (ruler of Shu 蜀), but Zhang and Liu now assume a guardian role and are treated like



ANTROPOLOGIA

Guan Yu's acolytes or attendants. Such placement of the trio immediately demonstrates the fact that the populace views Guan Yu as superior to both Liu Bei and Zhang Fei.

A couplet of identical words hangs on both sides of the altar, extolling Guan Yu's Confucian virtues:

忠义仁勇关圣帝君

(Loyal, righteous, benevolent, brave Saintly Emperor Guan)

On the left side of the main hall, there is a smaller hall dedicated to Tai Sui Ye 太岁爷, also known as Tai Sui Xingjun, or simply Tai Sui 太岁 (the Minister of Time, or the God of the Annual Cycle). He is in charge of fortune and misfortune. Tai Sui is believed to be the historical figure Yin Jiao 殷郊, the elder son

Tai Sui.



of the tyrannical King Zhou 纣王 (1154-1121 B.C.) of the Shang dynasty. Deified as a stellar god, Tai Sui travels across the sky, passing through the twelve sidereal mansions. He is also a dangerous spirit, and whoever offends him (*fan Tai Sui* 犯太岁) is likely to get into trouble. In order to avoid calamities and to take precautions against his evil influence, Tai Sui must be appeased, and a talisman is hung to this effect.

The other hall, to the right of the main hall, is dedicated to Cai Bo Xingjun, or simply Cai Shen 财神 (the God of Wealth). The cult of the various Wealth Gods is very popular among all Chinese classes, especially the mercantile class. Almost no gods in Chinese culture are more worshipped than the givers of wealth. Their presence is ubiquitous and their images and portraits are to be found in nearly every household and temple.

Just like many other Chinese gods, the God of Wealth is said to have originally been a mortal, although his human identity has been ascribed to several persons. The original Wealth God is considered to be the deified spirit of Bi Gan 比干, who was the uncle of King Zhou and served as Zhou's Prime Minister. Zhao Gongming 赵公明 of the Three Kingdoms period is another God of Wealth.¹⁶ He was the younger brother of Liu Bei's general Zhao Zilong 赵子龙. Liu Hai 刘海, a chubby child, is also honoured as a money-giver. He often carries a mystical three-legged toad, and has a string of coins hanging around his neck. Other acolytes of the God of Wealth are a pair of supernaturals called Hehe Erxian 和合二仙 (Twin Genii of Harmony). They are mostly venerated by merchants because they 'understand the value of union and peaceful harmony in business, and the dependence of wealth upon happy partnership'.¹⁷

It is worth noting that Guan Yu, constructed as the paragon of Confucian virtues, was deified as Wu Cai Shen 武财神 (the Military God of Wealth). In *Sanguo Yanyi*, he rejects Cao Cao 曹操's extravagant gifts (discussed below), and is regarded as an upright person who can resist the temptation of inappropriate rewards and the immoral acquisition of wealth. Given these multiple attributes of the cult of Guan Di, C. K. Yang points out that he is worshipped not simply for his supernatural power to bring wealth, but also for his spirit of justice and generosity: principles that should govern the dispensation of wealth.¹⁸

Similar to Grecian euhemerism,¹⁹ the Chinese used to espouse the practice of raising historical characters

ANTHROPOLOGY

to 'godhood'. The personages mentioned above were canonised as money-givers at different times in the Daoist pantheon. These deified mortals are collectively labelled as the God of Wealth and are honoured in this guildhall-temple for bringing in profits.

In Chinese society, however, growing rich by trade was considered ethically incompatible with the Confucian teachings of virtues. The mercantile class was often morally despised, socially degraded, and on some occasions even politically suppressed because they engaged in the acquisition of wealth as a profession. The prevalence of the worship of the Wealth Gods may well reflect the belief among merchants and traders that their wealth was the result of supernatural blessings as well as their own effort. Based on this belief, they felt constrained to abide by the moral tenets of the wealth cult.

With regard to the wealth cult, C. K. Yang notes that in Chinese religion there exists virtually no prominent cult against avarice or the immoral acquisition of wealth. The deification and worship of the Wealth Gods itself entailed ethical injunctions—to acquire wealth justly and through the proper channels and, once prosperity had been achieved, to dispense wealth in a spirit of righteousness and benevolence.²⁰

Following the Chinese syncretic and polytheistic tradition in religious praxis, this guildhall-temple also enshrines a Buddhist deity—Dicang Wang 地藏王 (the God of the Subterranean Kingdom). Like a niche in a church, the statue of Dicang Wang is placed on an altar just next to the God of Wealth. Dicang Wang is the Chinese expression of Kshitigarbha, who is the Bodhisattva of Nether Regions. He visits Hell on errands of love and mercy and has immense compassion for suffering souls. Dicang Wang is held to be the Overlord of Hell, and is senior to Yan Luo Wang 閻羅王 (Yama), the God of Hell.²¹

DEITIES OUTSIDE THE GUILDHALL-TEMPLE

Adjacent to the entrance of the guildhall-temple, there is an elevated stone structure in the form of a diminutive shrine. Topped by a pointed roof and supported by four pillars, it looks more like a pavilion than a shrine. It is dedicated to She Ji Fushen 社稷福神 (the Fortune Gods She and Ji). These two Daoist deities are represented in aniconic form;²² the tablet bears only their names. In front of it stands a large incense-burner,



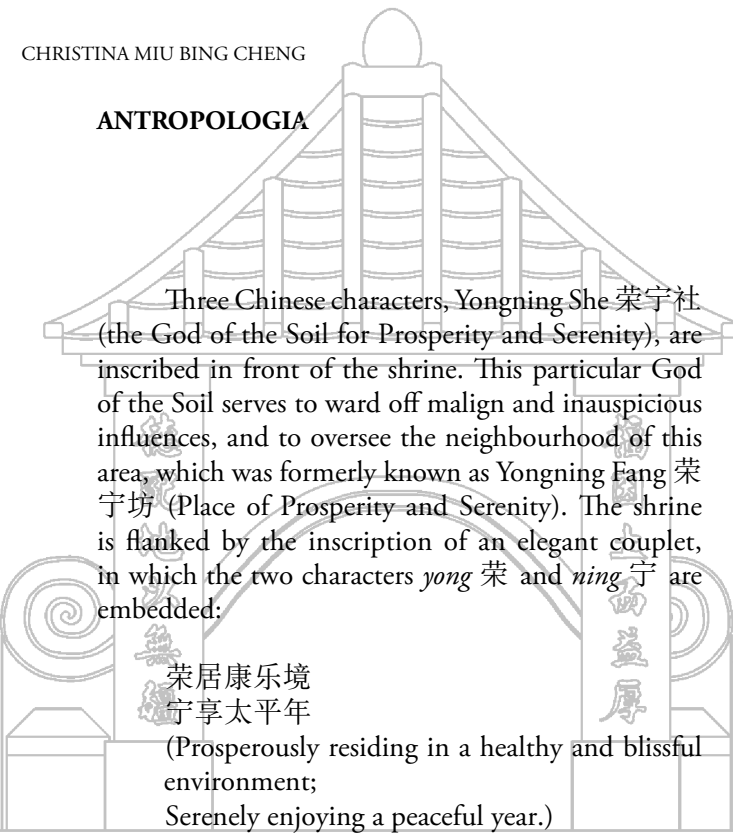
Dicang Wang.

used for the ritual of worship. This tiny shrine thus becomes an integral part of the guildhall-temple.

She Ji 社稷 are two minor deities. She 社 is the God of the Soil, who takes charge of the five directions: east, south, west, north, and centre. This supernatural being is also worshipped as a collective deity representing the five Terrestrial Spirits—Spirits of the Mountains and Forests, Rivers and Lakes, Tablelands and Hills, Mounds and Dikes, and Springs and Marshes.²³ Ji 稷 is the God of the Five Grains (also translated as the God of Harvests, or the God of Agriculture).

The God of the Soil and the God of the Five Grains were worshipped in the most ancient times in China. While the emperor alone could worship Tianxia She 天下社 (Sovereign Earth), as the whole earth was under his care and control, the subject people worshipped their own God of the Soil, who protected their local neighbourhood. It is believed that each locality has its own neighbourhood god.

ANTROPOLOGIA



Three Chinese characters, Yongning She 荣宁社 (the God of the Soil for Prosperity and Serenity), are inscribed in front of the shrine. This particular God of the Soil serves to ward off malign and inauspicious influences, and to oversee the neighbourhood of this area, which was formerly known as Yongning Fang 荣宁坊 (Place of Prosperity and Serenity). The shrine is flanked by the inscription of an elegant couplet, in which the two characters *yong* 荣 and *ning* 宁 are embedded:

荣居康乐境
宁享太平年

(Prosperously residing in a healthy and blissful environment;
Serenely enjoying a peaceful year.)

Just near the aniconic representation of She Ji, there is a pair of porcelain statues of Tu Di Gong 土地公 and his wife Tu Di Po 土地婆. Tu Di 土地 (literally, soil-earth), is the Earth God, or the Protecting Spirit of Rural Places. He is in fact very low in rank in the hierarchy of the Daoist spirit world and his supernatural powers are limited. The Earth God is often enshrined in a miniature niche close to the ground.

In popular thought, the Earth God is supposed to control a small district with distinctly parochial jurisdictions. Given that every district has its own Earth God, the deity of one place cannot control another domain. As such, when one goes to a new place, one must worship at the shrine, or niche, of the local earth god in order to seek his protection and blessing.²⁴

She Ji are senior to Tu Di, since they may control a larger area, or even a province. Yet She Ji and Tu Di together have come to be responsible to Chenghuang 城隍, the City God (or the Guardian Divinity of the Walls and Ditches), who is a kind of Celestial Mandarin of a city or town, responsible for maintaining peace and order in the territory he governs. Needless to say, Chenghuang has greater powers and a broader jurisdiction.²⁵ Chenghuang, in turn, has to report to the God of Hell.

Daoism has established a 'divine' hierarchy involving a vast and complex system of gods. Like Greco-Roman mythological deities, the Daoist supernaturals have responsibility for every conceivable aspect of human life, and each locality has its own particular 'official' deity. Holmes Welch states that the

spiritual hierarchy of immortals, divinities, gods and goddesses from the lowest to the highest is an analogue of the bureaucratic hierarchy of secular society—it is a kind of spiritual bureaucracy that mirrors the civil one, so that in a sense two parallel bureaucracies govern people's lives.²⁶ The system of bureaucratic hierarchy that has been created in the spiritual world is in fact modelled on this world.

STRADDLING HISTORY AND FICTION

The worship of Guan Yu is nation-wide in China and in Chinese communities around the world. His widespread popularity is partly due to the wide circulation of the historical novel *Sanguo Yanyi*, in which the mortal Guan Yu is dramatically portrayed. This literary work was compiled by Luo Guanzhong 罗贯中 (c. 1330-c.1400), and was first published in 1522 (with a preface dated 1494). The novel, covering a time span from A.D. 168 to A.D. 280, tells of the story of heroic warriors and strategic battles in the wake of the division of the Chinese empire into three rival states after the fall of the Han dynasty (206 B.C.-A.D. 220). It is considered one of the four masterworks of the Ming novel.²⁷

The Three Kingdoms competing for dominance were Wei 魏 (A.D. 220-265), Shu (A.D. 221-263), and Wu 吴 (A.D. 222-280). Wei was ruled by Cao Cao, Shu by Liu Bei, and Wu by Sun Quan 孙权. However, none of the three rulers could take the lead; instead, the three war-torn kingdoms were reunited by the Sima 司马 clan, and a new ruling dynasty, Jin (A.D. 265-420), was founded after almost a century of civil strife.

Folk stories, legends, and mythic elements about the Three Kingdoms period existed in oral tradition long before the written compilation by Luo Guanzhong. He skillfully reworked, reshaped, and transformed a variety of source materials into a masterpiece in its own right.²⁸ The main historical source for the novel was *Sanguo Zhi* 三国志 (*Records of the Three Kingdoms*) compiled by Chen Shou 陈寿 (233-97).²⁹ Other materials were taken from Liu Yiqing's 刘一清 (403-44) *Shishuo Xinyu* 世说新语 (*A New Account of Tales of the World*); Sima Guang's 司马光 (1019-86) *Zizhi Tongjian* 资治通鉴 (*Comprehensive Mirror to Aid in Government*); and *Sanguozhi Pinghua* 三国志评话 (*Story of Sanguozhi*, published sometime between 1321 and 1323).

The author combined his profound historical knowledge with a gift for storytelling to create a rich

ANTHROPOLOGY

tapestry of lively characters and fascinating episodes. Stylistically known as *zhanghui xiaoshuo* 章回小说 (the novel-in-chapters), this emerging novel genre became the precedent for other great novels of the Ming dynasty. The voluminous work (twenty-four volumes) was later edited by Mao Lun 毛纶 and his son, Mao Zonggang 毛宗岗, during the reign of Emperor Kangxi in the mid-1660s. The whole text was reduced to 120 chapters for a smoother and more effective flow in the narrative. The Mao edition has since exclusively circulated in China, and eclipsed the 1522 version.³⁰

Moss Roberts is of the opinion that *Sanguo Yanyi* spans three genres: epic, drama, and novel. This is because this literary work has the scale and mythic atmosphere of an epic; the action and dialogue of a drama; and the texture and design of a novel.³¹ The narrative deftly maintains a collage of historical fact and fictitious accounts. It dabbles in real history while historicising mythical and legendary materials through storytelling. An 18th-century scholar, Zhang Xuecheng 章学诚, has remarked that *Sanguo Yanyi* contains seven-tenths fact and three-tenths fictitious fabrication.³² More recently, C. T. Hsia 夏志清 (b. 1921) lauded this 'fictionalisation' as the primary achievement of the work.³³ The narrative mode—both historical and ahistorical—offers a fine example of the literary tradition typical of the Ming dynasty.

GUAN YU IN *SANGUO YANYI*

By the time of Luo Guanzhong's compilation of *Sanguo Yanyi*, the historical Guan Yu had already attained an iconic status in popular tradition, and assumed an important role in folk religion. Notwithstanding Guan Yu's existing image, however, Luo Guanzhong adopted extensive literary exaggeration in presenting him as the archetypal military hero in the novel. In a cast of hundreds of characters, Guan Yu is one of the most altered and aggrandised personages.

At the outset of the novel, readers are only given a perfunctory portrayal of Guan Yu (Chapter 1). He

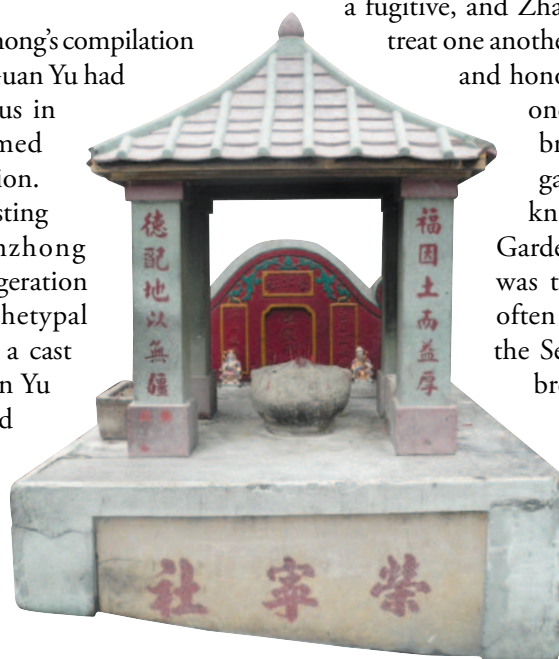
was from Jieliang 解良 in Hedong 河东. He had to flee 'after killing a local bully who was persecuting his neighbors and had been on the move these five or six years'.³⁴ He had an extraordinary stature and physiognomy, which tellingly suggested his physical prowess and manliness:

A man of enormous height, nine spans tall, with a two-foot-long beard flowing from his rich, ruddy cheeks. He had glistening lips, eyes sweeping sharply back like those of the crimson-faced phoenix, and brows like nestling silkworms. His stature was imposing, his bearing awesome.³⁵

His image is typified by the two-foot-long beard, so he is also known by the nickname Meiran Gong (Lord of the Magnificent Beard). His 'ruddy cheeks' alludes to his red face. This facial trait is predicated on a legend of the Song dynasty (960-1279).³⁶ As the legend goes, Guan Yu killed a corrupt magistrate who wanted to take by force a beautiful girl as his concubine. Guan had to flee and took refuge in a Daoist temple. A sorceress at the temple had him wash his face in a mountain stream. The water turned his face red, so that he could not be identified by the officers who came to arrest him.³⁷ From that time on, the red face became his trademark. His unusual height, long beard, and red face readily signify a strong male essence; these characteristics are conspicuous symbols of masculinity.³⁸

Liu Bei, a descendant of the Han clan, spontaneously formed a brotherhood with Guan Yu, a fugitive, and Zhang Fei, a butcher. They swore to treat one another as brothers, and pledged in faith and honour (*jieyi* 结义) to live and die as one. They consecrated the celebrated brotherhood ceremony in a peach garden, and the scene is popularly known as the 'Oath in the Peach Garden' (Chapter 1).³⁹ Since Guan Yu was the second sworn brother, he is often addressed as Guan Erye (Guan the Second Master). The emphasis on brotherhood and the observation of the oath are the skeleton of the storyline.

Liu Bei had the finest smith forge for Guan Yu a



Yongning She, outside the temple.

ANTROPOLOGIA

weapon—*qinlong yan yue dao* 青龙偃月刀 (Green Dragon Crescent-Moon Blade) weighing 82 *jin* 斤 (catties). This weapon resembles a halberd, and is also called *dadao* 大刀 (big blade). It is more commonly known as *guandao* 关刀 (the blade of Guan), named after Guan Yu because tradition has it that it was designed by him. That is why Guan Yu is often depicted holding a blade as his attribute.

In Guan Yu's debut in *Sanguo Yanyi*, his marvellous martial arts skills and boundless self-confidence are portrayed in the episode called 'killing Hua Xiong 华雄 before his wine has time to cool' (Chapter 5). The other pivotal episodes of heroic exploits assigned to Guan Yu are narrated in 'beheading Yan Liang 颜良' (Chapter 25) and 'slaying Wen Chou 文丑' (Chapter 26), both of whom are Cao Cao's enemies. As a maverick warrior, Guan Yu is described in 'riding alone for thousands of leagues' (Chapter 27) and 'the lone swordsman attending a banquet' (Chapter 66). No doubt, all these scenes consolidate the image of Guan Yu as a supreme warrior possessing extraordinary physical strength and martial prowess.

What makes Guan Yu an enduring cult figure is his unswerving loyalty to Liu Bei. His exceptional integrity and moral rectitude are narrated during his brief sojourn in Cao Cao's camp (Chapters 25 to 28). Cao Cao greatly admired Guan Yu and praised him, 'Truly, a man of honour'.⁴⁰ Throughout the novel, Guan Yu is the only person whom Cao Cao holds in the highest regard.

In order to win Guan Yu's heart in service to him, Cao Cao showed him exceptional generosity. He gave him the famous steed 'Red Hare' and ten beautiful maidens to serve him. But Guan Yu in turn sent the maidens to wait on Liu Bei's two wives, Lady Gan 甘 and Lady Mi 糜, who were also stranded in Cao Cao's camp. Despite the lavish treatment, he refused Cao Cao in order to assist Liu Bei. Guan Yu's steadfast refusal of Cao Cao's blandishments and benevolence was plainly guided by absolute loyalty to his sworn brother.

During the journey back to Xuchang 许昌 (the capital), Cao Cao came up with a plan to disrupt the proprieties between lord and liege man: one night, he assigned Guan Yu and his two sisters-in-law (the two wives of Liu Bei) to a single chamber. Guan Yu never entered the chamber; he remained at attention outside the door, holding a candle that burned through the

night until dawn (Chapter 25). He thus eluded Cao Cao's stratagem, and displayed the virtues of abstinence and decorum.

Firm in his decision to join Liu Bei, Guan Yu killed six of Cao Cao's generals who tried to prevent him from leaving, at five mountain passes (Chapter 27). On the surface, the episode of slaying six generals and breaching five passes illustrates his military prowess and determination to leave Cao Cao, but it is also a brutal way to fulfil his personal bond to Liu Bei. These generals fall victim to Guan Yu's overwhelming sense of personal honour, or righteousness (*yi*).

After a hazardous journey of thousands of leagues, Guan Yu managed to escort the two ladies back to Gucheng 古城, where they were reunited with Liu Bei (Chapter 28). The two episodes 'holding a candle until dawn' and 'escorting the sisters-in-law for thousands of leagues' may well intend to commend Guan Yu's propriety and sexual abstemiousness. Guan Yu's ability to withstand feminine charms makes him a great hero in the novel.

Above all, Guan Yu's excessive sense of personal honour was manifested in his 'honourable release' of Cao Cao at the Huarong Trail 华容道 after the Battle of the Red Cliffs (Chapter 50). In this decisive episode, Cheng Yu 程昱 told Cao Cao, 'Guan Yu is arrogant toward his superiors but displays sentimental weakness toward those in an inferior position to him'.⁴¹ But later, Cheng Yu suggested quite the opposite about Guan Yu, 'He knows clearly the difference between obligation and enmity, and he has ever demonstrated good faith and honour'.⁴² Cao Cao then made an eloquent petition for release. Still grateful to Cao Cao for his past generosity, Guan Yu agreed to release Cao Cao and his men unharmed.

In this instance, Guan Yu committed a capital crime. Under martial law, Zhuge Liang 诸葛亮 (chief advisor to Liu Bei, also confirmed as director general after Liu Bei's ascension as King of Hanzhong in Chapter 65) ordered the guards to execute him. But he was promptly saved by Liu Bei, who honoured their former covenant 'to live and die—as one'. Zhuge Liang was certainly annoyed by Guan Yu's breach of discipline.

In popular tradition, the association between Guan Yu and the concept of honour, or righteousness, constitutes an integral part of the veneration of Guan Di. But in the words of Andrew Plaks, 'Guan Yu's overblown sense of personal honour raises one of the

most agonised issues of the entire work: the conflict between private and public standards of morality, or that between self-image and responsibility to others'.⁴³ Guan Yu sacrifices the interest of Liu Bei's court for his own personal honour, and in fact he totally betrays Liu Bei, though he always displays ostentatious loyalty. The 'honourable release' of Cao Cao eventually spells the tragic fall of the strategic Jingzhou 荆州, and his own death.

In the episode called 'Hua Tuo 华佗 scraping the poison from Lord Guan's bone' (Chapter 75), Guan Yu displayed an incredible force of will. His right arm was wounded by a poisoned arrowhead in a battle. The surgeon Hua Tuo scraped his arm open to the bone with a knife, with no indication of using anaesthetic. While everyone present blanched and covered their face, Guan Yu continued eating and drinking, laughing and talking and playing chess, showing no sign of pain. This scene offers a most heroic and impressive image of Guan Yu's stoic forbearance.

GUAN YU'S HUMAN FLAWS

In spite of the fact that the divine image of Guan Yu had been nourished in popular consciousness over the centuries before the publication of *Sanguo Yanyi*, Luo Guanzhong probed beneath the heroic surface of Guan Yu. He did not totally brush aside his mortal weaknesses as described by Chen Shou in the official history.⁴⁴ Throughout the novel, Guan Yu's staunch pride, arrogance and haughtiness are covertly narrated.

When Guan Yu was charged with the defense of Jingzhou (Chapter 63), he planned to divide his army and repel Cao Cao and Sun Quan's joint attack. Zhuge Liang, knowing Guan's over-confidence and overweening pride, advised him instead to repel Cao Cao in the north, but conciliate with Sun Quan in the east. Obviously, Zhuge Liang was displeased with Guan Yu's lack of strategic skill in combating the two intruding forces by dividing his army.

Guan Yu also proved himself to be both jealous and naïve in the episode when Ma Chao 马超 was honoured with the title 'General in charge of Pacification of the West' (*ping xi jiangjun* 平西将军) (Chapter 65). He felt hurt and wanted to challenge Ma Chao to a contest to determine who was the better warrior. Zhuge Liang, having a clear understanding of his narrow-minded personality, sent Guan a letter in Jingzhou

assuring him that his martial prowess was incomparably superior to that of Ma Chao's. Only then was Guan Yu's foolhardy temper tamed; only then did he lose an interest in challenging Ma Chao to a trial of skill.

After Liu Bei proclaimed himself King of Hanzhong 汉中王 (A.D. 219), Zhuge Jin 诸葛亮 (brother of Zhuge Liang) advised Sun Quan to plan a joint action against Cao Cao by arranging a marriage between Sun Quan's son and Guan Yu's daughter (Chapter 73). Binding the two houses together would destroy Cao Cao's camp. However, Guan Yu proudly ignored Zhuge Jin's advice and responded instead with a burst of anger. His arrogant rejection of Sun Quan's offer of a marriage bond, on the one hand, was detrimental to Liu Bei's interests in forming an alliance with Sun Quan against Cao Cao; and on the other, it was one of the reasons leading to his beheading at Sun Quan's hand.

Guan Yu's unmitigated arrogance was evident in his burst of wounded pride in 'the ranking of the five generals' (Chapter 73). Liu Bei honoured Guan Yu, Zhang Fei, Zhao Zilong, Ma Chao, and Huang Zhong 黄忠 as the 'Five Tiger Generals' (*wu hu da jiang* 五虎大将). Although Guan Yu was appointed chief of these generals, he nevertheless reacted violently against being in the same league with the old warrior Huang Zhong. Fei Shi 费诗, a captain in the forward unit, tactfully soothed his rage by reminding him of his bond of sworn brotherhood with Liu Bei. Guan Yu was flattered and instantly received the seal of office with due reverence. This incident plainly reveals his ignorance, vanity and hostility towards his own peers.

Guan Yu's ultimate downfall lay in his stubborn refusal to listen to Wang Fu 王甫, who told him to escape Sun Quan's ambush by taking the main road. Guan Yu instead insisted on continuing to travel along small pathways. He was thus caught and decapitated at the age of 58 (Chapter 77). His death is mainly due to his stupidity and haughtiness. In addition, there are two decisive instances in which Guan Yu wreaks irreparable havoc on Liu Bei's court. Had he not released Cao Cao at the Huarong Trail, and had he not refused Sun Quan's offer of a marriage bond, Liu Bei would not have been tortured between two powerful enemies.

In a posthumous comment, the author puts into Zhuge Liang's mouth the historian's evaluation of Guan Yu as *gang er zi jin* 刚而自矜 (unyielding and self-important) (Chapter 78).⁴⁵ In discussing Guan Yu's tragic delusions of grandeur, Andrew Plaks points out, 'In each

ANTROPOLOGIA

of the major scenes focusing on Guan Yu as an individual, we witness what might be called an overplaying of the role of the noble hero. This is brought out at several points in the narrative where his insistence on cleaving to his own self-image as an honorable man leads to serious moral quandaries or else to costly defeats'.⁴⁶ Guan Yu's surfeit of valour, willful arrogance and towering haughtiness are the shortcomings that ultimately lead to his own destruction. Regardless of the hero's human flaws, his image has never ceased to be admired, and the cult of Guan Di enjoys surging popularity.

UPWARD MOBILITY OF GUAN YU

In his lifetime, Guan Yu was not granted any imposing titles. During his brief service in Cao Cao's camp, Emperor Xian (a puppet ruler of the Han dynasty under Cao Cao's control) conferred on him the title Adjutant General (*pian jiangjun* 偏将军) (Chapter 25). Soon Emperor Xian raised him to the title Marquis of Hanshou Precinct 汉寿亭侯 (Chapter 26). When Liu Bei assumed the protectorship of Yizhou 益州, Guan Yu was promoted to the rank of General Who Eliminates the Rebels (*dangkou jiangjun* 荡寇将军) (Chapter 65). After Liu Bei proclaimed himself King of Hanzhong, Guan was appointed Chief of the Five Tiger Generals (*wu hu da jiang zhi shou* 五虎大将之首), and General of the Front (*qianjiangjun* 前将军) (Chapter 73).

Guan Yu's divine upward mobility started soon after his death in A.D. 220. Over the centuries, he has been systematically promoted as a symbol of loyalty and guardianship by the Chinese imperial state, and various honorific titles have been conferred on him.⁴⁷ His posthumous career first developed in A.D. 260, when he was given the title Brave and Faithful Marquis (*zhuang miu hou* 壮缪侯).⁴⁸ He was revered as a deity as early as the Sui dynasty (581-618). It is believed that Yuquan Temple 玉泉寺 in Dangyang county 当阳市, Hubei 湖北 province (where he died and where his tomb lies) is the oldest temple dedicated to him, and the place where the worship of Guan Yu originated.⁴⁹ During the Tang dynasty (618-907), he was magnified into a deity of mythic proportions, and became a favourite character in the genres of oral storytelling and operatic drama.

In the Song dynasty, he was given a ducal title, *gong* 公, in 1102, and was called the Loyal and Benevolent Duke (*zhong hui gong* 忠惠公). Ever since, he has been commonly known as Guan Gong 关公

(Lord Guan). In 1108, he was first ennobled as *wang* 王 (king) and gained the title Military and Protective King (*wu an wang* 武安王). This title was extended in 1187 and a higher princely status was conferred on him—Brave, Faithful, Righteous, Courageous, Military, Protective, Heroic and Supportive King (*zhuang miu yi yong wu an ying ji wang* 壮缪义勇武安英济王). The ennoblement of Guan Yu with these titles was contingent upon politics. It readily pointed to the need for divine assistance to defend the weakening Song court against the increasing pressure of attacks from the intruding Mongols in northern China. Under the Mongolian rule in the Yuan dynasty (1271-1368), moreover, Guan Yu continued to enjoy imperial favour: in 1335, he was given the title Apparitioned, Righteous, Courageous, Military, Protective, Heroic, and Supportive King (*xianling yi yong wu an ying ji wang* 显灵义勇武安英济王).

In 1594, during the Ming dynasty (1368-1644), Guan was officially elevated to godhood, and grandly ennobled as Guansheng Dijun (Saintly Emperor Guan), an appellation that honoured him as Supporter of Heaven and Protector of the Empire. Since then, he has widely and popularly been referred to as Guan Di (Emperor Guan). In 1614, this title was extended to The Celestial Honoured Saintly Emperor Guan, the Great God who Subdues Demons of the Three Worlds and Whose Divine Power is Formidable (*san jie fu mo da di shen wei yuan zhen tian zun Guansheng Dijun* 三界伏魔大帝神威远震天尊关圣帝君).

During the Qing dynasty (1644-1911), Guan Yu's divine status was further elevated. In 1652, an honorific title was conferred on him—Loyal, Righteous, Divine, Military, Saintly Great Emperor Guan (*zhongyi shen wu Guangsheng Dadi* 忠义神武关圣大帝). Moreover, a hagiography of Guan Yu, entitled *Guansheng Dijun shengji tuzhi quanji* 关圣帝君圣迹图志全集 (*A Complete Collection of the Writings and Illustrations concerning the Holy Deeds of the Saintly Emperor Guan*), was compiled by Lu Zhan 卢湛 and published in 1693.⁵⁰ The hagiography idealises him as a man of great filial piety and good knowledge of Confucian classics.

Legend has it that Guan Yu made a special study of the Confucian classic *Chunqiu Zuozhuan* 春秋左传 (*Spring and Autumn Annals*).⁵¹ In *Sanguo Yanyi*, Guan Yu's association with this Confucian classic was put in the words of Cao Cao. When Cao Cao begged Guan Yu's

ANTHROPOLOGY

mercy to release him at the Huarong Trail, he flattered him by saying that as a result of his familiarity with this important work, he must have a sense of honour as massive and solid as a mountain (Chapter 50).

Thus Guan Yu is also popular for his erudition (according to Kam Louie he was probably illiterate) and is regarded as one of the patron deities of literature.⁵² He is venerated by the literati chiefly because he was traditionally credited with the ability to recite the whole text of the *Spring and Autumn Annals* from beginning to end.⁵³ When he is depicted as the God of Literature, he holds a book as his attribute.

In 1813, Guan Yu was canonised as Wu Di 武帝 (Military Emperor)⁵⁴ in recognition of his military prowess defending the Qing court from external threats. In 1856, during the internal disturbances of the Taiping 太平 Rebellion (1851-64), he was given a prestigious title—Guan Tafuzi 关大夫子 (Guan the Great Sage and Teacher). It is an honour equalling to that bestowed upon Confucius, and he is revered in Confucian culture. Nowadays, he is juxtaposed with Confucius in Wenwu Miao 文武庙 (the Temple of Literature and the Military). While Confucius is considered the personification of *wen* 文 (literary) qualities and honoured as the icon of scholarly attainment, Guan Yu is seen as the carrier of *wu* 武 (military) essence and revered as the icon of martial valour. In this sense, the combatant warrior is put side by side with the literary immortal in the religious pantheon.

Kam Louie is of the opinion that Chinese masculinity can be theorised as comprising both *wen* and *wu*, and this *wen-wu* paradigm is perceived to be essential for men of substance.⁵⁵ When Guan Yu gained the posthumous titles—Military Emperor and the God of Literature, he was constructed to excel in both *wen* and *wu*. He became an ideal man, embodying the balance of *wen* and *wu* in the Confucian tradition, thus epitomising the construction of Chinese masculinity.

In line with the practice and tradition of syncretism among diverse religious beliefs that flourished in the history of Chinese religion,⁵⁶ Guan Yu has gained recognition from Buddhism, Daoism and Confucianism. In Buddhism, Guan Yu is venerated as a manifestation of the Bodhisattva Sangharama 伽蓝菩萨 who guards and protects monasteries.⁵⁷ In 1104, he was formally honoured as a Daoist immortal. The Song dynasty Emperor Huizong, who reigned during the era of Chongning 崇宁, bestowed upon him the title True

Immortal of Chongning (*chongning zhenjun* 崇宁真君). In the Daoist pantheon, he is regarded as a leading subduer of demons. Above all, he is viewed as the epitome of all Chinese *de* 德 (virtues) in the Confucian ideal.⁵⁸ The historical mortal has attained full stature as a supernatural being, and is one of China's most popular folk deities. Prasenjit Duara contends that no god is more identified as a representative of Chinese culture than Guan Yu.⁵⁹

CONCLUSION

Most Chinese temples in Macao are inclined to transgress religious boundaries to enshrine myriads of Buddhist divinities, Daoist immortals and folk deities. In the polytheistic tradition, worshippers pray to a whole assortment of supernatural beings for different purposes. These temples thus provide the populace with abundant choices to select and adopt what best suits their fancy or meets their requirements. The syncretic Lian Feng Miao 莲峰庙 (Lotus Peak Temple) and Bao Gong Miao 包公庙 (the Temple of the God of Justice) are cases in point. Sanjie Huiguan / Guan Di Gumiao, however, only enshrines three main deities—Guan Di, Tai Sui, and Cai Shen.

Sanjie Huiguan was once the guild headquarters for traders and merchants from three streets in Macao. The guild's secular functions were tightly interwoven with religious elements for the sake of governing the contractual relationships in business dealings. As the guild was tarnished by time and gradually declined, the former guildhall has turned into a 'sacred space' and now opens to the general public to supplicate for divine blessings from the guild god, Guan Di. And this guildhall is simultaneously known as Guan Di Gumiao. The inseparable relationship between the guildhall and the temple points to the business activities integrating with religious supervision and sanction. The integrating functions of the guildhall-temple thus encourage the guild members to uphold honesty and fairness in business transactions, and to observe reliability and fidelity to trading contracts under divine surveillance.

As Guan Di has long been taken as the signifier of probity and justice, he was consecrated as the patron of traders and merchants in Sanjie Huiguan, and assigned the duty of seeing to proper business discussions and conclusions. The incorruptibility and trustworthiness are the requisites that would play a

ANTROPOLOGIA

crucial part in trade and commerce, and traders and merchants are expected to be upright and fair in the Chinese community. Apart from Guan Di's role as the guild god in this guildhall-temple, he is also honoured as one of the wealth gods. This attribute does not only extol his spirit of righteousness; but also palpably speaks for the virtuous principle of acquiring wealth through rightful and lawful channels; and to dispense wealth under legal and moral tenets.

The portrayal of Guan Yu in *Sanguo Yanyi* has transcended the real personage presented by Chen Shou in the official history. Roy Andrew Miller maintains, 'the fictional Guan Yu has completely replaced the historical one in the Chinese imagination'.⁶⁰ Notably, Guan Yu starkly surpasses his two sworn brothers in the divine realm. Liu Bei was only deified as the God of Basket-makers,⁶¹ since his early vocation was making straw shoes and straw baskets. Zhang Fei was once an itinerant pork-seller, and was honoured as one of the Gods of Butchers.⁶² In contrast to the scant celebrations of his two sworn brothers, there are major festivals of the cult of Guan Di, which fall on the 15th day of the 2nd lunar month, and on his birthday—the 13th day of the 5th lunar month.

Despite Guan Yu's exaggerated sense of his own importance in the novel, his mortal flaws do not seem to have affected the development of the myth, nor invalidate the sustained veneration by all classes of people. There are a number of reasons for the cult of Guan Di to survive timelessly. First, the Chinese state authorities played a pivotal role in the standardisation of religious culture. Throughout the ages, the Guan Di myth had been expanded, reconfigured, and upheld by the imperial state. The ethico-political concepts of loyalty (to the ruling class) and bravery (in defending the country) provided the basic motivation for the imperial sanction of the cult of Guan Di. In the wake of scrupulous processes of glorification and canonisation, Guan Yu was groomed to be a divine-human and raised to godhood. The official bestowal of varying grand appellations to Guan Yu enabled the cult to flourish in the mainstream of Chinese culture. Significantly, the cult was incorporated into the pantheon of the state religion. Just like the cult of Tian Hou,⁶³ the cult of Guan Di illustrates yet another typical example of the process of apotheosis common in China.

Second, the cult espouses time-honoured socio-ethical values, such as justice, courage, patriotism, and

self-sacrifice. These values are required to pander to the common interests and needs of the general public to observe the virtues of righteousness and benevolence in brotherhood. Third, the cult has periodically been revived by mythical legends and mythological lore. Fourth, the wide circulation of *Sanguo Yanyi*, in a way, helps keeping the image of Guan Yu alive. That the cult of Guan Di can enjoy the aura of glamour for over a thousand years appears to have depended on these indispensable elements.

Similar to many mythic stories, the myth of Guan Di is not fixed but susceptible to change as time goes by. The development of the Guan Di cult is, in essence, 'invented traditions' of the repertoires of memory, symbol and myth for the purpose of inculcating ideology and beliefs to serve the imperial state and ethnic interests. The invention of tradition, as Eric Hobsbawm has put forward, 'inculcate[s] certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past'.⁶⁴ In some way or another, the popularity of the Guan Di cult reflects the ever-elevated status he enjoyed as a result of repeated imperial honourings in the past.

Guan Yu has been incessantly constructed as a valiant warrior with scholarly acumen, and comes to represent the ideal of Chinese maleness, which embodies the *wen-wu* qualities. The deified Guan Di symbolizes an all-encompassing icon in all walks of life. He is taken as the protector of temples; patron of merchants, actors; and tutelary guardian of all brotherhoods, the police force, and even secret societies. His image, or statue, is often placed facing the entrance of houses as a talisman to drive away demons and ghosts. It is believed that no malevolent spirits would dare enter into his presence. In the pantheon of Chinese popular religion, the worship of Guan Di is beyond the confines of sectarian beliefs, and he is an almost unsurpassed iconic figure.

Guan Yu's posthumous upward mobility indicates a personal triumph unparalleled by any historical personage. He is looked upon as the very personification of integrity, the protector of faith, and the embodiment of loyalty, righteousness, courage, benevolence, fidelity, bravery, generosity, and martial valiancy and chivalry. His metamorphosis to godhood has transcended a particular territorial identity, and he is worshipped by the Chinese world-wide. All in all, Guan Di stands for a significant religious symbol of Chinese national culture. **RC**

NOTES

- 1 China has the third largest number of inscribed World Heritage Sites in the world.
- 2 *Macao World Heritage*, pp. 2-3.
- 3 For the sake of uniformity in spelling, the different version in the quotations is standardized in *pinyin* romanization as Guan Yu.
- 4 There are two English translations of *Sanguo Yanyi* 三国演义. In C. H. Brewitt-Taylor's 1925 translation, the title was *Romance of the Three Kingdoms*. In Moss Roberts' 1994 version, he simply used *Three Kingdoms*. Roberts' dropped the word 'romance' for *Yanyi* because romance 'denotes a world removed from reality'. See Moss Roberts (trans.), *Three Kingdoms: A Historical Novel*, p. 1463. The English texts quoted in this paper are based on Moss Roberts' translation.
- 5 Wong Tak Hong 黄德鸿, *Aomen Xinyu* 澳门新语, p. 111.
- 6 Ibid.
- 7 C. K. Yang 杨庆堃, *Religion in Chinese Society: A Study of Contemporary Social Functions of Religion and Some of Their Historical Factors*, p. 74.
- 8 These religious rites were also observed by fraternities and secret societies.
- 9 C. K. Yang, *Religion in Chinese Society*, p. 75.
- 10 Ibid., p. 76.
- 11 Lu Ban was born in the State of Lu 鲁 during the Spring and Autumn Period. His original name was Kungshu Yichi 公输依智 and is respectfully addressed as Kungshuzi 公输子 (Master Kungshu). His birthday celebration falls on the 13th day of the 6th lunar month.
- 12 C. K. Yang, *Religion in Chinese Society*, p. 75.
- 13 en.wikipedia.org/wiki/Lo_Pan_Temple.
- 14 In Chinese tradition, the description of the placement of images in temples is from the perspective on the altar, not from the spectator's view. According to *Zhouli* 周礼 (*The Rites of Zhou*), dated to the middle of the 2nd century B.C., in ancient ancestral temples, the correct placement followed the principle of *zuozhao youmu* 左昭右穆. That is, Zhao 昭 (father) belonged to the left, while Mu 穆 (son) belonged to the right. This was in order to indicate the relative importance of the 'left side' over the 'right side'. See *Ci Hai* 辞海, p. 638.
- 15 Guan Yu is often represented in a group of three figures, sometimes flanked by Zhou Cang 周仓, his bodyguard, and Guan Ping 关平, his adopted son.
- 16 E. T. C. Werner, *A Dictionary of Chinese Mythology*, p. 515.
- 17 Basil M. Alexiev, 'The Chinese Gods of Wealth,' p. 5.
- 18 C. K. Yang, *Religion in Chinese Society*, 79.
- 19 The term "euhemerism" was named after Euhemerus, a Greek mythographer and philosopher in the 4th century B.C. He advocated the theory that the gods of mythology were merely deified mortals.
- 20 C. K. Yang, *Religion in Chinese Society*, 79.
- 21 E. T. C. Werner, *A Dictionary of Chinese Mythology*, p. 498.
- 22 The technical term "aniconic form" refers to a representation through sign and symbol without any figural image (contrast to anthropomorphic form).
- 23 E. T. C. Werner, *A Dictionary of Chinese Mythology*, p. 412.
- 24 Ibid., pp. 414-15.
- 25 In ancient times, the worship of She Ji began much earlier than the worship of Chenghuang. See E. T. C. Werner, *A Dictionary of Chinese Mythology*, p. 49.
- 26 Holmes Welch, *Taoism: The Parting of the Way*, pp. 137-9.
- 27 The other three masterworks are: *Jin Ping Mei* 金瓶梅 (*The Plum in the Golden Vase*), *Xiyou Ji* 西游记 (*Journey to the West*), and *Shuihu Zhuan* 水浒传 (*The Water Margin*, or *The 108 Heroes*). The expression *si da qi shu* 四大奇书 'four masterworks' was coined at least as early as the 17th century probably by Feng Menglong 冯梦龙 (1574-1646). See Andrew H. Plaks, *The Four Masterworks of the Ming Novel*, p. 5.
- 28 Hu Shi 胡适 (1891-1962), a leading critic and analyst of traditional Chinese culture, blatantly denies the prominence of *Sanguo Yanyi*, claiming '*bu neng suan shi ye bu you wenxue jiazhi de shu*' 不能算是一部有文学价值的书 ('the book cannot be counted as having any literary value'). See Hu Shi 胡适, 'Sanguo Zhi Yanyi Xu' 三国志演义序, collected in *Hu Shi Wencun* 胡适文存, *juan* 2, vol. 2, pp. 470-3. His comments are meticulously refuted by Dong Meikan 董每戡 in his *Sanguo Yanyi Shilun* 三国演义试论, pp. 1-13.
- 29 *Sanguo Zhi* 三国志 was annotated by Pei Songzhi 裴松之 (372-451), who added his own commentary.
- 30 Luo Guanzhong's 1522 version had fallen into oblivion and remained undiscovered until early in the 20th century. See Moss Roberts (trans.), *Three Kingdoms*, p. 1463.
- 31 Ibid., p. 1462.
- 32 Quoted in Andrew H. Plaks, *The Four Masterworks of the Ming Novel*, p. 374.
- 33 C. T. Hsia 夏志清, *The Classic Chinese Novel*, p. 35ff.
- 34 Moss Roberts (trans.), *Three Kingdoms*, p. 12.
- 35 Ibid.
- 36 Luo Guanzhong did not include this legend in *Sanguo Yanyi*.
- 37 Qiu Zhensheng 丘振声, *Sanguo Yanyi Zonghengtan* 三国演义纵横谈, p. 47. On the English version of the story, see Jonathan Chamberlain, *Chinese Gods*, 'Kuan Ti: God of War', pp. 49-50.
- 38 Kam Louie, *Theorising Chinese Masculinity: Society and Gender in China*, pp. 27-8.
- 39 The expression 'Peach Garden pledge' often refers to forming a brotherhood, but it is also implicitly riddled with connotations of homosexuality. See Wolfram Eberhard, *Dictionary of Chinese Symbols*, pp. 227-8. On the implied sexual relationship between the men in the novel, see Louie, *Theorising Chinese Masculinity*, Chapter 2 'Portrait of the god of War Guan Yu: Sex, Politics and Wu Masculinity'.
- 40 Moss Roberts (trans.), *Three Kingdoms*, p. 305.
- 41 Trans. Andrew H. Plaks, *The Four Masterworks of the Ming Novel*, p. 409 n. 163.
- 42 Moss Roberts (trans.), *Three Kingdoms*, p. 593.
- 43 Andrew H. Plaks, *The Four Masterworks of the Ming Novel*, p. 413.
- 44 See Chen Shou 陈寿, *Sanguo Zhi*, *juan* 36, annotated by Pei Songzhi, vol. 4, pp. 939-42.
- 45 In the official history, Chen Shou sums up Guan Yu's character as *gang er zi jin* 刚而自矜 (unyielding and self-important). See Chen Shou, *Sanguo Zhi*, *juan* 36, annotated by Pei Songzhi, vol. 4, p. 951. In commenting on the tragic hero, Hu Shi seems to repeat Chen Shou's remarks that Guan Yu is *yige jiao'ao wumou de wufu* 一个骄傲无谋的武夫 (an arrogant warrior with no sense of strategy). See Hu Shi, 'Sanguo Zhi Yanyi Xu', collected in *Hu Shi Wencun*, *juan* 2, vol. 2, p. 473.
- 46 Andrew H. Plaks, *The Four Masterworks of the Ming Novel*, p. 411.
- 47 On Guan Yu's posthumous titles over the centuries, see Lu Zhan 卢湛 (compiled), *Guansheng Dijun Shengji Tuzhi Quanji* 关圣帝君圣迹图志全集, *juan* 1. See also Qiu Zhensheng, *Sanguo Yanyi Zonghengtan*, pp. 42-3.
- 48 The Chinese character 繆 and 穆 were used interchangeably in olden times, embracing the concept *yi* 义.
- 49 en.wikipedia.org/wiki/Guan_Yu.
- 50 The compilation of Guan Yu's hagiography was prompted by the alleged discovery of his genealogy hidden among some bricks in a well in his birthplace in Xiezhou. See Prasenjit Duara, 'Superscribing Symbols: The Myth of Guandi, Chinese God of War', *The Journal of Asian Studies* (vol. 47, no. 4, 1988), p. 784.
- 51 *Chunqiu Zuozhuan* 春秋左传, covering a time span from 722 B.C. to 468 B.C., was written by a number of authors.

ANTROPOLOGIA

- 52 Two other historical personages who have been deified as gods of literature are Zhu Xi 朱熹 (1130-1200), and Lu Tongbin 吕洞宾 (755-805).
- 53 E. T. C. Werner, *A Dictionary of Chinese Mythology*, p. 229.
- 54 Wu Di 武帝 is often translated as 'God of War' by foreign writers. However, Guan Yu is no bellicose war-mongering god. It has been argued that the translation of Wu Di should be translated as 'God who defends the state, civilisation and morality.' See Jonathan Chamberlain, *Chinese Gods*, 'Kuan Ti: God of War', p. 55.
- 55 Kam Louie, *Theorising Chinese Masculinity*, p. 11.
- 56 Lin Zhaoen 林兆恩 (1517-98) advocated and manifested religious syncretism of the Three Teachings (Confucianism, Daoism, and Buddhism) in its clearest and most detailed form in the history of Chinese religion. See Judith A. Berling, *The Syncretic Religion of Lin Chao-en*.
- 57 The Sangharama refers to a group of devas and spirits who guard monasteries and Buddhist *dharma*.
- 58 The Chinese *de* 德 (virtues) denote *wuchang* 五常 (the five principles), which are constitutive of humanity. These are: *ren* 仁, *yi* 义, *li* 礼, *zhi* 智, *xin* 信 (benevolence, righteousness, propriety, knowledge, and fidelity).
- 59 Prasenjit Duara, 'Superscribing Symbols: The Myth of Guandi, Chinese God of War', pp. 779-95.
- 60 C. H. Brewitt-Taylor (trans.), *Romance of the Three Kingdoms*, p. x.
- 61 E. T. C. Werner, *A Dictionary of Chinese Mythology*, p. 34.
- 62 Ibid.
- 63 The cult of Tian Hou has been systematically ritualised, standardised and advocated by the intelligentsia and the imperial state in order to generate a religious structure for assuring collective dignity, national identity and solidarity. See Christina Miu Bing Cheng, 'Beyond a Cultural Register: The Charm of Tian Hou'. *China Perspectives*, Special Macau Issue, no. 26, November-December 1999, pp. 72-81.
- 64 Eric Hobsbawm and Terence Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, p. 1.

BIBLIOGRAPHY

- Alexéiev, Basil M. 'The Chinese Gods of Wealth'. A Lecture delivered at the School of Oriental Studies, the University of London. Published by the School of Oriental Studies in conjunction with the China Society, 1928.
- Berling, Judith A. *The Syncretic Religion of Lin Chao-en*. New York: Columbia University Press, 1980.
- Brewitt-Taylor, C. H. (trans.). *Romance of the Three Kingdoms*. (First published 1925 by Kelly & Walsh, Shanghai). Singapore: Graham Brash (Pte) Ltd., 1985.
- Chamberlain, Jonathan. *Chinese Gods*. Petaling Jaya: Pelanduk Publications, 1985.
- Chen, Shou 陈寿. *Sanguo Zhi* 三国志 *juan* 36, vol. 4. Annotated by Pei Songzhi 裴松之. Beijing: Zhonghua Shuju, 1959.
- Cheng, Christina Miu Bing. *Macau: A Cultural Janus*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999.
- . 'Beyond a Cultural Register: The Charm of Tian Hou'. *China Perspectives*. Special Macau Issue, no. 26, November-December, 1999.
- . 'Religious Syncretism: The Harmonization of Buddhism and Daoism in Macao's Lian Feng Miao (The Lotus Peak Temple)'. *Review of Culture*. International Edition no. 5, January, 2003.
- Ci Hai* 辞海. Hong Kong: Zhonghua Shuju, 1997.
- Macao World Heritage*. Macao: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, c. 2008.
- Dong Meikan 董每戡. *Sanguo Yanyi Shilun* 三国演义试论. Shanghai: Shanghai Gudian Wenxue Chubanshe, 1956.
- Duara, Prasenjit. 'Superscribing Symbols: The Myth of Guandi, Chinese God of War'. *The Journal of Asian Studies*, vol. 47, no. 4, 1988.
- Eberhard, Wolfram. *Dictionary of Chinese Symbols*. Singapore: Federal Publications, 1990.
- Guan_Yu/en.wikipedia.org/wiki/en.wikipedia.org/wiki/Lo_Pan_Temple*
- Hobsbawm, Eric and Terence Ranger (eds.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- Hsia, C. T. 夏志清. *The Classic Chinese Novel*. New York: Columbia University Press, 1968.
- Hu Shi 胡适. 'Sanguo Zhi Yanyi Xu' 三国志演义序 (1922). In *Hu Shi Wencun* 胡适文存 *juan* 2, vol. 2. Taipei: Yuandong Tushu Gongsi, 1961.
- Louie, Kam. *Theorising Chinese Masculinity: Society and Gender in China*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- Lu Zhan 卢湛 (compiled). *Guansheng Dijun Shengji Tuzhi Quanji* 关圣帝君圣迹图志全集. First published 1693. Hong Kong: Guangxin Yinwu Gongsi, 1961.
- Luo Guanzhong 罗贯中. *Sanguo Yanyi* 三国演义. Hong Kong: Zhonghua Shuju, 1971.
- Plaks, Andrew H. *The Four Masterworks of the Ming Novel*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- Qiu Zhensheng 丘振声. *Sanguo Yanyi Zonghengtan* 三国演义纵横谈. Nanning: Lijiang Renmin Chubanshe, 1983.
- Roberts, Moss (trans.). *Three Kingdoms: A Historical Novel*. Beijing: Foreign Languages Press, 1994.
- Welch, Holmes. *Taoism: The Parting of the Way*. Boston: Beacon Press, 1957.
- Werner, E. T. C. *A Dictionary of Chinese Mythology*. Shanghai: Kelly and Walsh, 1932.
- Wong Tak Hong 黄德鸿. *Aomen Xinyu* 澳门新语. Macao: Associação de Educação de Adultos, 1997.
- Yang, C. K. 杨庆堃. *Religion in Chinese Society: A Study of Contemporary Social Functions of Religion and Some of Their Historical Factors*. Berkeley: University of California Press, (3rd printing), 1970.
- Yang, Winston Lih-yeu. *The Use of San-kuo Chih as a Source of the San-kuo-chih yen-i*. (Unpublished Ph.D. dissertation, Stanford University 1971) Ann Arbor, Mich.: University Microfilms International, 1981.

Rio de Pérolas, Rio de Confluências

Marcas Civilizacionais nos *Contos Chineses* de Deolinda da Conceição

Gustavo Infante*

A CABAIA

Se estamos realmente convencidos de que é pela capa que qualquer livro começa, de que é a partir da capa que se abre um pequeno cosmos, então devemos começar por atentar na capa original dos *Contos Chineses* de Deolinda da Conceição, para, a partir daí, viajarmos até ao imaginário destes contos.

A capa original, datada de 1956, vem reproduzida na última edição dos contos.¹ Esta capa deixa já antever uma das grandes tónicas destas curtas narrativas – a oposição entre duas culturas. Na capa, o “cenário” é preenchido com elementos chineses à esquerda, elementos ocidentais à direita. No centro, figura uma mulher, ela própria uma síntese das duas culturas: uma cabaia, uma cintura esguia, a delicadeza móvel das mãos são o contraponto ao cigarro, às unhas longas e cuidadosamente pintadas, aos brincos. A cara contém em si um *chiaro-scuro* que perpassa em quase todos os contos, seja numa perspectiva social, seja civilizacional ou sexual.

Uma das outras particularidades da obra reside, quanto a mim, no seu título. À colectânea de contos

a autora chama *Cheong-Sam*, o nome dum tecido ou duma túnica de seda fina, fazendo corresponder o nome cantonês ao português “Cabaia”. Na quase totalidade destas breves narrativas, Deolinda da Conceição apresenta-nos a figura feminina, normalmente jovem, normalmente oriental, ou num contexto totalmente chinês, ou num contexto português, ocidental. Da leitura dos contos, concluímos quão ímpar se revela este título, pois “cabaia” cedo se revelará uma metonímia para “mulher”.

O conto que abre o livro, ele próprio intitulado “Cheong-Sam”, revela-nos um destes trajes a perseguir, em sonhos, A-Chung, feito prisioneiro depois de ter assassinado Chan Nui, sua esposa, que fugira dele e da guerra para a China ocidentalizada. A-Chung está visivelmente perturbado:

“Tirem-mo da frente, rasguem esse *cheong-sam* que me persegue, lancem-no ao fogo. Maldita coisa que parece rir-se de mim, que parece ter vida ainda, a vida daquela... que eu matei. Ah! Está morta e bem morta, mas vingá-se desta maneira, perseguindo-me com o seu *cheong-sam*..., mas hei-de rasgá-lo e fazê-lo em farrapos, como o fiz a ela.”²

O regresso de Chan Nui, depois de ter trocado o marido por um “ricaço da cidade vizinha”,³ comporta a assunção por parte desta mulher da vida sofisticada e de estilo ocidental. Para este importante facto alerta Mónica Simas,⁴ ao afirmar que “Chan Nui implica a apropriação dos códigos da sociedade moderna ocidental. A sua despersonalização, transforma-a numa estranha à velha moldura tradicional.” O próprio

* Degree in Classics from Lisbon University's Faculty of Arts. Worked as a Portuguese language assistant at Beijing Foreign Studies University from 2003 to 2007. Currently lecturing in Portuguese at Bristol University where he is completing a Ph.D. on Comparative Portuguese and Chinese Literatures.

Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Entre 2003 e 2007 trabalhou como Leitor de Português na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim. Actualmente lecciona português na Universidade de Bristol, instituição onde prepara o doutoramento em literaturas portuguesa e chinesa comparadas.

LITERATURA

conto é, porém, peremptório em deixar vincado que as mudanças maiores operadas em Chan Nui ocorreram durante os seus estudos no “novo mundo”.⁵

OS *CONTOS CHINESES* OU A TEORIA DOS ELEMENTOS

Este primeiro conto funciona, de facto, como um “conto-exemplo”, bastante denotador e programático em relação à estética de Deolinda da Conceição. Vejamos. Em primeiro lugar, há quase sempre uma referência ao elemento “guerra”. Este elemento cumpre vários papéis: referência espacio-temporal; causa e consequência avassaladora do destino das personagens; guerra ou conflito interior, sobretudo no contrabalanço entre duas civilizações. No seu sentido mais estrito, esta “guerra”, ceifeira de vidas, cadafalso das personagens, aparece exemplarmente caracterizada como vitimizadora da existência nos contos “Aquele Mulher” e “A Louca”. Em ambos, as mulheres sofrem perdas sentimentalmente incalculáveis, o que as leva a situações de indigência e loucura. Se em “A Louca” temos uma descrição quase circular e mais contemplativa, o mesmo não se poderá dizer de “Aquele Mulher” em que a narradora, utilizando toda a carga emotiva da primeira pessoa – “Quando a vi pela primeira vez, tinha ainda o aspecto duma pessoa saudável”⁶ – conclui anastroficamente que “Assim fazem os homens a guerra, vitimando mulheres e crianças”.⁷ Com o tempo, a narradora vai-se (e vai-nos) dando conta da degradação a que foi exposta esta mulher e a sua família, pelo que a sua conclusão não é senão um grito de revolta e, ao mesmo tempo, uma contrastada constatação.

Aliado a este elemento “guerra” observamos claramente a existência do elemento “incompreensão”, nomeadamente a terrível incompreensão que, também adveniente das diferenças culturais, existe entre os seres masculinos e os femininos destes contos.

Finalmente, uma terceira característica concatena, quase totalmente, os *Contos Chineses*: o recurso à analepse e à prolepse. Numa descrição assaz fotográfica, a narradora apresenta, quase sempre, uma situação presente, cuja tristeza ou alegria é explicada recorrendo à narração dos acontecimentos anteriores, que vão contextualizar o leitor para o presente da narração. Este preceito, se bem que muito comum na literatura ocidental, não deixa de ter o seu toque de orientalidade, sobretudo pela palavras com que Deolinda nos deleita.

Embora não estejamos directamente a lidar com um exemplo de *ut pictora poesis*, podemos notar na escrita de Deolinda da Conceição uma ligação à terra quase eléctrica através do fio condutor narrativo: é como se houvesse uma pintura que nos é descrita ou que nós vemos. Todos os intervenientes constam dela, todo o cenário adquire automaticamente um movimento semelhante ao de um calígrafo que se exercita. Para esta nossa visão dos acontecimentos narrados, não deixa de contribuir o facto de Deolinda da Conceição se revelar um narrador omnisciente e tendencialmente heterodiegético. Exemplos desta técnica descritiva são ceia lauta nos *Contos*. Debruço-me, assim, sobre as primeiras linhas dos “Demónios do Ocidente”, os “Sai long Cuai”:

“O frio tinha afugentado das ruas as gentes que, sob o tecto morno dos lares, passavam as longas horas da noite em reuniões familiares. Uma chuva miúda e impertinente dava aos caminhos um aspecto sinistro. As luzes projectavam-se baças na superfície das estradas asfaltadas, onde os passos dos caminhantes tinham um ruído estranho.

Acorados nas arcadas e debaixo das árvores mais frondosas, viam-se grupos de homens, mulheres e crianças esperando pacientemente a esmola de um caldo quentinho ou duma tigela de arroz. [...]

E a chuva persistente ia roubando as esperanças dum auxílio imediato, pois as ruas desertas e as portas fechadas falavam da solidão e abandono daquela multidão de seres arrancados aos seus lares e lançados para a mais negra miséria.”⁸

Este conto de enorme carga sinestésica ao nível das sensações do leitor incide, também, em duas comunidades que se cruzam. É interessante notar no seu desfecho que das “bocas agradecidas” dos mendigos saia uma prece: “Buda conserve estes *sai iong cuai* por muito tempo nestas paragens.”⁹

O CRUZAMENTO DE DUAS CIVILIZAÇÕES E O RETRATO DA MULHER EM AMBAS

Outro entrecruzamento de duas culturas surge-nos no conto “O Calvário de Lin Fong”. Aliás, o espaço do conto é a própria Macau, o que por pouco já deixa adivinhar este entrecruzar de elementos díspares na sua essência: “A tarde caía suavemente sobre Ou Mun”.¹⁰ A jovem Lin Fong está dividida entre A Cheoc e “ele”, um português, sempre referido entre aspas, de identidade

LITERATURE

velada. O amor neste conto é magistralmente descrito como uma *via crucis* – há um caminho a percorrer, com as suas quedas, as suas perdas e ganhos, as suas estações de via sacra. Este calvário é, acima de tudo, um calvário interior e de incerteza. É o calvário de, ainda por cima com uma mãe tuberculosa, a jovem se ver dividida entre dois homens simbolizando dois fios de História tecidos de forma totalmente antagónica. É o calvário de uma jovem com uma axiologia titubeando entre dois mundos:

“[Ela] sentia incendiar-se-lhe o sangue nas veias sempre que “ele” amorosamente lhe enlaçava a cintura, enquanto que o pensamento de A-Cheoc, com as suas ridículas insinuações, a revoltava no mais íntimo do seu ser.”¹¹

A partir deste trecho, não devemos esquecer a diferença cultural no que concerne a proximidade física e o toque.

Ainda no mundo dos encontros civilizacionais, os contos de Deolinda da Conceição são categóricos em clarificar que, quando as duas civilizações chocam, há sempre uma que deita tudo a perder. “A Esmola” e “Conflito de Sentimentos” são contos que seguem esta temática, mas que, além disso, são bastante semelhantes no ambiente que criam:

“A multidão comprimia-se no pequeno cais, inquieta e impaciente, desejosa de pôr cobro àquele dever imposto pela etiqueta e tão desagradável sempre quando apenas o imperativo de bom tom o exige.”¹²

“No cais movia-se uma multidão compacta que se acotovelava com aquele à vontade que permanece nas grandes aglomerações. O burburinho era ensurdecedor. Uns partiam, outros vinham apenas ver partir o grande navio que seguia rumo ao Novo Mundo, essa América distante, terra de promessa para tantos que, na sua pobre China, tinham sofrido os mais dolorosos momentos e as mais duras privações.”¹³

Em “Conflito de Sentimentos” há um narrador-testemunha que presencia a atitude contemplativa duma mulher que se despede do filho. Uma mulher, agora como que vencida, que, depois de ter feito a sua escolarização fora, voltara à China condenando o costume dos homens terem mais de uma esposa. O seu marido encontra a companhia de uma concubina e “a indiferença do filho chocava-a”.¹⁴ Neste conto porém, é discutível qual a civilização que deita tudo a perder,

pois, se analisarmos à luz dos sentimentos da mãe, o resultado será contrário ao de uma análise segundo os sentimentos e interesses do mundo masculino.

No conto intitulado “A Esmola” há, entre a multidão que se comprimia no cais, um jovem filho de um pai “da velha Europa” e de uma mãe, descrita como “aquela pobre mulher chinesa, ignorante, de pé descalço, sem a mais ligeira noção de educação, que o pai levava para casa um dia numa situação indefinida, não sabia se de serviçal, se de mulher sem a defesa do matrimónio”.¹⁵ Este jovem, no cais, desejoso de escapar dos “olhares curiosos que na sua frente pareciam procurar o estigma da sua origem”,¹⁶ parte para longe deixando, sob um rosto severo, uma esmola à sua mãe que compulsivamente chora e que brada, despedaçada, “Ele deu-me uma esmola, ele deu-me uma esmola, em troca da vida que lhe dei!”¹⁷

A entidade feminina é, assim, descrita como vítima, acoçada por inúmeros factores que lhe deveriam apenas ser externos, mas nos quais ela se vê enredada: sofrimento, incerteza, frustração e – aquele que me parece ser mais explorado pela narradora – ingratidão. O primeiro dos *Contos*, “Cheong-Sam”, é disto exemplo. Se bem que para A-Chung o facto de a mulher estar empregada num dos “*dancings* da cidade” era símbolo de revolta, para ela tal simbolizava sinal de apreciação da sua beleza e, acima de tudo, garantia de comida no prato ao fim do dia. Desta feita, a sua revolta contra A-Chung é, na sua perspectiva de mulher, uma revolta contra a ingratidão do homem com quem casara. É a mudança gradual no comportamento do A-Chung que leva à fatal fuga de Chan Nui.

“Apenas, entre o casal, o silêncio tornava-se cada vez mais profundo, mais longo. Fugiam de se olhar e A-Chung, por mais de uma vez, atirara com os *fai-tchi* ao chão, num gesto de revolta contra aquele arroz comprado com o preço elevado da sua dignidade de homem e de marido.

Verdade seja que Chan Nui se limitava a dançar com os numerosos ricaços que a procuravam sempre. E, quando um dia sentiu tentações de a abraçar, viu surgir diante de si aquela cabaia que tantos conheciam e enlaçavam. Sentiu desejos de a esfarrapar, mas o arroz que ela trazia era indispensável para os filhos...

Tornou-se taciturno, impaciente e neurasténico, a ponto de castigar os pequenos com frequência. Depois, caía em si e chorava amargamente no

LITERATURA

isolamento do seu cubículo, enquanto no salão do *dancing* Chan Nui passava horas rindo-se e conversando animadamente.”¹⁸

AS ALUCINAÇÕES DE AO GE – ESBOÇOS
DE ENSAIO SOBRE ALGUMA
“IMUTABILIDADE TEMÁTICA” NA ESCRITA
FEMININA DE MACAU

Voltando ao ambiente d’ “A Esmola”, vemos que a narração indubitavelmente cinematográfica deste conto, bem como a situação que nele se vive, de um rapaz que vê na sua mãe uma mera serviçal de raça inferior, é ponto de partida para uma comparação com a obra *As Alucinações de Ao Ge*, da escritora Liao Zixin.¹⁹ Jornalista chinesa, nascida no Camboja em 1959, Liao Zixin vive a sua juventude no Laos e só depois se muda para a China. A partir de 1980 começa a colaborar com diversas publicações de Macau, estendendo-se a sua produção desde o jornalismo ao romance e à crítica literária. A residir em Macau, Liao Zixin, também autora de uma recolha de críticas literárias denominada *Literatura Feminina de Macau*, escreveu, no simbólico ano de 1999, um “conto alargado” que retrata a vida do macaense Ao Ge e, à semelhança de Deolinda da Conceição, revela-nos, numa analepse extremamente viva, a infância e a adolescência (bem como a crise que lhe é intrínseca) deste homem que se questiona sobre a sua existência.

A narração abre com uma cena de quarto, de cama e de amanhecer. Ao Ge estremece e, a custo, lembra a noite anterior: o passeio pelo 9.º bairro de Paris, que lhe relembra Macau e Lisboa, a noite passada com um travesti de quem recorda os seios postíços e a maçã-de-adão saliente. A frase que o travesti lhe murmurou naquelas horas de luxúria – “meu chinês filho da puta!”²⁰ – serve de tema às grandes questões que o atormentam: “o que sou eu?” Além de uma sexualidade que Ao Ge tem dificuldade em definir, há uma identidade, uma nacionalidade, que ele próprio não descortina.

Deste modo, somos lançados para a sua infância. Desde cedo, Ao Ge se lamentava de ser o único dos cinco irmãos a ter uma cara totalmente asiática. Lamentava-se, sim, mas até ao dia em que, chegando a casa a sangrar do nariz depois de travar uma rixa na escola, se olha ao espelho e descobre em si o “nariz direito” do seu avô português. O seu avô casara com

uma chinesa, uma avó que Ao Ge recordava com muito carinho, lembrando-se do aroma das suas sopas e da forma como acudira ao neto com o seu nariz “tão perfeito”, todo esmurrado.

Todas estas alucinações que assomam o pensamento de Ao Ge, são-nos por ele referidas como algo que Macau gera nele. O espaço “Macau” despoleta, assim, contra-sensos existenciais, pelo menos, os que sejam fruto desta amálgama sanguínea. São esses mesmos contra-sensos que Liao Zixin e Deolinda da Conceição nos revelam na sua escrita, neste deambular interno que asfixia as personagens. De facto, Ao Ge e as mulheres de Deolinda da Conceição – Chan Nui, em “Cheong-Sam”; Lin Fong, no seu calvário; a velha mãe *desnominada* de “A Esmola”; a outra mãe anónima de “Conflito de Sentimentos”; a jovem d’ “O Refúgio da Saudade” – vivem numa asfixia civilizacional e, no caso das mulheres dos contos de Deolinda, despertar a cabaia para deixar o ar entrar pode representar uma *hybris* tão trágica quanto a da Grécia Antiga. É, na verdade, esta *hybris* que Chan Nui comete e que, por isso, a paga com a sua morte, num desvario que lhe acomete seu marido – ela ousou abandoná-lo e aos seus três filhos, seguindo o encanto de um bom guarda-roupa e de preciosas jóias.

A escrita destas duas autoras toca-se nestes pontos, não sendo de menosprezar alguns dos contos de Maria Ondina Braga, onde as mulheres também sofrem e perecem muitas vezes. Parece assim existir como que uma “imutabilidade temática” em relação à condição feminina: Macau, espaço pequeno, adensa dramas que são transpostos para a escrita. Deste adensamento, sobretudo em Deolinda da Conceição, há uma noção do pesado fardo que pode representar a herança (ou a hereditariedade...) da culpa.

INFLUÊNCIAS DE ANGÚSTIA

Alguns contos trazem à memória curiosos referentes, aos quais gostaria de fazer menção devido, sobretudo, aos elos que se estabeleceram na minha mente. O conto “O Modelo” traz-nos uma curiosa simbiose da tradição clássica e da tradição da moral que cada história deve conter. A jovem Daphe, dotada de uma beleza ímpar, torna-se modelo para quantas havia da sua idade. Um dia, o vestido que trazia incendia-se e ela fica gravemente queimada. É neste momento que Deolinda da Conceição reinventa a dicotomia da “bela-feia” e da “feia-bela”, referindo-se à nova situação de

LITERATURE

Daphe. Apesar de transfigurada, enfrentou firmemente a sua nova condição: “dedicou-se à adopção de jovens órfãs, transformando a sua linda casa numa escola de arte. Ali encorajava as raparigas infelizes a dedicarem-se a recompor a sua vida, educava-as e preparava-as para aceitar com coragem as grandes contrariedades.”²¹ A narração termina, à guisa de moral, referindo a narradora que Daphne se tornara num modelo “agora bem mais digno de ser copiado”.²² Não é à toa que Deolinda da Conceição escolhe para este conto o nome “Daphne”. Na mitologia grega, Daphe (ou Dafne) foi a ninfa que Apolo muito amou. Logo à partida, o facto de ser a ninfa amada pelo deus da beleza delega nesta jovem uma carga de incomparável pulcritude. O destino da Dafne grega é igualmente trágico. Embora, haja várias variantes da lenda, todas são unânimes no fado final da ninfa, transformada por Zeus em loureiro, curiosamente a planta favorita do deus Apolo.

O segundo referente é aquilo que se podia designar como “Gata Borralheira do Oriente”. Em “O Casamento de Vong Mei”, a jovem protagonista que dá título ao conto, desprovida de mãe e de avó, fica “completamente à mercê da madrastra que a odiava tão somente porque as filhas que lhe nasceram eram exactamente o contrário da enteada”.²³ O conto tem um desenvolvimento e desfecho fantásticos, de carácter oriental, pois Vong Mei acaba morta, desposando um jovem também já falecido. Na verdade, a mãe de Vong Mei “tinha encontrado, no mundo para onde fora, uma velha amiga que tinha na sua companhia um filho”²⁴ e, assim, puderam ambas as mães preparar estas núpcias *post mortem* mas nem por isso infelizes.

“O Refúgio da Saudade” narra-nos uma história triste de um bairro alegre. Sobre uma jovem chinesa cai a fatalidade de se apaixonar por um jovem arquitecto estrangeiro. Apesar de ter tido uma educação europeia, a jovem vive ciente do seu dever familiar e, portanto, racial, porém o seu amor é tão grande, que revela sem pudor à sua mãe a vontade de desposar este jovem. Dada esta nova ao pai encolerizado, a jovem promete não mais se aproximar do jovem enquanto vivesse. Na manhã seguinte apoderou-se dela um “sono profundo” e sobre a sua mesa jazia um “pequenino cartão com as seguintes palavras: “Cumprimento a minha promessa”.²⁵ O destino desta jovem não deixa de ter um eco, ainda que distante, de “Num Bairro Moderno” de Cesário Verde. Neste bairro moderno e, necessariamente, rico, da “larga rua macadamizada”,²⁶ constrói-se toda uma

descrição em primeiro lugar do bairro em si e logo a seguir duma rapariga, também ela desgraçada.

A mesma contradição existe. Deolinda da Conceição descreve-nos este bairro como “recanto mimoso nos subúrbios da maravilhosa cidade que, iluminada de noite, mais parecia uma rica caixa de jóias preciosas”.²⁷ Cesário apresenta-nos todos os toques de modernidade do seu tempo:

Dez horas da manhã; os transparentes
Matizam uma casa apalaçada;
Pelos jardins estancam-se as nascentes,
E fere a vista, com brancuras quentes,
A larga rua macadamizada.

Rez-de-chaussée repousam sossegados,
Abriram-se, nalguns, as persianas,
E dum ou doutro, em quartos estucados,
Ou entre a rama dos papeis pintados,
Reluzem, num almoço, as porcelanas.²⁸

A rapariguita que Cesário nos vai descrever, embora seja a antítese da sofisticação da jovem que d’ “O Refúgio da Saudade”, é um elemento com pinceladas (às vezes profundas) de sofrimento. Ela “apregoa, magra, enfezadita,/ As suas couves repolhudas, largas”.²⁹ As couves e toda a sua venda caem-lhe ao chão e é o sujeito poético que lhe vale:

Não passa mais ninguém!... Se me ajudasse?!...

E eu acerquei-me dela, sem desprezo;
E, pelas duas asas a quebrar,
Nós levantámos todos aquele peso
Que ao chão da pedra resistia preso,
Com enorme esforço muscular.³⁰

Ambas as jovens, mais uma vez, são catalogadas como num destino totalmente adverso ao espaço na narração por onde se movem. São, por conseguinte, antíteses no *seu* espaço e antíteses do seu tempo, rígido ditador da sua condição.

Estes ecos, ou talvez influências, não deixam de conferir alguma angústia aos *Contos Chineses*, o mesmo tipo de angústia existente na poesia de Cesário. Certo que não serão o tipo de influências a que Harold Bloom se referia, utilizando autores mais canónicos, mas há, de facto, uma angústia presente, sobretudo do ponto de vista da infelicidade feminina.

LITERATURA

DEOLINDA DA CONCEIÇÃO – QUANDO A CABAIA É RASGADA

A caracterização das mulheres dos *Contos* de Deolinda da Conceição, cada destas cabaia, é gerada dum ponto de vista omnisciente. À sua narração não é alheia a sua condição de mulher, macaense, divorciada e com dois filhos, emancipada, numa sociedade que, então, era ainda mais tradicional, fruto da doutrina catolicizante do incipiente Estado Novo e fruto também do enclausuramento a que as vicissitudes da política internacional haviam votado o território de Macau – uma estrutura carregada de tradições herméticas dum e doutro lado das Portas do Cerco. De facto, como bem sublinha Brookshaw,³¹ Deolinda da Conceição simboliza a luta das mulheres pela sua libertação dos grilhões da estrutura patriarcal tradicional chinesa.³² O mesmo autor refere que, apenas compreendendo e, de certo modo vivendo, o drama dos acontecimentos de então, alguém pode escrever utilizando o mesmo tipo de conteúdo e de tema.³³

Sendo uma literatura de emancipação, os *Contos Chineses* representam, a meu ver, um expoente português da literatura engagée no feminino, duma literatura empenhada em apontar um conjunto de tipos de angústia crónica de que sofrem as mulheres de Deolinda da Conceição. São contos em que perpassa uma contemplação da desgraça, mas em que se nota um desejo imenso em sair do espartilho. Estas mulheres (e a própria Deolinda da Conceição), ao se sentirem presas, desejam romper com o estabelecido, desejam rasgar a cabaia justa que trazem – um acto necessariamente catártico: a libertação é uma purificação, uma ascense para um estado superior e, na perspectiva das suas intervenientes, necessariamente melhor.

DO OUTRO LADO DAS PORTAS

Não gostaria de terminar sem deixar de referir que, em alguns dos seus contos, a narradora nos deixa a sua opinião, ou uma reflexão, sobre a grande China, que se estende para lá das Portas do Cerco. Atendendo à época, estes juízos de valor tendem a caracterizar o Império do Meio como uma terra gasta pelo sofrimento:

“E nesta China imensa, nesta China mártir e sofredora, o grito dessa criança deve ser o eco de tantas e tantas outras que sobem todos os dias, de peitos oprimidos, a implorar ao Céu piedade para este mundo abalado por lutas fraticidas,

que vão roubando aos homens o sentimento da solidariedade humana, transformando-os em verdadeiras feras.”³⁴

Em relação à perspectiva que Deolinda da Conceição regista desta grande China, é de salientar a observação que Brookshaw³⁵ sugere: a autora é ambígua na sua posição em relação à cultura chinesa, facto que, sem dúvida, reflecte a sua condição de macaense. Ora esta ambiguidade é também, como referi, uma das grandes tónicas das *Alucinações de Ao Ge*. Voltando a esta obra, não devo deixar de fazer referência a um dos episódios mais cómicos do livro, retratando esta posição macaense em relação às culturas e à assunção das mesmas. No excerto que abaixo cito, traduzindo, Ao Ge relembra as suas aulas de mandarim, com uma professora vinda do outro lado da fronteira.

“Fazer um curso de *putonghua* é a última moda, para os funcionários públicos... Até há aulas enquanto trabalham! Já há muitos dias que os meus colegas não param de tecer comentários sobre a nova professora, uma linda *miss* acabada de desembarcar. No dia seguinte, dizem-me que ela é uma perita e é capaz de fazer frente ao mais audaz. No terceiro dia, dizem-me que a *miss* começou a brincar com os alunos, alguns dos quais foram ridicularizados. No quarto dia, alguns da turma começaram a ensinar-lhe alguns palavões em português e a sua pronúncia era perfeita.

– Ao Ge, vai amanhã às aulas! Se calhar, tu tens a capacidade de a ‘seduzir’. Lança-lhe o teu charme! – disse um colega à minha frente.

Acho que esta é uma boa razão para ir.

No dia seguinte, escolhi um bom lugar na primeira fila e sentei-me. Para ‘seduzir’ as mulheres, coragem é o bem mais necessário.

A verdade é que ela era bonita e a sua voz melodiosa era muito atraente.

– O novo colega pode apresentar-se, por favor?

– Chamo-me Ao Ge; sou solteiro.

Os outros começaram a rir. Eu senti-me satisfeito comigo mesmo.

– A professora pode também apresentar-se? É casada?

Quando as assobiadelas terminaram, ela começou a falar pausadamente.

– Os meus avós são de Macau. Nasci na China Continental e aí fiz a universidade. Estado Civil: solteira.

LITERATURE

Tudo o que era homem na aula aplaudiu. Para mudar de assunto, uma aluna ousou perguntar: – Perdão, *miss*, não foi apenas a partir dos anos 1980 que os estudantes de Macau puderam ir estudar para a China?

– Quer que eu lembre a todos a História de Macau? Toda a gente aqui, penso eu, deve ter ouvido falar dos acontecimentos do 3 de Dezembro...

Ela queria-nos explicar o 3 de Dezembro, a nós?! As mulheres não podem, de facto, ser belas e inteligentes ao mesmo tempo.

– Então, a 3 de Dezembro, os chineses de Macau entraram em conflito com o governo português. As suas manifestações foram reprimidas no seu sangue, mas o patriotismo fervente dos chineses de Macau fez com que um grande número de jovens, encorajados pelas mais nobres aspirações, partisse para estudar na Mãe-Pátria. Podemos compreender que isto tenha azedado bastante as relações entre os chineses e os portugueses...

A sala ficou em silêncio. Seria isto, da parte dela, uma provocação?

– Tudo isso pertence ao passado. Saibamos todos, vocês e eu, tirar as lições da História e fortalecer entre nós a comunicação!

E, de cima, num piscar de olhos, malicioso, ela atira um ‘Não é?’ A aula ganhou, de novo, vida.

– É por isso que, a partir de hoje, pedirei em cada aula, a um ou a outro, que fale com toda a simplicidade da sua família, da sua vida. Vamos aproveitar bastante para praticar a oralidade!

Depois, com estas palavras, num sorriso cheio de malícia, ela olhou para mim:

– Hoje é a sua vez! Vamos, Ao Ge, você é o primeiro!

Bastante envergonhado, eu coçava a cabeça:

– Eu não sei...

– Isso não é nada! Vá, vamos com calma... – aproximando-se da minha carteira – eu vou ajudá-lo a fazer as suas primeiras frases. Vou fazer-lhe perguntas muito simples, está bem?

O que fazer senão aceitar? Arrependi-me do que tinha feito com ela.

– Você parece-se muito com um chinês! Diria que os seus pais são chineses...

– Não! Os meus pais são portugueses!

– A sério? – fazendo-se espantada – Eles não têm ponta de sangue chinês?

– Bem, na verdade a minha... De facto, a minha avó é chinesa... – Que difícil falar quando temos a corda na garganta!

– Pois bem, Ao Ge, fale-nos um pouco da sua avó!

– A minha avó? Bem, a minha avó, hum... – O que é que eu podia dizer duma avó que me era tão pouco familiar? – Era muito pequeno, não conheço bem a sua história!

Ela fez um ar pungido. Eu suspirava. Ela atacou de novo:

– Você considera-se chinês?

Atrapalhado, eu arregalava os olhos: – Mas eu sou macaense!

Ela riu:

– Eu sei muito bem que vocês são todos macaenses, mas já vos ouvi muitas vezes dizer que o vosso pai ou a vossa mãe, o vosso avô ou a vossa avó *são* chineses. Vocês, porém, parece que não sabem dizer ‘Eu também sou chinês!’ Porquê?

Então, todos os meus colegas se entreolharam e depois, em coro, exclamaram:

– Mas toda a gente nos chama de ‘macaenses-portugueses’!

– Vocês clamam ter sangue chinês, mas não reconhecem, por outro lado, que são chineses?! Isso não é uma contradição...?

A linda ‘lutadora’ parecia ter prazer na provocação, tanto mais que dizia isto a olhar-me nos olhos.”³⁶

Aqui, nesta acesa discussão, confrontam-se duas imagens: a “minha de mim” e a “minha do outro”. Ora, é este mesmo o confronto com que se digladiam as figuras femininas nos *Contos Chineses*: a sua própria visão, feminina, espelhada, de mulher para mulher, contra a visão que os olhos masculinos têm delas.

RIO DE CONFLUÊNCIAS

Todos os aspectos que foquei confluem numa mesma direcção. Um rio de muitas pérolas, mas em que todas acabam por desaguar juntas no mar. Um rio naturalmente navegável e, por isso, também ele um caminho de escritas. Cada destes contos, rico *per se* e, por isso, uma pérola, aponta para Deolinda da

LITERATURA

Conceição como representante daquilo que prefiro chamar “Literatura Delicada”. Na verdade, penso que seria interessante debater se esta literatura é delicada porque é feminina, ou se, ao contrário, é feminina porque é delicada.

Prefiro chamar-lhe “Delicada”, por achar que a delicadeza tem a feminilidade como característica intrínseca, quase inalienável. Apesar do duro realismo, da violência muitas vezes crua e do pesado *fatum* das mulheres de Deolinda da Conceição, a escrita desta

é uma escrita de pincel, uma caligrafia cuidada sobre papel de arroz.

Da sua situação de mulher e macaense, da situação da Macau de então, resultam os *Contos Chineses*, onde aspectos de duas civilizações se misturam, fluidos, atribuindo a estes contos grande particularidade e riqueza. Cada conto, uma marca civilizacional que também é marco. No conjunto estes contos, estas marcas civilizacionais, são a força motriz que desencadeia todas as outras características sobre as quais me debruçei. **RC**

NOTAS

- 1 Deolinda da Conceição, *Cheong-Sam – A Cabaia*. Macau: Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1995.
- 2 *Ibidem*, p. 13.
- 3 *Ibidem*, p. 19.
- 4 Mónica Simas, “Abalos no Espaço Doméstico Chinês em Crônicas de Deolinda da Conceição”, in *Anais do IX Seminário Nacional ‘Mulher e Literatura’*.
- 5 Deolinda da Conceição, *op. cit.*, p. 16.
- 6 *Ibidem*, p. 47.
- 7 *Ibidem*, p. 49.
- 8 *Ibidem*, p. 59.
- 9 *Ibidem*, p. 61.
- 10 *Ibidem*, p. 23.
- 11 *Ibidem*, p. 24.
- 12 *Ibidem*, p. 27 (“A Esmola”).
- 13 *Ibidem*, p. 39 (“Conflito de Sentimentos”).
- 14 *Ibidem*, p. 41.
- 15 *Ibidem* pp. 27-28.
- 16 *Ibidem*, p. 28.
- 17 *Ibidem*, p. 29.
- 18 *Ibidem*, p. 19.
- 19 Também conhecida em Macau pelo seu nome cantonense, Lio Chi Heng.

- 20 Lio Chi Heng 廖子馨, *As Alucinações de Ao Ge*, pp. 36-40.
- 21 Deolinda da Conceição, *op. cit.*, p. 64.
- 22 *Ibidem*, p. 65.
- 23 *Ibidem*, p. 71.
- 24 *Ibidem*, p. 73.
- 25 *Ibidem*, p. 53.
- 26 “Num Bairro Moderno”, v. 5.
- 27 Deolinda da Conceição, *op. cit.*, p. 51 (“O Refúgio da Saudade”).
- 28 “Num Bairro Moderno”, vv. 1-10.
- 29 *Ibidem*, vv. 94/5.
- 30 *Ibidem*, vv. 65-70.
- 31 David Brookshaw, *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature: Border Gates*.
- 32 *Ibidem*, p. 13: “Conceição’s Cheong-Sam – A Cabaia, which focuses on the hardships faced in particular by women in China and Macau during the war years, and with special poignancy on the struggle of women to free themselves from the shackles of traditional Chinese patriarchy.”
- 33 *Ibidem*, pp. 69/70, *passim*.
- 34 Deolinda da Conceição, *op. cit.*, p. 33 (“Arroz e Lágrimas”).
- 35 David Brookshaw, *Perceptions of China...*, p. 75 e ss.
- 36 Lio Chi Heng, *As Alucinações de Ao Ge*, pp. 36-40.

BIBLIOGRAFIA

- Brookshaw, David. *Perceptions of China in Modern Portuguese Literature: Border Gates*. Wales: The Edwin Mellen Press, 2002.
- Conceição, Deolinda da. *Cheong-Sam – A Cabaia: Contos Chineses* (reed.). Macau: Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1995.
- Grimal, Pierre (coord. ed. port. Victor Jabouille). *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, 2.^a ed. Carnaxide: Difel, 1992.
- Laborinho, Ana Paula. “Deolinda da Conceição: a autora e a obra”. Texto introdutório à tradução chinesa de *Cheong-Sam – A Cabaia: Contos Chineses* (trad. Yao Jingming). Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996.

- Liao Zixin 廖子馨. “Ao Ge de Huanjue Shijie” 奥戈的幻觉世界 [“O mundo de alucinações de Ao Ge”], in *Aomen Bihui* 澳门笔会, 14 (1999), pp. 76-91.
- Lio Chi Heng 廖子馨, *As Alucinações de Ao Ge*. Tradução de Gustavo Infante e Zhang Yunfeng 张云峰. Macau: Instituto Português do Oriente, 2010.
- Simas, Mónica. “Abalos no Espaço Doméstico Chinês em Crônicas de Deolinda da Conceição”, in *Anais do IX Seminário Nacional ‘Mulher e Literatura’*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- Verde, Cesário. *Obras Completas*. Edição de Joel Serrão. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

RESUMOS

A Circulação de Animais e Produtos de Origem Animal nos Mares do Sul e do Leste da China (Final da Idade Média e Princípio da Idade Moderna)

Os historiadores que estudam os fluxos de mercadorias através dos mares do Sul e do Leste da China nos períodos do final da Idade Média e princípio da Idade Moderna colocam frequentemente bastante ênfase nas trocas de seda chinesa por metais preciosos, em especial a prata japonesa. Mas, para além destas mercadorias encontram-se também diversas plantas e animais nos padrões mercantis destas regiões. Este documento procura resumir algumas das características essenciais do comércio de animais e produtos de origem animal. Defende que a circulação desses produtos foi um fenómeno complexo de *longue durée* com um impacto prolongado em várias culturas costeiras, no sentido braudeliano. Sugere ainda que as áreas costeiras em torno do Sul e do Leste da China partilhavam determinadas características, podendo assim ser comparáveis ao mundo mediterrânico ou consideradas como variações desse modelo.

[Autor: Roderich Ptak, pp. 7-23]

Drogas Asiáticas e Práticas Médicas nas *Relaciones* de Pedro Teixeira (Antuérpia, 1610)

As informações disponíveis sobre o viajante e escritor português Pedro Teixeira são muito escassas, sendo forçoso recorrer às *Relaciones* que publicou em Antuérpia em 1610 para traçar um hesitante esboço sua vida aventureira. Partiu para a Índia em 1586, provavelmente como soldado, e durante muitos anos viajou um pouco por todo o Oriente, da África Oriental até às Filipinas. Em 1600 empreendeu a viagem de regresso pela via do Pacífico e do Novo Mundo. Chegado a Lisboa, logo embarca novamente para Goa, para depois regressar à Europa pela via do golfo Pérsico. Acabaria por se estabelecer em Antuérpia, onde publicou um curioso relato de viagem, complementado por traduções de várias crónicas persas, adquiridas durante uma longa estadia

em Ormuz. Estas *Relaciones* nunca foram traduzidas ou editadas em Portugal, pelo que se trata de uma fonte pouco frequentada pela moderna historiografia. Pormenor curioso, nas entrelinhas desta obra, em sucessivas interpolações, Teixeira revela um inusitado interesse pelas drogas orientais e pelas práticas médicas asiáticas, assuntos que revela conhecer com relativa profundidade, fazendo mesmo levantar a suspeita de que com eles estaria profissionalmente relacionado

[Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 24-41]

Revisitando a Primeira Biblioteca Jesuítica no Japão. Uma Análise do Propósito da Biblioteca de Nunes Barreto em Kyushu (1556)

O objectivo deste artigo é sublinhar as principais razões subjacentes ao estabelecimento da primeira biblioteca jesuítica no Japão pelo padre Melchior Nunes Barreto durante a sua missão naquele país em 1556, usando como ponto de partida o artigo de Jesús López-Gay, S. J., “La Primeira Biblioteca de los Jesuitas en Japón (1556). Su Contenido y su Influencia”, publicado pela primeira vez na *Monumenta Nipponica*, em 1959/60. Embora este artigo forneça uma longa lista descrevendo a natureza dos livros que integravam a biblioteca jesuítica, servindo-se para tal dos títulos abreviados facultados pelo próprio Nunes Barreto na lista dos bens pessoais que elaborou aquando da sua partida da Índia para o Japão, falta-lhe, no entanto, uma análise das razões que o levaram a transportar a biblioteca consigo. Este artigo tenta, de novo, analisar a natureza de tais livros, bem como a sua importância para os jesuítas de meados do século XVI explanando provas de fontes bem conhecidas como as cartas de Francisco Xavier e de outros jesuítas ou a *Historia de Japam*, de Fróis. Igualmente, apresenta uma nova interpretação sobre o modo como a chegada da biblioteca afectou a própria missão e como contribuiu para o estabelecimento e expansão do poder dos jesuítas naquele país bem como para o processo de educação de

novos membros da Ordem entre os japoneses cristãos.

[Autor: Romulo Ehalt, pp. 42-51]

O Galeão de Manila – Grande Nau de Macau. O Comércio de Macau com as Filipinas

O presente artigo enquadra o comércio de Macau com Manila, na rede mais vasta do comércio da China com a América e a sua posterior canalização para a Europa. São reveladas as interações e interdependências, mas também a concorrência e conflitualidade entre o comércio português e espanhol e o chinês. Com a ocupação espanhola das Filipinas, Manila transformou-se no grande entreposto comercial com a América (México, Peru e Chile), para onde encaminhava as mercadorias adquiridas no Japão, China, Champá, Camboja, Sião ou Insulíndia. Simultaneamente, os espanhóis das Filipinas, acalevavam o objectivo estratégico de penetração e estabelecimento na China, mas todas as suas tentativas fracassaram. A rota espanhola de Manila a Nova Espanha, foi complementar das rotas portuguesas e chinesas que cruzavam o mar da China e o oceano Pacífico, ligando o litoral sul da China às Filipinas e, por vezes, mesmo à América. Fazemos a caracterização do comércio de Macau com as Filipinas, a sua duração, periodicidade, principais mercadorias transportadas, e os diferentes tipos de taxas alfandegárias e a regulamentação aplicável. Uma das consequências da rota Filipinas–Nova Espanha foi ter contribuído para a integração de novos espaços, como a Califórnia, no domínio económico europeu e do espanhol em particular.

[Autor: Rui d'Ávila Lourido, pp. 52-72]

Inscrições na Pedra Tumular de Tomás Pereira e o “Édito da Tolerância” do Imperador Kangxi

Este artigo contém a primeira tradução integral para inglês das inscrições da pedra tumular do jesuíta português Tomás Pereira (1645-1708). Também, e com base nos cinco documentos originais existentes,

RESUMOS

é analisado o contexto e toda a história do famoso “Édito da Tolerância” do imperador Kangxi em 1692. O autor faz uma avaliação bastante objectiva da actividade dos Jesuítas na China e, em particular, do importante papel de Tomás Pereira, bem como das circunstâncias que rodearam a construção o seu túmulo e lápide e ainda dos registos sobre esta e das inscrições nela gravadas. [Autor: Wang Bing, pp. 73-85]

Sociedade e Poder Político em Macau nos Séculos XVIII e XIX

É no *Ou-Mun Kei-Leok*, relato Setecentista sobre Macau, de autoria de dois magistrados chineses do antigo distrito de Heong-Sán que se encontram algumas das referências de “maior crédito” de estrangeiros sobre a sociedade macaense. Segundo alguns autores, foi antes da perda do comércio com o Japão (1639-1640) e da tomada de Malaca pelos holandeses (1641) que mulheres indianas, malaias e japonesas contribuíram para o aparecimento das primeiras gerações de macaenses. Esta foi uma versão muito defendida em Macau e veiculada, sobretudo, pelas chamadas famílias tradicionais, que considerava a influência chinesa como recente e secundária. Mas há muitas outras, matizadas por diferentes interpretações. Actualmente, a mais seguida é a que resulta do estudo comparativo das teses “tradicionalista” e “lusó-chinesa”, que concluiu que “ambas as versões das origens macaenses têm algo de verídico e [...] não são contraditórias”. Está comprovada a mestiçagem lusó-chinesa desde o século XVII, através da observação de assentos de baptismo e de casamento das freguesias da Sé e de S. Lourenço (1802 a 1831). Na segunda metade de Setecentos, nomeadamente até à década de 70, a estratificação social de Macau assentava nos laços sanguíneos que ligavam o indivíduo ao Reino. A situação começou a modificar-se quando se começaram a fazer sentir as transformações que as reformas pombalinas de 1761 e 1774 determinaram. Novas leis aboliram as diferenças habituais entre os súbditos nascidos no Reino e os nascidos

nos domínios asiáticos, desde que estes fossem baptizados. [Autor: Jorge de Abreu Arrimar, pp. 86-106]

As “Políticas de Localização” nas Negociações Luso-Chinesas durante o Período de Transição (1988-1999). O Seu Impacto Administração de Macau

Este artigo analisa como é que Portugal e a República Popular da China negociaram questões pertinentes para a transferência da Administração de Macau durante o período de 1988-1999, nomeadamente a localização da língua, dos quadros e da lei. Estes temas estiveram presentes em todas as reuniões do Grupo de Ligação Conjunto, um dos mecanismos formais estipulados pela Declaração Conjunta Sino-Portuguesa para resolver os assuntos referentes ao período de transição. Como o bom funcionamento da Administração de Macau depois da transferência dependia das soluções encontradas para as três localizações, elas ficaram conhecidas como “as três grandes questões”. Para a parte chinesa, a localização dos quadros era a mais importante: por um lado, a partir do momento em que os postos mais altos da administração pública de Macau fossem ocupados por chineses, a língua chinesa seria imediatamente usada; por outro lado, a substituição dos quadros jurídicos portugueses por chineses iria promover a localização da lei. Para Portugal, o objectivo era negociar a localização dos quadros de forma a reduzir a interferência chinesa em Macau após 1999, garantindo o estatuto oficial da língua portuguesa e o estabelecimento de uma ordem judicial definida pelos órgãos governamentais, para dar a Macau competência em termos de organização judicial. Este artigo tenciona providenciar as bases para a análise do impacto das negociações destas diferentes estratégias na burocracia de Macau desde 1999.

[Autora: Carmen Amado Mendes, pp. 107-122]

A Sanjie Huiguan de Macau. O Mito e o Culto de Guan Di

O “Centro Histórico de Macau” foi inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO em 2005. Entre os locais com

características ocidentais ou orientais que integram o “Centro Histórico de Macau”, a Associação das Três Ruas (Sanjie Huiguan) partilha um certo encanto. A associação também usa outro nome: o de Velho Templo de Guan Di (Guan Di Gumiao). É uma associação-templo que foi, em tempos, a sede do comércio e das trocas no bairro chinês da cidade. O “deus da associação” é Guan Yu, o histórico guerreiro divinizado, popularmente conhecido como Guan Di (imperador Guan), cujo culto apresenta elementos sagrados para justificar negócios seculares. Através dos tempos, Guan Yu tem sido mitificado como o epítome das virtudes confucianas e, em particular, é referido como a verdadeira personificação da integridade na novela histórica *Sanguo Yanyi* (Romance dos Três Reinos). É uma das divindades mais veneradas no panteão panteísta chinês e um símbolo muito significativo da cultura nacional chinesa. A rapidez com que se deu o processo da sua divinização oferece um exemplo rigoroso do processo de apoteose comum na China. [Autora: Christina Miu Bing Cheng, pp. 123-138]

Rio de Pérolas, Rio de Confluências. Marcas Civilizacionais nos Contos Chineses de Deolinda da Conceição

Os *Contos Chineses* de Deolinda da Conceição, constituem uma obra plena de marcas civilizacionais, pequenas fotografias da época, dos locais da acção e das suas gentes. A leitura destes contos permite-nos entrar naquilo que constituía ser-se macaense entre as décadas de 1930 e 1950, período conturbadíssimo da História. Se, por um lado, confluem para estes contos elementos vários tanto orientais como ocidentais, defluem leituras paralelas de outros textos, não só sobre a essência macaense, mas também sobre a essência feminina, tanto no campo da sujeição, como no da libertação. Mercê da sua vida e da sua actividade profissional, Deolinda da Conceição nutre-nos igualmente com um retrato vivo do que foi o contexto de guerra do outro lado das Portas do Cerco, deixando transparecer a sua sensibilidade e, não raras vezes, o seu empenhamento.

[Autor: Gustavo Infante, pp. 139-146]

ABSTRACTS

The Circulation of Animals and Animal Products in the South and East China Seas (Late Medieval and Early Modern Periods)

Historians writing on commodity flows across the East and South China Seas in the late medieval and early modern periods often place much emphasis on the exchange of Chinese silk for precious metals, especially Japanese silver. But besides these commodities, one also encounters various plants and animals in the trade patterns of these regions. The present paper summarises some essential characteristics of the trade in animals and animal products. It argues that the circulation of such products was a complex *longue durée* phenomenon that had a long-lasting impact on various coastal cultures, in the Braudelian sense. It also suggests that the coastal areas around East and South China shared certain things in common—and may thus be compared to the Mediterranean world, or considered as variations of that model.

[Author: Roderich Ptak, pp. 7-23]

Asian Drugs and Medical Practices in Pedro Teixeira's *Relaciones* (Antwerp, 1610)

Due to the scarcity of available information about the traveler and writer Pedro Teixeira, it is necessary to refer to the *Relaciones*, which he published in Antwerp in 1610, in order to draw a hesitant outline of his adventurous life. Teixeira went to India in 1586, probably as a soldier, and for many years he travelled all around the Orient, from East Africa to the Philippines. In 1600, he undertook his return trip via the Pacific route and the New World. Upon arrival in Lisbon, he left again for Goa, after which he returned to Europe via the Persian Gulf. He finally settled in Antwerp, where he published a curious travelogue, complemented by various Persian chronicles, which were acquired during a long stay in Ormuz. Pedro Teixeira's *Relaciones* were never translated or edited in Portugal, which explains why it has been a seldom used source in modern

historiography. A curious detail hides between the lines in several interpolations, namely that Teixeira reveals an unusual interest in oriental drugs and Asian medical practices, matters about which he displays a relatively deep knowledge, suggesting that he might have even been professionally involved with them.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 24-41]

Revisiting the First Jesuit Library in Japan: An Analysis of the Purpose of Nunes Barreto's Library in Kyushu (1556)

The objective of this paper is to introduce and underline the main reasons behind the establishment of the first Jesuit library in Japan, created by Father Melchior Nunes Barreto during his mission there in 1556. It uses as its starting point the widely known article of Jesus López-Gay, S. J., under the title 'La Primeira Biblioteca de los Jesuitas en Japón (1556). Su Contenido y su Influencia' first published in *Monumenta Nipponica*, in 1959/1960. Although the article by López-Gay provides a long list describing the nature of the books in the Jesuit library (based on shortened titles given by Nunes Barreto himself in his list of belongings when he was leaving India for Japan) it lacks any deeper analysis of the reasons which made the Rector of the College of Saint Paul in Goa and Vice-provincial of the Society of Jesus in India take the library with him. The current paper will attempt anew to analyse the nature of the books included in the library, as well as their importance to Jesuits in the mid-16th century, drawing evidence from well-known sources such as Francis Xavier's and other Jesuit letters, as well as Frois' *Historia de Japam*. In addition new interpretations will be provided of how way that the arrival of the library affected the mission itself and how it contributed to the establishment and expansion of Jesuit power within the country, as well as the process of educating new members of the Order.

[Author: Rómulo Ehalt, pp. 42-51]

Manila Galleon. The Great Ship of Macao. Macao's Trade with the Philippines

This article places Macao's trade with Manila in the much larger network of China's trade with America and its subsequent channeling to Europe. It indicates the links and interdependencies, as well as the competition and conflicts between Portuguese, Spanish and Chinese trade. After Spain occupied the Philippines, Manila became the major trading post for transporting goods acquired in Japan, China, Champá, Cambodia, Siam and Insulindia to Mexico, Peru and Chile. At the same time, the Spaniards in the Philippines nurtured the strategic goal of entering and establishing themselves in China. All their attempts failed, however. The Spanish route from Manila to New Spain complemented the Portuguese and Chinese routes crossing the China Sea and Pacific Ocean, linking China's southern coast with the Philippines and sometimes even America. Macao's trade with the Philippines is described along with its duration, frequency, the main goods involved, the different customs levies and applicable regulations. One of the outcomes of the Philippines-New Spain route was the fact that it brought new spaces such as California into the economic sphere of Europe, particularly, Spain.

[Author: Rui d'Ávila Lourido, pp. 52-72]

The Inscriptions on Tomás Pereira's Tombstone and the 'Edict of Toleration' from the Emperor Kangxi

This article gives the full inscriptions on the tombstone of the Portuguese Jesuit Tomás Pereira (1645-1708) for the first time in an English translation. Additionally, there is discussion based on the existing five original documents, the background and the whole story of the famous historical event that led to the 'Edict of Toleration' being issued by the Emperor Kangxi in 1692. The author makes an objective appraisal

RESUMOS

of Jesuit activities in China, particularly the important role of Tomás Pereira in the event. Also the circumstances surrounding to construction of Tomás Pereira's tomb and tombstone, as well as the records about his tombstone and the inscriptions on it are stated. [Author: Wang Bing, pp. 73-85]

Society and Political Power in Macao in the 18th and 19th Centuries

It is in *Ou-Mun Kei-Leok*, the 18th-century portrait of Macao, written by two Chinese magistrates of the former district of Heong-Sán [Xiangshan] that one can find some of the "most credible" references from foreigners about Macao society. According to some authors, it was before trading with Japan came to an end (1639-40) and the conquest of Malacca by the Dutch (1641), that Indian, Malaysian and Japanese women contributed to the appearance of the first generations of Macao residents. This was the most advocated version transmitted in Macao, especially by the so-called traditional families, who considered the Chinese influence as recent and secondary. But other versions carry different interpretations. Currently, the most popular results from the comparative study of the 'traditionalist' and 'Portuguese-Chinese' theories, which concluded that 'both versions of the origin of the Macao residents have an element of truth ... and are not contradictory'. Portuguese-Chinese interbreeding is proven since the 17th century, through observation of the baptism and marriage certificates of the parishes of Sé and S. Lourenço (1802 to 1831). In the second half of the 18th century, especially up until the 1770s, the social stratification of Macao was based on the blood ties that linked the individual to the Kingdom. The situation began to change when the transformations brought about by the Marquis de Pombal's reforms of 1761 and 1774 began to be felt. New laws abolished the usual differences between the subjects born in the Kingdom and those born in the Asian domains, provided that the latter were baptised. [Author: Jorge de Abreu Arrimar, pp. 86-106]

The 'Policies of Localisation' in Sino-Portuguese Negotiations during the 1988-1999 Transition Period: The Impact for Macao's Administration

This paper examines how Portugal and the People's Republic of China negotiated the transfer of the Portuguese administration of Macao to China during the 1988-1999 transition period. It focuses on the localisation of the language, the localisation of the civil service and the localisation of the law. These routine matters were present in every Joint Liaison Group meeting, one of the formal devices stipulated in the Sino-Portuguese Joint Declaration on the Macao Question to settle the issues of the transition period. As the good functioning of the administration after the hand-over depended on the solutions found for these three localisations, they were known as 'the three big issues'. For the Chinese side, the localisation of the civil service was the most important of all three localizations because once the Chinese occupied the higher ranks in the Macao administration the Chinese language would immediately be used and the replacement of Portuguese for Chinese juridical staff would promote the localisation of the law. For Portugal, the aim was to use the localisation of the civil service to reduce Chinese interference in post-1999 Macao, to secure the official status of the Portuguese language and to establish an autonomous judicial order defined by the local government bodies, to give Macao competence in terms of judicial organization. This paper intends to provide the basis for the analysis of the results of the negotiations of these different strategies in Macao's post-1999 bureaucracy. [Author: Carmen Amado Mendes, pp. 107-122]

Macao's Sanjie Huiguan. The Myth and the Cult of Guan Di

In 2005 the 'Historic Centre of Macao' was inscribed on the World Heritage List by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO). Among the East-West

patrimonial sites in the 'Historic Centre of Macao', the Guild of Three Streets (Sanjie Huiguan) shares the aura of glamour. The guild bears another name: the Old Temple of Guan Di (Guan Di Gumiao). It is a guild-temple, which was once the headquarters of trade and commerce in the Chinese commercial district. The 'guild god' is the defied historical warrior Guan Yu, who is popularly known as Guan Di (Emperor Guan). The cult of Guan Di displays crucial sacred elements to justify secular business. Throughout the ages, Guan Yu has been mythified as the epitome of Confucian virtues and especially he is constructed as the very personification of righteousness in the historical novel *Sanguo Yanyi* (Three Kingdoms). He is one of the most adored deities in the Chinese pantheistic pantheon; and a significant symbol of Chinese national culture. His upward mobility to godhood offers a stark example of the process of apotheosis common in China. [Author: Christina Miu Bing Cheng, pp. 123-138]

River of Pearls, River of Confluences: Civilizational Landmarks in the *Contos Chineses* by Deolinda da Conceição

The *Contos Chineses* by Deolinda da Conceição is a work full of civilizational landmarks, snapshots of the epoch, of the locations and of its peoples. Reading these stories lets us in on what it meant to be a Macao resident in the 1930s and 1950s, a turbulent period of History. While, on the one hand, these stories encompass several oriental and western facets, parallel readings of other texts flow out of them, not only about the Macao essence, but also about the feminine essence, both in the field of subjection and of emancipation. Thanks to her life and her professional activity, Deolinda da Conceição also furnishes us with a portrait of what it was like living through the war years on the other side of the Border Gate, bringing to the fore her sensibility and, on many occasions, her endeavour [Author: Gustavo Infante, pp. 139-146]



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura Subscription Form Aquisição de Publicações Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____

Endereçar a / Send to

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card

☐ Visa

☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

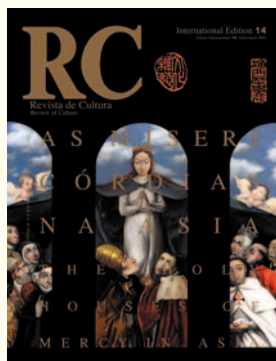
Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 13 Janeiro/January 2005

Macau e o Comércio no Delta do Rio da Pérola
Macao and The Pearl River Delta Trade



N.º 14 Abril/April 2005

As Misericórdias na Ásia
The Holy Houses of Mercy in Asia



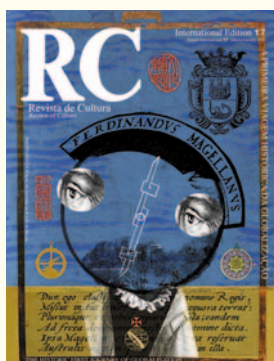
N.º 15 Julho/July 2005

Macau Património Mundial
Macao World Heritage



N.º 16 Outubro/October 2005

Memória e Identidade
Memory and Identity



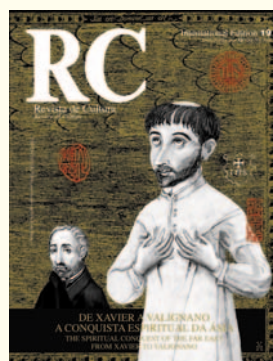
N.º 17 Janeiro/January 2006

A Primeira Viagem Histórica da Globalização
The Historic First Journey of Globalisation



N.º 18 Abril/April 2006

Relações Históricas Macau - Timor-Leste
Macao - East Timor Historic Relations



N.º 19 Julho/July 2006

De Xavier a Valignano. A Conquista Espiritual da Ásia
The Spiritual Conquest of the Far East. From Xavier to Valignano



N.º 20 Outubro/October 2006

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - I
European Travellers and the Asian Natural World - I



N.º 21 Janeiro/January 2007

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - II
European Travellers and the Asian Natural World - II



N.º 22 Abril/April 2007

Mulheres, Casamento e Família em Macau
Women, Marriage and Family in Macao



N.º 23 Julho/July 2007

Hong Kong e Macau: Relações Históricas e Culturais
Hong Kong and Macao Historical and Cultural Relations



N.º 24 Outubro/October 2007

Arte e Comércio: Macau, China, Europa
Arts and Trade: Macao, China, Europe

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.